

**TURISMO E LUDIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: PRAIA DE CARCAVELOS E FRENTES  
DE MAR NA LINHA DE CASCAIS**

**Pedro Miguel Carvalho Pacheco de Almeida**

**Tese de Doutoramento em Sociologia**

**Dezembro, 2016**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a orientação científica do  
Professor Doutor Luís António Vicente Baptista

Apoio financeiro da FCT no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio  
(Bolsa de Doutoramento referência SFRH / BD / 62409 / 2009)

Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, .... de Dezembro de 2016

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

---

Lisboa, .... de Dezembro de 2016

### **Direitos Autorais:**

Por opção do autor, esta tese não foi redigida em conformidade com o Acordo Ortográfico de 1990.

## AGRADECIMENTOS

*primeiro este...*

Ao Professor Doutor **Luís Vicente Baptista**, meu orientador. Por mais uma vez ter anuído perante o desafio, o qual certamente não anteviu fácil. Tenho podido partilhar e desfrutar da sua experiência e competências no *métier* desde tempos em que era ainda seu mestrando. No trajecto como doutorando esta figura elevou-se, para mim, de ‘mero’ orientador para um outro estatuto. Hoje na academia encaro-o, quando nos observo, como meu inabalável e insubstituível mentor; ao meu mentor.

*... às seguintes – pois que a escolha recai no colectivo em prol da obrigação ética, que como sociólogo orgulhosamente cumprio, em manter no anonimato fontes que assim o solicitaram –*  
**Instituições:**

Câmara Municipal de Cascais; Capitanias do Porto de Cascais e de Lisboa; CICS.NOVA (CesNova); Museu Casa das Histórias Paula Rego; PSP; Turismo de Portugal, I.P.;

Estabelecimentos Comerciais na Praia de Carcavelos e Estabelecimentos Hoteleiros de Cascais que connosco, mediante o seu pessoal, se prestaram a colaborar.

Aos **colegas** – estudantes, investigadores, professores –, do ‘meu’ Centro como de variadas outras unidades de investigação e instituições, com os quais tive a oportunidade de interagir, debater e discutir temáticas desta tese e outras que dela se aproximavam; não imaginarão o quanto me foram úteis. Entre eles, os professores João Teixeira Lopes, Domingos Martins Vaz, Casimiro Balsa, Manuel Carlos Silva, Carlos Fortuna, João Pedro Nunes, Luciana Teixeira Andrade, Ray Hutchison...; os colegas Jordi Nofre, João Carlos Martins, Patrícia Pereira, Paula Reis, Marta Martins, Manuela De Vincenzi, Marta Luís Pereira, Paula Bouça...

A todos os estimados **amigos**, pese embora não propriamente no âmbito científico mas sim noutros, que no contacto ora frente a frente ora à distância foram do maior e mais digno valor mediante o seu apreço, atenção e crença; continuarão certamente a sê-lo.

*E só mais estes...*

Ao **João Paulo Almeida**, meu irmão. Bastou-lhe ser quem é. Nós irmãos mais novos parece que vivemos continuamente na circunstância de querer poder contar com o auxílio dos que nos precederam. Na realidade, sempre esteve presente; em particular quando as circunstâncias não se mostravam como as mais favoráveis. Foi sempre um braço forte que me susteve e que se recusou sequer pensar em deixar-me cair. Ao meu mano.

*...para terminar:*

A **António José** e **Maria Teresa Almeida**, meus pais. Nem sempre as nossas opiniões convergiram quanto a matérias de decisão. Nem por isso, em algum instante, deixaram de ser o mais seguro dos meus alicerces exteriores. Orgulhosos, críticos e assertivos, constituíram neste percurso a constância e o garante edificados na mais irredutível e inexpugnável das cidadelas – como só os melhores pais sabem –, permitindo deste modo que as minhas preocupações se centrassem no meu trabalho. Outras palavras são escusadas; seriam redundantes. Aos meus pais.

# **TURISMO E LUDIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: PRAIA DE CARCAVELOS E FRENTES DE MAR NA LINHA DE CASCAIS**

**PEDRO MIGUEL CARVALHO PACHECO DE ALMEIDA**

## **RESUMO**

A presente tese de doutoramento tem como objectivo a investigação dos fenómenos do turismo e da ludificação do território nas frentes de mar da Linha de Cascais e da Praia de Carcavelos. É constituída por uma Introdução, duas partes compostas por quatro capítulos e uma conclusão.

Os principais objectivos de pesquisa derivam de factores como o PUCS e seu impacto até aos dias de hoje, a ludificação dos territórios, as diferentes vertentes de turismo e práticas de consumo associadas enquanto problemas sociais. Na 1ª Parte, e para alcançarmos o nosso objectivo, problematizámos em primeira instância os principais factores de interesse, pretendendo descortinar como planeamento, turismo e práticas lúdicas estavam relacionados. Motivados por estas questões, tentámos perceber a relevância do veraneio na actividade turística e nas práticas lúdicas experienciadas na vida quotidiana. Verificámos que os antecedentes históricos de veraneio em Cascais, a partir de finais do século XIX e meados do século XX, muito contribuíram para a construção social destes territórios como a observamos na actualidade. Posto isto, tecemos uma construção metodológica que considerámos apropriada, baseada essencialmente na análise documental, em metodologias ‘não interferentes’, na postura etnográfica – consagrando contributos clássicos com também do *extended case method*, e o uso da etologia –, em entrevistas semi-

estruturadas aplicadas a informantes privilegiados e no recurso à fotografia, numa perspectiva de etnografia e sociologia visuais.

Passamos para a 2ª. Parte. Aqui constatamos que Cascais é uma vila, um concelho, com uma extensa linha de costa onde encontramos um número oficial de dezassete praias, sendo muitas delas capazes de atrair um grande número de utilizadores, turistas, outros visitantes e até residentes, com o objectivo não só de veraneio, comum durante a época balnear, mas igualmente para a prática de actividades de lazer associadas ao mar, como o surf e o bodyboard. Para além das praias como território à disposição dos seus utilizadores, apresentámos em concreto um exemplo de vivências complementares à frente de mar e elencámos várias outras.

No que remete às práticas vividas nas praias estudámos particularmente as vivências quotidianas da praia de Carcavelos, estudo que realizámos de forma extensiva e aprofundada, enunciando, interpretando e analisando as vivências e interacções ocorridas nesse território. Realizámos um intensivo levantamento dos equipamentos presentes na praia, areal e paredão, e dos serviços oferecidos pelos estabelecimentos comerciais, quer em época balnear ou não e em horários tanto diurno como nocturno. Tomámos também particular atenção à forma como se processa a mobilidade humana espacial no concelho e nas adjacências da Praia de Carcavelos. Relativamente à praia de Carcavelos ainda retivemos as principais fontes que providenciam um maior ou menor sentimento de segurança aos seus utilizadores, independentemente da época do ano ou hora do dia. Neste momento, revisitámos ainda o episódio do arrastão que terá ou não ocorrido a 10 de Junho de 2005 nesta mesma praia, que todavia permaneceu, acontecido ou não, vivo no imaginário da opinião pública. Antes de tecermos as conclusões finais verificámos a dualidade de vivências na praia, onde actualmente indivíduos de distintas classes sociais não se mesclam.

## **ABSTRACT**

The aim of this PhD thesis is to research the phenomena of tourism and the ludification of the territory on the sea fronts of the Lne of Cascais and the beach of Carcavelos. It consists of an Introduction, two parts composed of four chapters and a conclusion.

The main research objectives derive from factors such as the CSUP and its impact up to the present day, the territorial ludification, the different aspects of tourism and associated consumption practices as social problems. In Part 1, in order to reach our objective, we discussed the main factors of interest to disclose how planning, tourism and recreational practices were related. Following these questions, we tried to perceive the relevance of summering in tourism and in the ludic practices experienced in everyday life. We verified that the summering historical antecedents in Cascais, from the end of the 19th century trough the middle of the 20th century, contributed to the social construction of these territories as we observe it today. Thus, we created a methodological construct that we considered appropriate, based essentially on documental analysis, on 'non-interfering' methodologies, ethnography - consecrating classic contributions along with the extended case method, and the use of ethology - in semi-structured interviews applied to privileged informants and in the use of photography, based on visual ethnography and sociology.

In Part 2, we see that Cascais is a town, a municipality, with an extensive coastline where we find seventeen beaches, many of them capable of attracting a large number of users, tourists, other visitors and even residents, with the aim not to only of summering, common during the bathing season, but also for the practice of other leisure activities, such as surfing and bodyboarding. In addition to the beaches as a territory available to its users, we have presented an example of complementary experiences at the sea front and we also have listed several others.

About the practices experienced on the beaches, we studied in particular the everyday life of Carcavelos, a study that we carried out extensively and in depth,



enunciating, interpreting and analyzing the experiences and interactions occurred the territory. We surveyed the equipment present on the beach, sand and sea wall, and the services offered by commercial establishments, bathing season or not, and at day and night timetables. We have also taken note of the way in which human space mobility is carried out in the municipality and also in the vicinity of the beach of Carcavelos in particular. Regarding the beach we gave considerable attention to the sources that provide a greater or lesser sense of security to its users, regardless of the time of year or time of day. We also revisited the beach rampage episode that maybe had took place on June 10, 2005 on this same beach, which has remained, whether or not it happened, alive in the public opinion. Before of our final conclusions, we verified the duality of experiences on the beach, where individuals of different social classes doesn't mix themselves.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo; Espaço Público; Frentes de Mar; Lazer; Turismo

KEYWORDS: Consumption; Public Space; Sea Fronts; Leisure; Tourism

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

1.ª PARTE: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	13
--	----

## CAPÍTULO I – CONSIDERANDOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO

1. Nota Introdutória.....	14
2. O PUCS Como Alavanca de Desenvolvimento da Linha de Cascais.....	19
3. A Ludificação dos Territórios.....	21
4. Turismo e Sociedade do Consumo.....	25
5. O Reverso da Moeda: Marginalidades Sociais.....	37
6. Securização e Sentimento de (in)Segurança.....	39
7. Um Ambiente Sustentável: Responsabilidade de Todos?.....	43
8. A Relevância da Imagem da Cidade.....	49
9. Acudindo a um Conceito Prolixo: O Espaço Público.....	53

## CAPÍTULO II – DOS MÉTODOS E DAS TÉCNICAS: ABORDAGENS AO OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

1. Nota Introdutória.....	67
2. Objecto e Universo de Estudo.....	70
3. Objectivos da Investigação.....	79
4. Análise Documental de Fontes Diversas.....	81
5. Metodologias não Interferentes.....	83
6. Postura Etnográfica e Observação Participante.....	85

7. O Papel do Inquérito por Entrevista.....	87
8. O Recurso à Imagem ou Instantâneos do Quotidiano.....	98

2.ª PARTE: ASPECTOS INTERPRETATIVOS E ANALÍTICOS.....	103
---	-----

### CAPÍTULO III – PRECURSORES DO TURISMO, PUCS, LAZER E DINÂMICAS DAS VIVÊNCIAS TURÍSTICAS E LÚDICAS NA COSTA DO ESTORIL: ABORDAGEM ANALÍTICA

1. Nota Introdutória.....	104
2. Precursores do Turismo de Vilegiatura em Cascais.....	105
3. Do PUCS ao PDM-Cascais: Breves considerações.....	107
4. Hotelaria em Cascais.....	109
5. Praias de Cascais.....	134
6. Mobilidade Espacial. Transportes e Acessos.....	168
7. Turismo e Lazer em Cascais: Vivências complementares à frente de mar.....	173

### CAPÍTULO IV – À ESCALA DO LUGAR. LAZER, CONSUMO E DISTINTAS SOCIABILIDADES

#### NA PRAIA DE CARCAVELOS

1. Nota Introdutória.....	179
2. Vivências na Praia de Carcavelos.....	183
2.1. Lazer e Fruição do Espaço Público.....	184
2.2. Os Tempos de Lazer e a sua Relação com o Consumo.....	196
3. Mobilidade Espacial. Transporte e Acessos.....	217
4. Segurança e Sentimentos de (in)Segurança.....	220
4.1 A Construção Social de um Fenómeno: O Arrastão na Praia de Carcavelos.....	235

5. Praia e Consciência Ambiental?.....	261
6. Destino Metropolitano e (in)Visibilidade Turística.....	264
7. Da Distinção. Uma Praia, Duas Realidades Vividas.....	279
CONCLUSÃO.....	296
BIBLIOGRAFIA.....	308
ÍNDICE DE TABELAS.....	344
ÍNDICE DE FIGURAS.....	345
ÍNDICE DE IMAGENS.....	346
ÍNDICE DE QUADROS.....	350
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	350

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **ACRÓNIMOS E SIGLAS**

AHMC – Arquivo Histórico Municipal de Cascais

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMP – Área Metropolitana do Porto

ANA - Aeroportos de Portugal, SA – Aeroportos e Navegação Aérea - Aeroportos de Portugal, Sociedade Anónima

ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil

ATL – Associação de Turismo de Lisboa

CC – Concelho(s)

CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa

CMC – Câmara Municipal de Cascais

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

CP, E.P.E. – Comboios de Portugal, Entidade Pública Empresarial

CPC – Capitania do Porto de Cascais

CPL – Capitania do Porto de Lisboa

DCCMC – Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais

DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DL – Decreto-Lei

EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais

EN – Estrada Nacional

FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (da UNL)

FPNU (UNFPA) – Fundo da População das Nações Unidas (United Nations Population Fund)

GEE – Gases de Efeito de Estufa

GIS - *c.f.* SIG

GNR – Guarda Nacional Republicana

INE (NS) – Instituto Nacional de Estatística (National Statistics)

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

IPCC – *c.f.* PIMC

ISN – Instituto de Socorros a Náufragos

LGBT – Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender (Lésbico, Homossexual, Bissexual, Transgénero)

MAI – Ministério da Administração Interna

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MAOTDR – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

MCOTA – Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

MEE – Ministério da Economia e do Emprego

MEI – Ministério da Economia e da Inovação

MEID – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

MICE – Meeting, incentives, conferences, and exhibitions

MIT – Massachusetts Institute of Technology

NS – *c.f.* INE

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (Nomenclature de Unités Territoriales Statistiques [fr] / Nomenclature of Territorial Units for Statistics [en])

OMM (WMO) – Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization)

OMS (WHO) – Organização Mundial de Saúde (World Health Organization)

OMT (WTO) – Organização Mundial do Turismo (World Tourism Organisation)

ONU (UN) – Organização das Nações Unidas (United Nations)

PAOC – Planos de Arranjo da Orla Costeira

PDM – Plano Director Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território

PIMC (IPCC) – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change)

PJ – Polícia Judiciária

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNSC – Parque Natural de Sintra-Cascais

PNUMA (UNEP) – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environmental Program)

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

POPNSC – Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais

PSP – Polícia de Segurança Pública

PUCS – Plano de Urbanização da Costa do Sol

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

REFER, E.P.E. – Rede Ferroviária Nacional, Entidade Pública Empresarial

REN – Reserva Ecológica Nacional

RLVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS II)

SIG (GIS) – Sistema de Informação Geográfica (Geographic Information System)

SMPC – Serviço Municipal de Protecção Civil

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP, I.P. – Turismo de Portugal, Instituto Público

UEP – Unidade Especial de Polícia da PSP

UN – *c.f.* ONU

UNEP – *c.f.* PNUMA

UNFPA – *c.f.* FPNU

UNL – Universidade Nova de Lisboa

WHO – *c.f.* OMS

WMO – *c.f.* OMM

WTO – *c.f.* OMT



*«Deves tornar-te no homem que és.»*

Nietzsche

## INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos, resultado de investigação pessoal e independente, tem por génese científica, pretendemos salientá-lo para que não remanesçam dúvidas, a área do saber da Sociologia, em particular da sua especialidade que o é a sociologia urbana, e é dela que primordialmente grassa em todos os sentidos.

Um projecto de investigação do qual concebemos a nossa tese de doutoramento não é, pela sua ambição, dimensões e complexidade, uma empreitada fácil. É, no entanto e decididamente, uma empreitada deveras recompensadora que move os melhores sentimentos de realização. Recordando as palavras que neste mesmo sentido expressámos aquando da consecução da dissertação que nos possibilitou prover e obter o grau académico de mestre, permitimo-nos citarmo-nos:

*«Quando iniciamos a abordagem a um projecto de investigação cremos levar desde logo connosco o traçado de um trilho a percorrer. Cedo nos apercebemos da ilusão sem lugar a desilusão. A complexidade dos fenómenos sociais contorna a própria vontade do investigador. No lugar de uma estrada prevista quase recta, encontramos sempre adiante novo entroncamento. Não vulgar as opções vislumbram-se dolorosas, mas o ímpeto de continuar a trilhar recobre-se de vigor. O olhar para trás depois de (só) mais um trajecto é gratificante que baste.» (Almeida, 2008, p. 1)*

Não foi, evidentemente, com surpresa que nos deparámos uma vez mais com virtudes e vicissitudes adstritas a um processo de investigação. Esperávamo-las. Nem

por isso esmorecemos, ao invés aproveitámo-nos de alguma experiência entretanto adquirida na prática sociológica que pretende-se, com este projecto, aprimorar. Assim, podemos asserir que este trabalho de investigação é alimentado tanto por incursões anteriores na arte como também por um inabalável sentimento de aperfeiçoamento nessa mesma arte de que fazemos profissão e que tão cara nos é.

Em primeiro lugar, já o desvelámos, pretendíamos dar continuidade e aprofundar matérias às quais nos havíamos já dedicado, muito em particular na dissertação para a obtenção do grau de mestre em Sociologia. De entre essas matérias, investigadas sem excepção em contexto urbano, deparámo-nos com múltiplas perseveranças das ditas frentes de água no quotidiano vivido. Formal e informalmente, captámos variados discursos, entre decisores públicos, *media* e apropriantes de facto dos espaços públicos envolventes, todos eles a remeter para a relevância incondicional das frentes de água na construção das percepções sobre a qualidade de vida que as mesmas podem potenciar na vivência de um determinado território. Tornou-se-nos evidente a valoração simbólica que lhes é atribuída. Melhor, tornou-se-nos evidente que a requalificação das frentes de água, antes não valorizadas pelo poder político e de fruição vetada pelo sentimento de repulsa socialmente construído em seu torno pelos contornos em nada atractivos que a sua má imagem veiculava para o esquema mental de diversos actores sociais, potencia a atractividade dos territórios urbanos.

Estas primeiras considerações revelam de imediato que o presente projecto pretende maturar ideias às quais já nos havíamos consagrado, bem como o ir-se para além destas, no sentido de um aprofundamento quantitativo e qualitativo de questões sociais que ocorrem em paralelo com a presença das frentes de água.

Posto isto, é com facilidade que asserimos que a metrópole de Lisboa é, indubitavelmente, um território aliciante para a prática do *métier* sociológico. No caso concreto, para a investigação que toma como ponto de partida a sociologia urbana e que se expande por subtemáticas tais como as do turismo e as do lazer. Consciente de que a cidade que encima o tronco desta metrópole, Lisboa, é temática recorrente em diversas áreas do conhecimento dedicados ao estudo urbano que não só os provenientes da sociologia, optámos por convocar como nosso laboratório de análise

outros espaços metropolitanos que não os lisiponenses no sentido circunscrito à cidade, ou o concelho, em sentido estrito. Não queremos, e distanciamos-nos inequivocamente dessa ideia, de modo algum insinuar que os estudos, particularmente os sociológicos de linha urbana, sobre Lisboa se encontrem saturados e muito menos esgotados. Referimo-nos a um território deveras fecundo, repleto de significados, que oferece inúmeras possibilidades à investigação sociológica. Sabemos igualmente que quando tratamos de cidades exploramos um objecto, um projecto, que virtualmente jamais se encontra, pelas suas dinâmicas intrínsecas, plenamente terminado e acabado.

Todavia, sem nunca perder de vista o nosso ponto de partida, optámos em alternativa por dirigir a nossa atenção científica para o concelho de Cascais, a sua vivência, a sua experimentação. Dito de outra forma, o concelho de Cascais constitui-se como um objecto particularmente relevante para os nossos interesses científicos. Embora tenhamos como evidente que não houve acaso quanto à escolha, cabe-nos tornar claro o porquê da mesma. Entendemos que o devemos fazer de maneira manifesta e esclarecedora, elaborando uma argumentação que consolidada justifique a opção. A presença de uma frente de água significativa era, como se compreende pelo já explanado, condição *sine qua non* na escolha dos territórios a convocarmos para o nosso trabalho. Para além das suas fronteiras terrestres com os municípios que lhe são adjacentes, Cascais é banhado, tanto nos seus territórios mais a sul como nos mais a poente, pelo oceano Atlântico. Trata-se de uma frente de água que se estende por algumas dezenas de quilómetros e que não pode deixar, por isso, de encontrar significados na vivência e identidade cascalenses, transversais, inclusive, aos da metrópole lisboeta e aos actores sociais que a habitam.

No que respeita à sua formatação estrutural, este trabalho divide-se em duas partes, dois compósitos que, reunidos, se complementam e completam. Precedem-se-lhe esta Introdução e procedem-se-lhe a Conclusão ao mesmo. O primeiro compósito, a primeira parte, corresponde ao *Corpus* da tese identificado pelos Capítulos I e II. Aqui encontramos o conjunto de capítulos construídos com sequência lógica no sentido da

identificação, problematização dos fenómenos propostos para investigação e a explanação dos recursos metodológicos de que fazemos uso. Ao último dos três compostos deste todo corresponde, por fim, a Conclusão.

A Introdução tem por tarefa apresentar e ser o rosto da tese concluída. Não tem, por sua natureza, a ambição de ser uma parte mais significativa no seio de uma tese.

A primeira parte, ou o composto primeiro, congrega dois capítulos. Como se observará, cada um dos quais está orientado em função de objectivos próprios, se bem que transversais. Os textos para eles desenvolvidos, embora possam ser lidos separadamente, fazem parte de um todo coerente e seguem uma lógica evolutiva do processo investigativo. Desagregámo-lo em dois capítulos para melhor promover a sua inteligibilidade junto do leitor.

Ao Capítulo I correspondem as questões nas quais problematizamos, recorrendo a contributos teóricos reunidos mediante uma revisão da literatura sociológica adequada às necessidades, o fenómeno sociológico a que nos pretendemos aplicar. Abre, assim, diálogo para com o objecto de estudo. No Capítulo II enunciamos, explicando-as, as nossas escolhas metodológicas. Delineiam, estas escolhas, as estratégias consideradas como as adequadas para o investigador trilhar no caminho conducente à investigação do problema social que se propões estudar.

No decurso desta 1.<sup>a</sup> Parte desvelamos como o Plano de Urbanização da Costa do Sol se nos valeu como mote e ancoragem e todos os aspectos metodológicos que nos orientaram para alcançarmos os objectivos pretendidos. Esta parte divide-se, como visto, por dois capítulos, nomeadamente os capítulos I e II, nos quais problematizamos o fenómeno a investigar e revelamos as opções metodológicas que considerámos as mais adequadas para proceder à dita investigação.

Assim, o CAPÍTULO I – CONSIDERANDOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO é constituído por nove pontos, em pretendemos explicar:

No Ponto 1. Nota Introdutória, como a própria designação induz, é nosso ensejo o de introduzir o leitor aos problemas sociais que nos propomos problematizar.

O Ponto 2. O PUCS Como Alavanca de Desenvolvimento da Linha de Cascais apresenta o Plano de Urbanização da Costa do Sol, instrumento de gestão territorial criado ainda no tempo do Estado Novo, e como este se torneou, ainda que a nível de decisão política inequivocamente centralizado, no primeiro plano em Portugal a ser pensado a uma escala regional e sub-regional, influenciando com as suas directrizes quase até aos dias de hoje a programação dos territórios cascalenses;

Quanto ao Ponto 3. A Ludificação do Território problematizamos todo o processo histórico que fomentou a ludificação dos territórios da vila de Cascais e como este processo de ludificação conduz a que um território em que as vivências e experimentação são alteradas em consonância com os objectivos que se pretendem obter, dados os interesses de agentes económicos e de quem está em posse do capital de decisão pública.

Referente ao Ponto 4. Turismo e Sociedade de Consumo envidamos para compreender o nosso objecto no seio de uma sociedade global, particularmente no seio das sociedades ocidentais, e na sociedade de consumo resultante, onde o turismo se vem, por consequência, integrar. É neste ponto que introduzimos e debatemos o conceito de cidadão-consumidor por oposição aqueles a quem, por escassez de recursos ou capital económico, se vêem por muitas vezes vetados de espaços públicos por estes se terem tornado, eles próprios, espaços de consumo.

Neste ponto, Ponto 5. O Reverso da Moeda: Marginalidades Sociais, confrontamos de forma problemática o ideal-tipo do espaço público e a sua real vivência e experimentação. Teorizamos sobre a possibilidade abstracta do espaço público poder, em princípio, ser apropriado por todos, mas evidenciamos a existência de actores sociais que afirmamos serem rotulados como desacreditados e cujo acesso ao espaço público se torna manifestamente desigual, criando clivagens de marginalização social que separam actores portadores de distintos capitais diversos.

O Ponto 6. Securização e sentimento de (in)Segurança trata da questão da sensação de segurança do espaço a ser apropriado e a sua directa relação com a atractividade face aos actores sociais que assim se tornam em potenciais apropriantes.

O Ponto 7. Um Ambiente Sustentável: Responsabilidade de Todos destaca a questão de que o ser humano carece de um ambiente que reúna as mínimas qualidades para que nele possa existir e perseverar. Consideramos as estratégias conduzidas pelos decisores públicos que politizam as matérias ambientais, jogando com elas e a boa imagem de um território para que se potencie a atractividade dos territórios que se pretendem vir a ser apropriados por determinados actores sociais.

Este ponto, Ponto 8. A Relevância da Imagem da Cidade, é por nós considerado essencial para compreendermos as representações construídas pelos utentes de um território, tendo por base, novamente, a boa imagem da 'cidade' e, logo, o potenciamento da sua atractividade em face de determinados segmentos sociais.

O Ponto 9. Acudindo a um Conceito Prolixo: O Espaço Público é o ponto por excelência onde problematizamos e discutimos aprofundadamente a construção operacional do espaço público. Em síntese, propomos que a Sociologia aumente o seu espectro de leitura sobre o que considera como espaço público, tendo como ponto de partida o tipo de sociabilidade, públicas ou privadas, que ocorrem num determinado território, repudiando e refutando a visão monotética e ainda actual na Sociologia de observar como público apenas o espaço que juridicamente, em termos de normatividade do direito, o é.

Já o CAPÍTULO II – DOS MÉTODOS E DAS TÉCNICAS: ABORDAGENS AO OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO, constituído por 8 pontos, explicitamos:

No Ponto 1. Nota Introdutória, uma brevíssima articulação entre os pontos subsequentes e o porquê da sua escolha no nosso percurso, justificada por uma revisão da literatura da arte.

O Ponto 2. Objecto e Universo de Estudo delimita o nosso universo geográfico.

Ponto 3. Objectivos da Investigação releva questões-chave importantes para o desenvolvimento da investigação.

O Ponto 4. Análise Documental de Fontes Diversas aborda de forma aligeirada o que se entende por análise documental e as valências que garante para o trabalho.

Já no Ponto 5. Metodologias Não Interferentes indicamos a forma como nos introduzimos no terreno, de forma a que a nossa presença inicialmente provocasse o menor ruído possível em simultâneo com a capacidade de ir começando a recolher informações que o mesmo, em catadupa, nos fornecia. Debatemos a não existência de uma metodologia integralmente não interferente, porém indicamos estratégias de como minimizar os efeitos do investigador junto dos actores sociais utilizadores do espaço.

Neste ponto, Ponto 6. Postura Etnográfica e Observação Participante, indicamos meramente, de forma sintética, visto a etnografia ser já bem conhecida na arte, como nos introduzimos no terreno com uma postura observativa participante e como nos mesclámos na vida quotidiana dos actores sociais que usam e apropriam a praia. Elencamos não só os contributos de uma etnografia mais tradicional, como a abordagem do *extended case method* como instrumento de aferição, bem como a análise dos comportamentos não verbais, isto é, etológicos que formatam o estar em interacção de diversos actores sociais.

O Ponto 7. O Papel do Inquérito por Entrevista incorre em profundidade sobre as vantagens da aplicação de entrevistas a informantes privilegiados. Optámos por realizar entrevistas semi-estruturadas, justificando a nossa opção pelo facto de estas permitirem obter alguma informação em profundidade sem excessiva intromissão do investigador e da considerável liberdade oferecida ao entrevistado. Foram preteridas as entrevistas estruturadas e as livres por considerarmos que as mesmas, respectivamente, impediriam os entrevistados de revelar informações que por entrevista de pergunta/resposta, pergunta/resposta coarctassem as suas respostas, limitando os dados que de forma mais livre nos poderiam fornecer; já as entrevistas



livres também não se mostraram do nosso interesse, visto que pretendíamos encaminhar, ainda que em moldes não muito restritivos, as respostas dos entrevistados em função de certas questões que pretendíamos abordar e que constam em guiões de entrevistas, adaptados a diferentes circunstâncias e tipologias de entrevistados.

Através da estratégia optada neste ponto, o Ponto 8. O Recurso à Imagem ou Instantâneos do Quotidiano: aproximações a uma etnografia visual, permitiu-nos colocar as captações em imagem estática, os instantâneos do quotidiano, a ‘falar’ por nós, tal como justificamos quando abordamos a temática da etnografia e sociologia visuais. O uso da fotografia tornou-se não só complementar, tornou-se igualmente estruturante em algumas etapas da tese desenvolvida, como o demonstrámos extensivamente.

Quanto à 2.<sup>a</sup> Parte, correspondendo-lhe os capítulos III e IV, encontramos os capítulos que finalizam o *Corpus* e que antecedem a Conclusão. São estes capítulos, naturalmente, os mais extensos devido à coerência interna que ao trabalho realizado é exigida. Neles encontramos a descrição, interpretação e análise de todos os dados recolhidos, das mais variadas formas, durante o processo investigativo.

No CAPÍTULO III – PRECURSORES DO TURISMO, PUCS, LAZER E DINÂMICAS DAS VIVÊNCIAS TURÍSTICAS E LÚDICAS NA COSTA DO ESTORIL: ABORDAGEM ANALÍTICA, composto por 7 pontos:

No Ponto 1. Nota Introdutória cabe-nos apenas a tarefa de mencionar relevância das frentes de mar nas sociedades mediterrânicas, como Portugal também é considerado, e nas sociedades do sul da Europa, particularmente como factor de atractividade na captação de utilizadores, sejam eles turistas ou nacionais regionais ou mais ou menos locais.

Neste Ponto 2. Precursores do Turismo de Vilegiatura em Cascais explicitamos e explicamos como a frente de mar associada à Linha de Cascais contém já em si um historial de uso lúdico que precede os tempos que hoje vivemos. Fazemos igualmente notar que as infraestruturas montadas ao longo da Linha desempenharam um papel crucial no estabelecimento deste território como destino lúdico, particularmente

devido às actividades apenas aos usos lúdicos passíveis de ser introduzidos pela frente de mar, como, entre outras, as práticas de vilegiatura.

Neste Ponto 3. Do PUCS ao PDM-Cascais temos tão-somente a pretensão de indicar, de forma breve e muito sintética, de como se passa de um plano de âmbito regional ou quase regional para uma nova ordem de planificação pensada já com o principal desígnio de se pensar o território a uma escala concelhia. Notamos que essa transição só toma forma de facto nos meados ou finais da última década do século passado.

Este ponto, Ponto 4. Hotelaria em Cascais, tem por objectivo apresentar um retrato do turismo no concelho de Cascais, amiúde colando a par comparações com o total da AML e o peso turístico que a vila representa no turismo nacional. É um ponto que se estabelece essencialmente pela análise de dados quantitativos, em particular informação estatística. Pretendíamos saber em que tipologia de estabelecimento hoteleiro se alojava o turista que visita Cascais, sendo que também recorremos directamente ao número absoluto de dormidas do turista, a fim de verificar a sua pressão no nosso território de interesse. Constatámos ser o Estoril e o centro de Cascais que mais estabelecimentos detém e que, por isso, são os territórios privilegiados pelos turistas para se alojarem, tenham escolhido o seu destino com finalidade lúdica e/ou de negócios.

No Ponto 5. Praias de Cascais elencamos e apontamos geograficamente todas as praias oficiais de Cascais, de forma a permitir ao leitor, pela sua identificação territorial, realizar a sua leitura. Enfatizamos, em algumas considerações, as praias da Bafureira e do Guincho pelas particularidades que demonstraram deter; deixámos, no entanto, os nossos considerandos mais aprofundados sobre Carcavelos e sua praia para outros pontos que foram elaborados manifestamente para o efeito.

Ponto 6. Mobilidade Espacial. Transporte e Acessos. Neste ponto exploramos e colocamos em destaque os principais meios de acesso, sejam as vias ou outros equipamentos de transporte, ao concelho de Cascais, o que promove uma mobilidade

espacial humana de cariz essencialmente metropolitano. Colocamos particular ênfase na entrada no concelho por actores sociais provindos da cidade, ou de transportes da cidade, de Lisboa. Não esquecemos, igualmente, que a referida mobilidade implica também a possibilidade de saída do concelho orientada para outros destinos.

No Ponto 7. Turismo e Lazer em Cascais: Vivências Complementares à frente de mar centramos a nossa atenção em particular nos usos da Casa das Histórias Paula Rego. Pretendemos neste ponto demonstrar e identificar outros espaços próximos à frente de mar, ou adjacentes à mesma, cujo uso e fruição complementa aqueles que mais cingidos ao imediato da frente de mar. Elencamos outros espaços para além do dito museu, espaços amplamente utilizados por turistas e outros utentes.

Encerrando a segunda parte, o CAPÍTULO IV – À ESCALA DO LUGAR. LAZER, CONSUMO E DISTINTAS SOCIABILIDADES NA PRAIA DE CARCAVELOS, que soma 7 pontos,

Ponto 1. Nota Introdutória. Nesta nota introdutória ou neste ponto esclarecemos desde logo, e sucintamente, que a nossa atenção recai desde aqui até aos demais pontos restantes tão-somente nas vivências, usos e seus sentidos que implicam só Praia de Carcavelos. Evocamos a praia como um território de carácter público, singular e privilegiado no que remete para as práticas lúdicas, incluindo aquelas que associadas e praticadas directamente no mar. Neste ponto apresentamos igualmente, na forma esquemática de uma tabela, os distintos utilizadores da praia.

No Ponto 2. Vivências na Praia de Carcavelos colocamos em relevo as diferentes formas como distintos actores sociais vivem, experienciam e usam a praia. Constatamos a significativa relação entre os diversos usos da praia e fenómenos de consumo, que no nosso entender, se tornam praticamente indissociáveis, embora não descartemos uma fruição não onerosa do território, para além daquela que a precede, isto é, a obrigatoriedade de um consumo prévio para se poder estar em condições de tal fruição (indumentária, equipamentos, acessórios, outros mais). Contudo, grande destaque é orientado para as vivências em estabelecimentos comerciais presentes na praia, assim observando-se desde logo uma intrincada lógica de consumo. Verificamos assim, ao longo dos seus sub-pontos, a diversidade e heterogeneidade dos usos

praticados na praia em diferentes horas do dia e, inclusive, do ano. Exploramos essas diversas actividades, numa postura descritiva acompanhada por interpretações e análises pontuais em profundidade, sendo que aplicamos no momento deste ponto com maior vigor a nossa postura etnográfica na qual nos socorremos igualmente da imagem como suporte e justificativo da mesma.

Ponto 3. Mobilidade Espacial. Transportes e Acessos. Apresentamos neste ponto, no qual a postura etnográfica demonstrou novamente as suas valências, possibilidades de acesso à praia de Carcavelos no que concerne à mobilidade espacial humana. Tal como no ponto dedicado ao concelho, exploramos as vias e os meios de acesso utilizados pelos utilizadores da praia para lá se fazerem chegar. Assim, verificámos a distinção, baseada em boas razões, entre as formas de acesso à praia tanto por actores sociais residentes nas adjacências como por aqueles que se deslocam de, entre outros, variados pontos da metrópole de Lisboa.

Neste ponto, Ponto 4. Segurança e Sentimentos de (in)Segurança, envidámos esforços para compreender e explicar o sentimento de segurança, ou não, experienciado pelos diversos utilizadores da praia, independentemente da sua origem. Para esse efeito, concentrámos os nossos esforços nas medidas aplicadas pelas chamadas instâncias formais de controlo, no sentido de promover um maior sentimento de segurança ao utente. Como exemplos dessas instâncias implicadas na segurança da praia, destacamos Instituto de Socorros a Náufragos, através dos seus nadadores-salvadores acreditados, que contribui para uma relação mais segura com o mar; a PSP, a quem cabe manter a ordem pública na praia ou a restabelecê-la se quebrada, sendo que o seu elemento dissuasor da criminalidade parece imputar maior confiança no regular utilizador da praia que não tenha por objectivo práticas anómicas ou até mesmo criminosas. Também de forma aprofundada e extensiva, analisámos no seu sub-ponto, e dentro das condições que nos foram possíveis e permitidas, o ainda hoje reconhecido fenómeno do arrastão, seja ele apenas reconhecido como mero boato ou como realidade que de facto se verificou, e das repercussões que este teve

na abordagem da praia pelos agentes económicos, decisores políticos e forças da autoridade.

Ponto 5. Praia e Consciência Ambiental? Uma outra vez cruzamos a ética ambiental com os interesses diversos de agentes económicos e decisores públicos em potenciar a boa imagem e atractividade do espaço, desta feita à escala da praia.

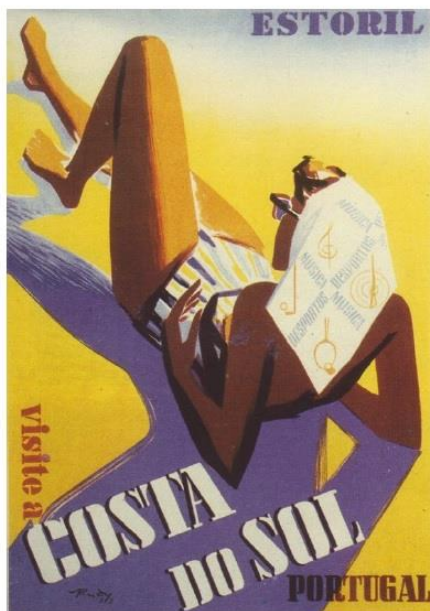
Ponto 6. Destino Metropolitano e (in)Visibilidade Turística. Neste ponto explanamos a nosso entendimento dos usos da praia serem em muito resultado de uma dinâmica metropolitana, intrincada e complexa. Retirar a Praia de Carcavelos das dinâmicas de índole metropolitana seria um erro crasso e esse vazio, pela nossa investigação, jamais seria colmatado apenas pelos residentes, para mais numa praia com uma carga máxima estimada em 15.000 utilizadores. Refutamos igualmente este território como um destino turístico significativo, sendo inclusivamente parcamente fornecido de equipamento hoteleiro que albergasse turistas em número que bastasse para que deles se verificasse forte presença na praia. Até mesmo a comunicação entre os escassos estabelecimentos hoteleiros e o comércio estabelecido na praia é porosa e desprovida de significado prático de monta.

Concluímos do Ponto 7. Da Distinção. Uma Praia, Duas Realidades Vividas que a praia de Carcavelos demonstra e apresenta uma forte segmentação, e até segregação, quanto aos diferentes actores sociais que a apropriam. Sugerimos uma gentrificação de uma parcela da praia e uma continuada desqualificação de outra, resultado de estratégias fomentados quer por agentes económicos como pelo poder público local. Distinguimos os usos e os utentes mediante os capitais económico e cultural que aparentam portar, recorrendo de forma mais exaustiva ao auxílio da análise etológica.

Terminamos, a finalizar a tese de doutoramento que aqui explanamos, e como seu corolário, com a CONCLUSÃO. Nesta colectamos, num contexto relacional do total do trabalho, as nossas considerações finais abraçando uma postura analítica compreensiva e explicativa, das quais emerge em síntese a produção construída. Findamos igualmente a nossa introdução e passaremos a outras etapas.

## 1.<sup>a</sup> PARTE

### ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS



Legenda:

Cartaz de promoção turística da Costa do Sol, original dos anos 1930 ou 1940

(in Silva, Raquel Henriques da, citada por Anastácio, 2008, p. 323)

## CAPÍTULO I

### CONSIDERANDOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO

*«Mas contrariamente àquilo que se teme ou espera, estas tecnologias [TIC] não põem em causa a concentração metropolitana nem substituem as cidades reais pelas cidades virtuais.» (Ascher, 2010b: 64)*

#### 1. Nota Introdutória

Primeiramente, antes de afunilarmos as nossas pretensões, *i.e.*, da estreita necessidade de ‘estrangularmos’, cingirmos, o nosso objecto de análise, entendemos ser prudente realizar algumas breves incursões que nos introduzam e clarifiquem sobre a relevância e a centralidade que a realidade social em contexto urbano assume nos dias de hoje, não esquecendo apontamentos que abranjam uma escala global e que reforçam a percepção dessa mesma relevância e centralidade do dito contexto urbano. Procedemos, nesse intuito, realizando uma revisão de literatura de cariz sociológica conjugada com o uso e interpretação de dados estatísticos, tais como aqueles que utilizamos tendo por fonte a ONU.

Assim, numa sociedade global também ela dita da Informação (Martinotti, 1993, pp. 37-38; Castells, 2002; 2003a; Bassand, 2007, pp. 99-106), as cidades são hoje em dia, e mais que nunca, os territórios privilegiados para acolher a maioria da população humana. Aliás, também nunca como hoje foi tão significativo o fenómeno

da metropolização (Martinotti, 1993, pp. 137-189; Ascher, 2010a, pp. 15-40, pp. 119-151), processo que decorre do crescimento de cidades centrais que se estendem por outras que, *e.g.*, por uma lógica de conurbação, imbricam nesses grandes aglomerados, tornando-se nalguns casos megacidades (Sassen, 2001, pp. 329-344). O século XXI vem, aliás, inverter uma prática, ou expresso de outra forma, uma tendência até então ainda patente: a Organização das Nações Unidas, no seio dos seus relatórios<sup>1</sup>, sugere que a partir do ano de 2008 mais de 50% da população mundial estaria a residir em cidades (UNFPA, 2007: 1). Estas desempenham, como se verifica, um papel central e incontornável nas nossas sociedades (Sassen, 2006; Soja, 2006). François Ascher assere inclusivamente que os territórios virtuais, por muito que tenham vindo a crescer e a cimentar-se na sociedade global, não substituem os territórios reais mesmo tendo em conta diversas profecias nesse sentido, *i.e.*, augurando o fim das cidades (Ascher, 2010b). Grosso modo, as cidades reais, como se lhes refere o autor, e as concentrações à escala metropolitana são um facto inapelável que vivenciamos nos dias de hoje. Em opinião que aponta nesse mesmo sentido, a socióloga Saskia Sassen sugere que ao invés da dispersão territorial que era sustentada por analistas e políticos baseados no paradigma da cidade digital, tecnológica e da informação, existe uma maior concentração populacional em grandes cidades chave a uma escala global (Sassen, 2006, pp. 135-144).

Noutro relatório da ONU, mais recente, datado de 2011, sobre o estado da população mundial, surge o corolário às afirmações anteriores, já que o mesmo confirma que mais de metade dos seres humanos habitam em condições de urbanidade (Bassand *et al.*, 2001, pp. 24-33<sup>2</sup>) em cidades (Fortuna, 2009, pp. 83-94). Este número estabelecido em um para cada dois habitantes tende, citando este relatório, a elevar-se para dois em cada três no interior de uma escala temporal

---

<sup>1</sup> 30º Relatório sobre a Situação da População Mundial, dedicado ao tema da Urbanização, ONU, 2007.

<sup>2</sup> Michel Bassand define, utilizando uma expressão sintética, urbanidade «*como a avaliação, mais ou menos positiva, da coabitação urbana*» (op. cit., p. 24).



estimada em 35 anos (UNFPA, 2011, p. ii). Portugal não foge a esta regra, com a maioria dos seus residentes a viver em espaço urbano em situação de dita urbanidade<sup>3</sup>. Fazendo fé nos dados definitivos do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes aos Censos 2011 e seus resultados finais, no nosso país residiriam 10.562.178 de indivíduos – 10.047.643, se considerarmos somente o Continente –, dos quais 4.383.817 se encontram concentrados na NUTS II – Lisboa (Região) e nas NUTS III – Grande Porto mais Entre Douro e Vouga (Sub-Regiões) que correspondem, respectivamente, às Áreas Metropolitanas de Lisboa (2.821.876) e do Porto (1.562.141); estes números, designando a soma destes dois aglomerados urbanos, correspondem a 41,5% do total da população a residir em Portugal – como se pode aferir pela Tabela 1, abaixo, figurando dados dos últimos censos nacionais.

<b>Território/ n.º habitantes Censos 2011</b>		<b>% face à população total nacional</b>
Portugal (NUTS I)	10.562.178	<i>N</i>
AML (NUTS II)	2.821.876	26,72
.Grande Lisboa (NUTS III)	2.042.477	19,34
.Península de Setúbal (NUTS III)	779.399	7,38
AMP	1.562.141	14,79
. Grande Porto (NUTS III)	1.287.282	12,19
. Entre Douro e Vouga (NUTS III)	274.859	2,60
(AML + AMP)	(4.383.817)	(41,50)

Tabela 1

Legenda: População e proporção percentual da população das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto face ao universo da população nacional

Fonte: INE

<sup>3</sup> Novamente, observando as proposições propostas sobre cidade, urbano, e urbanidade em Bassand e Fortuna (op. cit.).

A gestão moderna das cidades, na perspectiva sustentada por Fonseca Ferreira (Ferreira, 2005), acompanha esta evolução demográfica tendencialmente crescente, assente em políticas e práticas de planeamento territorial, por parte do Estado como Poder Público Central e como Poder Público Local, cuja finalidade mais altruísta – visto que os decisores públicos, independentemente da escala de análise, são formatados por uma agenda política própria que consigo carregam – será a de prover aos seus utentes, residentes ou não, uma qualidade de vida o mais melhorada possível (Ferreira, 2005; Gonçalves, 2006). Todavia, o Estado não é o único actor presente nas alterações visíveis no tecido urbano, significando que o Estado não é sobretudo o único actor presente nessas alterações visto que muitas vezes nem é o principal. As cidades obtêm, por todo o manancial de possibilidades que oferecem, a atenção de actores sociais do sector privado, actores esses que buscam, também eles, a satisfação das suas metas. Por uma questão de estratégia e de balizamento cingir-se-á a elaboração do discurso assente nas cidades ditas ocidentais ou ocidentalizadas (Goffman, 1974, p. 21, p. 128, p. 363; Baptista, 2005, p. 48<sup>4</sup>).

Pretende-se no desenrolar deste texto reflectir e fazer, em coerência, um levantamento da literatura sobre a produção de territórios lúdicos, passíveis igualmente de um usufruto turístico (Barros, 2004; Holloway, 2006; Cooper *et al*, 2008), em espaço público e em contexto urbano. Aqui é de enfatizar o papel determinante que atribuiremos às frentes de mar na renovação urbana e nos novos ou renovados usos destes territórios. Esta reflexão cruzar-se-á inevitavelmente com a vocação desses territórios para o entretenimento e para o lazer, para fruição e para práticas de consumos diversas e complexas. Inevitavelmente, de igual modo, cruzar-se-á com as marginalidades, a nível do acesso a determinadas vivências e experiências da cidade, que serão por assim dizer o reverso da medalha. Vistos estes ‘opostos’, outra

---

<sup>4</sup> Tal como Goffman e Baptista (op. cit.), que assumem de forma manifesta que o seu olhar sociológico se dirigirá para as denominadas sociedades ocidentais – com o acréscimo da perspectiva ‘ocidentalizadas’ empregue por Baptista –, também o nosso foco se aplicará a uma sociedade de índole ocidental.

inevitabilidade assenta na forma como se referenciam sentimentos de (in)segurança na vida urbana quotidiana.

Desde a polis grega que a urbe, a cidade, experiencia uma tensão desigual nos modos e práticas de vida daqueles que dela se apropriam. Hoje, neste presente que vivenciamos, essa lógica ganha uma importância matricial, onde são mais as dúvidas que proliferam do que certezas. Tal, consideramos, deve-se não tanto à relativa juventude das ciências que estudam as cidades enquanto problema ou fenómeno social, argumento que cremos já não escudar justificação para o mencionado, mas essencialmente às dinâmicas de transformação social que se operam com conhecida celeridade – e fluidez – nas malhas do tecido urbano, seja a nível normativo, simbólico, estético ou outros, muitos outros ainda.

Por fim, cruzar-se-á inevitavelmente com um fenómeno que tem vindo a conquistar proeminência particularmente a partir das últimas quatro décadas<sup>5</sup> e que conquistou *polls* tanto entre as comunidades científicas, na opinião pública em geral e na agenda dos grandes decisores políticos: a questão ambiental. Um ponto de referência que trouxe à ribalta as questões ambientais foi sem dúvida o chamado Relatório Brundtland (UN, 1987), onde se abordam consequências, no melhor cenário gravosas, caso não se adoptem medidas de desenvolvimento sustentável<sup>6</sup>, desenvolvimento esse que implica a adequabilidade e conciliação das satisfações humanas de hoje de forma a não comprometer o por vir das necessidades, e até a existência, das gerações futuras.

---

<sup>5</sup> Em 1968 foi criado o Clube de Roma, saindo dos seus esforços a edição de *Os Limites do Crescimento*, estudo encomendado em 1972 pelo MIT e que ficou conhecido por 'Crescimento Zero'; em 1972 dá-se a primeira cimeira ambiental global, cuja publicação ficou baptizada pelo nome da cidade que a acolhera, Declaração de Estocolmo, onde também se fixou o Dia Mundial do Ambiente: 5 de Junho. Outros exemplos poderiam ser citados, mas iremos enumerar apenas mais um, o último destes 'mega' eventos sobre questões ambientais, que ocorreu e ficou conhecido como Conferência de Nairóbi, 2006 (Caetano *et al.*, 2008, pp. 19-23).

<sup>6</sup> É publicado em 1987, sob o título de *O Nosso Futuro Comum*. É neste relatório que surge pela primeira vez a identificação, descrição e definição de desenvolvimento sustentável. Será igualmente de considerar a definição deste conceito proposta, *e.g.*, por Gerald Marten, datada de 2001, cuja similitude com a definição original se apresenta manifesta (Marten, 2001, p. 9).

Este discurso, orientado por âmbito normativo, não é por nós introduzido por acaso. Na realidade, este discurso cruza-se e imbrica com outro distinto, o político, veiculado pelos decisores públicos que ocupam posições de decisão. O ambiente, ou as consequências que a vivência humana exerce sobre este, conquista centralidade no discurso dos decisores políticos pela razão manifesta de que as condicionantes ambientais se repercutem, positiva ou negativamente, na imagem dos territórios sob a alçada dos decisores, o que é o mesmo que dizer na capacidade de atractividade desses territórios sobre toda uma miríade de tipologias de eventuais apropriantes de um dado espaço.

## **2. O PUCS Como Alavanca do Desenvolvimento da Linha de Cascais**

O Plano de Urbanização da Costa do Sol (PUCS), cuja pretensão seria a de programar os territórios da área costeira entre Algés e Cascais (TSF, 2010<sup>7</sup>), fomentando particularmente o turismo e o lazer, tem como mentor político o ministro do então Estado Novo, Duarte Pacheco. Este plano ganha consistência para a sua concretização mediante a Lei n.º 1.909, publicada em Diário de Governo no dia 22 de Maio de 1935, que define os limites geográficos da Costa do Sol e os pressupostos para a sua urbanização. Nessa mesma lei pode ler-se, no seu Artigo 1.º, que:

*«[...] A região que abrange a parte dos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais, limitada, ao norte, por uma linha paralela à nova auto-estrada*

---

<sup>7</sup> Rubrica Encontros com o Património, conduzida e moderada por Manuel Vilas-Boas, dedicada ao tema “De Algés a Cascais – um território para o turismo”, com a participação de Margarida Pereira, Teresa Marat-Mendes, Susana Lobo e Sandra Vaz Costa.

*projectada, e a 100 metros para além do seu eixo, e, ao sul, pelo Tejo e oceano, denominar-se-á Costa do Sol e será urbanizada de harmonia com o Plano de Urbanização aprovado pelo Govêrno.» (Portugal, 1935, p. 718)*

Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e Comunicações, é indubitavelmente quem politicamente esquia este instrumento de gestão territorial considerado por muitos magistral, designadamente por Margarida Pereira que o salienta como:

*«[...] uma referência nacional por razões diversas: pioneirismo, dimensão da intervenção, aprovação (única até 1974), longevidade (mais de 40 anos), processo de gestão, entre outras.» (Pereira et al., 2009, p. 8)*

Contudo, a elaboração deste plano prolonga-se por mais de uma década, num processo que envolveu também, em duas fases, os reconhecidos arquitectos urbanistas Donat-Alfred Agache e Etienne de Gröer (Costa, *in* Pereira et al., 2009, pp. 18-22, p. 27). Desta forma, o PUCS vê-se aprovado em 1948 pelo Decreto-Lei n.º 37.251, de 28 de Dezembro, já sem Duarte Pacheco que falecera, vitimado por um acidente de viação, em 1943. Pode ler-se no Artigo 1.º do Decreto-Lei:

*«É aprovado o plano de urbanização da Costa do Sol, que mereceu parecer favorável do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, homologado pelo Ministro das Obras Públicas.» (Portugal, 1948, p. 1716)*

E em complemento no seu Artigo 2.º que:

*«Será extinto em 31 de Dezembro de 1948 o Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, criado ao abrigo da Lei 1.909, de 22 de Maio de 1935, e transferidos os seus móveis, equipamento e arquivo para a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.»* (Portugal, 1948, p. 1716)

Este plano, apesar de inequivocamente inovador para o Portugal de então, relega para disposições na prática acessórias a participação e a capacidade de decisão do poder local, demonstrando carácter de uma política centralizadora de cunho estatal prosseguida ao nível da esfera do Governo. Às autarquias, incluindo Cascais, competiam apenas tarefas complementares e de segundo plano delegadas pelo poder central, desprovidas portanto de decisão política de facto.

### **3. A Ludificação dos Territórios**

Podemos sugerir que ao longo do seu processo histórico, as cidades sofrem um desgaste algo corrosivo que se traduz numa imagem delas próprias que é percebida pelos actores sociais em geral. Este desgaste corrosivo no ‘casco’ das cidades implica igualmente um desgaste resultante na construção da – boa – imagem (Ledrut, 1973b, pp. 41-102; Lynch, 2003; Vaz, 2008, pp. 87-104). Para tal, torna-se impreterível intervencionarmos nas cidades de forma a que estas se tornem mais apetecíveis, valendo este princípio tanto para actores sociais colectivos, entre os quais os agentes económicos, como para os actores sociais a nível individual, quer sejam residentes ou apenas utentes oriundos desta ou daquela cidade.

Um dos modos de intervir em determinados territórios urbanos assume a forma de uma reconversão de espaços públicos urbanos (EPU) no seio de uma lógica de ludificação desses mesmos espaços. Esta forma de pensar as cidades baseia-se em cenários de territórios (i) edificados de raiz com a finalidade de serem passíveis de uma apropriação orientada para o entretenimento e o consumo programado (Hannigan, 2000b<sup>8</sup>) ou (ii) de uma reavaliação económica e política acompanhada de intervenções físicas na (re)construção da imagem<sup>9</sup> da cidade visando a que estes se tornem ludicamente atractivos (Baptista, 2005, p. 45) e assim apetecíveis à apropriação.

Recentemente, na década de 2000, em Portugal, foi lançado o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades<sup>10</sup>, cujas intervenções no espaço público se mobilizaram, em boa medida, com a pretensão de se requalificar lugares adjacentes a linhas de água, linhas estas cujo valor simbólico – e ambiental – é incontestável, provendo assim as cidades de espaços de lazer e de entretenimento de qualidade. Esta lógica de intervenção pública visando a optimização da atractividade das cidades encontra-se já de tal forma inculcada no espírito dos planeadores e decisores políticos que afirmamos, inclusivamente, que as próprias cidades se entregam, e se sujeitam, a uma mercantilização dos seus territórios (Zukin<sup>11</sup>, 1993, pp. 3-23, pp. 39-54), acabando, conseqüentemente, por concorrerem e competir entre si (Pinheiro, Baptista & Vaz, orgs., 2001; Sassen, 2006).<sup>12</sup>

Nesta linha de raciocínio da programação de territórios lúdicos ou ludificados, tomemos, a título de exemplo, as vilas de Cascais e de Oeiras, ambas integradas num

---

<sup>8</sup> Um caso exemplar e incontornável desta natureza, apresentado por John Hannigan, remete para o estudo da génese da cidade norte-americana de Las Vegas (Hannigan, 2000b).

<sup>9</sup> Aqui no sentido que lhe é atribuído por Kevin Lynch (2003), da leitura que os actores sociais fazem da cidade, como também de outras perspectivas como as de Ledrut (1973b), Michel de Certeau (1988), Bassand (2007), Vaz (2008a) e Fortuna & Leite (2009).

<sup>10</sup> Presidência de Conselho de Ministros, RCM n.º 26/2000 de 15 de Maio.

<sup>11</sup> Em Sharon Zukin, a questão da mercantilização das cidades ganha particular acuidade a partir da aplicabilidade do conceito de «paisagens de consumo» (Zukin, 1993, p. 5).

<sup>12</sup> Formulação defendida na Dissertação de Mestrado em Sociologia realizada pelo autor, “Requalificar e Revitalizar as Cidades – O Programa Polis: Cacém, Covilhã e Marinha Grande”, FCSH-UNL, Lisboa, 2008 (Almeida, 2008, p. 99).

sentido lato do que é conhecido por Linha de Cascais, ou tão simplesmente *Linha*, inseridos, tendo em conta uma escala mais alargada, na Área Metropolitana de Lisboa – AML. Ambos os territórios partilham entre si um factor comum: uma frente de água, mais vincadamente uma frente de rio em Oeiras e de mar em Cascais, ambas consideráveis e significativas tendo em conta a extensão territorial destas duas vilas concelho.

De entre eles, o concelho de Oeiras foi o primeiro a intervir no espaço público junto à sua frente de rio, em termos razoavelmente recentes, reconvertendo-os no interior desta lógica ludificante que temos vindo a mencionar; é razoável que a consubstanciação e subsequente aprovação por Resolução do Conselho de Ministros do Plano Director Municipal de Oeiras (Portugal, 1994b) tenha operado como um facilitador.

Por seu turno, o concelho de Cascais, apercebendo-se das potencialidades criadas pelo seu concelho vizinho, arranca também ele, ainda que em termos temporais mais tardiamente, com a requalificação e reconversão dos seus espaços públicos adjacentes e ao longo da sua frente de mar, cujo factor de atractividade aceitamos sem dificuldade de monta ser mais proeminente, intervenção essa também ela orientada para a criação de um território lúdico; todavia, a intervenção no território seria realizada mediante Planos de Pormenor ou de Intervenção mais ou menos urgentes que seguiriam ainda o estabelecido no PUCS, na ausência de um PDM próprio até 1997. Exemplos crassos destas intervenções no território são, evidentemente, os seus ‘novos’ passeios marítimos. Todavia, devemos acrescentar que o valor simbólico destas duas vilas não se equipara, sendo que Oeiras só assumiu uma visibilidade de mais-valia em décadas recentes<sup>13</sup> e que Cascais contém em si um historial abundantemente mais vasto nunca tendo, aliás, e na nossa opinião, perdido primazia a nível de valoração simbólica para a sua vila vizinha – note-se o simbolismo

---

<sup>13</sup> O que ganha mais razão de ser se excluirmos a época em que o Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal, lá estabeleceu residência, época essa que nos remete para o século XVIII.



valorativo de Cascais ter sido a vila de veraneio por excelência da realeza e nobreza portuguesas, bem como da sua alta burguesia, o que se estendeu a uma programação do território orientada essencialmente para as elites como pretendia o PUCS desenvolvido durante o período do Estado Novo (Pereira *et al*, 2009; CMC, 2011).

Amiúde, os processos que conduzem à ludificação de determinados territórios encontram-se ‘mascarados’ em intervenções planificadas para a ‘requalificação do território’, requalificação essa que se encontra sempre ancorada à necessidade de melhorar as condições de vida nas cidades, o que já se observou ter sucedido com as intervenções no âmbito do Programa Polis. Esta requalificação só é possível se concebida em termos de uma ‘reinvenção da cidade’ que promova junto dos cidadãos alterações na representação, sempre numa imagem para melhor, que desta produzem e concebem. Comunga-se da tese que sustem que da tal requalificação urbana não resulta, nem nunca poderá resultar, um momento estático em que se obtém uma cidade de obra final, como que concluída, já que o inacabamento da cidade é permanente, numa parábola inacabada (Mons, n.d., p. 83).

Porém, não nos passa em claro nem somos displicentes face a variados projectos de requalificação que encobrem uma outra estratégia, desta feita no sentido de captar para junto dos seus territórios actores sociais (em particular, economicamente) mais capitalizados. Referimo-nos, evidentemente, ao processo de reinvenção da cidade que não ocorre somente ao seu nível físico, mas inclusive e principalmente ao nível dos seus habitantes, processo esse comumente reconhecido e apelidado de gentrificação. Retomaremos esta prática tornada fenómeno social mais adiante, afectando-lhe a atenção que de facto merece.

#### 4. Turismo e Sociedade do Consumo

*«O consumo não aparece hoje como uma finalidade, mas como um meio de viver bem e chegar ao bem-estar.»*  
(Santos, 2008, p. 55)

O que anteriormente explanámos não seria dotado do seu correspondente sentido, ou pelo menos perderia algo no vazio, se não o enquadrássemos numa sociedade amplamente voltada para o consumo, como é a da nossa realidade. Enfim, entretenimento, lazer e preenchimento dos tempos livres são fenómenos que dificilmente coexistiriam de uma forma sistemática ou generalizada sem que fosse numa sociedade estruturalmente moldada como a sociedade dita ocidental (ou, de forma mais abrangente, das sociedades, outras, ocidentalizadas) onde são libertados tempos anteriormente consagrados ao trabalho, que assim possibilitam o que se denomina como ‘programação quotidiana’ de cariz ‘lúdica’ dos tempos livres dos indivíduos. De facto, a libertação de tempos livres, conquistados à esfera do trabalho, permite a determinados agentes económicos que assumam uma postura cujo *targeting* é, entenda-se, a reapropriação desses tempos vagos – inclusive no seio de uma lógica de (re)programação desses tempos em actividades lúdicas (Baptista, 2005, pp. 48 e 56). Assim, no seguimento desta ‘nova ordem’ surge o conceito de cidadão-consumidor<sup>14</sup>, onde, mais radicalmente, se postula que só tem verdadeiros atributos de cidadão aquele que participa activamente, investindo o seu tempo e capital económico, como consumidor no seio da sociedade onde se encontra incluído. Recuperaremos esta ideia, que reúne o confronto entre cidadania e consumo,

---

<sup>14</sup> Entendemos que este conceito por nós proposto não deve ser confundido com aquele proposto por Anthony Giddens no início da sua obra *A Europa na era global* (Giddens, 2007, p. 15).

acrescido do valor do capital social que cada segmento social consegue reunir, com um enfoque mais intensivo e adequado, que em abono da verdade merece, tanto ainda se atentarmos para a complexidade desta matéria que não se explica num breve afloramento, no decurso do Capítulo II<sup>15</sup>.

As práticas dedicadas ao consumo caracterizam desde longa data (Veblen, 1994<sup>16</sup>) os indivíduos. Desdobram-nos, consoante a sua capacidade de consumir e mediante o objecto que consome, por diferentes posições ocupadas na hierarquia concernente à estratificação social. Em termos de um discurso mais recente, é possível e crível acrescentar-se que a dita esfera do consumo ocupa, nestes tempos de modernidade avançada, um papel de supremacia simbólica mesmo em relação à denominada esfera do trabalho (Ransome, 2005<sup>17</sup>). Sustentamos igualmente aqui a tese um tanto radical, mas cuja legitimidade julgamos poder encontrar mediante as percepções emanadas e captadas do quotidiano empiricamente observado, que nas sociedades ocidentais não por acaso amiúde conotadas como ou definidas pelo consumo, vulgo Sociedades do Consumo (Baudrillard, 1995c; Lipovetsky, 2006<sup>18</sup>; Bauman, 2008, pp. 52-81; Santos, 2008), sustentamos, dizíamos, que o próprio

---

<sup>15</sup> Sobre as proposições sustentadas atentaremos com o devido detalhe no capítulo dedicado à discussão conceptual, não só escarpelizando a dicotomia cidadão-consumidor, mas também explicitando detalhadamente o que entendemos por ‘nova ordem’ e a determinância de um capital social que é dotado a distintos segmentos de classe integrados na lógica da estratificação social ou a grupos específicos de actores sociais nessa mesma ordem.

<sup>16</sup> Como o leitor atento certamente constatará, esta obra em particular data originalmente de 1899. Usamos no decurso do texto as datas das obras em consonância com a edição que utilizámos para o efeito, de forma a mantermos um registo coerente da escrita. Colmatamos esta aparente disfuncionalidade evidenciando de forma manifesta, sempre que possível em que seja aplicável, a data da edição utilizada e a data do texto original – a última grafada no interior de parêntesis rectos – ao longo da Bibliografia.

<sup>17</sup> A argumentação de que a esfera do consumo passa a ter um ascendente sobre a esfera do trabalho é transversal e estruturante ao longo desta obra específica de Paul Ransome. Todavia, parece-nos interessante demonstrá-lo, a título exemplificativo, através das próprias palavras do autor, palavras essas que tomámos a liberdade de traduzir do original em inglês, convictos de que sem prejuízo ao espírito da letra: «(...) embora o trabalho permaneça importante, a esfera do consumo tem assumido um papel mais dominante na vida das pessoas» (Ransome, 2005, p. 89).

<sup>18</sup> Gilles Lipovetsky é ainda mais radical na designação, utilizando a terminologia «sociedade do hiperconsumo». Mais adiante, prestaremos uma atenção mais devida à sua proposta.

indivíduo é desclassificado e considerado como que inepto se não for capaz de reunir capitais que lhe permitam participar da esfera do consumo, permanecendo assim no leque de actores incluídos na sociedade (Bauman, 2008, pp. 52-53).

Sintetizando e reificando a tese sustentada, afiançamos que, de modo consciente ou inconsciente, a sociedade do consumo cria, ou estigmatiza, os mais diversos actores sociais, preconizando um sentido político e social de cidadãos de pleno direito e de indivíduos que por incapacitados de consumir são relegados para uma situação em que se vêem, o que é inegável em termos práticos, constrangidos a uma posição de menoridade inclusivamente no seu pressuposto inalienável direito de cidadão; por outras palavras, quem é ou se encontra incapaz de consumir, de se manter presente e activo neste universo, é, em moldes de rótulo societalmente imposto, menos cidadão que os demais, o que repercute, naturalmente, em muitos dos seus direitos. Cremos neste sentido, provenham os ditos direitos de cartas legislativas nacionais, como as Constituições dos estados-nação, ou de normatividades pobremente cumpridas provenientes de tratados internacionais ou de garantias presumidamente, no mais formal dos registos, acauteladas pela ONU. Corroboramos, por isso, a asserção de Sieber (*in* Cordeiro & Vidal, orgs., 2008, p. 59) que denota explicitamente e de forma manifesta o que temos arguido acerca do fenómeno do consumo e que extrapolámos para muitas outras esferas da sociedade: «*Ser incluído, ser reconhecido, é existir*». Aquele que não consome desintegra o seu laço social no que respeita ao que a sociedade do consumo exige de quem a vive.

Esta discussão conecta-se intimamente com o denominado Capital Social. Conceito já discutido por Jane Jacobs (Jacobs, 1992), logrou firmar-se em textos de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2002), Robert Putnam (Putnam, 2000), Nan Lin (Lin, 2011), Lee Rainie e Barry Wellman (Rainie & Wellman, 2012), enfim, transversalmente na literatura sociológica, da 'clássica' à contemporânea. É, por isso, fundamental compreendê-lo e interpretar os sentidos nos quais capital social e consumidor enquanto cidadão se entrecruzam, ainda que o façamos de forma célere.

Porém, concluindo por ora as nossas assunções sobre o cidadão-consumidor, pretendemos reforçar o que veiculámos recorrendo ao contributo teórico de Luís Baptista e Joan Josep Pujadas. Discorrendo sobre o fenómeno da metropolização na sociedade globalizada, os autores sustentam, remetendo os residentes para segundo plano e os visitantes para o primeiro, que:

*«Neste sentido cada vez mais as cidades são espaços de hospitalidade para os visitantes. Mas de hospitalidade selectiva vinculada ao consumo. Os que não podem consumir ficam excluídos.»* (Baptista & Pujadas, 2000, p. 303)

Bauman (2008, pp. 52-53) e Sieber (*in* Cordeiro & Vidal, orgs., 2008, p. 59), como anteriormente referenciado, reiteram a mesma lógica de exclusão que nos apresentam neste excerto Baptista e Pujadas. Pretendemos apenas acrescentar à proposição de Baptista e de Pujadas que residentes capitalizados, particularmente economicamente capitalizados, podem ser observados na mesma lógica de inclusão dos visitantes que mencionam, o que os torna, assim, incluídos no sistema. Assim o afirmamos, visto que os residentes capitalizados, em palavras igualmente utilizadas pelos autores (Baptista & Pujadas, 2000, p. 304), deixam mediante o consumo recursos financeiros atrás de si, ou seja, para quem os acolhe, mesmo que o seja na área de residência ou outras que adstritas.

Baptista e Pujadas evidenciam, com base em atributos imputados a Martinotti, que se assiste:

*«à metamorfose de uma cidade de cidadãos residentes (cidadãos?) em uma metrópole de metropolitanos utilizadores (consumidores!).»*  
(Baptista & Pujadas, 2000, p. 302)

Entende-se que quem não estiver em situação de ser consumidor é destituído da sua cidadania e não está convidado a um bem-estar de opulência que é, tantas vezes, a montra das sociedades ocidentais. Leiam-se as palavras dos autores:

*«E não o estão [convidados a participar] porque não são cidadãos, ou mais verdadeiramente, porque não são consumidores. O velho conceito de cidadania latina, desfocada graças aos efeitos do globalismo e do imperativo de uma competitividade que tudo pode, é matéria central a equacionar e a renovar. O sufrágio e mesmo a democracia perderam neste processo a maior parte da sua força e do seu papel moral.»*  
(Baptista & Pujadas, 2000, p. 303)

De entre estas linhas salientamos o carácter de extirpação de cidadania («não são cidadãos») aos que estiverem em situação de incapacidade de consumir («não são consumidores»). A perda de força do papel moral da democracia, entre outros aspectos mencionados por Luís Baptista e Joan Josep Pujadas, vem em consonância com aspectos que também apontámos na nossa construção do conceito de cidadão-consumidor.

De pedra e cal, o consumo enquanto prática social ganha um papel de relevo nas sociedades – ocidentais e ocidentalizadas que vivem este tempo histórico de modernidade tardia ou de modernidade avançada. Não será por acaso que actualmente existam propostas teóricas coerentes que defendem a primazia da esfera do consumo face à esfera do trabalho enquanto atributo mais importante e gratificante para os indivíduos que habitam e vivem a experiência das sociedades da modernidade avançada (Ransome, 2005, pp. 43-50). A lógica do prazer desagregada ao nível do indivíduo insere-se contudo numa lógica mais vasta e bastante hegemónica, espalhando-se assim numa dimensão global que acerca todo o planeta. Porém, não podemos recusar a evidência de que este fenómeno de acesso a bens ou serviços é

fortemente mais vincado nos países cujos regimes – de organização política do Estado – fomentam os princípios de liberdade e de participação dos cidadãos, como não podemos igualmente recusar a evidência de que, nem nesses países, o acesso ao consumo de bens e serviços, enfim, a produtos, não está ao alcance de todos.

As práticas de consumo podem ser efectivadas no próprio espaço público, embora comumente sejam mais associadas a espaços amiúde entendidos como semi-privados, se bem que na circunstância de ou afectos ao uso público, alguns deles construídos e constituídos em verdadeiras ‘catedrais do consumo’ (Ritzer, 2005, pp. 7-20) e outros no que poderemos, seguindo a mesma ordem de linguagem, designar como mais modestos ‘templos do consumo’.

As práticas de consumo distinguem-se pelas diversas tipologias de espaços, e até pela sua morfologia, sendo que a oferta nas cidades modernas é bastante vasta e dirigida a públicos-alvo diversos. Retomemos o exemplo da Linha de Cascais. Colocamos como hipótese que o recorte territorial deste espaço urbano permite apercebermo-nos não só da possibilidade de um consumo interno, pelos seus utentes habituais, como permite também a um consumo estreitamente associado à prática do Turismo, nomeadamente turismo de sol e praia, vistas as suas especificidades, mas, desenganemo-nos, não só nem a título exclusivo.

É indispensável para a investigação que conduzimos verificar que tipologias de turismo se enquadram na vila de Cascais, em particular nos espaços da Praia de Carcavelos. Sabemos que a diferentes tipologias turísticas podem ser atribuídas diferentes tipologias de turistas, sejam eles provenientes de um turismo interno, do chamado espaço da União Europeia ou ainda dos remanescentes territórios do globo.

Na prática social do consumo, o turismo também alcança na contemporaneidade, *i.e.*, nos dias de hoje, uma importância jamais encontrada. O turismo é igualmente um conjunto de práticas contra-rotineiras no quotidiano, isto é, um meio que permite aos que dele usufruem a satisfação de necessidades e aspirações não preenchidas nem realizadas no decorrer das suas vivências quotidianas, por outras palavras, antes de vestirem o papel de turistas (Barros, 2004, p. 9). Ao contrário de

Barros, não se considera a prática turística como um contra-quotidiano, porquanto o seu argumento sugere algo que se releva como um contra-senso de monta. No nosso entender, a prática turística pode, e deve, ser interpretada como uma interrupção nas práticas mais rotineiras que têm lugar no quotidiano vivido pelos actores sociais.

Importa, então, tecer mais alguns comentários sobre o fenómeno do turismo, um fenómeno que tal como o conhecemos nos dias de hoje, massificado, conta como seu precursor, especialmente no decurso dos séculos XVII e XVIII, o denominado *Grand Tour*. É, aliás, ao termo '*Tour*' que esta prática vai buscar, asseveram alguns teóricos, a sua própria designação: *tourism*, turismo.

Afirmámo-lo antes, e firmamos que em redundância, ao turismo associa-se a figura do turista. O turista é um dos vários actores passíveis da apropriação do espaço público. Outros apropriantes desse espaço, não menos relevantes nem mais negligenciáveis, são os (i) residentes ou habitantes<sup>19</sup>, como também aqueles que denominamos por (ii) utilizadores e visitantes não residentes, que não estando em turismo se encontram ambos presentes nas imediações de um dado espaço público em regime regular ou mais ocasional.

Em termos históricos o turismo, como actividade complexa em que se constitui, adquire as suas primeiras formas primárias, pelo menos na acepção moderna do termo, no decorrer do século XVIII. Mas é a partir do século XIX, com o turismo de elite, que começamos a poder destringir as suas especificidades em relação a outro tipo de deslocções humanas, algo que se vem encrostar no decorrer do século XX com o turismo de massas (Gasset, n.d.). É então possível asserir que só adquire forma e dimensão universal quando passa a ter uma significativa importância de âmbito

---

<sup>19</sup> Utilizaremos ao longo do texto resultante da investigação os termos 'residente' e 'habitante' como sinónimos. Considerados os objectivos e o âmbito do trabalho estamos convictos da não necessidade em operacionalizar os conceitos separadamente, até porque assim se concorre para uma melhor inteligibilidade, escusando-se uma complexificação que neste sentido pouca ou nenhuma utilidade acrescentaria.



económico, mais quando é sabido que conduz a uma mercantilização das actividades que, de permeio, envolve (Barros, 2004, pp. 10-11).

O turismo encontra o seu grande *boom* a partir dos meados do século XX, após o término da II Guerra Mundial, em particular o turismo direccionado para territórios mais distantes, como nunca antes observado. De facto, com o final da guerra geraram-se novos laços entre países do mesmo ou ainda de outros continentes. Contudo, o turismo ainda estava consideravelmente restringido pelo nível das distâncias territoriais, lacuna que veio a ser colmatada com a introdução e lesta proliferação do transporte comercial a jacto (Holloway, 2006, pp. 48-49). Surgem, daí, as primeiras linhas aéreas comerciais e os primeiros destinos turísticos intra ou inter-continentais a oferecerem a turistas ávidos em apenas algumas horas o que anteriormente se contava em dias e semanas. Actualmente, num período histórico mais recente, emergiram as denominadas companhias *low-cost* que contribuem mais ainda para a deslocação através de avião de uma forma massificada até então impraticável e até mesmo inimaginável. Tenhamos por exemplo que não será raro encontrar uma viagem Lisboa-Londres a menor custo do que se poderia fazer Lisboa-Porto em automóvel, inclusive num rácio de dimensão espaço-temporal mais célere.

Nesta medida, o século XIX ou a era do vapor (Holloway, 2006, p. 34) são hoje memórias históricas que já nem fazem parte do imaginário do ‘turista médio’. A melhoria das ligações terrestres entre territórios, sejam rodoviárias (estritamente ligadas à massificação do automóvel como meio de transporte) ou por intermédio da ferrovia (que conta actualmente com linhas de alta velocidade)<sup>20</sup>, estando também ainda conjugadas com o aparecimento e banalização do aerotransporte, foi uma enorme alavanca que impulsionou o crescimento do fenómeno turístico por todo o planeta, permitindo inclusivamente que o fenómeno se pense numa viabilidade a nível glocal.

---

<sup>20</sup> Embora não sejam, pelo menos por ora, uma realidade em Portugal, a sua implementação e rápido incremento vieram fomentar e a repercutir-se em mais-valias perante o fenómeno do turismo, inclusivamente, ainda que de modo indirecto, àquele que remete para o território português, embora consideremos que o impacto seja muito mais pontual e reduzido.

Ao fenómeno do turismo está evidentemente associada, já o afirmámos, a figura do turista. É difícil encontrar uma definição satisfatória quer para o conceito de turista, quer para o conceito de turismo. Contudo, a Organização Mundial do Turismo<sup>21</sup> adianta uma definição flexível, no âmbito da qual se considera turista:



Figura 1

Legenda: Categorias dos Viajantes

Fonte: OMT

*«[...] qualquer pessoa que passe, pelo menos, 24 horas fora da residência habitual ou pernoite noutro local, no próprio país ou no estrangeiro, num alojamento privado ou colectivo, por outros motivos que não o*

<sup>21</sup> Organização não governamental, fundada em 1975, que, segundo Barros (2004, p. 11), é constituída por mais de 133 países e com mais de 300 membros filiados. Contudo, esta informação carece de actualização. À data de Janeiro de 2013 contavam-se no sítio *Web* da UNWTO (World Tourism Organization, specialized agency of the United Nations) 445 membros afiliados (*hiperlink* para a listagem: <http://platma.org/en/affiliate-members-directory>). Também no que remete para os países membros, e à mesma data, o número sofreu um acréscimo, totalizando-se no número acumulado de 155 (*hiperlink* para a listagem de países membros: <http://www2.unwto.org/en/members/states>).

*exercício de uma actividade remunerada permanente no destino visitado. Em regra entende-se que lazer e negócios constituem os principais motivos da viagem [não negando, evidentemente, outras tipologias de turismo que se multiplicam e desdobram, como aquele movido por crença religiosa]. Por seu turno, existe um largo consenso quanto ao facto da viagem de negócios implicar uma componente de lazer enquadrável na actividade turística.» (Barros, 2004, p. 19).*

Contudo, e abra-se aqui um importante parêntesis, os utilizadores de um dado lugar não são apenas resultantes de processos ligados ou fomentados pela prática turística. Por isso, consideramos da maior pertinência apresentar uma tabela heurística dos utilizadores que se apropriam do espaço.

Em síntese, na Tabela 2, propomos tipificar em moldes globais os visitantes que utilizam esse determinado espaço da cidade. Como tal, cremos que esta tabela expressa de maneira ampla e mais completa a tipologia de actores sociais apropriantes de um determinado lugar.

Esta tabela permite-nos compreender que a apropriação social do espaço não é somente efectuada por visitantes em turismo, como também o é por visitantes que não residem nas imediações ou adjacências desse mesmo lugar, aos quais denominámos por visitantes não residentes. Compreende-se igualmente que os próprios residentes são uma tipologia de actores sociais que contribui para os usos e experiências desses espaços. Ambas as tipologias podem, a determinado momento, coabitar, *i.e.*, coexistir no mesmo lugar num mesmo momento temporal.

Tipologia	Subtipologia	Apropriação
Residentes	-	Regulares
		Ocasionais/Pontuais
Visitantes	Turistas	Ocasionais/Pontuais
	Não-Residentes	Regulares
		Ocasionais/Pontuais

Tabela 2

Tipologia de Utentes no Lugar

Fonte: autor

Tal como acontece em todas as práticas de consumo, o turismo apresenta uma vertente vocacionada para a oferta e outra vocacionada/fomentada pela procura (Cooper *et al.*, 2008, pp. 11-14). A nível da oferta consideramos que o Estado, através de políticas públicas encetadas pelos decisores políticos, e os agentes económicos, baseados na filosofia do lucro e em lógicas mercantilistas, são a sua principal engrenagem (Holloway, 2006). O turismo é um bem, um serviço, a consumir por parte daqueles que podem despende do capital económico necessário para dele usufruir (Cooper *et al.*, 2008, p. 520). Assim, da parte da procura podem ser vários os motivos que levem o turista a, enfim, sê-lo. De um modo muito geral, as motivações para tal podem passar por férias (esfera do lazer) e negócios (esfera do trabalho), sendo que nesta última a hipótese de escolha do destino não seja controlável pelo indivíduo (Holloway, 2006, pp. 9-10), mas onde algumas das suas práticas podem sê-lo.

Numa perspectiva de referenciação atomista, que não iremos explorar ao detalhe mas que nos parece conveniente enunciar, a idealização do destino turístico quando de férias (lazer) depende das disposições psico-sociais dos indivíduos, sendo que estas podem dividir-se em (i) aloccêntricas (características mais típicas de ‘aventura’), (ii) psicocêntricas (características mais retraídas e menos afim da novidade) e (iii) mesocêntricas (características intermediárias e mais comuns, possibilitando a ‘massificação’ através dos chamados *packs* ou pacotes turísticos). Sabe-se que as mesocêntricas são, de facto, as mais típicas (Braga, 2007, pp. 37-38). A procura de um destino turístico pode passar assim por territórios mais naturais ou mais urbanos, mais voltada para a aventura ou para os desportos radicais, para a cultura, para o interesse histórico, para o usufruto balnear, ou para vários dentre entre uma panóplia diversificada, sem uma obrigatoriedade pela qual se excluam mutuamente (Braga, 2007: 44-47). Cabe ao operador turístico satisfazer – e criar – as necessidades do indivíduo em, ou potencialmente em, turismo quanto à segmentação que exemplificámos.

Não obstante a tendência massificante do turismo não devemos nem podemos encará-lo apenas de uma forma homogénea quanto ao destino. O turismo é igualmente distintivo quanto à oferta e à procura de destinos, numa base diferenciadora que se opera ao nível dos critérios de distinção social (Bourdieu, 1998a, pp. 99-256).

Posto isto, o turismo não é uma prática inócua face ao ambiente. Exerce uma pressão no ambiente, em variadíssimas dimensões, e tem impactos a nível das populações locais anfitriãs. Deixar-se-á o debate ambiental para o ponto 7 deste capítulo.

Encerrando este ponto, insistimos que os espaços públicos urbanos requalificados e mais agradáveis de vivenciar, quer seja quotidiana ou sazonalmente, podem ser considerados como uma mais-valia para o consumo em geral, façamo-lo quer numa ‘catedral’ ou num ‘templo’ mais modesto, ou ainda em espaços de uso público imediatamente adjacentes ao ou no espaço público – cuja natureza das suas sociabilidades nessas ‘catedrais’ ou ‘templos’, como observaremos adiante na

operacionalização do conceito, nos incita a considerá-los com um certo rigor igualmente como espaços públicos.

Compreendemos então a existência de uma considerável e inegável relação entre a renovação dos espaços públicos e a promoção do turismo, o seu incentivo. Tal significa a entrada num círculo do consumo global que, desta forma, torna mais susceptíveis e mais dependentes estes contextos urbano-metropolitanos deste tipo de usos.

## **5. O Reverso da Moeda: Marginalidades Sociais**

O ideal-tipo de espaço público aponta-o como sendo um lugar cuja apropriação pode ser efectuada por todos. Desenganemo-nos, todavia, quanto a esta asserção. Factualmente, o espaço público, ou diferentes espaços públicos, são apropriados de um modo desigual e distintivo (Bourdieu, 1998a, pp. 99-256). Sobre a ideia de que este espaço seria tanto de todos como de ninguém, na esteira ideal-típica weberiana, somos, especialmente através da empiria ou da análise dos espaços vividos, confrontados com a relegação desta proposta conceptual: o espaço que é vivido no real tem pertenças e é, não é demais lembrá-lo, distintivamente de alguém e de alguns, ainda que não o seja, seguindo o léxico de pertença, de acordo com a normatividade legislativa que se entrevê como soberana. Considera-se o espaço público propenso a ser apropriado por todos mas é efectivamente apropriado por alguns que, assim, o tornam seu, ainda que dividindo a posse por fracções de tempo dessa utilização com outros actores sociais. Considera-se igualmente que mesmo na concepção do próprio espaço público, quase sempre por detrás desta, existem lógicas distintivas, mesmo que ‘planeadas’ de forma inconsciente e/ou não propositada. Dito

de outro modo, de determinadas formas mais ou menos inconscientes que condicionam o seu uso e potenciam uma assimetria de extracto/segmento social porquanto do seu uso e consequente apropriação (Almeida, 2008, pp. 40-41). Tal como no caso de outros conceitos evocados previamente, remete-se para a operacionalização do conceito uma exploração devidamente acutilante e pormenorizada do que se entende, no decurso do todo este trabalho, pelo conceito de espaço público.

Este reverso da moeda com que provocatoriamente se intitulou este ponto número 5 implica todos os restantes actores sociais que por motivos de marginalidade social<sup>22</sup> estão inaptos, *i.e.*, simbolicamente desacreditados, em aceder aos mesmos espaços públicos que a maioria da sociedade. Neste sentido, subscreve-se da tese que sustenta a existência de formas de exclusão e de marginalidade social visíveis e outras que não sendo manifestas serão todavia perceptíveis, e perceptíveis apenas, já que não excluem nem material nem simbolicamente. Neste último cenário considerado os excluídos, ou os marginais, estão simplesmente ausentes ou invisíveis (Xiberras, 1996, p. 19).

Estas marginalidades, ou estes marginais, detêm contudo a sua geo-referenciação territorial: *Ghettos* nos Estados Unidos, *Banlieues* em França, *Quartieri Periferici* ou *Degradati* em Itália, *Favelas* no Brasil, *Villa Miseria* na Argentina, *Ranchos* na Venezuela, e por aí adiante (Wacquant, 2006, p. 5). Estes espaços altamente desqualificados simbolicamente e socialmente estigmatizados existem, de uma forma ou de outra, numa esfera de violência mais contida ou mais manifesta, em qualquer cidade, redes de cidades ou áreas metropolitanas mundo afora. Estes lugares desqualificados e estigmatizados são aqueles onde as diferenças sociais se acumulam e se fazem sentir de modo mais notório. São muitas vezes ‘zonas de não-direito’ – recorde-se, por exemplo, os incidentes ocorridos em Julho de 2008 no chamado bairro

---

<sup>22</sup> O conceito de marginalidade social que aqui aplicamos aproxima-se com maior ênfase do conceito de exclusão social do que dos de desvio ou de criminalidade, embora vá beber inspiração a ambos.

da Quinta da Fonte<sup>23</sup> e, em Maio de 2009, os incidentes ocorridos no dito bairro da Bela Vista<sup>24</sup> – ou ‘sectores problemáticos’ que albergam populações marginais e mal vistas pelos seus pares inclusos. Aos inclusos estes são espaços interditos, portanto como que vetados, dentro da metrópole, bastando a sua reputação, construída através de representações sociais que se consubstanciam nos esquemas mentais dos actores, enquanto lugares a evitar. As representações mentalmente esquematizadas pelo cidadão incluso, onde os *media* participam de forma inegável, passam pelo entendimento desses lugares como focos de violência, de vício e de desestruturação social (Wacquant, 2006, pp. 5 e 19).

## 6. Securitização e Sentimento de (in)Segurança

Qualquer espaço que ofereça aos seus utentes entretenimento, lazer, simples fruição e/ou possibilidades de consumo tem de se caracterizar de forma a que lhes seja transmitida segurança ou, mais própria e correctamente, que um sentimento de segurança esteja presente nas mentes dos seus utentes. Embora o sentimento de segurança não se encontre correlacionado a uma situação de segurança obrigatoriamente real, ou efectiva, obtém um efeito incontornável e indesmentível nas

---

<sup>23</sup> Este território, situado no concelho de Loures, foi, na data mencionada, palco de um acontecimento que envolveu tiroteios e que despoletou um crescendo no sentimento de insegurança por parte dos habitantes, bem como na população portuguesa em geral, assente particularmente na proliferação e uso de armas ilegais. Algumas fontes relativas à mediatização deste fenómeno estão devidamente assinaladas na bibliografia, como é exemplo o diário Correio da Manhã (Correio da Manhã online, 2008).

<sup>24</sup> Bairro situado no concelho de Setúbal, no qual ocorreram assinaláveis desacatos onde, a par daqueles mencionados na Quinta da Fonte, o recurso a armas de fogo se fez sentir, agravados pelo arremesso de diversos *cocktails molotov*, nomeadamente direccionados às forças policiais que providenciavam no sentido de repor a ordem. Diversas fontes dos *media*, que assinalam o fenómeno, estão presentes na bibliografia, como é exemplo o noticiado pelo jornal Expresso (Expresso online, 2009).



práticas sociais, como por exemplo, as que se desenrolam num espaço para habitar tido por seguro ou, neste caso, de espaços tidos como seguros para consumir, para se entregar aos momentos de lazer, para tão simplesmente fruir, etc.

É vital para a sua atractividade que qualquer espaço público em qualquer cidade ou em outros territórios de matriz vivencial urbana possa oferecer aos seus utentes a sensação de estarem seguros. Excluímos desta equação a procura do espaço exactamente pelas suas características ‘perigosas’, ‘arriscadas’ e de ‘aventura’, no seio de uma lógica, ou de algumas práticas subjacentes a essa lógica, a que se atribui a designação de *dark tourism* (Sharpley & Stone, ed., 2009), fenómeno a que nos escusaremos de abordar em profundidade por extrapolar o âmbito do que pretendemos e no mesmo não se enquadrar ou não obter visibilidade.

Prosseguindo, essa importância concernente ao sentimento de segurança deverá, passe-se a redundância, ser assegurada com o intuito e a finalidade de atrair os actores sociais e os agentes económicos, de igual maneira em todos os espaços de uso público. Se de facto se sabe que o elevado número de furtos e de roubos, crimes que expomos a título exemplificativo, que afecta todos os grande países ocidentais está intimamente ligado à abundância de bens, ao anonimato das cidades, à livre circulação de bens e de pessoas, problema criminal e social presente na trama dos nossos quotidianos vividos (Cusson, 2006, p. 13), não deixa porém de ser verdade que vivemos, pelo menos nestes países, «*nalgumas das sociedades mais seguras*» de entre as que já existiram (Bauman, 2006b, p. 9). Devido aos processos de individualização que lhes são característicos, as nossas sociedades prescindiram de um nó apertado ao nível do laço e da coesão sociais que faziam a incerteza ser mitigada no decorrer quotidiano (Bauman, 2006b, p. 15; 2009b).

Tudo isto em prol de uma identidade pessoal (Giddens, 2001) mais livre e senhora de si, da qual não parece querermos voltar a abdicar. Os direitos dos indivíduos, e não poucas vezes menos os seus deveres, conquistados, muitos deles durante o processo de urbanização das sociedades (Rémy & Voyé, 1994), são tomados como inalienáveis.

Grosso modo, tal como anteriormente mencionado, as sociedades a que nos temos referido dividem-se entre a classe dos consumidores e a daqueles que se encontram em impossibilidade de consumir (Baptista, 2005, p. 49) quando o consumo lhes é vetado por escassez ou inexistência de capitais variados, entre os quais o económico não deixa de ser o que prevalece face ao demais. Passa a ser obrigação das entidades públicas, atendendo a instâncias de controle social, defender as suas – da sociedade – camadas médias (e as superiores!) daqueles que são considerados como não desejados.

No espaço público, no seu sentido mais estrito e normativo, a regra de securização e manutenção da ordem nos lugares passa pelas instâncias formais de controlo, na circunstância as polícias, que dependem directamente do Estado, seja na sua forma de poder central ou de poder local. Já nos espaços de uso público, nomeadamente nos espaços semi-privados ou privados mas com forte sociabilidade de carácter público, a forma de securização dos mesmos assume uma forma híbrida: conjuntamente com as forças policiais, pagas para o efeito amiúde num regime de gratificados, surgem as grandes empresas de segurança privada que colocam no terreno os seus contratados em bom número e de forma bem visível. Acrescentando-se ao factor humano referido, contamos ainda com as muitas câmaras de segurança instaladas de forma dispersa mas de modo a que se tornem visíveis, criando um efeito de panóptico (Foucault, 1999, pp. 162-187), contamos com uma panóplia de ‘instrumentos’ que permitem não só dissuadir ‘mal intencionados’, como inculcar nas representações mentais dos actores sociais um sentimento de segurança enquanto estes se entretêm individualmente, em grupo, em família, etc. Consideramos que a incorporação de sentimentos de segurança nos variados actores sociais tem uma importância mais veemente e verificável no real, pelas práticas mais despreocupadas que os actores assumem, do que a possibilidade da dissuasão de eventuais práticas criminosas, sendo que as mais violentas assumem um papel mais preponderante nas representações de (in)segurança em que os actores se imbricam. Contudo gostar-se-ia de verificar a existência ou não de instâncias informais de controlo, já que a forma

como o espaço público ou o de uso público são apropriados pode condicionar o sentimento de (in)segurança dos seus apropriantes e utentes, como relata Jane Jacobs a propósito da vivência quotidiana dos lugares (Jacobs, 1992), reportando-lhes um inestimável valor proveniente do capital social agregado e em uso asserido como que praticamente desprovido no que remeta a intermitências.

Assim, não é de estranhar que o argumento de (in)segurança nas cidades, quer em espaço público ou de uso público, seja um dos que mais surge à tona pela mão dos indivíduos que consideram ‘ter adquirido o bilhete’ para essa (merecida) segurança que conduz a uma desconstracção mais fluida nas suas vivências quotidianas (Baptista, 2005, p. 49).

Contudo as sociedades europeias ocidentais estão num ponto de charneira em que terão de optar por um de dois modelos (Wacquant, 2000). De um lado estão aqueles que exigem medidas securitárias mais apertadas, traduzidas num contingente policial maior, na aplicação mais pesada de medidas de inibição da liberdade que se consumariam em cada vez mais anos de prisão a atribuir a determinadas práticas desviantes tipificadas como criminosas. Este primeiro modelo, o modelo securitário e repressivo, representa o modelo norte-americano – cujas vozes para a sua importação se fazem ouvir com significativa importância. Por outro lado, estão os que apontam as intolerâncias sociais como factor destas disfuncionalidades da sociedade, apontando o dedo para o fosso, que se alarga e aprofunda, entre os segmentos sociais que considerámos inclusos e os que considerámos marginais sociais, exigindo políticas sociais estruturais e estruturantes, sustentáveis, ao encontro dos princípios de liberdade e equidade entre os cidadãos – este último é o modelo europeu ocidental, assente no estado providência e no estado social. Só o tempo ditará por qual deles iremos (in)conscientemente optar, parafraseando Loïc Wacquant que, porém, nos aparece pouco optimista (Wacquant, 2000).

## 7. Um Ambiente Sustentável: Responsabilidade de Todos?

Uma consequência da experiência e vivência da modernidade, mais ainda da modernidade tardia em que historicamente vivemos, é todo o rol de implicações e pressões que se fazem sentir a nível do ambiente<sup>25</sup>. Os fenómenos que mais visibilidade têm vindo a obter no espaço público comunicacional pela mão de cientistas, especialmente através dos relatórios do IPCC<sup>26</sup>, são os derivados do efeito de estufa na Terra pela contínua e excessiva acumulação de gases<sup>27</sup> (CO<sub>2</sub>, metano, entre outros) na atmosfera, provocando um sobreaquecimento global. Não se sabendo ainda garantidamente se esses fenómenos podem ser revertidos ou se, pelo contrário, se poderão tornar catastróficos, o certo é que o risco, ou o sentimento de risco (Beck, 2009) por parte da população em geral, é elevado (Giddens, 2009, pp. 17-34).

Importa, contudo, antes de se prosseguir o debate sobre o ambiente, esclarecer-se de forma sintética e sistematizada o que entendemos por este conceito.

Assim, podemos sustentar que conceito de Ambiente é comumente utilizado tanto nas ciências sociais como por ciências ditas mais exactas. Mesmo circunscrevendo o Ambiente às ciências sociais não é difícil perceber tratar-se de um

---

<sup>25</sup> Não pretendemos entrar em querelas sobre o que é que é ambiente social e o que é que é ambiente 'natural'. Utilizaremos o termo ambiente na acepção de ecossistema, que compreende elementos quer da biosfera quer dos entes inanimados, *i.e.*, abióticos, ambos partes constantes de uma dita ecologia humana (Ferry, 1993, pp. 26-27, pp. 105-107, pp. 184-187; Braga, 2007, p. 220). De qualquer forma afinaremos adiante, ainda que numa base operatória, a convivência 'simbiótica' do ecossistema humano numa vertente dita mais natural e noutra mais antropomorfizada.

<sup>26</sup> Intergovernmental Panel on Climate Change, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM [no original, WMO – World Meteorological Organization]) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA [no original, UNEP – United Nations Environment Programme]).

<sup>27</sup> Estes gases são conhecidos como Gases de Efeito Estufa (GEE).

conceito cuja extensão e abrangência são inegáveis. Cabe-nos portanto a tarefa de empreender numa tentativa de desambiguação do conceito no sentido de precisar o uso que lhe pretendemos atribuir.

Pensar o ambiente move-nos desde logo, numa primeira incursão, a pensar em duas dimensões que lhe são atreitas: por um lado, um ambiente a que denominaremos de ambiente social, com características vincadamente antropomorfizadas; por outro, um ambiente de cariz marcadamente natural, com a sua raiz na Natureza, e a que denominaremos por ambiente natural. Esta cisão entre as duas dimensões é já por si artefacto construído, visto que, considerado como tal, o ambiente é irreduzível às suas partes permitindo-nos nós apenas a essa segregação ou compartimentação repartida a fim de uma afinação operatória conceptual. No nosso entender, e no âmbito do seu uso, Ambiente agrega quer o natural, provindo do termo Natureza, quer todo o produto de construção humana, elaborado societalmente, seja ele simbólico ou visível a olho desarmado, no qual se inclui igualmente a manipulação (e antropomorfização) da própria Natureza por parte do Homem. Em todo o caso, Ambiente será, na circunstância, correspondente à ecologia humana, *i.e.*, um ecossistema humano mais ou menos antropomorfizado ou natural que se torna o *habitat* da espécie, com todas as suas especificidades.

Observamos ainda que se o Homem é, por via da sua ascendência, natural, verdade será também sugerir que a Natureza – em boa medida – se coaduna como produto social se assumirmos um ponto de vista antropomórfico da sua percepção. Daqui se percebe, então, a perspectiva holística ou até irreduzível que considerámos face ao conceito de Ambiente. Dividamos, então, o conceito em duas dimensões axiais, apenas no sentido de melhor operar o conceito.

(i) Ecossistema Humano: o ‘Ambiente Natural’

Esta dimensão ancora-se firmemente na ideia de Natureza. A fim de evitar confrontos gratuitos e pouco fecundos para o desenvolvimento da investigação, escusar-nos-emos aos debates, ainda que em si bastante profícuos e muitas das vezes calorosos, entre escolas clássicas que idealizam a noção de Natureza<sup>28</sup>. Tentaremos, não por desinteresse mas por necessidade, ser mais pragmáticos e obrigatória e inevitavelmente superficiais quanto à análise desta dimensão.

É ‘Ambiente Natural’ toda a envolvente orgânica ou inanimada que directa ou indirectamente se cruza com a vivência humana e social, isto é, toda a biosfera – onde, impossível de excluir, a humanidade se encontra igualmente incluída (Ferry, 1993, pp. 26-27, pp. 105-107, pp. 184-187).

Não podíamos terminar sem deixar de asserir que tal como a humanidade pertence ao Ambiente Natural, também o Ambiente Natural se molda e é moldado pela humanidade, pelo social, no sentido de uma efectiva apropriação social do espaço, das esferas, toldando-se o natural com toda uma envolvência social provinda da(s) prática(s) humana(s).

---

<sup>28</sup>Referimo-nos, por exemplo, às escolas anglo-saxónicas, germânicas e francófonas que, em particular desde as Luzes, reflectem sobre esta temática. Caminhando neste sentido, seríamos definitivamente obrigados, inclusivamente por uma abordagem de cariz mais filosófico, a considerar a Natureza enquanto conceito quando a nossa pretensão é singelamente a de evocar o natural como dimensão participante no conceito de Ambiente.

## (ii) Ecossistema Humano: o 'Ambiente Social'

No caso desta dimensão, reportamo-nos de forma mais compartimentada a toda a envolvente que tem por princípio a actividade humana ou humanizante, isto é, antropomórfica. No seio do Ambiente Social, também denominado por Gerald Marten como o sistema social no seio de um ecossistema mais abrangente (Marten, 2001, pp. 1-5), os seres em relação são sempre actores ou agentes sociais, submetidos a valores, regras e normas. Trata-se do Ambiente da interacção humana por excelência, da mais simples até à mais complexa. Aqui têm lugar práticas sociais, cuja proveniência parte de um *ethos* de classe ou do papel social atribuível a cada actor.

Como o nome da própria dimensão indicia, é aqui clara a primazia dada à envolvente construída pelas sociedades em detrimento de tudo o que não seja produto da actividade humana. A natureza antropomorfizada mais não é do que a resposta do humano que 'obriga' o Ambiente Natural a recuar em detrimento deste Ambiente Social, fruto da capacidade de adaptação e reprodução (conhecimento, técnica, etc.) que este ser social detém.

Evidentemente, um ambiente social insere-se obrigatoriamente num ambiente natural, por muito que a reconstrução operada sobre este último seja mais do que assinalável e descaracterizante – porém, é incapaz de o anular.

Finalizando, o conceito Ambiente, ele próprio derivado de linguagem antropocêntrica, implica toda a envolvência na qual nos encontramos enleados e que pouco ou nada se encontra na forma pura das dimensões que destacámos, havendo sempre um inevitável cruzamento entre natural e social em toda a biosfera, em todos os ecossistemas, dos mais humanizados aos mais 'selvagens' e 'intocados'.

O exemplo da poluição do meio ambiente é bem clarificador, assumindo contornos avassaladores: não conhece nem reconhece fronteiras, o que significa que estas são como que canceladas aquando do retrato global das suas consequências nefastas. Quer isto dizer, sistematizando, que os responsáveis pela produção dos mais diversos poluentes atmosféricos não são obrigatoriamente, e de forma alguma, os

mais prejudicados ou em circunstância de maior dano por acção destes. Aliás aqui estabelece-se um princípio de ‘paridade desequilibrada’, já que tanto padecem dos efeitos da poluição os seus maiores causadores como aqueles que para ela menos contribuem. Como consequência, insiste-se, consubstancia-se o facto que não é por se deter uma pegada ecológica bem mais carregada que a penalização ambiental se observe menos ténue do que junto daqueles cuja pegada ecológica produzida seja mais modesta e menos vincada. Somos portanto confrontados com o fenómeno, cuja filosofia subjaz no princípio de que se não pretendemos empenhar o futuro das próximas gerações (e, quem sabe, até talvez já o nosso), o desenvolvimento sustentável aparece, presentemente, como única solução viável.

Também o turismo, como as restantes práticas de consumo, deve obedecer a uma postura enquadrável num desenvolvimento sustentável integrado numa escala global. O potencial turístico, diga-se, traduz-se na existência de elementos atractivos num determinado espaço e nas condições actuais, o que significa que se não forem tidos os devidos cuidados esses níveis de atractividade poderão perder os seus atributos (Barros, 2004, p. 33). Não é só o edificado, como monumentos entre outros, que carece de atenção. O factor natural é igualmente, ou ainda mais, preponderante. Note-se que a massificação da prática turística, como anteriormente foi mencionado, vem exercer pressões sobre um determinado território procurado, tal como o superdimensionamento dos equipamentos para o alojamento, alimentação, transporte, entre outros factores ponderáveis e a considerar.

A necessidade de um comportamento cívico, que incorpore um sentimento ambiental, adequado por parte dos cidadãos, seja por parte daqueles que residem nesse território ou na sua adjacência, seja por parte dos restantes ‘cidadãos do mundo’, é incontornável de forma a impedir a degradação de ecossistemas (como tem acontecido, incluindo na nossa nação, nas praias e lugares circundantes). Mais, deverá caber ao Estado a supervisão e sancionamento dos comportamentos que possam ser considerados insustentáveis para com os lugares públicos e de interesse público, ainda que não exclusivamente estes.



Aliás, a definição de Turismo Sustentável vai beber a sua inspiração à noção de Desenvolvimento Sustentável. Assim, é Turismo Sustentável (Cooper *et al.* 2008, pp. 218-220) aquele que vai ao encontro das necessidades dos turistas dos dias de hoje, protegendo os territórios, fomentando assim oportunidades de usufruto futuro. A gestão dos recursos económicos, sociais e estéticos devem ser garantidos em simultâneo com a manutenção de uma integridade cultural, de processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e de todas as contingências que concorrem para a manutenção da vida. O impacto turístico pode inclusivamente ser medido pela fórmula em que é igual à população turística a multiplicar pelo impacto causado pelo turista, *per capita*. Embora esta fórmula não seja perfeita, permite todavia recolher alguns indícios do impacto que o turismo tem num dado lugar.

Um ambiente que não seja de qualidade vela os territórios com um manto de não-actividade. Há então que prover em minimizar os efeitos nefastos provocados pela poluição referente ao transporte, particularmente daquele que faz uso das linhas aéreas, o ruído por eles provocado, a poluição inerente ao destino turístico e problemas de congestão do tráfego e erosão espacial, e ainda os riscos e perigos susceptíveis de afectar flora e fauna. Os desgastes provocados são-no a nível físico para a natureza, mas também a nível psicológico para o homem (Holloway, 2006, pp. 138-159). Poderá um turismo sustentável potenciar a actividade de um determinado território? Esta questão poderá igualmente ser uma hipótese de trabalho a não ignorar.

Só a soma das acções e práticas concertadas pelos actores sociais, como as do Estado, da dos agentes económicos e dos utentes e apropriantes dos territórios poderão ditar a sua sustentabilidade, garantindo mais do que a sua habitabilidade uma superior qualidade de vida de e para todos.

Pese embora todas estas considerações sobre a temática ambiental aparentem meramente caber na esfera de um discurso normativo, a realidade é que vai bem além do mesmo, com consequências práticas ao nível das políticas e execuções promovidas pelos decisores públicos e, por consequência, ao nível dos comportamentos e modos de pensar dos demais actores sociais em geral.

## 8. A relevância da imagem da cidade

A imagem de uma cidade, ou a sua representação construída pelos seus utentes, é elaborada, como se pôde constatar, de uma forma prolixa. Mais ainda se torna difusa a imagem dos territórios urbanos se se aumentar a escala para aquela das áreas metropolitanas. Sabe-se que a capacidade de atracção por parte de uma cidade depende da sua boa imagem em termos gerais, pelo que caberá a algumas zonas territoriais em particular uma diligência mais sentida para que se concretize e consubstancie essa visão. Há que fazer um esforço conjunto, por parte de distintos actores sociais, para melhorar a qualidade de vida urbana e ela está a tornar-se, no decurso deste século, numa das questões basilares dos poderes públicos que compreendem que nas cidades contemporâneas começa-se a interiorizar e também a avaliar o 'progresso social' não só em termos de nível de vida mas principalmente pela qualidade de vida que esta possa proporcionar a quem a vive (Ferreira, 2005, p. 29).

Mas afinal o que é a imagem da cidade? É certamente, adiantaremos por ora, todo o conjunto de representações simbólicas e físicas que os diferentes actores sociais, individuais ou colectivos, elaboram e constroem em relação ao território que delimita o próprio espaço da cidade. Todo o espaço está, então, carregado de sentido (Castells, 2006, p. 304). Para além de produto das práticas sociais o espaço é igualmente produtor das mesmas. Assim, a nível simbólico, uma cidade pode ser interpretada de modo qualitativo, onde a imagem lida pode ser mais ou menos positiva. Numa acepção mais geográfica deste conceito, a imagem da cidade pode ser considerada como a construção mental desenhada pelos actores sociais e pela qual distinguem e mapeiam diversos referenciais face a distintos pontos de localização que assim são passíveis de serem anotados no interior da cidade imaginada. Esta visão é uma visão mais distorcida, que varia de actor para actor, quando posta em comparação com o mapa real da cidade, tratando-se então de uma legibilidade da

cidade (Lynch, 2003, p. 13) e é mediante esta legibilidade que os actores sociais estruturam e identificam o meio ambiente. Em qualquer dos casos, uma leitura que permita representar a cidade, ou parcelas da cidade, em que afirme a sua boa imagem é sempre um garante positivo no sentido de materializar uma alavanca para o seu potencial de atractividade.

Entendemos que nos devemos prolongar um pouco mais na sistematização da inquietação à qual fizemos menção: o que é a Imagem da cidade? Ora a imagem da cidade é todo o conjunto de representações simbólicas e físicas que os diferentes actores sociais, individuais e colectivos, elaboram e constroem relativamente ao território que delimita o próprio espaço da cidade. Todo o espaço está, portanto, carregado de sentido (Castells, 2006, pp. 304-306). Aliás, como já tínhamos visto, para além de produto das práticas sociais o espaço é igualmente produtor das mesmas. Assim, a nível simbólico, uma cidade pode ser interpretada de um modo qualitativo, onde a imagem lida pode ser mais ou menos positiva ou mais ou menos negativa – não cremos na existência de uma posição neutral no seio desta lógica que é, recorrendo à terminologia de Pierre Bourdieu, claramente distintiva (Bourdieu, 1998a).

Então, assim a imagem de uma cidade, balizada entre positividade e negatividade, pode ser:

(i) endoprojectada – De si para si, é a imagem que a cidade pretende conceder aos seus utentes. Os discursos que a cidade utiliza para a sua representação por parte dos actores sociais passam por várias estratégias de visibilidade que visam veicular a sua mensagem. Neste caso a mensagem é disseminada no imaginário dos actores sociais que a habitam, ou que dela quotidianamente usufruem, estabelecendo no seio destes seus utentes uma consciência de si relativamente heterogénea. No seguimento das palavras de Kevin Lynch (Lynch, 2003, pp. 14-17), que evoca efeitos psicoemotivos nos actores sociais pela vivência das cidades, podemos constatar que quanto melhor for a Imagem da Cidade na consciência dos indivíduos, maior será também a sua auto-estima enquanto cidadãos e utentes desse espaço.

(ii) exoprojectada – De si para fora, é a imagem que demonstra como a cidade se quer ver interpretada face àqueles que lhe são exteriores, desde os territórios mais adjacentes, onde poderá ter maior influência, a territórios mais distantes onde a sua influência poderá ser mais escassa e a sua representação mais turva. As formas como são conduzidas as imagens da cidade para o exterior são plurais em toda a sua constituição, desde a imagem captada (fotografia, vídeo, multimédia) ao relato mais informal da mais simples interacção social estabelecida com actores a si exteriores ou que com eles contactem. Nas sociedades caracterizadas por um capitalismo avançado tudo, ou quase tudo, é vendável, fenómeno que abrange a própria – imagem da – cidade em si.

(iii) representações projectadas do exterior – Do exterior para o interior, é a visão, numa acepção que bebe inspiração a Simmel, que o estrangeiro (Simmel, 2004a, pp. 133-141) adopta, em conformidade com a sua proximidade e familiaridade para com o território a representar, e constrói através de imagens e discursos a que possa obter acesso: inclusivamente através de estratégias de exoprojecção a que as cidades podem recorrer, como é o caso do marketing elaborado por eventuais interessados em expandir uma (boa) imagem da cidade.

Numa acepção mais geográfica ou de entendimento de cariz morfológico deste conceito, a imagem da cidade pode ser considerada como a construção mental desenhada pelos actores sociais e pela qual distinguem e mapeiam diversos referenciais face a distintos pontos de localização que assim são passíveis de serem anotados no interior da cidade imaginada. Esta visão é uma visão mais distorcida, que varia de actor para actor, quando posta em comparação com o mapa real da cidade, tratando-se então de uma legibilidade da cidade (Lynch, 2003, p. 13) e é mediante esta legibilidade que os actores sociais estruturam e identificam o meio ambiente.

Todavia a relevância da leitura simbólica da cidade, ou da sua imagem, é axial para uma compreensão devida dos seus sentidos.

Essa capacidade em projectar uma boa imagem de si mesma e o seu potencial de atractividade dependem de muitos outros factores, entre os quais não se deverá descurar o meio ambiente. Seguindo a linha de raciocínio que se pretende tecer ao longo deste trabalho, a capacidade de captar habitantes e utentes segundo lógicas de entretenimento ou de consumo (quotidianos ou sazonais, tal como o turismo) passa igualmente pelo sentimento de segurança que se consegue incutir aos diversos actores sociais. Desta maneira, o espaço público ludificado só obterá a confiança dos utentes se em simultâneo se demonstrar capaz de ser divertido e seguro. Escalpelizar-se-á, todavia, melhor este conceito no capítulo precedente.

Já aqui aludimos àqueles que são postos à margem, aos que não têm possibilidade de apropriar certas tipologias de espaço público, porque votados a uma marginalidade social de quase aniquilamento simbólico (Wacquant, 2006, pp. 126 e 177). É a partir da representação deste tipo de marginais que o imaginário dos não excluídos evoca para si a exigência de espaços em que possa estar imbuído de um sentimento de segurança que lhes proporcione o entretenimento, o consumo, entre outras práticas, com prazer. A securização de espaços públicos e de uso público, através de uma presença humana que por vezes é cumulada por mecanismos de vigilância, são as respostas mais comuns face aos anseios das camadas da população incluída no 'jogo' do lúdico, do entretenimento, do consumo, do prazer. Estes territórios fomentam ou tentam fomentar uma lógica de programação do quotidiano dos actores sociais de forma universal e hegemónica, obtida por uma capacidade de atracção ludificante. Estes locais incentivam ao consumo diferido (todo o tipo de equipamentos para executar, *e.g.*, desportos radicais ou outros mais tradicionais como percursos cicláveis) e directo (actividades que podem ser pagas, o comércio que nesses espaços se difunde, da restauração a outros), sendo que através das práticas lúdicas, da diversão e entretenimento, do prazer que se obtém, potenciam também cada vez mais a ideação de que se é cidadão na medida em se consome (consumir produtos e

bens, consumir o tempo que se detém mediante os intervalos das práticas laborais ou equivalentes), e logo com o direito a estar seguro (Baptista, 2005, pp. 48, 50 e 53).

As próprias cidades criam uma espécie de imagem de marca (Mons, n.d., p. 82), efeito de uma prática de *marketing* que podemos considerar economicista e que é mobilizada pelo poder dos decisores políticos, aliado aos interesses de agentes económicos. A cidade vende-se através desta sua imagem, em particular, e cada vez mais, através da imagem de marca, esteticizantes e esteticizadas, olham a cidade vizinha, próxima ou mais longínqua, no seio de uma filosofia de competição. Eixos de cidades em rede que poderiam ou deveriam cooperar (Sennett, 2012), no seio de uma ambição do seu desenvolvimento e sustentabilidade, corroem-se numa competição condizente com um capitalismo selvagem (Harvey, 2000, pp. 53-72).

Acrescente-se, as cidades constituídas em rede nesta era globalizada podem e devem servir de *interface* de poder aos interesses supranacionais (Sassen, 2006, pp. 1-36 e 115). Aliás, sustentamos inclusivamente que as cidades são território privilegiado em que se localiza o global.

Encerra-se este ponto, onde se indiciaram as intrincadas e complexas malhas da cidade lúdica e cidade de consumo seguro, asserindo que estamos perante uma modernidade quase líquida, em que prolifera a recusa de constrangimentos e de laços (Bauman, 2006a, p. 29; 2009b; Singly, 2001; 2006) em prol de processos de individuação (Rémy & Voyé, 1994, p. 134) e individualização cada vez mais acentuados.

## **9. Acudindo a um Conceito Prolixo: O Espaço Público.**

A centralidade que o conceito de espaço público manifesta ao longo de todo o nosso trabalho implica, no nosso entender, que lhe apliquemos uma atenção deveras

singular. Dessa forma, optámos – não obstante alguma quebra de coerência e rítmica com o texto até aqui já desenvolvido – por trabalhar este conceito separadamente, o que realizámos plenamente cientes e convencidos dessa mesma necessidade.

Espaço público, na sua dimensão territorial, trata de um conceito naturalmente tão disseminado na sociologia, nomeadamente na sua componente votada aos estudos urbanos, facto que o torna particularmente apto a uma aceitação evidente que, contudo, amiúde encapota a real complexidade de um conceito, como sublinhámos, francamente expresso na literatura sociológica e noutras com afinidades ao dito espaço público. *Per si* se evidencia, desde logo, a irrefutável necessidade de uma discussão apurada e intensiva que construa uma identidade não só de referência, mas particularmente de substância, adstrita ao conceito, enfim, ao que interpretamos e entendemos como Espaço Público.

Optámos por construir e operacionalizar este conceito pelas suas características que levantam um inúmero conjunto de dúvidas e de definições difusas que pautam dessa forma um entendimento vincada e demasiadamente prolixo. O espaço público surge nas diversas teorias que se empenham no estudo, compreensão, explicação e construção social das cidades em remates pouco esclarecedores tornando-se, à luz do que evidenciámos, muitas das vezes numa espécie de receita aplicável com demasiado facilitismo e alguma veleidade.

Todavia, sejamos consequentes. Definir o espaço público, amiúde, é feito por oposição ao que não o é. Esclareça-se e elimine-se daqui liminarmente algum eventual paradoxo: assim concebido, todo o espaço que não é privado ou semi-privado poderá caber, sem outras preocupações que melhor desenleassem o seu nó operatório, na agenda daqueles que recorrem à utilização recorrente quase que banalizadora e banalizante do conceito em si, praticamente esgotando-o por uma sobreabundante e pouco precavida utilização das suas formas, conteúdos, e, não menos importante, das suas dimensões.

Sendo um conceito de uso generalizado e consensual, vê terminado o seu consenso a partir da altura em que diferentes agentes ou teorias o aplicam à realidade

social. É nossa pretensão tentar obrigar a uma disciplina operatória do conceito, participando numa busca por uma reabilitação da credibilidade científico-conceptual naquilo que é, então, mormente compreendido como espaço público em geral. Incluem, as nossas intenções, refutar alguma teorização que aponta ou advoga no sentido da ‘morte’ do espaço público – já lá chegaremos.

A discussão do que é o espaço público obriga-nos, inevitavelmente, a colocar interrogações acerca do carácter ontológico do mesmo. A primeira interrogação, e talvez a mais pertinente num contexto asfiziado de definições, surge nos termos das representações simbólicas do espaço público e que abala as concepções mais tradicionais do conceito. Podemos sintetizar esta interrogação – e preocupação – mediante a seguinte fórmula: Existe de facto alguma realidade social que possamos chamar e assumir como espaço público, *i.e.*, existe em si mesmo um espaço público enquanto tal? Ora, é a partir deste postulado, desta interrogação ao facto social, que emerge uma primeira ruptura com as concepções rotineiras e, digamos, mais tradicionais do espaço público. Esta ruptura surge no sentido de considerarmos, e defendê-lo-emos ao longo de todas as linhas desta investigação, que não existe por si um espaço público puro que não seja aquele que integrado numa acepção ideal-típica espalhada em proposições de linha weberiana<sup>29</sup>. Sustenta o paradigma weberiano que, grosso modo, o tipo ideal retrata uma realidade social numa abstracção racional. Parte-se deste princípio para explicar, no seio desta investigação, um certo vazio conceptual assente na abstracção generalizante e como que nomotética que irrompe do conceito de espaço público. O espaço público seria portanto, demonstram-nos postulados fáceis de encontrar na literatura sociológica e noutras que se debruçam pelos estudos dos territórios, um espaço que por definição pertenceria a todos; acrescentar-se-ia igualmente a ninguém, imperando a razão da nossa imparcialidade

---

<sup>29</sup> Consideramos curioso, mas especialmente significativo e pertinente, atentar, por exemplo, ao que Raymond Aron assere sobre a teoria de Max Weber: “A construção de tipos ideais é uma expressão do esforço de todas as disciplinas científicas para tornarem inteligível a matéria identificando a sua racionalidade interna, eventualmente construindo até essa racionalidade a partir de uma matéria semi-informe” (Aron, 2004, p. 495).



científica. Encarada esta realidade social do espaço público, em que tudo é de todos e tudo é de ninguém, somos, especialmente através da empiria ou da análise do quotidiano dos espaços vividos, confrontados com a relegação desta proposta conceptual. O espaço que é vivido no real tem pertenças e é, distintivamente, de alguém e de alguns, ainda que não o seja, seguindo o léxico de pertença, de acordo com a normatividade legislativa que se entrevê como soberana.

Ainda no seio da classificação tradicional de espaço público sobressaem algumas ramificações deste e que no decorrer da presente investigação nos despertam, face à particularidade do nosso objecto de estudo, um interesse acrescido. Referimo-nos ao que é definido como Espaço Público Urbano<sup>30</sup> – EPU (Gonçalves, 2006). O interesse por esta ramificação do conceito de Espaço Público passa pelo facto de nos permitir distinguir espaços públicos em cenário de virtualidade exclusivamente urbana, excluindo situações em que o discurso institucional cinde critérios de urbanidade e critérios de não urbanidade face a malhas territoriais que assim entendem por bem distinguir<sup>31</sup>. De maneira a evitar mal-entendidos quando apresentamos uma operacionalização do espaço público e de seguida inserimos os EPU, esclarece-se que entender-se-á que o EPU remete para um sub-conceito do conceito de que deriva e não como uma dimensão desse, já que das várias dimensões que poderíamos atribuir ao espaço público muitas atravessam transversalmente quer o conceito originário quer o seu sub-conceito. Permanece contudo, inolvidável, a forma abstracta e ideal-típica, que em linhas anteriores evidenciámos, quer dirijamos o nosso discurso a um ou ao outro, como convirá percebermos no sentido de não se incorrer numa contradição teórico-operacional e mantendo, portanto, a coerência do raciocínio sustentado.

---

<sup>30</sup> De ora em diante utilizaremos, a fim de uma economia do espaço do trabalho de investigação, a sigla EPU que referenciará directa e exclusivamente ao que por extenso redigiríamos Espaço Público Urbano.

<sup>31</sup> Consideramos institucionais as cisões que derivam de opções legislativas, na óptica de um discurso da disciplina do direito no seio da divisão administrativa do Estado, e não as que derivam do discurso sociológico tais como oposições entre campo e cidade que continuamos a encontrar na literatura de vários sociólogos. Assim, o discurso institucional distingue e nomeia, a título de exemplo, freguesias urbanas e não urbanas.

Porém, somos obrigados a anotar as fragilidades que nos parecem evidentes na tipificação e construção dos EPU tal qual apresentámos. Embora extensiva e exaustivamente elencada em número, a tipificação proposta peca por defeito na profundidade de sentido atribuído a essa tipificação – na qual nos iremos deter no imediato – e pela retenção da índole das sociabilidades de carácter público, assim votadas algo negligentemente para o vácuo, noutros espaços que não os listados, correspondentes a uma lógica normativa do exclusivo foro legal – questão que retomaremos mais adiante.

Centremo-nos na primeira crítica. Os EPU, em particular aqueles com que mais trabalhamos nesta investigação, devem ser revistos de uma forma a que lhes seja atribuída, em substância, uma forma operatória mais cristalina, menos ambígua, que permita a sua devida compreensão no contexto e âmbito aos que nos propusemos trabalhar. Assim, à medida que se avance na tipificação dos EPU, é nosso objectivo participar numa construção em conformidade com o que explanámos, examinando caso a caso aqueles que merecem, no enquadramento do todo, peculiar atenção no tratamento operatório.

Ensaçando, portanto, uma tipificação dos EPU, Jorge Gonçalves inicia-se por uma divisão que abrange cinco grandes grupos, grupos esses nomeadamente segmentados em: (i) ruas, (ii) praças e largos, (iii) espaços comerciais, (iv) espaços verdes e (v) outros, que por sua vez caracteriza quanto à designação que é alvo de uma mais notória escarpelização, por assim dizer, temática e elencatória (Gonçalves, 2006, pp. 67-68). Assim, nesta esquemática, a que aqui igualmente recorremos por força de um carácter heurístico que cremos possuir, a caracterização dos diferentes espaços territoriais é abordada em moldes poucos intensivos e extensivos, pretendendo-se ao invés, parece-nos, traçar linhas mestras cuja pretensão nos parece ficar pelo aflorar de facticidades e vivências inequivocamente mais complexas – como notaremos igualmente adiante, os espaços de uso público são excisados de uma apropriação que largamente entendemos respeitar mecanismos, que se não iguais pelo menos semelhantes, de pertença e posse encontrados nos espaços públicos no seu

entendimento mais puro e ortodoxo. Coloquemos em evidência os ditos EPU propostos.

No grupo (i) ruas, o autor enumera e distingue cinco tipos que designa e descreve da seguinte forma:

Ruas Pedonais	Exclusivas à circulação de peões, criadas essencialmente em zonas comerciais dado a sua ligação ao consumo. Como atractivo são complementadas por elementos de conforto, como fachadas de edifícios renovadas, iluminação, vegetação e segurança.
Percursos/ eixos Pedonais	Semelhantes aos espaços anteriores, sendo todavia de maior fluxo de movimento pedonal, passeios maiores, junto a acessos de transporte público e/ ou individual
Ruas predominantemente motorizadas	Vias primárias de fluxo automóvel, com o objectivo de reunir espaços vitais da cidade e da área metropolitana, se esta existir.
Ruas de Tráfego Condicionado	Admitem apenas o tráfego automóvel em circunstâncias e/ ou em tempos especiais.
Ruas Partilhadas	Vias para usufruto de transportes amigáveis, do género ciclovias entre outros.

Tabela 3

Legenda: Grupo (i) Ruas

Fonte: Adaptação do autor, Gonçalves (2006)

No grupo (ii) praças e largos:

Praças e Pracetas	Espaço que por entre edificado é de deliberada não construção, podendo assumir funções simbólicas, sociopolíticas, entre outras. Ligado ao consumo dado que por ser um espaço de aglomeração de pessoas se torna atractivo a actividades comerciais ou até mesmo de serviços. Presumindo-se, contudo, como sendo espaços menos rentáveis que outros, têm perdido visibilidade na construção urbanística mais recente.
Largos	Compartilha com a categoria anterior o facto de existir por entre edificados. Mesmo que detenham dimensões que variam entre si, são menos amplos que os anteriores, pelo que já não assumem grandes características de atractividade face ao comércio e outras actividades. São exemplos destes espaços os adros de igreja e os pelourinhos.

Tabela 4

Legenda: Grupo (ii) Praças

Fonte: Adaptação do autor, Gonçalves (2006)

---

No grupo (iii) espaços comerciais:

Largo de mercado e feira	De tipo praças ou largos, com os seus prolongamentos – ruas, jardins, etc. –, são espaços abertos que são sazonal ou periodicamente apropriados para fins e práticas comerciais. São eventualmente espaços mais tradicionais, visto que têm uma conotação a zonas urbanas onde a estrutura comercial se apresenta mais débil e cujas falhas de oferta são assim, através desta forma, um pouco mais colmatadas ou, pelo menos, minimizadas.
--------------------------	---

Tabela 5

Legenda: Grupo (iii) Espaços Comerciais

Fonte: Adaptação do autor, Gonçalves (2006)

No grupo (iv) espaços verdes:

Parques Urbanos	São igualmente conhecidos pela fórmula Parques Verdes Urbanos e estão integrados no sistema ecológico urbano. Trata-se de espaços dotados de árvores, arbustos e, muitas das vezes, de relvado, situados especialmente em adjacência com linhas de água ou com outras zonas tidas por ambientalmente sensíveis como em locais de forte probabilidade de erosão. A instituição destes espaços, consideravelmente amplos, é considerada hoje em dia como indispensável à boa imagem da cidade e da auto-estima dos seus habitantes. Levanta ainda, porém, algumas questões por resolver tais como o das acessibilidades e estacionamento, manutenção e, inevitavelmente, segurança.
Jardins	Partilha face à precedente a consciência ambiental e imagem da cidade. De igual modo, constitui-se por espaços verdes, ainda que de dimensões mais modestas, onde podemos encontrar árvores e/ou arbustos e/ou relvados. Devido à sua dimensão dita mais modesta, encontram-se difundidos e dispersos pela área urbana, por norma em contiguidade com edificado e/ou betuminoso (embora as dimensões destas vias, quase sempre dedicadas a circulação automóvel ou mista – <i>e.g.</i> , automóvel e peão –, possa variar por entre as maiores e as mais pequenas que podemos encontrar no espaço urbano).

Tabela 6

Legenda: Grupo (iv) Espaços Verdes

Fonte: Adaptação do autor, Gonçalves (2006)

No grupo (v) outros:

Frentes mar/ rio/ água	Tratamento ambiental e funcional de áreas contíguas a planos de água, cada vez mais valorizados pela sua qualidade paisagística que proporcionam, elevando em termos positivos a própria imagem das cidades e daqueles que dela usufruem. Têm constituído um factor assaz relevante nas políticas de investimento dos municípios e da administração central por intermédio de incentivos vários, particularmente de carácter financeiro.
Espaços Intersticiais	Remetem para espaços que podemos considerar atípicos no seio das cidades, já que muitas das vezes são residuais e difíceis de caracterizar, sem que no entanto ponham em causa a sua utilização dita pública. Ao nível do desenho urbano, limitam-se à solvência de problemas de ordem topográfica e disso mesmo são exemplo algumas escadarias, alargamentos de passeios e impasses, entre outros.
Recintos de lazer, recreio, desporto	Comummente enquadram-se noutros espaços urbanos tais como parques e jardins. Porém, nem por isso deixam de se assomar com uma identidade própria surgindo também comumente como equipamento isolado, adjacente apenas ao edificado e ao betuminoso. De uma forma ou de outra, formatam-se desde o parque infantil, miradouros, campos de jogos ou até mesmo polidesportivos.

Tabela 7

Legenda: Grupo (v) Outros

Fonte: Adaptação do autor, Gonçalves (2006)

Justificando a tese sustentada de que o espaço público, em particular no interior da Sociologia, *per si* é um conceito ideal típico, podemos ter em linha de conta o conteúdo dos quadros apresentados para entendermos de modo mais claro as razões que conduzem a tal noção. Em primeiro lugar, entendemos que todas as interacções sociais ocorrem num determinado espaço – virtual<sup>32</sup>, por um lado, ou físico, aquele que especificamente nos interessa e que aqui apresentamos como alicerce da investigação – em simultâneo com uma temporalidade específica. Nesta medida é nossa intenção propor Espaço e Tempo como produtores das práticas sociais e, por conseguinte, também produtores 'activos' na construção social da realidade<sup>33</sup>. Em segundo lugar consideramos que o espaço dito público é propenso a ser apropriado por todos mas é efectivamente apropriado apenas por alguns que, assim, tornam seu, ainda que dividindo a posse por fracções de tempo dessa utilização com outros actores sociais. Consideramos igualmente que mesmo na concepção do próprio espaço público quase sempre por detrás desta existem lógicas distintivas, mesmo que 'planeadas' de forma inconsciente e/ou não propositada. Refraseando, ou verbalizando de outro modo, de determinadas formas mais ou menos inconscientes que condicionam o seu uso e potenciam uma assimetria de estrato/segmento social porquanto do seu uso e consequente apropriação (Bourdieu, 1998a, pp. 99-256). Para além desta distinção assente numa negociação e/ou conflitos de ordem de poder simbólico, o espaço apropriado define-se, *a fortiori* e um mínimo que seja, pelo

---

<sup>32</sup> Se é verdade que uma interacção pode ocorrer num espaço virtual (Castells, 2004, pp. 145-163), não deixa todavia de ser menos verdade a necessidade inapelável da presença física dos interlocutores num espaço não virtual, mesmo que entre o espaço entreposto a cada interlocutor exista uma cisão de dezenas, de centenas ou até mesmo de milhares de quilómetros. Atribuindo uma equação mais simples ao facto exposto, a possibilidade de se estar no espaço virtual ocorre tão-somente pela pressuposta pré-existência do espaço geográfico na sua textura física. Nesta medida, constata-se com facilidade que o espaço físico, ou a sua inexistência, anula ou detém a possibilidade de anular aquele que o é no virtual, sendo que o processo inverso não pode ocorrer jamais no real, excepto num inquinamento percebido pelos esquemas mentais dos actores sociais colocados em *jogo*.

<sup>33</sup> A propósito da discussão do espaço 'geográfico' como produtor social socorremo-nos dos contributos teóricos de Soja, 1994 e 2006; da 'temporalidade' no espaço como produtor social, de Lefebvre, 2007; igualmente de Castells, 2006. Da construção social da realidade em geral Berger e Luckmann, 1999, permanecem referências incontornáveis.



carácter de utilização a que estava esboçado antes da sua criação na malha urbana: é regra que, *e.g.*, nas vias predominantemente motorizadas a apropriação seja efectuada pelos actores capacitados ou que reúnam as condições de o fazer de forma motorizada; é regra, *e.g.*, que os recintos de lazer definidos sejam apropriados por actores sociais numa lógica pedonal. É relevante assumir que a disposição funcional de um espaço se cumpre mais ou menos de acordo com as suas funções, sendo porém ainda mais relevante mencionar o carácter simbólico com que os actores se apropriam de um determinado espaço, como o fazem distintivamente, com temporalidades e práticas específicas aos grupos e segmentos sociais a que pertencem, etc.

Cremos então poder sintetizar, de uma forma evidentemente sumária, o espaço público em geral como um espaço que abstractamente pode ser apropriado por vários conjuntos de actores numa grande variedade de interacções sociais possíveis, mas em que, porém, a sua apropriação real depende, por um lado, da disposição funcional do mesmo, e incontornavelmente, por outro, do valor simbólico desse espaço e dos diferentes capitais que diferentes actores sociais reúnem na discussão da 'legitimidade de posse', quebrando assim o nomotetismo e o idílico da concepção que tantas vezes o conceito de espaço público acarreta.

Numa segunda crítica aos EPU, e ao espaço público em geral, apontámos como nosso móbil o facto de ser negligenciado o carácter público das sociabilidades ocorridas e vividas quotidianamente noutros espaços em detrimento do respeito, onde se parece poder observar o assomo de uma inescrutável submissão da Sociologia, por uma normatividade jurídica. Contudo, como sociólogos, somos avessos a uma definição do espaço público exclusiva ou estritamente assente e definida na normatividade categorizada na disciplina do direito, nomeadamente mediante uma rígida divisão administrativo-territorial – se bem que esta detenha, claro está, as suas valências e aplicabilidades específicas – que dite todas as regras do jogo (Almeida, 2014a).

Na realidade, no quotidiano, os espaços vividos não são estáticos. Estão, aliás, longe de o ser. Face a este entendimento é lógico que se assevere que na dinâmica urbana – e não apenas – despoentem novas formas de viver e de experienciar a cidade

e, desde logo por inerência, os seus espaços. Na consequência destas asserções, compreende-se igualmente por que repudiamos a percepção, talvez adiantada de forma precipitada, que sustenta e abre precoce cova a um espaço público vívido e fulguroso, portanto a não carecer de cuidados de prematuro enterro.

Andrade e Baptista propõem um entendimento do carácter público do espaço no qual se rompe com a tradicional divisão do espaço segundo a normatividade assente na propriedade desses espaços, ultrapassando a dicotomia do espaço que é detido pelo Estado e suas entidades públicas e o espaço propriedade de actores sociais do sector privado, particularmente aquele que é apropriado por um número significativo de actores sociais individuais e que comumente é reconhecido como espaço semi-privado ou, quanto muito, de uso público.

Nesta medida Andrade e Baptista começam por sustentar sobre os espaços públicos que a sua *«especificidade deve-se ao seu carácter público, ou seja, aberto a todos e pela possibilidade de interações com desconhecidos»* (Andrade e Baptista, 2015, p. 130). Distinguem-nos, portanto, dos espaços privados<sup>34</sup> onde as interacções se encontram mais restritas a familiares e amigos e ainda pela maior imprevisibilidade no resultado das interacções sociais, por vezes conducentes ao conflito, decorrentes da vivência dos espaços públicos.

Prosseguindo, Andrade e Baptista evidenciam ainda a emergência das catedrais de consumo (Ritzer, 2005) como «os novos espaços de consumo de acesso público» (Andrade & Baptista, 2015, p. 140). Estas, sustentam, mobilizam-se como *«elemento organizador da vida nas sociedades contemporâneas»*, onde ocupam um lugar de cada vez maior centralidade na estruturação dos fluxos das metrópoles contemporâneas, *«sendo claro que não só os shopping centers, mas também os estádios desportivos e os*

---

<sup>34</sup> Queremos precisar que aqui nos referimos a espaços privados em sentido estrito, como lares familiares, e não a espaços privados passíveis de uso público, os quais, sociologicamente, consideramos como públicos tal como sustentado.

*parques temáticos afiguram-se como lugares de acesso público que rivalizam com as formas tradicionais de encontro e de lazer» (Andrade e Baptista, 2015, p. 140).*

A tramitação para o entendimento sociológico de espaços ditos de propriedade privada, ou até mesmo semi-privada, para uso ou acesso público vem demonstrar, na nossa opinião, o quão cabal é a necessidade de se compreenderem as sociabilidades públicas mais quanto ao seu carácter e menos quanto ao circunstancialismo jurídico do espaço onde ocorrem. Cremos, por essa razão, que os espaços onde as sociabilidades e interacções ocorridas devem ser caracterizados em função da tipologia dessas sociabilidades e interacções. Assim, espaços que por direito são tidos como públicos ou semi-públicos no discurso público podem e devem ser caracterizados com espaços públicos, pautados por sociabilidades complexas e heterogéneas que não respeitam maioritariamente à esfera privada dos indivíduos. Desta forma, e seguindo a sugestão de Andrade e Baptista, quando sugerem *shopping centers*, estádios e parques temáticos como lugares de acesso público, estendemos no nosso trabalho essa lógica a outros espaços como restaurantes, bares e outros locais onde os agentes sociais se reúnem numa lógica de interacção que observamos como de cariz pública.

Renegamos assim ao monotetismo que cinge o espaço público aos lugares de direito, numa percepção jurídica do termo, privado e semi-privado e direccionamos o nosso entendimento sociológico de espaço público aos lugares de acesso público nos quais as sociabilidades são ditadas pela sua perfilhação de cariz amplamente pública e que são programados ou requalificados para esta tipologia de usufruto e de vivência.

## CAPÍTULO II

### DOS MÉTODOS E DAS TÉCNICAS: ABORDAGENS AO OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

*«Interrogar “Como?”, não “Porquê?”» (Becker, 1998, p. 58)*

#### 1. Nota Introdutória

A inquietação de Howard Becker com que abrimos este capítulo dedicado às escolhas metodológicas serve, propositadamente, de moto à sua introdução. No nosso entendimento, questionar “porquê” não tem por propriedade menor importância do questionar o “como” acerca de um determinado fenómeno social. Pretendemos, ao evocar a inquietação de Becker e indo além dela, relatar as nossas próprias preocupações perante o que se tornou o nosso objecto de estudo. Cumpre a esse relato evidenciar que as escolhas concernentes a métodos e técnicas a aplicar não podem ser simplesmente alocadas a uma escolha ou a outra, numa lógica estrita e redutora na qual uma opção exclui as demais. Pelo inverso, comumente nos deparamos com situações em que essas uma e outra se complementam. Por outras palavras, e recorrendo ao mesmo exemplo de Becker, neste sentido é profícuo para o trabalho sociológico tanto o uso da interrogação do “como” e do “porquê”, expressos por Becker. É, no entanto, também verdade que na escolha do trilhar metodológico haja opções que prevaleçam sobre outras, demonstrando desta forma o ascendente que umas operam sobre as restantes no seio da escolha efectuada.

Logicamente, esclarecemo-lo já, seria tarefa irrealizável a pretensão de uso de todos os instrumentos de ancoragem metodológica que a sociologia coloca ao dispor dos seus profissionais. Este cenário utópico é substituído no real concreto, ou real vivido, pela ciente escolha de trajetoriesdades particulares que consideramos cercar as necessidades adstritas a este trabalho específico. Reificar a abstracção é como um ‘mal necessário’ para que a ciência, e no seu decurso o trabalho do cientista, obtenha e conquiste significado concreto, ainda que sempre parcelar e incontornavelmente provisório face à dinâmica a que as sociedades se encontram, por efeito manifesto ou latente, sujeitas.

A Sociologia, cremo-lo convictamente, é uma ciência pluriparadigmática e não nomotética, tempos já idos os do determinismo inspirado na sociologia positivista de Auguste Comte (Rocher, 1989; Turner, 1993: 70-85; Boudon, dir., 1995; Giddens, 1997; Martuccelli, 1999; Aron, 2004;). Citando Michèle Grosjean e Jean-Paul Thibaud,

*«à perspectiva positivista que estabelece uma ruptura radical entre os saberes do senso comum e as competências científicas substitui-se-lhe uma atitude benevolente face à experiência do comum»<sup>35</sup> (Grosjean & Thibaud, dir., 2008, p. 6).*

No sentido de uma sociologia do quotidiano, José Machado Pais sugere que

*«a sociologia da vida quotidiana incorpora um movimento de novos saberes e sensibilidades, em ruptura com o positivismo “etnocêntrico” de algumas formas “canónicas” da sociologia tradicional [...].» (Pais, 2002, p. 19)*

---

<sup>35</sup> Tradução livre, efectuada pelo investigador, a partir do texto original em língua francesa.

Tendo em consideração estas asserções não espanta que o investigador tenha optado por diferentes postulados metodológicos cuja articulação foi, assim o entende, benéfica para o saudável desenvolvimento do processo de investigação. Não nega, reitera-se, a predominância de umas sobre outras. Naturalmente, insistimos, algumas destacam-se das demais, usufruindo de um efeito de prevalência dominante.

A presente investigação, porque assim o foi pensada, é resultado de um processo decorrido a dois níveis, em duas escalas diferentes, meso e microssocial, sendo que se prosseguiu na atribuição de uma maior ênfase ao último dos níveis. As metodologias empregues, no nosso entendimento, deveriam seguir um rigor em consonância com as nossas motivações relativas à investigação, bem como em relação aos dois níveis ou escalas de análise. Examinemos, no entanto, as escalas mencionadas visando uma leitura mais esclarecida face ao pretendido.

No que corresponde à primeira escala será elaborado um breve inventário sociodemográfico do país, da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística, com o intuito de melhor enquadrar o objecto na realidade nacional. O volume que diga respeito ao turismo será também documentalmente analisado. Os objectivos, porém, concernem bem mais a um enquadramento compreensivo do que a uma análise detalhada. Já em vista para com uma intensidade e profundidade analíticas mais relevantes e reiteradas, utilizaremos, igualmente, técnicas documentais para enquadrar a vila de Cascais no âmbito metropolitano. A análise documental servirá, de igual modo, para comparar e melhor compreender várias dinâmicas, entre as quais se encontram as sociais, históricas, económicas, demográficas, de valor simbólico, correspondentes a esta vila que introduzimos na Linha de Cascais. Ir-se-á também recorrer a algumas entrevistas semi-estruturadas junto de actores sociais privilegiados para reconstituir estratégias, valorações e representações de distintas áreas deste concelho, a saber aquelas mais próximas das frentes de mar. Não deixaremos de utilizar metodologias de observação directa, seja ela manifestamente participante ou não.

Por fim, à segunda escala pretendemos utilizar a análise documental como primeiro registo de entrada no terreno destacando, de entre outros, alvarás, licenças de utilização e regulamentos de uso da praia. Também aqui a observação directa nos parece particularmente importante. Todavia, socorrer-nos-emos de métodos e técnicas de tipo etnográfico como primordiais, visto que assim se podem obter informações junto das populações e dos utentes cujas representações sociais da realidade transcreveremos, segundo a disciplina científica, para a discussão a que nos iremos ater neste compromisso investigativo.

Porém, para uma melhor compreensão das orientações e dos modelos metodológicos, bem como das diversas técnicas que, transversalmente, moveram o supracitado processo ao resultado ora apresentado, apresentaremos dois pontos iniciais concernentes ao objecto e universo de estudo e aos objectivos estipulados para a investigação. Quanto aos restantes pontos, assentarão numa discussão mais detalhada dos métodos e técnicas por que optámos justificando o porquê de nos mesmos ter recaído essa escolha. Passamos, sem mais delonga, a esse debate.

## **2. Objecto e Universo de Estudo**

O presente trabalho trata, portanto, como objecto e universo de estudo, ‘objecto físico de análise’, as Frentes de Mar na Linha de Cascais, a chamada Costa do Estoril<sup>36</sup>, particularizando com significativo acervo o caso da Praia de Carcavelos. A Praia de Carcavelos, e os territórios adjacentes, são convocados como ‘laboratório

---

<sup>36</sup> Denominação relativamente recente, sendo que anterior a esta nomenclatura constava a de Costa do Sol – que abrangia igualmente territórios dos concelhos de Oeiras e de Lisboa.

experimental'<sup>37</sup>, estando no objectivo da investigação conhecer as suas características específicas que explicam a estruturação social daquele espaço: cremos ser particularmente interessante na Praia de Carcavelos a sua história sociodemográfica e o seu enquadramento no concelho de Cascais – cuja socio-história se apresenta igualmente relevante.

O facto de deter a mais extensa praia da Linha, as particularidades da sua população no presente e o facto de ser um território que por excelência é buscado por indivíduos como os utilizadores provenientes da Área Metropolitana de Lisboa, de que é parte integrante, mas também por outros indivíduos, ditos visitantes, provenientes de outras áreas geográficas do país que buscam, a começar pelos residentes de outros concelhos da AML, e esta será outra hipótese de partida, um usufruto balnear. Esse usufruto balnear é também procurado por indivíduos residentes além-fronteiras, a nível internacional, sejam do interior ou do exterior da União Europeia.

Temos então, mesmo que mais ou menos sazonalmente, uma amálgama de utentes – turistas, visitantes e outros utilizadores – que nos aparecem bem diferenciados a densificar este território. As interações entre os que 'vêm de fora' e os que lá residem seguirão certamente lógicas de vivência e experimentação deste território desiguais quanto aos seus objectivos; podem até, inclusivamente, por vezes coincidir, o que será outra hipótese de trabalho a testar. Por estas especificidades, torna-se num lugar com uma mobilidade humana acelerada e carregada, certamente, de muitos sentidos que importa conseguir, de forma o mais esclarecida possível, compreender.

Prosseguindo, o concelho de Cascais, localidade classificada como Vila, apresentava uma população residente, segundo as informações disponíveis pela avaliação censitária de 2011, de 206.479 habitantes. Acrescente-se que a vila de

---

<sup>37</sup> Particularmente a praia de Carcavelos. Porém, é de notar que também o fazemos no que remete para outros territórios do concelho de Cascais, como observaremos no desenrolar do trabalho.



Cascais desdobra-se por seis freguesias, pelas quais se distribuem os residentes no concelho. Vejamos a Tabela 8:

<b>Território/ n.º habitantes ano censitário</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>2011</b>
AML (NUTS II)	2.520.708	2.661.850	2.821.876
Cascais (CC)	153.294	170.683	206.479
Alcabideche	26.897	31.801	42.162
<b>Carcavelos</b>	<b>18.014</b>	<b>20.037</b>	<b>23.347</b>
Cascais	27.741	33.255	35.409
Estoril	23.962	23.769	26.399
Parede	20.742	17.830	21.660
São Domingos de Rana	35.938	43.991	57.502

Tabela 8

Legenda: Distribuição Territorial dos habitantes de Cascais (CC) por freguesia e segundo os dados censitários de 1991 a 2001 (Fundo cinza, freguesia de Carcavelos, onde iremos focalizar mais intensivamente a componente etnográfica do nosso estudo), integrada na AML.

Fonte: INE

Quanto a esta tabela, cremos ser de elevada relevância destrinçar entre as freguesias do concelho cascalense com frente de mar e aquelas que não a detêm. Desta forma, com maior expressão de linha costeira surge destacada em primeiro lugar a freguesia de Cascais. Depois, as freguesias do Estoril, da Parede, de Alcabideche e de Carcavelos, esta última com os territórios de frente de mar mais reduzidos.

Somente São Domingos de Rana não conta com frentes de mar nos seus territórios. Assim, a Figura 2 explicita a distribuição das freguesias pelo concelho e a Figura 3 torna explícita a distribuição territorial pelas frentes de mar, permitindo-nos ainda aferir da relativa interioridade do espaço pelas respectivas freguesias.



Figura 2

Legenda: Mapa das freguesias distribuídas no concelho de Cascais

Fonte: INE

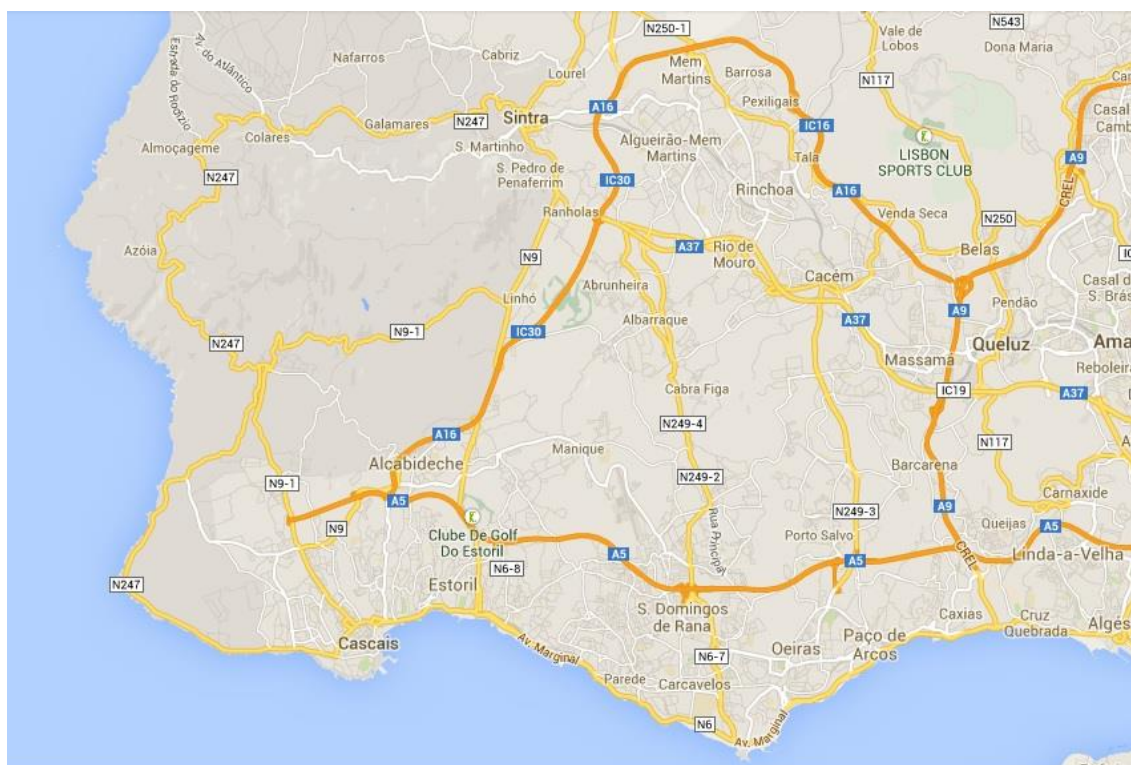


Figura 3

Legenda: Recorte territorial com enfoque no concelho de Cascais

Fonte: Google Maps (© 2013)

Porém, após a reorganização administrativa do território das freguesias, por força da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, o mapa do município sofre algumas alterações, nomeadamente das derivadas da fusão ou união das freguesias de Cascais-Estoril e Carcavelos-Parede (Diário da República, 1ª série, n.º 19, p. 34, 2013a), conforme facilmente constatamos mediante a observação da Figura 4.



Figura 4

Legenda: Mapa das freguesias distribuídas no concelho de Cascais, após reordenamento territorial

Fonte: INE, adaptado pelo autor à nova realidade

Cabe então esclarecer, face a esta reorganização administrativa, que actualmente as freguesias com maior extensão de frentes de mar são,

respectivamente, as de Cascais-Estoril, de Carcavelos-Parede e de Alcabideche, mantendo-se São Domingos de Rana desprovido dessas frentes<sup>38</sup>.



Figura 5

Legenda: Concelhos Limítrofes e mais próximos do Concelho de Cascais

Fonte: Marktest

<sup>38</sup> Clarifiquemos, contudo, e embora não possamos nem pretendamos ignorar esta nova realidade, que nos deparamos com este mapa territorial já na fase final da nossa investigação. Tudo nos indica, face à novidade das novas delimitações político-geográficas, que ao nível das sociabilidades não há alterações de monta a registar, pelo menos que impliquem com os nossos objectivos de estudo.

Por outro lado, mencionámos a importância da dinâmica da metrópole nas vivências da Praia de Carcavelos. Ilustramos, por isso na Figura 5 os concelhos metropolitanos mais próximos do de Cascais, e na Tabela 9 descrevemos o número dos habitantes a residir em cada um desses concelhos, com uma evolução desse número sustentada pelos dados censitários do INE desde 1991 a 2011.

<b>Território (CC) / n.º habitantes ano censitário</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>2011</b>
Amadora	181.774	175.872	175.136
Lisboa	663.394	564.657	547.733
Loures	192.143	199.059	205.054
Odivelas	130.015	133.847	144.549
Oeiras	151.342	162.128	172.120
Sintra	260.951	363.749	377.835
Almada	151.783	160.825	174.030
<b>Somatório dos Concelhos</b>	<b>1.731.402</b>	<b>1.760.137</b>	<b>1.796.457</b>

Tabela 9

Legenda: População dos CC circundantes ao CC de Cascais

Fonte: INE

Esta informação no nosso entender é significativa, visto que indica em termos de possibilidades de onde poderão ser oriundos eventuais apropriantes da Praia, se bem que não se espere que a sua repartição se assuma igual – nem em termos relativos, nem em termos absolutos. Esta dinâmica resultante no fornecimento de apropriantes da praia oriundos de variados pontos da área metropolitana, com enfoque nos municípios plasmados na Figura 5, aqueles que mais utentes fornecem à praia para além daqueles que residem no concelho de Cascais ou que se encontram em situação de turismo, permite-nos estabelecermos o enunciado da Praia de Carcavelos como praia metropolitana.

### **3. Objectivos da Investigação**

Os objectivos da investigação que se pretende prosseguir, alguns dos quais já indiciados em texto prévio, prendem-se essencialmente com os usos e as representações sociais de uma frente de mar – ou frentes de mar – num determinado território, a Linha de Cascais, e em que medida essas representações valorizam e reforçam o seu potencial lúdico, o potenciam como destino de turismo e, consequentemente, ao consumo ou a diferentes lógicas de consumo.

Comecemos por esclarecer o que entendemos por representações sociais. Tendo como precursor Durkheim e as representações colectivas, as representações sociais são especialmente caras ao interaccionismo simbólico, encontrando, *e.g.*, eco nos trabalhos de Erving Goffman (Goffman, 1972, pp. 315-332; 1982, pp. 47-81; 1988, pp. 146-150; 1993, pp. 29-48) mas também em Peter Berger e Thomas Luckmann (Berger & Luckmann, 1999, 31-57). Na esteira destes autores entendemos por representações sociais o conjunto de interpretações, de crenças e ideações simbólicas



com capacidade de evocar acontecimentos, interacções e/ou objectos, mediante os quais os indivíduos constroem, edificam e estruturam o seu esquema mental associado à lógica interna da sociedade e dos grupos sociais que a integram. Tais representações são resultantes das interacções sociais no quotidiano vivido, pelo que são comuns a determinados grupos de indivíduos – imbuídas, desta forma, igualmente no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1998b, pp. 75-86; 1998c, pp. 122-137).

Em particular, como referimos anteriormente, delimitámos a Praia de Carcavelos<sup>39</sup> como objecto empírico de análise por excelência, pretendendo obter junto de actores sociais variados, entre eles actores implicados na manutenção, recreação e transformação do espaço, nos usos e das suas significações (nadadores-salvadores, bombeiros, polícia local, proprietários de estabelecimentos comerciais e outros actores portadores de testemunhos privilegiados), quais as suas representações e percepções face ao fenómeno do turismo, (quer seja de origem interna ou provenientes de outros países), às diferentes formas de apropriação do território (desde ao uso da praia até aos espaços públicos adjacentes requalificados) que são efectuadas e efectivadas quer pelos habitantes quer pelos turistas ou ainda outros visitantes (Hoffman, Fainstein & Judd, ed., 2003) e utilizadores, com ênfase para aqueles oriundos da metrópole lisboeta. Importa igualmente compreender que tipo de turista, de outros visitantes e ainda que utilizadores oriundos da metrópole usufruem daquele território e em que meses do ano o fazem, nomeadamente, no turismo ou em apropriação para usufrutos ditos de praia e sol, que são sazonalmente mais tipificáveis que os restantes tipos de turismo e outras apropriações, dado ser um tipo de turismo estreitamente ligado às chamadas ‘épocas altas’<sup>40</sup>, bem como quais são as implicações que conferem no quotidiano vivido dos habitantes.

Esta questão do uso do espaço público para fins turísticos tem vindo a ter uma importância significativa na economia portuguesa, como é assumido pelo PENT – Plano

---

<sup>39</sup> Se bem que onde a incidência é inegavelmente maior, não exclusivamente – como já referíamos.

<sup>40</sup> Que aqui identificamos, em sobreposição, com aquelas em que, sensivelmente, decorre a época balnear; são igualmente relevantes e considerados os períodos temporais associados à Páscoa e ao final do ano.

Estratégico Nacional para o Turismo (Ministério da Economia e da Inovação, 2007), incluindo na sua versão revista, PENT 2.0 (Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, 2011). Inclusivamente, e à escala municipal, é reconhecida essa relevância, como tão bem o manifesta na sua íntegra o Plano Estratégico Destino Estoril – 2010-2013 delineado pela CMC (Câmara Municipal de Cascais, n.d.). Estes planos, contemplando níveis de poder e de decisão política tanto à escala nacional como à local, são demonstrativos do quanto as frentes de mar assumem uma efectiva e real importância igualmente para os decisores públicos e também agentes económicos privados que delas, ou da sua exploração, ‘vivem’.

#### **4. Análise Documental de Fontes Diversas**

De forma a construirmos este trabalho, a análise documental de fontes variadas tornou-se um instrumento e um modelo de análise de valor acrescentado. Foram alvo da nossa atenção documentos escritos, registos de voz captados, elementos audiovisuais, imagens, enfim toda uma panóplia de fontes que justificassem o seu uso para potenciar a coerência da tese e a cientificidade da mesma. Mais, cremos pertinente que igualmente concorressem no sentido de permitir a identificação de elementos históricos relevantes para o real vivido no presente e ainda que servissem de suporte a conclusões impraticáveis sem a utilização das mesmas.

Podemos indicar como caso disso, concretizando em exemplos, a análise de documentos escritos provenientes de processos normativos do Estado, como leis, decretos-lei, resoluções de conselho de ministros; de documentos escritos e de documentos em registo de voz, nomeadamente daqueles que contribuíram para desvelar algum percurso socio-histórico.

Quivy & Campenhoudt sustentam que, por exemplo, a recolha de documentos por parte do investigador é realizada por também pretenderem encontrar nestes informações úteis complementares ao seu objecto de estudo, sendo que podem igualmente ser analisados sociologicamente por si próprios devido ao valor que detêm para a sua investigação. Consideram os documentos ricos em dados úteis para o investigador que os recolhe (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 201). Como dados documentais passíveis de análise identificam documentos manuscritos, impressos ou audiovisuais, oriundos de fontes oficiais ou privadas, provenientes de um organismo ou sendo de cariz pessoal, como leis, dados estatísticos, estatutos, regulamentos, publicações, entre outros (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 202). Subscrevemos as palavras dos autores, contudo deixamos o alerta de que os elementos mencionados não esgotam as fontes de origem documental disponíveis para análise.

Já Laurence Bardin, citando Chaumier, define a análise documental como

*«uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência»* (Bardin, 1975, p. 45).

Acrescenta que a análise documental tem como objectivo, enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio do que identifica como procedimentos de transformação. O propósito a atingir, prossegue, é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, pretendendo-se que este obtenha o máximo de informação com o máximo de pertinência – categorizando um e outro como aspectos quantitativo e qualitativo, respectivamente (Bardin, 1975, pp. 45-46).

Os contributos da análise documental, para mais vistos os argumentos que apresentámos, revelavam-se incontornavelmente sólidos para a construção do nosso trabalho, conforme o pensámos.

## **5. Metodologias não Interferentes**

Convém, antes de mais, esclarecermos que somos de convicta opinião de que não há uma observação não participante que o seja senão no seio de uma lógica ideal típica. A acção do investigador, por menos intrusivo que intente ser, contribui inapelavelmente, o pouco que seja, para a construção da miríade e mosaico de práticas que se desenrolam no local onde o mesmo se encontra, concorrendo também ele para produção do espaço (Lefebvre, 2007). Contudo, cremos inabalavelmente, que os seus efeitos na ‘reunião colectiva’ podem ser mitigados que baste para se poderem considerar cientificamente válidos contando com a perspectiva que lhe permite mascarar a sua presença e controlar com rigor, igualmente provido de cientificidade, o impacto no ecossistema humano e das suas relações, mais ou menos intensas, dos laços profundos àqueles mais voláteis, em vertiginosa catadupa. Iremos compreender, no decurso deste ponto, o porquê do nosso, cremos que justificado, interesse em fazer uso da terminologia que dita metodologias como ‘não interferentes’.

Numa primeira instância a entrada no terreno foi pensada para acontecer do modo o menos intrusivo possível. Nesse sentido, recorreu-se à observação ‘não participante’, na medida do possível, com o consciente intuito de conservar e preservar no anonimato a presença do investigador e, mais, do investigador enquanto tal. O motivo por detrás desta opção remete para o denominado princípio da não reactividade (Lee, 2003, pp. 15-16). Quer-se dizer, pretendíamos evitar que os actores

sociais implicados no objecto de estudo coadunassem a sua conduta ao, e pelo facto, de se encontrarem cientes da presença do investigador e da investigação em curso. A adopção de um comportamento adaptado ao facto de se sentirem observados e analisados era, particularmente neste momento, absolutamente indesejável. Pretendia-se, inversamente, que os indivíduos se mantivessem espontâneos, irreprimíveis nas suas condutas ordinárias, em tudo o que remetesse para as práticas dos seus quotidianos vividos.

Contudo, a aparente invisibilidade do investigador no terreno sabia-se à partida impraticável durante um período de tempo prolongado. À escala do lugar, embora as interacções sociais entre os indivíduos presentes nesse lugar sejam inúmeras e virtualmente impossíveis de contabilizar, somos muito mais facilmente reconhecíveis, nomeadamente devido à nossa persistência nesse espaço, por outros actores que, trabalhem ou não no local, também eles se apresentam com presença persistente ao longo do tempo. Pese embora o carácter volúvel da observação não participante e não interferente, esta apresentou vantagens de monta ao investigador, tanto mais não seja ter-lhe permitido identificar traços e práticas cultivadas, tanto quanto fomentadas, pelos apropriantes do lugar antes do momento de ‘traição’, momento esse em que pela sua própria e mera presença começa a ser identificado, ainda que em moldes de elevada abstracção, como pertencente ou pretendente a pertencente e a apropriante do lugar em questão<sup>41</sup>. Entra-se, então, na fase seguinte. A observação passou a ser realizada num contexto de participação mais activa por parte do próprio investigador, em moldes de postura etnográfica, visando tirar o maior partido possível das virtudes reconhecidas do *extended case method* (Burawoy *et al.*, 1991; Burawoy, 2009). Assim, a não interferência só foi possível de manter nos lugares onde a observação, de cariz participante ou não tanto, se aplicou com menor intensidade, enfim, com uma regularidade mais assente no pontual do que em prática reiterada. É igualmente

---

<sup>41</sup> Por regra, este dito momento só ocorre nos locais onde predomina a presença continuada do investigador ou, mais correctamente, onde se aplica uma postura etnográfica. Depende igualmente da densidade com que um território é apropriado e a diversidade de apropriantes, podendo assim manter-se a situação de anonimato face ao outro de que nos fala Simmel (Simmel, 2004a, pp. 133-141).

evidente que junto das grandes massas anónimas, como por exemplo no interior de areais de praia densa e extensamente populacionados ou da ‘baixa’ cascalense e junto à sua cidadela, as metodologias não interferentes são capazes, em sobrevivência não ameaçada, de demonstrar as suas melhores valências. Quanto mais nos aproximamos de espaços humanamente mais preenchidos, maior se torna o grau de anonimato pessoal que tão bem define e caracteriza o espaço urbano, o ‘estilo’ próprio da vivência urbana – num sentido simmeliano (Simmel, 2004a, pp. 85-94, pp. 133-141) – ou em urbanidade – num sentido que Bassand lhe atribuí (Bassand *et al.*, 2001, pp. 24-26).

## **6. Postura Etnográfica e Observação Participante**

Pretendíamos, após uma entrada exploratória no terreno o menos intrusiva possível, aplicar uma postura durante a investigação *in situ* estruturada por princípios conformes à observação participante e à postura dita etnográfica. Se a observação participante nos permitia observar e interpretar o significado das interacções ocorridas no terreno replicando práticas sociais semelhantes às dos actores sociais apropriantes do espaço, a postura etnográfica possibilitava-nos ir mais longe no sentido de confundirmos a nossa prática com a dos actores sociais presentes no espaço, coabitando no seu seio mimetizando o seu comportamento e passando o investigador como um *insider* na comunidade dos apropriantes dos territórios (Gobo, *in* Silverman, ed., 2011, pp. 16-26).

Neste sentido, o denominado *extended case method*, particularmente ancorado nas contribuições de Michael Burawoy e colaboradores (Burawoy *et al.*, 1991 e 2000; Burawoy, 2009), assumiu-se como o paradigma metodológico predominante e

matricial nesta parcela do nosso processo de investigação. Não recusámos, todavia, e sempre que nos pareceu pertinente, associar contributos provenientes de outros paradigmas, em particular mas não somente, da etnometodologia, da denominada *grounded theory* e dos estudos de caso. Nestes paradigmas ou modelos de investigação há, importa notá-lo, importantes pontos de convergência. Destes, destacamos dois. Por um lado, a análise fenomenológica encontra pontos de convergência assentes em premissas que explicitaremos como qualitativa. Por outro, a elegibilidade da observação participante, de cariz etnográfica, como condição para a produção do conhecimento científico.

Naturalmente, o caderno de campo<sup>42</sup> (podemos observar duas imagens de um exemplar na Imagem 1 e na Imagem 2, nesta última estando igualmente perceptíveis gravador e *netbook* do e usados pelo investigador) consigna-se como um instrumento fundamental para se inscreverem diversas informações que o investigador obtém de diferentes registos, como pela observação ou entrevistas informais – servindo-lhe, evidentemente, de memória futura e como fundamento de parcelas da argumentação inscritas no todo que o é a presente tese.

---

<sup>42</sup> Recorremos sem distinção a terminologias como caderno de bordo, diário de bordo, diário de campo, caderno etnográfico, aludindo sempre ao mesmo instrumento.



Imagem 1

Legenda: Caderno de bordo em 'campo'

Fonte: captação do autor (26/02/2012)

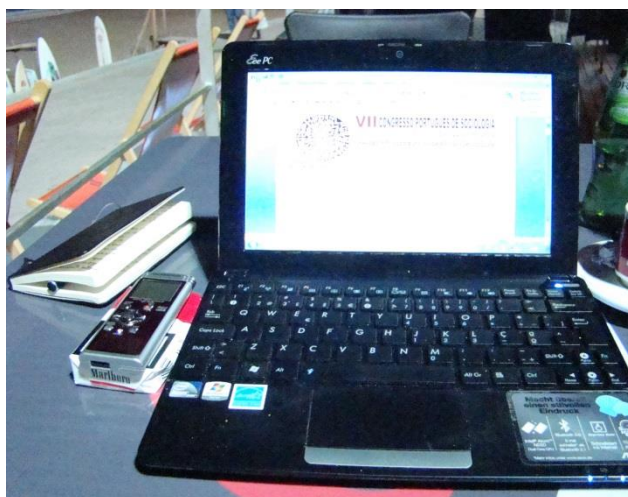


Imagem 2

Legenda: Caderno e outros instrumentos

Fonte: captação do autor (26/05/2012)

Na postura etnográfica, para além do discurso, recorreremos a contributos da etologia. Jacques Cosnier, em texto dedicado à etologia dos espaços públicos (Cosnier, *in* Grosjean & Thibaud, dir., 2008, pp. 13-28), questiona: «*é a abordagem etológica dos problemas humanos concebível?*» (Cosnier, *in* Grosjean & Thibaud, dir., 2008, p. 13). A sua resposta é não só afirmativa, como desafia abertamente o sociólogo a fazer uso deste instrumento no decurso das suas investigações.

## 7. O Papel do Inquérito por Entrevista

Um processo de investigação implica de forma inevitável processos de recolha de informação passível de interpretação, análise, de desconstrução e reconstrução de discursos, que se constituem como mecanismos que possibilitam a inteligibilidade de



um fenómeno, a sua compreensão e explicação. Essa informação pode ser obtida mediante o recurso às mais diversas fontes, sendo natural optar-se por uma diversidade de escolhas quanto a estas no sentido de potenciar a validade da síntese científica a produzir. É este, também, o caso que se verifica no nosso trabalho.

Indivíduos que se encontram em situação privilegiada no âmbito do fenómeno que pretendemos tratar são, regra geral, portadores de parcelas de informação relevante que concorrem para o esclarecimento do mesmo. Não devem, por esta razão, ser negligenciados. Não o fizemos. Prosseguimos, ao invés, um trajecto que nos dispusesse, investigador e informantes, em situação de interacção face-a-face. Ao investigador compete-lhe a tarefa de propor ao informante que este se preste a partilhar, ainda que de forma incontornavelmente fraccionada, incompleta e subordinada a diversos ruídos e subjectividades aos quais a comunicação é permeável, a informação pertinente da qual é portador. Esta situação face-a-face a que nos reportamos, onde o investigador inquire e o informante replica discursivamente com o intuito de esclarecer, é vulgarmente denominada por entrevista.

No decurso do presente trabalho, o apelo à entrevista tornou e demonstrou-se um recurso de valia inestimável. Mediante a aplicação de entrevistas foi-nos possível recolher diversos conjuntos de dados por interposta pessoa que por meios próprios estaríamos impossibilitados de alcançar e, por consequência lógica, de manusear com a devida conveniência digna de empreitada científica.

Quanto à sua tipologia, diferindo da forma como são aplicadas, podemos referenciar as entrevistas realizáveis distribuídas por entre duas grandes categorias: (i) aquela que se assume formal e (ii) aquela outra onde a informalidade é o imperativo circunstancial. Ambas foram empregues e os resultados obtidos, face aos objectivos delineados, não decepcionaram.

É necessário, evidentemente, esclarecer quais circunstâncias, cenários e condições em que realizámos as diversas entrevistas, tanto as formais como as informais, sem que permitamos deixar cair no esquecimento o incontornável a quem, *i.e.*, os sujeitos inquiridos.

Trataremos de esclarecer primeiramente o processo das entrevistas formais. Queremos, antes de mais, adiantar que sem excepção nos aproximámos das instituições identificando de forma clara o investigador, as suas intenções e o âmbito da investigação então em curso. Desde o primeiro momento, do primeiro contacto, o autor apresentou-se como o actor responsável pela investigação, clarificando-a, e clarificando-a de forma mais exhaustiva sempre que solicitado, também referindo as suas instituições de acolhimento e formação, o CesNova e a FCSH/UNL, sendo que o envio para os destinatários de e-mails oriundos da sua conta de correio electrónico com o domínio fcsh.unl.pt foi certamente um facilitador.

Para cumprir os objectivos a que nos propusemos, identificámos em primeiro lugar quais os actores aos quais pretendíamos elaborar as entrevistas de carácter formal. Elegemos como singularmente relevantes instituições como as Capitánias dos Portos de Lisboa e de Cascais, a CMC, hotéis na orla das frentes de mar de Cascais, Casa das Histórias Paula Rego, estabelecimentos comerciais na praia de Carcavelos, instituições essas que pela voz dos seus representantes consubstanciaram um manancial de informações diversificadas e em número elevado.

No sentido de abranger todas as frentes de mar da AML<sup>43</sup>, dirigimo-nos às instituições em primeira instância responsáveis pela administração destes territórios. Assim, solicitámos tanto à Capitania do Porto de Lisboa como à Capitania do Porto de Cascais que connosco colaborassem neste registo. Em ambos os casos a resposta, célere, materializou-se na afirmativa.

Envidámos igualmente esforços para obter matéria de trabalho através do resultado de entrevistas a diversos actores, com diferentes responsabilidades e poderes de decisão, da Câmara Municipal de Cascais. Esta instituição demonstrou

---

<sup>43</sup> Frentes de rio do Tejo encontram-se igualmente sobre a alçada destas instituições, nomeadamente da Capitania do Porto de Lisboa.

igualmente real interesse em colaborar<sup>44</sup>, embora permaneçamos a aguardar por resposta da presidência relativa à sua disponibilidade. Ainda assim, a vereação do turismo – que forneceu inclusivamente material adicional em formatos físico e digital para o prosseguimento do nosso trabalho –, o departamento responsável pela cultura e o departamento financeiro mostraram-se prestes a designar os seus representantes. Desta forma, num universo de três elementos, os que efectivamente colaboraram connosco, realizámos em momentos distintos cinco entrevistas formais.

Na Casa das Histórias Paula Rego, cujo valor cultural se nos destacava, conduzimos duas entrevistas; ao mesmo entrevistado, em momentos distintos e, devido ao seu historial, sob tutelas alternadas.

Identificámos igualmente alguns hotéis das freguesias de Cascais e do Estoril<sup>45</sup> na orla das frentes de mar, com cujas gerências tentámos entrar em contacto via correio electrónico. Nem sempre obtivemos *feedback*, facto comum no decurso de um processo investigativo, contudo outros houve que se pronunciaram e que acederam à nossa solicitação. Nesses hotéis fomos, sem excepção, recebidos pelos seus respectivos directores-gerais ou equivalentes. A entrevista, em cada um deles, decorreu no interior das suas instalações, jamais tendo sido levantados obstáculos ao recurso do gravador de voz, pelo menos no que remete para a condição de que a informação assim capturada fosse de uso exclusivo para memória futura<sup>46</sup> do

---

<sup>44</sup> A colaboração da CMC não se cingiu ao colocar à disposição diversos dos seus elementos para ‘conversar’ com o autor. Extrapolou em muito o universo das entrevistas, que são um acontecimento mais ou menos pontual, abrindo as suas portas ao autor, a saber, por exemplo, do espólio do seu Arquivo Histórico. Porém, esta é matéria que não respeita a este ponto em particular.

<sup>45</sup> Como já esclarecido, à altura eram essas as suas designações – as entrevistas aqui designadas realizaram-se previamente à reforma administrativa que conduziu à fusão destas duas freguesias, conforme estipulado na Lei n.º 11-A/2013. Não foram elaboradas quaisquer entrevistas formais após a entrada em vigor da reforma administrativa do território das freguesias, se bem que tal seja apenas ditado pelo acaso – decorrente dos próprios *timings* por nós balizados – sem que qualquer outra variável tenha intercedido no processo.

<sup>46</sup> Do universo de entrevistados, alguns deles – não objectando ao recurso do gravador de voz – veicularam, em número significativo e não negligenciável, o desejo de que fosse apenas o investigador a tratar da informação registada, quase sempre argumentando que pela força do detalhe assim o preferiam. Dessa forma procedemos. Mesmo observando aqueles que não se importariam com a exposição pública, mediante a qual seriam manifestamente identificados, optámos por manter *sine qua non* todos os entrevistados no anonimato – conforme obriga, na circunstância, a ética sociológica.

investigador. Validámos um total de sete entrevistas, distribuídas todas elas por diferentes estabelecimentos hoteleiros.

Por fim, os estabelecimentos comerciais de Carcavelos, nomeadamente aqueles que operam na sua praia e adjacências imediatas, oferecem uma visão privilegiada sobre a vida quotidiana do lugar. Por essa razão, convidámos a participar todos os proprietários ou representantes destes. A adesão, ainda que de quando a quando dificilmente negociada, foi quase unânime. Mais uma vez, a captação das entrevistas em registo de voz não levantou qualquer embargo. À semelhança do que ocorrera em alguns hotéis, também aqui houve quem se sentisse desconfortável com uma eventual exposição pública manifesta. Por tal motivo, optámos em conformidade, fazendo uso dos recursos tal qual mencionámos no caso dos hotéis.

Importa, claro está, dar a conhecer como conduzimos as entrevistas. As entrevistas nos locais que indicámos não obedeceram a um guião rígido previamente construído. Posto isto, também não foram conduzidas sem um fio condutor, *i.e.*, de maneira desbragada, indisciplinada e anómica. Dependendo do local, e o que este poderia oferecer em termos de informação, delineámos um guião<sup>47</sup> de aplicação informal adequado à melhor aproximação que interpretámos, ou seja, aquela que tornasse mais frutuosa a entrevista nos seus resultados. O lugar onde iríamos conduzir a entrevista ditava igualmente a disciplina concernente aos usos indumentários, se mais cuidado ou se mais descontraído. Previamente a qualquer entrevista, o espaço que iria ser alvo de visita era, na medida do possível e sem que se denunciasses, amplamente estudado pelo investigador quanto às maneiras de nele se estar e agir.

O rigor militar, no caso das capitánias, a atmosfera cuidada dos hotéis, enfatizando-se no '*glamour*' dos de cinco estrelas, e a ambiência político-burocrática, patente na vereação do turismo da CMC e das direcções departamentais, exigiam da parte do investigador uma indumentária que o identificasse como 'igual' aos olhos do

---

<sup>47</sup> Este esquema era igualmente, convenha-se em abono da verdade, transposto para o caderno de campo, o qual nos acompanhava e mantínhamos presente a título permanente.

outro (Goffman, 1972, 1982, 1993; Simmel, 2004a, pp. 133-141) no processo de interacção; não se trata de coqueteria do investigador, antes de um cuidado em evitar ruídos que perturbassem logo à partida, ou que até mesmo condenassem, o propósito da entrevista.

Já nos casos dos restaurantes e dos restaurantes-bar situados na orla da praia de Carcavelos, verificado o contexto e a tipologia dominante concernentes às relações sociais, a estratégia foi alterada e adequada. Para que os entrevistados não rotulassem o investigador, por ideia pré-concebida fomentada pela desadequada indumentária apresentada, como um absoluto estranho a intrometer-se no seu ecossistema cuidámos em nos apresentar ao nível da aparência o mais de acordo possível para com o indivíduo a entrevistar sem, no entanto, cair num desleixo que eventualmente aniquilasse a legitimidade do investigador bem como a figura académica que tínhamos, evidentemente, que transmitir.

Em todas as situações de entrevista que expusemos existe indubitavelmente um ponto de intersecção, que se relaciona com a modalidade seleccionada para conduzir o momento da entrevista *per si*. Por motivos que de seguida iremos explicitar, recorreremos sempre a entrevistas que pela sua estrutura são denominadas por entrevistas semi-directivas<sup>48</sup>. Visando os objectivos a que nos propusemos, as entrevistas semi-directivas apresentavam, sobre as demais de índole formal, bastantes mais vantagens do que o inverso.

As entrevistas assim dirigidas possibilitam ao sociólogo colocar-se numa posição na qual lhe é permitido escutar o entrevistado sem interferir nem interromper o discurso que lhe é transmitido, excepto no caso de o entrevistado começar a desviar-se por demais daquilo que pretende ser matéria própria para a sua análise.

Descrevemos o que considerámos serem as vantagens das entrevistas semi-directivas. Cremos que, face ao trabalho que nos propúnhamos realizar, estas foram as mais adequadas, mesmo atendendo às desvantagens ou aos constrangimentos que

---

<sup>48</sup> Utilizaremos com uma interpretação inalterada, em alternativa, os termos entrevista semi-dirigida ou semi-estruturada.

podem decorrer da aplicação destas entrevistas e que se encontram, tal como as vantagens, amplamente descritos na literatura (Bardin, 1975, pp. 59-71; Quivy & Campenhoudt, 1992, pp. 67-81, 193-196; Foddy, 1993, pp. 27-83, 101-154, 167-168; Ghiglione & Matalon, 1997, pp. 63-104; Bernard, 2006, pp. 194-232; Stake, 2009, pp. 81-84).

a. Modelo de Guião das Entrevistas aplicadas nas Capitánias

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>. Enquadramento da entrevista, com breve exposição da temática prosseguida pelo investigador.</li><li>- Inquirição:<ul style="list-style-type: none"><li>. Responsabilidades administrativas da capitania sobre o território (e qual a extensão do mesmo)</li><li>. Partilha de responsabilidades com outras instituições.</li><li>. Carga máxima das praias</li><li>. Critérios para os concessionários nas praias (hotéis, restaurantes, restaurantes-bar, bares, discotecas, esplanadas, chapéus no areal).</li><li>. Responsabilidades de inspecção dos concessionários (época balnear ou não).</li><li>. Responsabilidades de segurança na praia (época balnear ou não; CPC, ).</li><li>. Recursos humanos e equipamento disponíveis.</li><li>. Percepção dos utentes das praias (proveniências)</li><li>. Desportos de mar autorizados.</li><li>. Licenciamento de eventos.</li><li>. Outras questões de interesse que emergidas no contexto da entrevista.</li></ul></li></ul> |
|---|

Quadro 1

Legenda: Modelo de Guião de Entrevista – Capitánias

Fonte: autor

b. Modelo de Guião das Entrevistas aplicadas nos Estabelecimentos Hoteleiros

- . Enquadramento da entrevista, com breve exposição da temática prosseguida pelo investigador.
- Inquirição:
  - . História do estabelecimento hoteleiro.
  - . Período de existência do estabelecimento.
  - . Proprietários e dimensão (inclui oferta de quartos e número de camas).
  - . Épocas alta e baixa, com referência a taxas de ocupação e estadia média.
  - . Serviços oferecidos ao cliente (apensos à reserva do quarto e outros à parte que apareçam como complemento).
  - . Tipologia de clientes (origem mercado interno e externo; percepção da sua pertença a segmentos de classe; igualmente pela motivação da deslocação).
  - . Percepção dos usos territoriais e das suas finalidades ou motivações (negócios, lazer, veraneio, desporto, fruição da natureza, etc.) efectuados pelos clientes durante a estadia.
  - . Percepção da relevância das frentes de mar (e das praias em particular) na tomada de decisão do cliente.
  - . Percepção dos níveis de satisfação do cliente (vivência no hotel e vivência territorial)
  - . Percepção da relevância das frentes de mar (e das praias em particular) na tomada de decisão do cliente.
  - . Estratégias do cliente para seleccionar e efectuar reserva no hotel.
  - . Outras questões de interesse que emergidas no contexto da entrevista.

Quadro 2

Legenda: Modelo de Guião de Entrevista – Estabelecimentos Hoteleiros em Cascais

Fonte: autor

## c. Modelo de Guião das Entrevistas aplicadas nos Restaurantes-Bar

. Enquadramento da entrevista, com breve exposição da temática prosseguida pelo investigador.

- Inquirição:

. Período de existência do estabelecimento. Se aplicável, em caso de não ser a gerência original, desde quando se encontra a nova gerência estabelecida na praia.

. Proprietário(s) e dimensão da empresa.

. Períodos de funcionamento ao longo do ano e horários de funcionamento regulamentados pela gerência.

. Carga máxima do estabelecimento (incluindo esplanadas e áreas concessionadas durante a época balnear).

. Motivação de obras e intervenções de requalificação do estabelecimento, se aplicável (inclui ampliação).

. Percepção que a gerência tem sobre os seus clientes; regulares, pontuais, residentes na freguesia, provindos de territórios exteriores à mesma, metropolitana, nacional e estrangeira (incluindo cidadãos comunitários).

. Percepção que a gerência tem sobre as faixas etárias dos clientes, género e segmento social a que pertencem.

. Apropriação pelos clientes em relação às dicotomias de uso diurno/nocturno e época balnear/época baixa (sazonalidade).

. Se aplicável, a exploração da escola de *surf* (clientes, faixas etárias, género, permanência na escola, professores, infra-estruturas). Se não aplicável, se há relação com escolas de *surf*.

. Relação, se existente ou inexistente, com os estabelecimentos hoteleiros próximos da praia.

. Relacionamento, se pacífico ou conflituoso, com a Capitania do Porto de Cascais.



- . Licenciamentos, alvarás e inspecções (CPC e CMC).
- . Funcionários do estabelecimento. Número, origem (nacionalidade – se estrangeira, integração na comunidade), local de residência, rotatividade (em dois sentidos: i – trabalho por turnos e ii – permanência de durabilidade ou não no posto de trabalho).
- . Época balnear: interligação com o ISN.
- . Segurança no estabelecimento e percepção da segurança na praia (inclui a percepção dos sentimentos de segurança dos clientes); percepções sobre o fenómeno do arrastão de 2005 (se aplicável).
- . Estratégias de marketing: se e como se publicitam.
- . Relacionamento com a concorrência.
- . Rentabilidade do estabelecimento.
- . Percepção da imagem do *surf*, bem como de outros desportos de mar praticados, junto dos clientes e de outros utentes da praia.
- . Outras questões de interesse que emergidas no contexto da entrevista

### Quadro 3

Legenda: Modelo de Guião de Entrevista – Restaurantes-Bar da Praia de Carcavelos

Fonte: autor

d. Modelo de Guião da Entrevista aplicada na Vereação do Turismo da CMC

- . Enquadramento da entrevista, com breve exposição da temática prosseguida pelo investigador.
- Inquirição:
  - . Políticas estratégicas para o concelho (mais imediatas e de índole prospectiva; inclui a relevância das frentes de mar no seio dessas políticas).
  - . Relevância do turismo no concelho (percepção sobre o turismo de sol e mar bem como o desempenho de outras tipologias de turismo; igualmente, percepções sobre o turista que elege Cascais como destino).
  - . Oferta hoteleira e caracterização da mesma.
  - . Procura turística: balanços.
  - . Relação com outras instituições de decisão política a nível do Estado Central.
  - . Centralidades e periferias no concelho.

Quadro 4

Legenda: Modelo de Guião de Entrevista – Vereador do Turismo CMC

Fonte: autor

Resta-nos, portanto, enquadrar na investigação as entrevistas informais – das quais, a maioria espontâneas – que fomos aplicando no seu decurso. A importância da narrativa de actores sociais portadores de informações relevantes para a prossecução deste trabalho, fosse ela espontânea ou por outra forma provocada pelo investigador, complementaria vazios que pudessem surgir no resultado das entrevistas formais ou até mesmo o colmatar de informações omissas na mesma e sobre as quais, eventualmente, não haveríamos sequer ponderado.

Para além da sua capacidade informativa redundante, confirmando dados recolhidos mediante entrevista formal, tornam-se relevantes mediante o seu carácter de complemento aos dados recolhidos, obtendo-se portanto em algumas circunstâncias informações novas que se podem e devem acumular àquelas obtidas através da recolha formal.

## **8. O Recurso à Imagem ou Instantâneos do Quotidiano**

Antes de nos dedicarmos ao conteúdo propriamente dito que concerne a este ponto, pretendemos esclarecer da forma mais evidente possível que as imagens cuja fonte remete para captação do autor não foram de maneira alguma manipuladas após o momento da sua captação. Convenha-se que as mesmas foram reduzidas de forma a adaptá-las ao formato que o trabalho apresenta. Todavia, não se utilizaram ferramentas de corte, instrumentos de embelezamento, de condicionalismos de brilho ou apuramento de cor. São, por assim dizer, autênticas no sentido em que foram transpostas das máquinas fotográficas para o computador e deste remetidas para ficheiro de processamento de texto, sem que outro ruído propositado houvesse que não o seu – mencionado – redimensionamento proporcional que só assim viabiliza o seu uso no formato de tese que apresentamos.

No que remete para as imagens cuja autoria é independente da captação autor, aplica-se-lhes o mesmo princípio de não manipulação explanado, tendo sido a sua transposição para o trabalho efectuada tal qual nos são apresentadas pelos devidos autores os quais, sem excepção, figuram manifestamente como fonte.

O registo fotográfico, ou a captação de instantâneos do real em registo fotográfico, embora não o tenha sido assim pensado inicialmente, constitui um

sustentáculo basilar à análise compreensiva e à explicativa, bem como um facilitador à inteligibilidade da leitura do trabalho e seus resultados.

Tal como o caderno de bordo, as imagens capturadas, os instantâneos do real, providenciam-se como auxiliar de memória futura. Não menos importante, de certo modo são em formato de imagem, de instantâneo retirado à realidade quotidiana, valor de prova da postura etnográfica que assumimos, tal como os excertos de textos, estes em formato escrito, se fazem valer como prova da postura envergada pelo investigador (Bernard, 2006, pp. 387-450).



Imagem 3

Legenda: 'Observado' a 'observar' (i)

Fonte: captação do autor (02/09/2012)



Imagem 4

Legenda: 'Observado' a 'observar' (ii)

Fonte: captação do autor (08/09/2012)

Como observamos nas imagens 3 e 4, que o são apenas a título exemplificativo, nem sempre é pacífica, ou pelo menos consensual, a convivência dos actores sociais com a lente da máquina fotográfica. Contudo, tal obstáculo não nos impediu de utilizar

a captação de imagens como veículo de fornecimento de informação e de conteúdos que se mostrava ser de mais-valia.

O uso recorrente da imagem pretende-se como uma aproximação ao que se denomina por etnografia visual e, ainda, a uma dita sociologia visual. No primeiro caso, o uso da imagem como instrumento de trabalho é justificado, em primeira instância pela Antropologia, como um elemento de suporte cognitivo de um determinado fenómeno. Segundo Judith Hanna, referindo-se a investigações de cariz etnográfico sobre a dança, quando os investigadores iniciaram estudos sobre a dança faltava-lhes conhecimento sobre os elementos do movimento e treino requerido para associar a imagética visual com elementos de conceptualização verbal, pelo que a descrição da dança se manteve em boa medida limitada até meados do século XX. Acrescenta que é a partir de 1970 que o uso da imagem, tanto estática como dinâmica, foi reconhecido de forma mais firme pela disciplina, incorporando-se como uma forma de melhor compreender as características associadas aos movimentos da dança (Hanna, *in* Barnard & Spencer, eds., 2010, p. 180). Este uso da imagem veio facilitar, suportar e até validar uma melhor apreensão e a compreensão de um fenómeno que sem o recurso à mesma seria bem mais difícil de descrever e de, portanto, o tornar mais acessível à inteligibilidade.

Na mesma linha, outro autor considera o filme e a imagem, particularmente a fotografia, na antropologia visual como um meio de representação visual que é empregue pelos investigadores que recorrem à etnografia dita visual para facilitar a comunicação e, de certa forma, a transposição do real (Banks, *in* Barnard & Spencer, eds., 2010, p. 292). Assim sendo, acaba por ter, a imagem, uma função e responsabilidade de documentar o quotidiano, podendo tornar-se essencial para um entendimento etnográfico holístico (*idem, ibidem*). O filme, tal como a imagem obtida pela captação da fotografia, contam como que uma narrativa, que pode e deve ser separada do mero entretenimento e contar com o seu lugar no seio da ciência (Banks, *in* Barnard & Spencer, eds., 2010, p. 293). Tanto o filme, vídeo, como a fotografia, acrescentamos, tornam-se nas palavras de Banks numa representação visual considerada como ‘uma janela do mundo’ (Banks, *in* Barnard & Spencer, eds., 2010, p.

294). Morphy reconhece que a fotografia tem vindo a cimentar a sua legitimidade no meio científico como recurso para a pesquisa antropológica e para a análise e interpretação históricas. Adianta igualmente que o uso da fotografia se tornou relevante tanto como uma peça de cultura material por direito próprio, como também relativamente a fonte de informação tanto no que remete para o tempo passado como para o presente (Morphy, *in* Barnard & Spencer, eds., 2010, p. 454). Não nos é assim difícil de asseverar que a fotografia é actualmente uma linha metodológica e teórica e um elemento da prática social integrante e integradora de uma etnografia entendida em sentido mais lato (Edwards, *in* Barnard & Spencer, eds., 2010, p. 538).

Para o efeito igualmente concorre o facto, como bem aponta Bernard, que também sustenta que o uso da fotografia é uma forma de documentação da cultura e das alterações ocorridas no seio de uma cultura (Bernard, 2006, p. xiii), que nos dias actuais o material de suporte para a captação de imagens se tornou economicamente mais acessível, mais compacto e daí igualmente mais fácil de transportar e de utilizar, ao passo que simultaneamente permite captações de elevada qualidade gráfica tanto de imagens estáticas como em vídeo, durante o percurso etnográfico levado a termo pelos investigadores (Bernard, 2006, p. xiii).

No âmbito da sociologia visual, José Martins sustenta dizer menos a fotografia do que o acontecido, proposição que obtém o nosso acordo. No entanto, não deixa o autor de notar que a fotografia, em alguma da sua essência, reforça a necessidade de representar. Nas fotografias, sugere, as pessoas fazem supor. Todavia, e em simultâneo, a fotografia propõe-se como apontamento da memória, e não como memória, funcionando como lembrete do que se perdeu no quotidiano. Sem a imagem, que codifica interpretação de quotidianos, sintetiza que a quotidianidade seria impossível (Martins, *in* Pais *et al*, orgs., 2008, p. 43).

Referindo-se à cidade, simulação menor do mundo todo (Serén, *in* Pais *et al*, orgs., 2008, p. 59), Maria do Carmo Serén refere-se à mesma como um espaço que está saturado de informação invisível, onde se está em presença de um novo mundo

onde a matéria – o corpo – é superado e é a técnica que captura o corpo lugar (Serén, *in Pais et al, orgs.*, 2008, p. 60). A fotografia, diz, pulveriza o espaço urbano. Sendo que a composição da imagem se organiza pela estruturação espacial, a fotografia surge como como enquadramento, em que é corte e fragmento de uma ausência maior. As fotos, adianta ainda, reenviam à totalidade urbana luzes e movimento, bem como o drama colectivo ou individual, onde tudo se encontra conectado de forma invisível com a ideia que dela conhecemos. Até a figura humana é uma representação do sujeito que invade a fotografia e se coloca no lugar do fotógrafo e também no de quem a vê (Serén, *in Pais et al, orgs.*, 2008, p. 61).

José Machado Pais instiga que as fotografias não nos dão o quotidiano, mas revelam o modo como o mesmo foi, por alguém, captado. A fotografia, que refere valer por sua própria imagem, produz o que denomina como um efeito hiper-realista porque, nas suas palavras, representa uma realidade excedida e exacerbada no modo como e por quem é representada, tal sucedendo por existir uma diferença entre o visto e o visível, tal como, finaliza, entre o dito e o dizível (Pais, *in Pais et al, orgs.*, 2008, p. 20).

Finalizamos com uma proposição de Lorenzo Tripodi, que sustenta que na vida urbana como a que vivemos, modernidade e visualidade são conceitos que se têm vindo a desenvolver paralelamente (Tripodi, *in Hutchison, ed.*, 2010, p. 140).

## 2.ª PARTE

### ASPECTOS INTERPRETATIVOS E ANALÍTICOS



Legenda:

Logotipo oficial da Costa do Estoril,  
versão em inglês

(in <http://www.estoril-portugal.com/en>)



### **CAPÍTULO III**

#### **PRECURSORES DO TURISMO, PUCS, LAZER E DINÂMICAS DAS VIVÊNCIAS TURÍSTICAS E LÚDICAS NA COSTA DO ESTORIL: ABORDAGEM ANALÍTICA**

##### **1. Nota Introdutória**

Nas sociedades mediterrânicas, do sul da Europa, as ditas frentes de mar detêm uma inegável importância estratégica, tanto ao nível da imagem que pretendem e conseguem transmitir, endógena e exogenamente, como muito em particular ao nível das economias locais e, como já observado, também regionais e nacionais.

Estes territórios assumem-se, eles próprios, como destinos que atraem não só turistas como, por outro lado, também outros visitantes (Hoffman *et al.*, ed., 2003, pp. 2-4) e utilizadores provindos de diferentes territórios da metrópole, particularmente em momentos com forte conotação a tempos consagrados a práticas de lazer.

Não excluimos, no entanto, ao nível dos utilizadores que o são em busca do seu cariz lúdico, actores sociais que classificamos como residentes e que de facto residem nas áreas próximas destes territórios.

## 2. Precusores do Turismo de Vilegiatura em Cascais

A Vila de Cascais tem como precusores do seu actual turismo de massas a elite portuguesa, que a apropriou num regime sazonal e em consonância com o que chamamos turismo de vilegiatura ou de veraneio.

É a partir dos finais do século XIX, ainda durante o regime monárquico, que Cascais ganha visibilidade e um garante simbólico como destino da prática de banhos de mar, enfim de território vocacionado para o turismo de vilegiatura e para o lazer a ele associado. Emerge, pela primeira vez, como praia da corte em 1867, consequência da escolha da vila por parte da então rainha D. Maria Pia «*para a prática dos banhos de mar*» (CMC, 2011, p. 7). Contudo, essa visibilidade e garante simbólico como destino turístico associado à vilegiatura cristaliza-se a partir de 1870 com a decisão da família real, liderada pela pessoa do rei D. Luís, em instalar-se sazonalmente na cidadela de Cascais, que é requalificada no sentido do seu acolhimento, elegendo-a como habitação e consolidando o seu uso para os efeitos mencionados (Anastácio, 2008, pp. 308-311; CMC, 2011, p. 7; TSF, 2010). Mesmo após a morte de D. Luís, D. Maria Pia mantém Cascais como seu destino de veraneio, adquirindo um palacete no Monte Estoril onde, nesses períodos, se estabelece.

Estes movimentos pela realeza portuguesa com destino a Cascais com finalidades balneares atraíram e trouxeram para Cascais, numa atitude mimética, variados membros da nossa aristocracia e da burguesia endinheirada, a esmagadora maioria deles provenientes de Lisboa. A moda (Simmel, 2008) enraizou-se, multiplicando-se o número de *chalets*, de segundas habitações de carácter sazonal, nos territórios cascalenses com primazia para os do centro da vila e para aqueles que até recentemente, 2013, até à implementação da revisão administrativa por força da lei 11-A/2013 de 28 de Janeiro (Portugal, 2013a, p. 552-34), pertenciam à freguesia do Estoril.

As infra-estruturas facilitadoras da mobilidade humana foram igualmente fundamentais neste processo de cristalização do turismo de banhos em Cascais. Sabemos que a família real se deslocava a partir de Sintra, onde mantinha a sua residência oficial. Em 1870 a reconstrução da estrada ligando Sintra a Cascais foi concluída, beneficiando e simplificando a deslocação da família real nas deslocações de ida e retorno (CMC, 2011, p. 7). No entanto, o número mais elevado de banhistas de elite, como referenciamos, faz-se a partir da cidade de Lisboa. A partir da capital, de onde se desloca não só a aristocracia (Lobo, *in* Pereira *et al.*, 2009, p. 69) mas igualmente a burguesia endinheirada (TSF, 2010), a Estrada Real que une Lisboa a Cascais a partir de 1864, ano em que é inaugurada, alavanca a oportunidade de deslocação para os tais actores sociais que reuniam o necessário capital económico. Esta é uma estrada que se estende em paralelo com a linha costeira, possibilitando a fruição de quem por ela se deslocasse das frentes de água – de rio, Tejo, até ao término de Oeiras e de mar, iniciada em Carcavelos, Cascais. A própria estrada assinala, por assim dizer, a evidência de *landscape of power* (Zukin, 1993, pp. 39-41, 253-254) que era, e ainda o é, o cenário das frentes de água no imaginário e na constituição do esquema mental dos indivíduos.

Igualmente dinamizadora e estabelecadora destes recentes núcleos de vilegiatura, partilhando a opinião de Susana Lobo (Lobo, *in* Pereira *et al.*, 2009, p. 69), é a linha ferroviária de Cascais, cuja relevância é tal para a identidade e caracterização destes territórios que se chegam a confundir entre eles: a *Linha (de Cascais)*. O comboio, meio de transporte ainda movido a vapor aquando da conclusão da linha em 1895, com a ligação de Cascais a terminar – ou a iniciar-se – no Cais do Sodré, Lisboa.

### 3. Do PUCS ao PDM-Cascais: Breves considerações

Referir-mo-nos ao Plano de Urbanização da Costa do Sol e ao Plano Director Municipal de Cascais na mesma sentença não deixa de trazer alguma prolixidade, visto que a escala e a ambição a que cada um remete diferem sobremaneira. No primeiro caso, PUCS, estamos defronte de um instrumento de gestão territorial, de um plano, que diversos autores definem como sendo um plano de dimensão regional ou, noutros casos, sub-regional (Marat-Mendes, *in* Pereira *et al*, 2009, p. 95). De qualquer das formas, de um âmbito bem mais alargado que o da escala concelhia. No segundo caso, PDM-Cascais, encontramos-nos diante de um instrumento de gestão territorial cujo limite de implementação se cinge às fronteiras geográficas de um concelho específico. Porém, para além do óbvio que os cinde, a sua relação apresenta-se intimamente interligada. O PUCS, formalmente aprovado em 1948 por decreto, prolonga-se na generalidade em execução até ao ano de 1994, data em que se vê publicado o Decreto-Lei n.º 141/94. No seu texto lê-se a seguinte redacção:

*«[...] Acontece, porém, que os Planos Directores Municipais de Oeiras e de Cascais, o primeiro já concluído e o segundo em fase final de elaboração, vão determinar as novas regras a que deve obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo na área dos respectivos municípios.*

*Para que não se levantem dúvidas ou entraves à plena vigência daqueles Planos, designadamente em virtude de existência de normas com o mesmo objecto mas diferente força jurídica, importa prever a expressa revogação das disposições do PUCS, de forma que cesse a sua vigência*

*[...] nas datas em que cada um dos respectivos planos directores municipais sejam publicados no Diário da República.*

*Assim: [...] é revogado o Decreto-Lei [...] que aprovou o Plano de Urbanização da Costa do Sol. [...] O presente diploma nas circunscrições administrativas dos municípios de Cascais e Oeiras, sucessivamente, nas datas de publicação das resoluções de Conselho de Ministros que ratifiquem os respectivos planos directores municipais.» (Portugal, 1994a, pp. 2746-2747)*

Na medida da força do decreto que citámos, o PUCS mantém-se a vigorar como instrumento de gestão territorial no concelho de Cascais até 1997, ano em que é ratificado o PDM-Cascais, após a sua aprovação em 1996 pela Assembleia Municipal de Cascais, mediante Resolução de Conselho de Ministros:

*«Nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:*

*1 – Ratificar o Plano Director Municipal de Cascais.*

*2 – Excluir de ratificação os artigos 6.º-A e 6.º-B do Regulamento e a área classificada como “categoria de espaço urbanizável de baixa densidade” [...]» (Portugal, 1997, p. 2970)*

Após a publicação em Diário da República da Resolução de Conselho de Ministros n.º 96/97, de 19 de Junho de 1997, que com as excepções assinaladas ratifica o PDM-Cascais, o PUCS é irremediavelmente extirpado da normatividade que até então lhe era reconhecida e que já concernia tão-somente ao concelho de Cascais, a derradeira autarquia – das que previamente se encontravam sob a alçada administrativa do PUCS – a constituir e a fazer aprovar o seu PDM. Sintetizando, o

PDM-Cascais anuncia a ‘morte’ de um plano que vigorou, ainda que no seu final só parcialmente no que remete para o seu texto original, por 48 anos e alguns meses.

#### **4. Hotelaria em Cascais**

Onde fica alojado o Turista que elege Cascais como seu destino foi questão que emergiu desde cedo e à qual gostaríamos de atribuir uma resposta mais completa e esclarecedora do que aquela que se nos afigurou como a possível. Vista a inexistência de dados quantitativos, que poderiam surgir no formato de informações estatísticas, que evidenciassem uma caracterização que observássemos como suficiente, esforçámo-nos por aliar à perspectiva quantitativa os resultados obtidos mediante aproximações de perspectiva qualitativa ao objecto. Na realidade, quase sempre que existentes, os dados estatísticos sobre os quais nos debruçámos raramente se encontravam desagregados à escala concelhia – freguesia, menos ainda – pautando-se a regra por a maior desagregação suceder apenas à escala das NUTS II, ou seja, regional. As incursões no terreno sobre esta questão em particular aconteceram sobretudo com o recurso à entrevista, em número que se pretendia ilustrativo e não representativo. Ainda assim, cremos que cruzando o ‘somatório’ dos dados obtidos poderemos, em análise, estabelecer algumas conclusões.

Optámos por escolher como indicador matricial, para análise e interpretação estatística, o número absoluto de dormidas em estabelecimentos hoteleiros/ano. Tal opção deve-se ao facto deste indicador relevar ao investigador, para além da tipologia de estabelecimento hoteleiro preferida pelo turista, o peso do turismo à escala municipal face às escalas metropolitana e, inclusive, nacional.

Considerando o número médio das dormidas dos turistas nos estabelecimentos hoteleiros é igualmente possível, ainda que só se forma aproximada, estimar o número total daqueles que nesses estabelecimentos pernoitaram. Assim, e por aproximação, encontramos um número que representa o total de turistas presentes por ano se dividirmos o número absoluto de dormidas pelo número de dias médios que o turista usufrui do estabelecimento hoteleiro. Por exemplo, segundo dados de 2014 (Eurostat & PORDATA, 2015), 3,1 dias de dormidas em média pelos turistas. Este valor demonstra, com razoável fiabilidade, a pressão turística que é exercida num dado território e junto dos seus residentes, sendo a menor escala encontrada, por força das limitações da informação estatística, aquela que remete para a unidade territorial concelhia.

As tabelas que apresentamos, aquelas nas quais se podem constatar os resultados obtidos pelo INE relativos ao número absoluto de dormidas/ano, pretendem colocar em relevo o número de dormidas no concelho de Cascais contextualizadas na realidade do país e da AML. Podemos desta maneira aferir sobre a relevância de Cascais (CC) como destino turístico quer à escala nacional como à escala da metrópole em que igualmente se insere. Num primeiro momento optámos por analisar o número de dormidas do turista num estabelecimento hoteleiro desde 2008 – obtidos em 2009, o ano em que se despoleta a crise financeira cujos impactos foram sentidos a uma escala global, até ao último ano sobre o qual dispomos de dados e que corresponde a 2011 – obtidos em 2012. Comparemos, também, as nossas conclusões analíticas com os anos que antecederam a crise financeira, recuando até 2001 – dados obtidos em 2002. Incidimos assim sobre as evoluções ocorridas numa escala temporal de sensivelmente uma década, 2001-2011.

Uma primeira observação indica-nos, é essencial desambiguar esta questão, que os dados presentes nas tabelas são aferidos sempre em relação aos resultados cumulativos do ano civil imediatamente anterior. Deve por isso ler-se o quadro sabendo que, *e.g.*, o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros presente na coluna respeitante ao ano de 2012 designa de facto que em 2012 se apurou que em

2011 houve em número total 39.681.040 de dormidas a nível nacional (Tabela 10); e assim sucessivamente para com as restantes entradas nas tabelas.

A primeira conclusão que podemos retirar sem margem para dúvidas é que, independentemente do ano em que nos focuemos, os hotéis são os estabelecimentos hoteleiros onde mais se pernoita, quer nos debruçamos a observar a escala nacional, metropolitana ou concelhia. Por exemplo, se observarmos os anos inscritos nas tabelas como os de 2002 e de 2012 facilmente constamos que em 2002 as pernoitas em hotéis correspondem à escala nacional a 48,56% do total e em 2012 a 61,25%, com uma variação positiva neste período, de 2002 para 2012, que ascende aos 12,69% (tabelas III.1 e III.4); à escala da metrópole encontramos em 2002 um valor de 76,85% e em 2012 de 82,49%, com uma variação positiva na ordem dos 5,64% (tabelas 11 e 14); finalmente em Cascais, à escala concelhia, 2002 com 66,26% e 2012 com 64,55%, com uma variação ou crescimento negativos de 1,71% (tabelas 12 e 15).

Excluindo os 48,56% de dormidas em hotéis face ao total em todos os estabelecimentos hoteleiros obtidos em 2002 e somente à escala nacional, ainda assim suplantando nitidamente os valores conseguidos por qualquer outra tipologia isolada de estabelecimentos hoteleiros, a percentagem de número de dormidas em hotéis ascende invariavelmente a mais de metade. De facto, essa percentagem ronda os dois terços à escala metropolitana e escala dos três quartos aos quatro quintos à escala metropolitana. A vila de Cascais encontra-se no intervalo entre os valores percentuais encontrados à escala nacional e à escala metropolitana, embora mais próxima dos valores metropolitanos em 2002 (cerca de 10% abaixo da linha metropolitana e cerca de 18% da linha nacional) e dos valores nacionais em 2012 (cerca de 3% acima da linha nacional e cerca de 18% abaixo da linha metropolitana).



Dormidas por estabel. / hoteleiros / Ano	Portugal (unidade Geográfica – NUTS I)	2012	2011	2010	2009
Total Estabel. Hoteleiros	-	39.681.040	39.440.315	37.391.291	36.457.069
Hotéis	-	24.289.093	23.837.305	21.846.374	20.384.570
Pensões	-	2.105.962	2.653.444	3.153.703	3.477.377
Estalagens	-	491.431	546.069	573.433	657.490
Pousadas	-	355.336	427.139	413.409	399.213
Motéis	-	170.545	243.720	286.032	368.674
Hotéis- Apartamentos	-	6.477.693	6.279.376	5.728.545	5.565.252
Aldeamentos Turísticos	-	1.831.489	1.636.751	1.630.617	1.623.603
Apartamentos Turísticos	-	3.959.491	3.816.511	3.759.178	3.980.890

Tabela 10

Legenda: Número de dormidas em Portugal por estabelecimento hoteleiro (pós crise financeira de 2008)

Fonte: INE

Dormidas por estabel. hoteleiros / Ano	Lisboa (unidade Geográfica – NUTS II)	2012	2011	2010	2009
Total Estabel. Hoteleiros	-	9.439.853	9.027.432	8.620.423	7.905.937
Hotéis	-	7.787.155	7.380.223	6.905.155	6.131.879
Pensões	-	735.051	874.613	1.005.857	1.057.967
Estalagens	-	n.a.	n.a.	40.555	61.098
Pousadas	-	n.a.	28.388	n.a.	27.752
Motéis	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Hotéis-Apartamentos	-	684.112	542.689	471.364	392.530
Aldeamentos Turísticos	-	128.545	109.756	11.050	n.a.
Apartamentos Turísticos	-	44.160	45.310	52.732	84.733

Tabela 11

Legenda: Número de dormidas em Lisboa (NUTS II) por estabelecimento hoteleiro (pós crise financeira de 2008)

Fonte: INE

Notamos que 2009 – remetendo para 2008, ano em que eclodiu a mencionada crise – é aquele que nos anos mais recentes apresenta o número de dormidas mais baixo, consideradas as três escalas (tabelas números 10, 11 e 12) onde se inclui, evidentemente a vila (CC) de Cascais. Só em alguns estabelecimentos hoteleiros tal não é sempre verificável, como nas pensões, nas estalagens, nos motéis e nos

apartamentos turísticos. Contudo, é necessário frisar que estes últimos estabelecimentos mencionados encontram-se em queda quanto ao número de dormidas desde 2002, ou seja, antes da eclosão da crise financeira, o que lhe retira capacidade explicativa para a diminuição de dormidas nestes estabelecimentos (tabelas números 13, 14 e 15).

Dormidas por estabel. hoteleiros / Ano	Total Estabel. Hoteleiros	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-Apartamentos	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos Turísticos
Cascais (unidade Geográfica – CC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	1.202.055	775.889	14.162	n.a.	0	0	306.905	n.a.	8.511
2011	1.190.605	787.305	18.794	n.a.	0	0	282.817	n.a.	14.561
2010	1.079.462	718.578	23.900	29.880	0	0	230.420	n.a.	18.883
2009	981.729	668.877	22.023	37.103	0	0	n.a.	n.a.	16.032

Tabela 12

Legenda: Número de dormidas em Cascais (CC) por estabelecimento hoteleiro (pós crise financeira de 2008)

Fonte: INE

Dormidas por estabel. hoteleiros / Ano	Portugal (unidade Geográfica – NUTS I)	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Total Estabel. Hoteleiros	-	39.227.938	39.736.583	37.566.461	35.520.631	34.140.581	33.875.471	34.208.968
Hotéis	-	21.689.824	22.141.345	20.629.295	18.594.490	17.249.539	16.546.253	16.612.845
Penções	-	3.767.058	3.834.459	3.543.884	3.364.333	3.478.053	3.286.410	3.389.015
Estalagens	-	783.991	783.205	758.111	689.932	643.532	598.032	587.935
Pousadas	-	405.700	405.083	401.647	396.643	377.497	369.734	397.391
Motéis	-	345.083	313.246	268.478	212.520	222.480	225.721	222.055
Hotéis- Apartamentos	-	6.183.820	6.285.162	6.109.881	6.195.799	5.728.322	5.837.754	5.965.715
Aldeamentos Turísticos	-	1.722.680	1.666.563	1.713.074	1.764.328	1.774.530	1.905.641	2.023.210
Apartamentos Turísticos	-	4.329.782	4.307.520	4.142.091	4.302.586	4.666.628	5.105.926	5.010.802

Tabela 13

Legenda: Número de dormidas em Portugal por estabelecimento hoteleiro (pré crise financeira de 2008)

Fonte: INE

Dormidas por estabel. hoteleiros / Ano	Lisboa (unidade Geográfica – NUTS II)	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Total Estabel. Hoteleiros	-	8.410.405	8.679.040	8.162.614	7.257.148	6.994.783	6.424.706	6.531.055
Hotéis	-	6.565.790	6.765.226	6.341.346	5.629.510	5.416.652	5.002.346	5.018.928
Pensões	-	1.082.791	1.105.132	1.013.653	885.286	891.697	822.572	848.973
Estalagens	-	67.912	79.322	81.179	72.521	71.783	n.a.	57.009
Pousadas	-	31.047	n.a.	31.535	30.437	25.653	n.a.	29.649
Motéis	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	19.879	19.283
Hotéis- Apartamentos	-	450.279	540.553	524.589	485.782	479.160	443.968	510.992
Aldeamentos Turísticos	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	40.438	35.985
Apartamentos Turísticos	-	48.532	58.570	67.902	70.708	39.989	8.419	10.236

Tabela 14

Legenda: Número de dormidas em Lisboa (NUTS II) por estabelecimento hoteleiro (pré crise financeira de 2008)

Fonte: INE

Dormidas por estabel. hoteleiros / Ano	Cascais (unidade Geográfica - CC)	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Total Estabel. Hoteleiros	-	1.076.175	1.221.913	1.208.268	1.093.487	1.066.074	1.064.277	1.126.655
Hotéis	-	703.715	767.388	759.210	686.771	668.500	687.247	746.484
Pensões	-	19730	20.286	18.824	15.548	18.111	16.558	18.880
Estalagens	-	41.407	48.263	53.576	45.202	n.a.	39.098	40.559
Pousadas	-	0	0	0	0	0	0	0
Motéis	-	0	0	0	0	0	0	0
Hotéis- Apartamentos	-	223.629	290.587	278.095	264.270	284.546	280.836	284.579
Aldeamentos Turísticos	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Apartamentos Turísticos	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0	n.a.	n.a.

Tabela 15

Legenda: Número de dormidas em Cascais (CC) por estabelecimento hoteleiro (pré crise financeira de 2008)

Fonte: INE

Prosseguindo em termos dos valores encontrados em 2009, o número total de dormidas está estabelecido em 36.457.069 (Tabela 10), tendo de se recuar aos de 2005 para encontrar um número de dormidas mais baixo (Tabela 13). Constatando-se que desde 2009 vêm a crescer em termos absolutos até 2012, o certo é que mesmo neste último ano os valores são mais baixos do que os visíveis em 2007. Também o ano de 2010, apesar de apresentar ganhos relativamente a 2008, só encontra igualmente em 2005 valores mais baixos em número de dormidas. Respeitante às dormidas nos hotéis, os estabelecimentos hoteleiros que como vimos mais contribuem em número de dormidas, o ano de 2009, com 20.384.570, só encontra valores mais baixos recuando-se novamente a 2005. O número de dormidas volta a recuperar e a subir até 2012, se bem que em 2010 ainda se encontre um valor inferior ao de 2007. Reportámo-nos à escala nacional, passando de seguida para a da AML.

Na AML, à escala da região, e seguindo-se a mesma abordagem, 2009 reincide como o ano que soma o menor número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, verificando-se um total de 7.905.937 (Tabela 11). Para se estabelecer um paralelo inferior temos de remontar uma vez mais a 2005, onde se contabilizam 7.257.148 (Tabela 14). De 2010 até 2012 os números voltam a ganhar amplitude, embora 2010 esteja, ainda que quase tangencialmente, abaixo dos valores conseguidos no ano de 2007. No que concerne para o número de dormidas em hotéis, que conforme evidenciámos representam, grosso modo, mais de dois terços das dormidas na AML, em 2009 verifica-se um número de 6.131.879. Não fugindo ao que tem aparecido como regra, este número só encontra inferior em 2005 – e daí para trás. De 2010 a 2012 o número de dormidas sobe, sendo os três anos com valores mais elevados: 2012, 2011 e 2010, respectivamente.

Na vila de Cascais, mantendo-se a mesma abordagem na escala do concelho, a realidade difere tanto daquela à escala nacional como da regional. Desta feita 2009 surge como o ano com as piores prestações de sempre, no intervalo temporal delimitado, sendo caso único e irrepetível abaixo do milhão de dormidas sendo contabilizadas 981.729 (Tabela 12). Apesar da recuperação do triénio seguinte, com 2012 no topo, os anos de 2006 e de 2007 apresentam valores superiores a este. Os

valores de 2012 só superam, para além do mencionado, os valores de 2002 a 2005 e os de 2008. Remetendo para as dormidas em hotéis, verificadas como representando, grosso modo, cerca de dois terços das dormidas no concelho, uma vez mais verificamos que 2009 demonstra um fraco desempenho, obtendo a segunda pior classificação de sempre em número de dormidas, no seio do intervalo temporal apresentado, superando tão-somente por umas tangentes 377 dormidas unicamente o ano de 2004, 668.887 e 668.500 respectivamente (Tabela 15). O triénio seguinte demonstra crescimento, cabendo, nesta ordem, a 2011, 2012 e 2007 o maior número de dormidas nos hotéis de Cascais (CC).

Nas tabelas seguintes (Tabela números 16 e 17), tencionamos demonstrar em termos percentuais o peso das dormidas efectuadas na AML na realidade nacional, bem como o peso de Cascais (CC) não só perante a realidade nacional mas também na região e metrópole que integra – reportando-nos aos anos de 2012 e 2002. O peso que tanto AML como Cascais (CC) representam a nível nacional em termos de dormidas expressa igualmente não o peso mas pelo menos a relevância que estes territórios, e em particular o município de Cascais, obtêm no turismo português. Apresentamos os dados percentuais do somatório da totalidade dos estabelecimentos hoteleiros, bem como o esforço que representa cada tipologia de estabelecimento hoteleiro tal como definidas pelo INE.

Havíamos já tecido considerações sobre a predominância do número de dormidas em hotéis face aos demais estabelecimentos hoteleiros. Ora, em termos de representação percentual confirmamos igualmente que na AML e em Cascais (CC) os hotéis se constituem como os estabelecimentos mais significativos à escala do turismo português. Em 2012 os hotéis da AML contribuem com 32,06% do total de dormidas nos hotéis portugueses, sendo no nosso entender bastante significativo que praticamente um terço das dormidas em hotéis ocorra na metrópole de Lisboa (Tabela 16).



% Dormidas por estabel. hoteleiros 2012 / UT	Total Estabel. Hoteleiros	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-Apartamentos	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos Turísticos
Portugal	1								
Lisboa (NUTS II)	23,81	32,06	34,90	n.a.	n.a.	n.a.	10,56	7,02	1,12
Cascais (CC)	(12,73)	(9,96)	(1,93)	(n.a.)	(n.a.)	(n.a.)	(44,86)	(n.a.)	(19,27)
	3,03	3,19	0,67	n.a.	0,00	0,00	4,74	n.a.	0,21

Tabela 16

Legenda: Percentagem do número de dormidas em Lisboa (NUTS II) e Cascais (CC) em relação ao total nacional: 2012

Fonte: INE

Contudo, são as pensões que em termos relativos apresentam um valor mais elevado, nomeadamente, 34,90%, isto num peso percentual absoluto no total de dormidas que se estabelece em 23,81% do número de dormidas em Portugal. A leitura do ano de 2002 (Tabela 17) demonstra que 2012 lhe conquistou um crescimento positivo de 1,85% - 2002 com 30,21% - no número de dormidas em hotéis face aos valores nacionais de dormidas em hotéis. A questão torna-se ambígua quando comparados os valores das pensões em 2002 (25,05%) e 2012 (34,90%), com um crescimento negativo de 9,85%, visto que em 2012 os valores concernentes às dormidas correspondentes aos estabelecimentos estalagens, pousadas e motéis são inexistentes, figurando na

tabela como “não aplicável” (n.a.), enquanto que os mesmos estabelecimentos em 2002 apresentam valores que indicam o seu número de dormidas em 9,70%, 7,46% e 8,48%. Esta ocorrência poderá ter influência nos 34,90% que se observa nas pensões em 2012? A inexistência de dados conduz-nos a esta interrogação, mas essa mesma inexistência impossibilita-nos também de estabelecer qualquer correlação factual.

Por fim podemos aferir de um crescimento positivo na representatividade do total de dormidas que a AML obtém a nível nacional entre 2002 (19,09%) e 2012 (23,81%) que se estabelece em 4,73%, um valor significativo.

% Dormidas por estabel. hoteleiros 2002 / UT	Total Estabel. Hoteleiros	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-Apartamentos	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos Turísticos
Portugal	1								
Lisboa (NUTS II)	19,09	30,21	25,05	9,70	7,46	8,68	8,57	1,78	0,20
Cascais (CC)	(17,25)	(14,87)	(2,22)	(71,14)	(0,00)	(0,00)	(55,69)	(n.a.)	(n.a.)
	3,29	4,49	0,56	6,90	0,00	0,00	4,77	n.a.	n.a.

Tabela 17

Legenda: Percentagem do número de dormidas em Lisboa (NUTS II) e Cascais (CC) em relação ao total nacional: 2002

Fonte: INE

Todavia, conquanto o nosso objecto científico de trabalho se centra geograficamente na Linha, importa-nos sobremaneira observar o comportamento de Cascais (CC) e o seu desempenho perante os totais nacionais e os da área metropolitana. No ano de 2002 Cascais (CC) é representativo de 17,25% do número total de dormidas na área metropolitana e de 3,29 no país (Tabela 17). Já no ano de 2012 a vila representa 12,73% do número total de dormidas na AML e 3,03% no âmbito do país (Tabela 16). Contemplamos, portanto, um crescimento negativo em termos percentuais tanto face ao contexto metropolitano, 4,52%, como ao nacional, 0,26%, embora no último seja indiscutivelmente ténue.

Em 2002, percentualmente, as estalagens e os hotéis-apartamentos são os estabelecimentos hoteleiros, em comparação homóloga regional e nacional, que demonstram os valores mais elevados, respectivamente 71,14% e 55,69% na AML e 6,90% e 4,77% no país. Embora com um número de dormidas em valor absoluto muito mais elevado do que nos outros estabelecimentos do concelho, os hotéis cascalenses aparecem percentualmente em terceira posição em termos da comparação relativa a estabelecimentos homólogos na região e no país, respectivamente com 14,87% e 4,49% (Tabela 17) – ainda assim, não podemos deixar de considerar significativo o valor de 4,49% face ao país movido por apenas um concelho, antes o inverso.

No ano de 2012, em termos percentuais em estabelecimentos hoteleiros homólogos, o peso da autarquia de Cascais na AML centra-se nos hotéis-apartamentos, 44,86%, e nos apartamentos turísticos, 19,27% – hotéis, 9,96% –; e em Portugal hotéis-apartamentos, 4,74%, e hotéis, 3,19% (Tabela 16). Os estabelecimentos hoteleiros estalagens não são passíveis nem de comparação nem de análise, visto a inexistência de valores neste ano (n.a.), o que nos impossibilita a construção do peso percentual desta tipologia. Podemos, e devemos, atentar às percentagens obtidas pelos hotéis, que em número absoluto mais dormidas representam. Constatamos que entre 2002 e 2012, não obstante o evidente aumento em termos absolutos do número de dormidas, a representatividade do concelho tem

um crescimento negativo na ordem dos 4,91% à escala da região e de 1,30 à escala nacional.

Examinando agora a distribuição da percentagem do número de dormidas pelos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Cascais, nos anos de 2002 e de 2012, atentemos aos resultados presentes na Tabela 18. Concluimos que cerca de dois terços dessas dormidas ocorrem em hotéis, indiferentemente de nos estarmos a referir ao ano de 2012 (64,55%) ou de 2002 (66,26%), embora com um crescimento negativo de 1,71%. Estes são, então, os estabelecimentos hoteleiros privilegiados pelos turistas para pernoita. Imediatamente a seguir os estabelecimentos hoteleiros com mais peso no concelho são os hotéis-apartamentos, representando 25,53% em 2012 e 25,26% em 2002 do número absoluto de dormidas em estabelecimentos hoteleiros cascalenses, com um crescimento positivo residual (0,27%).

% Dormidas por estabel. hoteleiros Cascais / Ano	Total Estabel. Hoteleiros	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-Apartamentos	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos Turísticos
2012 <sup>49</sup>	1	64,55	1,80	n.a.	0,00	0,00	25,53	n.a.	0,71
2002 <sup>50</sup>		66,26	1,68	3,60	0,00	0,00	25,26	n.a.	n.a.

Tabela 18

Legenda: Peso percentual das dormidas em Cascais (CC) por tipologia de estabelecimento hoteleiro 2012 e 2002

<sup>49</sup> Omissos 7,41% face ao total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros referentes a 2011 (2012).

<sup>50</sup> Omissos 3,20% face ao total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros referentes a 2001 (2002).

Fonte: INE

Estas duas tipologias de estabelecimentos hoteleiros só por si representam em 2012 o valor de 90,08% e em 2002 de 91,52% do total de dormidas em Cascais (CC), números absolutamente esclarecedores quanto às opções dos turistas sobre onde pernoitar no que remete para a tipologias de estabelecimentos hoteleiros.

Pela Tabela 19, integrante do documento Plano Estratégico Destino Estoril – 2010-2013, somos brevemente postos em situação com o número de estabelecimentos hoteleiros de Cascais (CC), com o número de camas que esses estabelecimentos são capazes de colocar à disposição do eventual turista, como também com a desagregação do número de estabelecimentos – aqui designadas por unidades hoteleiras – pela sua qualidade quantificada pelo número de estrelas atribuídas, de duas a cinco.

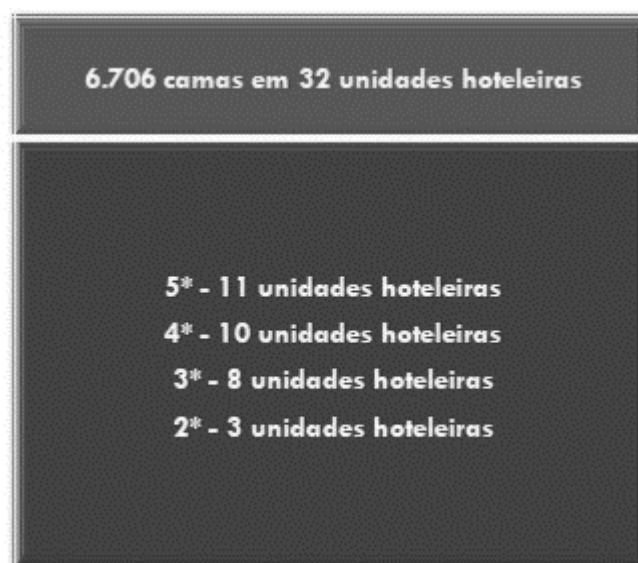


Tabela 19

Legenda: Número de camas disponíveis pelo *N* de unidades hoteleiras de Cascais distribuídas por número de estrelas atribuídas

Fonte: CMC – Plano Estratégico Destino Estoril – 2010-2013

Da mesma tabela podemos aferir que dos 32 estabelecimentos hoteleiros indicados como os edificadas e em funcionamento no concelho, sem informação para que ano remete a informação veiculada, os de categoria atribuída em 5 e 4 estrelas representam cerca de dois terços da oferta (65,63%) com predominância para os de cinco estrelas que por si representam 34,38% do número de estabelecimentos hoteleiros da vila.

Porém, sabendo que o número de camas neles existentes é de 6.706, mas devido à superficialidade da tabela, somos incapazes de ficar em conhecimento do como as mesmas se distribuem, nem valores absolutos nem em relativos, pelos diferentes estabelecimentos com distinta avaliação qualitativa.

Já pela observação da Tabela 20, cujo intervalo de tempo de reporta de 1995 a 2009, constamos uma desagregação maior ao nível da tipologia dos estabelecimentos hoteleiros e da sua respectiva capacidade de alojamento por número de camas. Todavia esta desagregação contempla tão-somente o número total de estabelecimentos em hotéis, pensões e outros. Não destrinça qualitativamente, *i.e.*, em número de estrelas, esses estabelecimentos, estreitando e condicionando sobremaneira as suas possibilidades interpretativas. Sabemos tão-somente que em valor absoluto, entre 1995 e 2009, há um crescimento negativo no número total de estabelecimentos, 6, nas pensões, 4, e noutros estabelecimentos, 2, e crescimento nulo nos hotéis – em termos de variação tal representa, respectivamente, um recuo de 13,33%, 36,36%, 14,29% e 0,00%.

Constatamos, no entanto, outro comportamento na capacidade de alojamento (medida em número de camas) no total e por tipologia com a desagregação contemplada. No total, os 45 estabelecimentos hoteleiros que figuram em 1995 oferecem 6.190 camas e os 39 em 2009 oferecem 7.272 representando na circunstância um crescimento positivo de 1.082 camas. Por tipologia, verificamos que os hotéis, não variando o seu número em valor absoluto, passam a oferecer em 2009 e em número 4.691 camas contra as 3.951 de 1995; outros estabelecimentos, apesar do

crescimento negativo em valor absoluto, aumentam igualmente o número de camas disponíveis passando a ser de 2.351 em 2009 face às 1.893 em 1995, ou seja, mais 458 camas; apenas nas pensões se observa a tendência de recuo nos dois indicadores, com decréscimo face ao número de camas disponíveis que se consubstancia em menos 146 de 1995 (346 camas) para 2009 (230 camas).

Ano	Nº de Estabelecimentos				Capacidade de Alojamento (em camas)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros Estabelecimentos
1995	45	20	11	14	6190	3951	346	1893
1996	45	19	12	14	6232	3874	359	1999
1997	43	20	11	12	6312	4134	274	1904
1998	41	20	9	12	6238	4095	236	1907
1999	39	22	7	10	7309	5266	153	1890
2000	43	24	7	12	8251	5761	211	2279
2001	43	24	7	12	7877	5472	232	2173
2002	42	23	6	13	7197	4873	211	2113
2003	40	22	6	12	6714	4357	211	2146
2004	38	22	5	11	6596	4185	198	2213
2005	41	21	7	13	7339	4714	213	2394
2006	40	21	6	13	7393	4717	218	2458
2007	42	21	8	13	7521	4698	243	2580
2008	40	21	7	12	7278	4736	196	2346
2009	39	20	7	12	7272	4691	230	2351

Tabela 20

Legenda: Número de estabelecimentos hoteleiros em Cascais (CC) e capacidade de alojamento – 1995-2009

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo 2011<sup>51</sup>

<sup>51</sup> (In CMC, Indicadores de Turismo, <http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/indicadores/turismo.pdf>.

Contudo, a informação de índole quantitativa que submetemos a análise não fornece exactamente as melhores informações sobre como se distribuem geograficamente os estabelecimentos hoteleiros em Cascais. A título exemplificativo recorremos ao SIG da Google, Inc., Figura 6, para observarmos onde identificam no concelho estabelecimentos hoteleiros que, utilizámos esse critério de selecção para melhor inteligibilidade da figura, contem pelo menos 4 ou então 5 estrelas. Percebemos com facilidade que os territórios da orla costeira são os preferenciais para escolha da sua localização. Compreendemos também uma concentração do seu posicionamento face a duas centralidades: o centro histórico da vila, por um lado, e o Estoril, por outro.

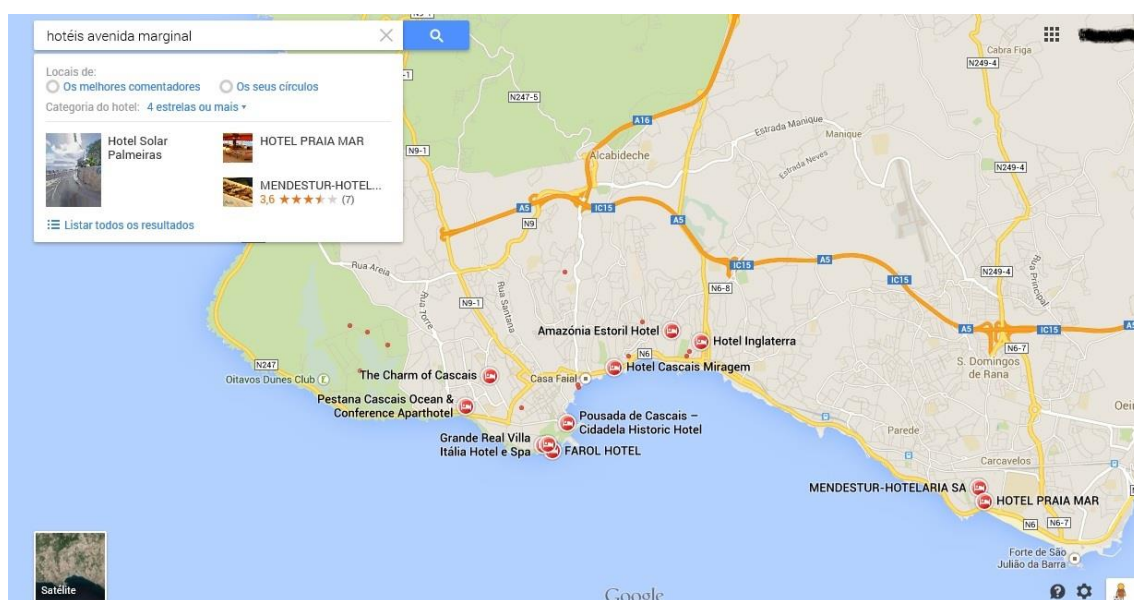


Figura 6

Legenda: Distribuição de Hotéis de 4 ou mais estrelas em Cascais (CC) – em redondo vermelho e branco ou em ponto vermelho

Fonte: Google Maps, © 2014



Em complemento ao apresentado, examinemos o Gráfico 1. Este quadro permite-nos constatar a relevância do turismo em Portugal, mediante a leitura das suas receitas em milhões de euros e do peso que a mesmas representam no nosso PIB entre 2000 e 2012. Incidiremos, ou iremos prestar mais atenção, nos anos equivalentes aos que analisámos no indicador estatístico Número de Dormidas por Estabelecimento Hoteleiro, *i.e.*, o intervalo 2002-2012.

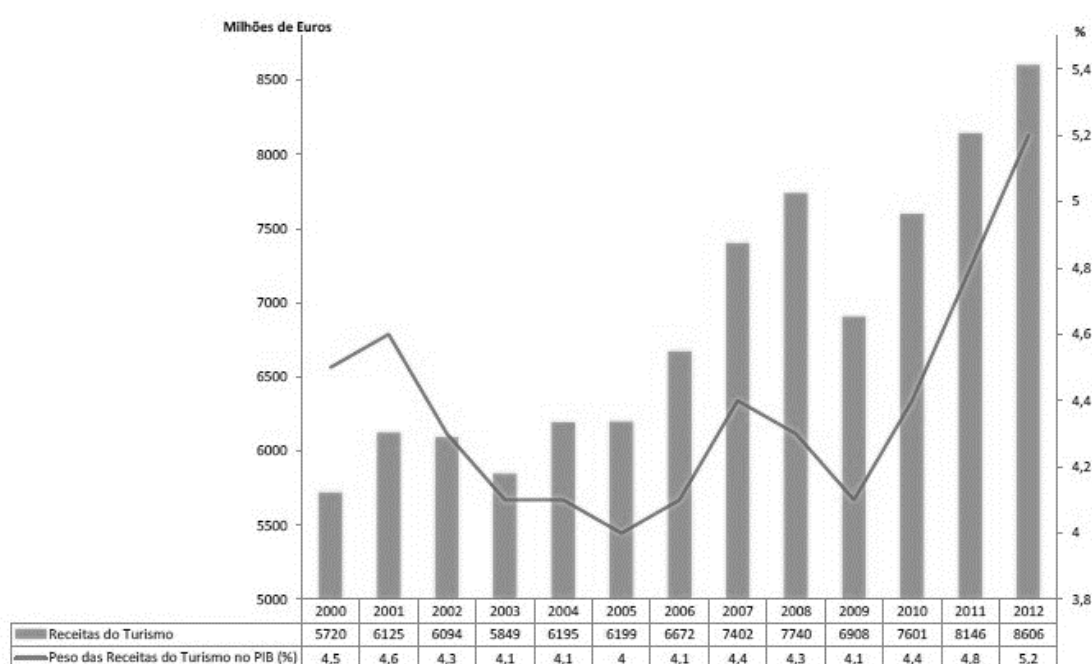


Gráfico 1

Legenda: Portugal: Receitas do Turismo (milhões €) e o seu peso no PIB (%) 2000 – 2012

Fonte: Banco de Portugal<sup>52</sup>

<sup>52</sup> (in Ministério da Economia, 2013, p. 45)

Observado o Gráfico número 1 constamos de imediato termos apenas acesso, como enunciado, a dados de Portugal, não podendo, portanto, recorrer ao uso de quaisquer dados desagregados à escala concelhia, como também pretendíamos. Tal podia ser esclarecedor quanto ao peso que as receitas turísticas provenientes do concelho de Cascais representam no país e, assim, permitir-nos conhecer melhor a realidade do território que escolhemos como nosso objecto de estudo em particular. Não podendo, desta forma, analisar mais em profundidade iremos apenas tecer algumas considerações breves e genéricas sobre a relevância económica do turismo no país, enquanto fenómeno cuja relevância para a mesma se tem tornado inquestionável e crescente.

Entre os anos de 2002 e 2007 constatamos uma inflexão do peso do turismo no PIB português, embora os valores brutos das receitas do turismo sejam tendencialmente crescentes, com excepção do ano de 2003 em que estas são inferiores às obtidas em 2002. O ano de 2007 já ultrapassa o ano de 2002 no que remete para o peso do turismo no PIB, alcançado o valor percentual de 4,4 *versus* o de 4,3%. Embora decresça para 4,3 e 4,1%, respectivamente nos anos de 2008 e 2009, em 2010 regressa aos valores de 4,4%, igualando o desempenho em 2007. 2011 e 2012 evidenciam um crescimento linear deste peso, representando 4,8 e 5,2% do PIB nacional.

Em termos do valor bruto das receitas em milhões de euros, constatamos que os anos de 2009 (6.908) e 2010 (7.601) representam uma quebra em relação a 2008 (7.740). Tal facto pode ser entendido como resultado da crise financeira que afectou os mercados globais a partir de 2008. Surge, no entanto, uma recuperação desses valores em 2011 (8.146) que é corroborado pelos de 2012 (8.606), demonstrando uma eventual recuperação de poder de compra e de novo o investimento pelos actores sociais na prática do turismo.

Os valores apresentados neste gráfico, sejam em milhões de euros de receita ou em percentagem do PIB, são todavia demonstrativos de que este fenómeno em

Portugal tem uma importância relativamente significativa para a sua economia, sendo que, por exemplo, em 2012 representava uma fatia de 5,2% do PIB nacional. Com isto pretendemos sustentar a importância do fenómeno do turismo em Portugal, cujo impacto positivo se faz sentir também na economia do país com consequências positivas que não devem ser marginalizadas.

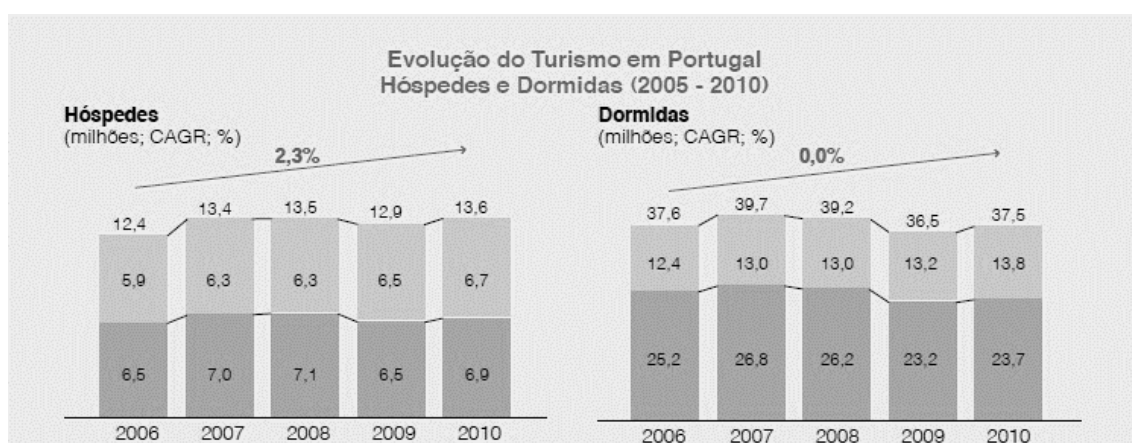


Gráfico 2

Legenda: Evolução do Turismo em Portugal. Hóspedes e Dormidas (2005-2010)

Fonte: INE<sup>53</sup>

Após a breve análise do Gráfico 1, compreendemos pelo Gráfico 2 que os resultados obtidos em termos de receitas e peso do turismo no PIB dependem (face apenas à evolução da série anos 2005-2010) de um crescimento de 2,3% no número de hóspedes em território nacional e de um crescimento nulo do número de dormidas (valores médios da série do Gráfico 2). Embora o valor bruto do número de hóspedes tenha crescido e o número de dormidas estagnado, segundo o valor médio da série

<sup>53</sup> Cit. Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, 2011, p. 16.

observável no Gráfico 2, os impactos positivos em receitas e do peso do turismo face ao PIB são uma realidade a nível nacional.

Como os turistas chegam ao seu destino em Portugal, e em particular a Cascais, é para nós uma incógnita e só podemos, quanto muito, avançar com algumas informações especulativas com relativo valor heurístico. Sabemos, contudo, pelo que nos indica a literatura (Holloway, 2006, p. 42, 48-49; Cooper *et al*, 2008, 406-413), que uma grande percentagem de actores sociais recorre aos meios aéreos para se fazerem transportar. Tal deve-se a factores, entre outros, como a distância a percorrer e também os obstáculos naturais, sendo ainda premente a importância do factor rapidez da deslocação usufruindo deste meio (Holloway, 2006, pp. 48-49; Cooper *et al*, 2008, pp. 392-393, 411).

Nas páginas seguintes, na Tabela 21, encontramos informação sobre a evolução do uso dos principais aeroportos civis de Portugal durante os anos de 2005 a 2011. Esta informação é relativa ao número de passageiros desembarcados no território nacional, fazendo-se a distinção entre os valores dos voos de origem doméstica e internacional. Como seria expectável, os voos internacionais superam por grande margem aqueles que de origem doméstica.

Note-se que a tendência dos valores apresentados no Gráfico 2 aponta para um crescimento sustentado do número de passageiros a desembarcar não só no cômputo nacional, como também nos aeroportos do Porto, de Lisboa, de Faro, de Ponta Delgada e do Funchal quando analisados individualmente.

É igualmente sem surpresa verificado ser o aeroporto de Lisboa aquele que representa o maior número de desembarques aeroportuários, significando, no caso em 2011, sensivelmente 50% do total destes em território português nos aeroportos considerados.

Não iremos escarpelizar a evolução dos desembarques na totalidade dos aeroportos mencionados, visto, como explicaremos, nos importa focar a nossa atenção no aeroporto de Lisboa. Tal deve-se ao facto de este se encontrar edificado na cidade

de Lisboa e, por conseguinte, aquele que em termos de distância geográfica – e temporal – se encontra mais próximo do concelho de Cascais. Este facto é para nós um forte indiciador e indicador de que a preferência do aeroporto de destino para os turistas que visitam Cascais seja o de Lisboa em detrimento dos demais.

Os voos tradicionais, segundo a designação da ANA, representam evolutivamente, de 2005 a 2011, o maior número de voos desembarcados, quer internacionais quer domésticos, no aeroporto de Lisboa e de uma forma inequívoca (84,27% em 2011). Os voos *low-cost* ocupam a segunda posição a partir de 2006, retirando o segundo posto no *rank* ainda obtido em 2006 pelos voos *charters*, tendo crescido dos cerca de 200.000 desembarcados nesse ano para o mais de um milhão de desembarcados em 2008, 2010 e 2011. De notar que os voos *low-cost* domésticos só começam a ter presença no aeroporto de Lisboa, de forma sempre crescente, no ano de 2008, sendo que actualmente continuam a representar um número não muito significativo, rondando os 100.000 desembarcados. Em terceiro e derradeiro lugar, e consistentemente a partir de 2006, surgem os desembarcados oriundos de voos *charters*. Esta última tipologia de voo tem vindo a perder consistência em números, tendo obtido, dita-nos a Tabela 21, o seu pico em 2006 e 2007 com sensivelmente 294.000 e 271.000 indivíduos desembarcados, apresentando em 2011 apenas cerca de 143.000.

Não pretendemos terminar este comentário sem apontar a viabilidade da hipótese de emigrantes recorrerem a transportes terrestres, como o automóvel, para regressarem ao país de origem, especialmente aqueles que emigraram para países mais próximos das nossas fronteiras.

Consideramos igualmente que existem turistas que recorrem aos veículos automobilizados para se fazerem transportar até Cascais, também eles oriundos de países mais próximos, como Espanha, França e Bélgica, principalmente do primeiro.

Não descuramos igualmente a hipótese de se chegar à metrópole de Lisboa por via ferroviária, embora estes números sejam, no nosso entender, meramente residuais e pouco significativos para o turismo, Cascais em particular.

Aeroporto/Tipo de Voo	Anos						unidade
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Aeroporto de Porto</b>	1.504.663	1.646.608	1.944.161	2.222.283	2.229.523	2.610.980	2.963.476
Tradicional	1.224.221	1.195.991	1.195.054	1.202.073	1.175.688	1.212.722	1.284.281
Internacionais	846.389	806.282	812.071	842.901	819.945	858.460	957.714
Domésticos	387.832	389.709	382.983	359.172	355.743	354.272	326.567
Low-cost	162.771	250.816	847.981	929.047	998.679	1.211.100	1.613.675
Internacionais	162.771	250.816	847.981	929.712	994.244	1.244.403	1.529.799
Domésticos				225	4.225	66.697	84.877
Charters	107.661	99.901	101.326	91.263	65.156	66.049	55.620
Internacionais	105.085	97.421	98.055	86.982	60.286	62.109	52.498
Domésticos	2.576	2.480	3.271	4.281	4.770	3.929	2.122
<b>Aeroporto de Lisboa</b>	5.511.919	6.062.523	6.611.323	6.752.928	6.598.283	7.020.076	7.282.666
Tradicional	4.890.298	5.119.313	5.410.795	5.401.101	5.450.140	5.794.928	6.222.248
Internacionais	2.826.887	4.085.264	4.409.896	4.482.896	4.487.856	4.827.557	5.204.876
Domésticos	1.043.421	1.024.049	1.001.089	928.405	962.484	957.271	919.372
Low-cost	302.483	649.384	929.373	1.104.240	947.523	1.012.192	1.017.268
Internacionais	302.483	649.384	929.373	1.099.693	955.054	912.669	917.082
Domésticos				14.547	92.469	99.523	100.186
Charters	329.127	294.825	271.065	247.487	200.720	222.056	143.150
Internacionais	322.820	290.780	262.756	241.470	192.873	219.509	141.090
Domésticos	5.317	4.075	7.309	6.017	6.847	4.547	2.060
<b>Aeroporto de Faro</b>	2.217.593	2.490.242	2.677.123	2.669.263	2.492.278	2.637.118	2.775.272
Tradicional	247.573	214.143	222.989	221.284	217.023	192.652	424.615
Internacionais	252.012	219.346	220.922	121.541	126.086	109.465	245.091
Domésticos	94.560	95.796	92.066	99.852	90.947	92.186	89.524
Low-cost	1.117.589	1.286.505	1.606.998	1.846.917	1.824.945	2.082.292	2.010.247
Internacionais	1.117.589	1.286.505	1.606.998	1.846.917	1.820.712	2.020.645	1.950.272
Domésticos					4.223	51.646	59.975
Charters	852.421	799.595	746.146	601.152	441.200	262.172	220.511
Internacionais	851.860	799.227	745.096	600.517	441.086	261.729	220.042
Domésticos	561	358	1.050	635	214	423	568
<b>Aeroporto P. Delgada</b>	428.926	445.751	462.589	451.729	424.600	446.128	448.805
Tradicional	221.005	261.629	282.748	278.017	299.229	421.572	426.780
Internacionais	17.045	20.877	22.091	22.622	49.959	65.040	69.162
Domésticos	212.960	240.752	260.657	255.395	249.270	356.532	357.617
Low-cost					5.649	5.959	
Internacionais					5.649	5.959	
Domésticos							
Charters	97.921	94.112	79.761	72.712	29.722	18.787	18.025
Internacionais	94.522	91.895	79.024	72.184	29.262	16.647	16.462
Domésticos	12.399	2.217	727	546	1.260	2.060	1.562
<b>Aeroporto P. Delgada)</b>	1.222.201	1.246.242	1.272.759	1.277.242	1.221.521	1.156.929	1.192.545
Tradicional	922.942	942.269	921.977	929.668	792.285	612.458	760.622
Internacionais	204.506	224.024	247.124	270.106	249.611	116.625	281.902
Domésticos	619.426	618.225	574.853	559.562	544.774	495.833	478.720
Low-cost			14.729	124.649	171.761	221.691	181.945
Internacionais			14.729	109.272	161.148	206.141	122.742
Domésticos				15.277	90.613	115.550	99.202
Charters	299.259	292.972	326.043	322.026	256.275	217.780	249.968
Internacionais	292.579	297.226	327.989	314.874	247.104	212.576	246.261
Domésticos	6.781	5.746	8.074	8.152	9.271	5.212	3.607
<b>Portugal total</b>	10.996.411	11.892.575	12.967.785	12.282.646	12.977.205	12.966.151	14.762.865
Tradicional	7.717.049	7.922.254	8.224.553	8.022.252	8.025.475	8.225.244	8.122.476
Internacionais	5.257.899	5.454.702	5.822.905	5.729.876	5.711.257	5.777.147	6.056.746
Domésticos	2.459.150	2.478.551	2.411.648	2.292.377	2.324.218	2.448.097	2.174.730
Low Cost	1.582.842	2.286.705	2.199.991	4.014.752	2.949.527	4.722.124	4.822.125
Internacionais	1.582.842	2.286.705	2.199.991	3.984.494	2.756.907	4.400.716	4.479.894
Domésticos				20.259	191.620	322.418	344.241
Charters	1.695.519	1.572.516	1.524.241	1.236.640	992.272	907.772	807.254
Internacionais	1.695.476	1.572.516	1.524.241	1.236.640	992.272	907.772	807.254
Domésticos	28.042	15.787	20.221	19.622	22.482	16.191	9.900

Tabela 21

Legenda: Passageiros desembarcados em Portugal em 2005-2011 por Aeroporto e Tipo de Voo

Fonte: ANA, Aeroportos de Portugal – 2012

## 5. Praias de Cascais

O Concelho de Cascais incorpora no seu território um total de dezassete praias, distribuídas por todas as suas freguesias, à excepção de S. Domingos de Rana, única freguesia cascalense a contar com fronteiras exclusivamente terrestres. A figura que a seguir apresentamos, figura número 7, explicita em moldes mais compreensivos a distribuição das praias.

Assim, as praias do concelho de Cascais distribuem-se geograficamente por cinco mais agregadas a nascente do concelho, nove numa situação de maior centralidade e, finalmente, três na orla mais ocidental do concelho. Este número perfaz a totalidade das dezassete praias que se distribuem e que são pertence do concelho.

Veremos, mais adiante, que o seu uso varia consoante a sua proximidade ou afastamento ao centro histórico do concelho, às suas condições de acesso, à sua dimensão e a outros aspectos que acabam por relevar no que remete para a apropriação das praias por distintos actores sociais.



Figura 7

Legenda: Distribuição das Praias de Cascais pelo Concelho

Fonte: Portal do Mar de Cascais<sup>54</sup>

A elencagem e a enumeração particular e no singular de cada uma destas praias é, no nosso entender, útil no seio de uma sociologia compreensiva (Schnapper, 2000), garantido deste modo uma perspectiva heurística mais ampla. Como suporte ao que enunciámos na frase anterior, percebemos ao longo de diversas visitas de campo a estas praias diferenças significativas quanto aos seus usos e aos utentes que delas se apropriam. Contudo, apesar de deveras pertinente, este não foi o nosso enfoque na trajectoriada investigativa por razões variadas. Pretendemos, assumimo-lo, aplicar a

<sup>54</sup> O Portal do Mar de Cascais é uma iniciativa conjunta Câmara Municipal de Cascais e Cascais Atlântico. Esta fonte foi acedida pela última vez em 13/11/2013, via o seu endereço web <http://portaldomar.cascais.pt/Praias.aspx?ID=2837>.



postura etnográfica predominantemente na praia de Carcavelos e no centro de Cascais, adstrito à frente de mar, procurando identificar a complementaridade de outras práticas turísticas e também lúdicas à oferta já presente de praia, sol e mar.



Figura 8

Legenda: Identificação das Praias de Cascais no Concelho

Fonte: Portal do Mar de Cascais, adaptado pelo autor

Através da Figura 8, então, compreendemos quais são e onde se localizam as praias pertencentes ao concelho de Cascais. Contudo, importa explicitar um pouco melhor, se bem que de forma mais superficial como acautelámos nos parágrafos precedentes, a relação das praias no concelho, a sua dimensão e qual a vocação para os seus usos. É sobre esta tarefa que nos debruçaremos de imediato.

Nesta medida, observemos, insistindo que ainda de forma breve, as principais características de cada uma delas. Iremos respeitar a numeração incluída na Figura 8, sendo que assim:

#### (1) Praia de Carcavelos

Situada entre a praia da Parede e a praia da Torre, sendo que esta última é já de pertença territorial ao concelho de Oeiras.

É uma das praias mais periféricas do concelho – ela própria estabelece limites administrativos e territoriais com a vila e o concelho de Oeiras – e igualmente a praia mais próxima da cidade que encabeça a metrópole, Lisboa, facilitando, assim, o seu acesso, e consequente apropriação, aos residentes desta cidade.



Imagem 5

Legenda: Praia de Carcavelos (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 6

Legenda: Praia de Carcavelos (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

Nesta praia em particular, é possível observar a foz de duas ribeiras, a Ribeira das Marianas e a Ribeira das Sassoeiras.

É nesta praia onde um considerável número de indivíduos se agrupa no primeiro dia de cada ano para tomar o primeiro banho no mar, prática que vai reunindo cada vez mais adeptos e que é já considerada uma tradição.

Trata-se em termos de dimensão da maior praia do concelho de Cascais, com uma grande extensão do areal, sendo muito procurada pelos praticantes de *surf*, *windsurf* e *bodyboard*, devido à forte ondulação das suas águas, razão pela qual nela se disputam diversas competições ao nível destes desportos.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, está equipada com uma cadeira anfíbia para indivíduos de mobilidade condicionada e dispõe de um posto médico/primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2853>, último acesso em 13/11/2013).

Sobre esta praia, iremos tecer considerações bastante mais exaustivas no capítulo precedente, considerando a relevância que a mesma assume no *corpus* deste trabalho.

## (2) Praia da Parede

Sobeja e historicamente conhecida pelas suas características terapêuticas, visto que os efeitos do iodo, substância da qual é rica, são ideais para diversos problemas ósseos. É igualmente procurada de forma intensa por veraneantes que buscam exposição solar. Disponibiliza aos seus utentes um areal com uma extensão de 131 metros.



Imagem 7

Legenda: Praia da Parede (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 8

Legenda: Praia da Parede (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

Trata-se de uma praia cujos acessos são bastante favoráveis, com estacionamento tanto à superfície como subterrâneo, dispondo de uma zona pedonal, um paredão equipado com restaurantes e bares, ao longo da praia. Relativamente aos transportes que conduzem às suas imediações, conta primordialmente com o comboio, com saída na estação da Parede, ou o uso de veículos privados, via Marginal – EN6 – ou por estradas interiores da Parede. Da saída da estação do comboio ou do estacionamento destinado a automóveis, o restante percurso é executado a pé.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de posto médico/ primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2902>, último acesso em 13/11/2013; CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

### (3) Praia das Avencas

Esta praia situa-se geograficamente entre a Praia da Parede e a de São Pedro do Estoril. Caracteriza-se por ser uma praia de dimensões muito reduzidas, com uma extensão de linha de praia a contar-se nos 160 metros.



Imagem 9

Legenda: Praia das Avencas (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 10

Legenda: Praia das Avencas (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

Caracteriza-se igualmente pela sua morfologia, dominada pela presença de arribas, paisagisticamente considerada de grande interesse, dados os estratos rochosos que se formatam como uma escadaria natural, possibilitando a observação da zona costeira. As suas plataformas rochosas, colonizadas por espécies de flora e fauna relevantes, e o seu areal foram classificados, no decurso do ano de 1998, como Zona de Interesse Biofísico, o que corresponde à sua elevada significância em termos ecológicos.

Esta praia toma de empréstimo para seu nome a uma planta, avenca, que em Portugal conta com longo historial e tradicional uso destinado a fins medicinais.

O acesso ao seu areal é feito pela travessia de uma passagem subterrânea, seguida por escadarias.

No que concerne a uma mobilidade numa acepção territorialmente mais alargada, o acesso às proximidades da praia pode ser efectuado por comboio, com saída na estação da Parede, ou por veículos motorizados de particulares tanto pela Marginal como por vias rodoviárias no interior da Parede. Em ambos os casos, o restante trajecto deve ser efectuado por locomoção pedonal.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de posto médico/primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2846>, último acesso em 13/11/2013, CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

#### (4) Praia da Bafureira

Esta praia encontra-se situada a nascente da praia de São Pedro do Estoril, encontrando-se dela separada por um pontão e formações rochosas. Marca, igualmente, o limite poente da Zona de Interesse Biofísico das Avencas.



Imagem 11

Legenda: Praia da Bafureira (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 12

Legenda: Praia da Bafureira (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

É uma das praias mais pequenas – 160 metros – e talvez das menos conhecidas do concelho de Cascais por se encontrar envolvida por arribas, dificultando o seu acesso. Corroborando esta asserção, o principal acesso ao areal é efectuado fazendo-se uso de uma escadaria de extensão considerável.

Relativamente a equipamentos complementares de serviços, oferece aos seus utentes um restaurante-bar que, igualmente assumindo papel de discoteca, possibilita aos seus utentes oportunidades de lazer não só diurno, como também na sua vertente nocturna. A faceta do estabelecimento como discoteca é amplamente reconhecida e usufruída.

Pretendemos acrescentar que no que remete para a sua apropriação, esta é uma das praias mais selectas da linha de Cascais, ou da Costa do Estoril, no que compreende à distinção por segmentos de classe social. Tal fenómeno foi por nós observado empiricamente, num modelo etnográfico do qual destacamos a observação participante, ao longo do período de investigação.



Em primeiro lugar, foi desde logo a indumentária dos veraneantes a produzir matéria de indício (Soulet, 2006). Quer isto dizer, a indumentária com que os veraneantes se apresentavam indicavam, levantavam a suspeita ao observador, indicavam que estes apropriantes não seriam propriamente oriundos de classes sociais mais desfavorecidas, antes o inverso. Tal indício era sustentado muito notoriamente pelo leque que marcas de roupa e acessórios que os actores sociais portavam. Não se tratava, então de marcas brancas, só algumas vezes conotadas a marcas de desporto – e ainda assim só de desportos conotados ao mar –, a maior parte delas sendo reconhecíveis como marcas relacionadas com o poder de compra pelo menos da classe média, mas mais acessíveis, pelo dispêndio financeiro a que obrigam, à classe média alta ou até mesmo à classe referenciada como dominante. Este é um carácter evidentemente distintivo que os cinde, a estes actores sociais, das classes populares e que os aproxima, por determinação de identificação, dos seus pares

Em segundo, o discurso que escutávamos dos veraneantes surgiu como uma confirmação da matéria indicial que já expusemos. Mediante o discurso escutado constatámos serem os apropriantes exclusivamente portugueses, os demais, a existir, seriam muito escassos pelo que os consideramos no seio de uma interpretação residual, conhecedores do lugar e, pelo que escutámos dos seus discursos, utentes habituais.

Proveniente do discurso proferido por estes actores sociais, destacamos uma narrativa que apontámos no nosso diário de bordo (entrada datada da parte da tarde do dia 20/07/2010) e que aqui reproduzimos. Esta narrativa, proveniente de uma interacção entre dois indivíduos do sexo masculino, pais de crianças pequenas, detém em substância elementos segregadores quanto ao sentimento de pertença de classe. Nesse discurso, que versava sobre a Praia de Carcavelos, seus usos e utentes, é veiculado que um dos actores se impedia conscientemente a frequentar a Praia de Carcavelos por nesta se recusar que os seus filhos tomassem banho onde os pretos estão a lavar os pés, seguindo-se a anuência do seu interlocutor. Esta asserção, para além dos atributos de índole xenófoba, desqualifica a Praia de Carcavelos como espaço digno para o *status* que este actor se atribui. Desqualifica de igual forma os utentes da

praia, colocando-os num patamar ou segmento inferior quanto à estrutura da estratificação social, devendo ser elaborada uma leitura, socorrendo-nos da asserção explicitada, que aponta também para o facto de as minorias étnicas de origem popular serem observadas como causa, ainda que não exclusiva, dessa desqualificação.

Relativamente às questões de mobilidade, o acesso às adjacências da praia da Bafureira pode ser efectivado também por comboio e automóvel ou outros veículos motorizados. No que concerne à deslocação por intermédio de comboio, a estação de São Pedro do Estoril apresenta-se como a mais próxima, tendo o resto do percurso de ser efectuado a pé ou de bicicleta. Recorrendo às infra-estruturas rodoviárias, a EN6, mais conhecida por avenida Marginal ou simplesmente Marginal, ou o uso de vias que atravessam o interior de São Pedro do Estoril são os meios que nos deixam mais próximos das imediações da praia, onde se encontra algum estacionamento adequado a estes transportes. O restante trajecto terá de ser executado a pé.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada e dispõe de um posto médico/ primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2852>, último acesso em 13/11/2013; CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

#### (5) Praia de São Pedro do Estoril

A praia de São Pedro do Estoril dispõe de um areal de dimensões consideráveis nos períodos de baixa-mar. Possui como enquadramento mais marcante o ‘acidente’ geológico da Ponta do Sal a Poente.



Imagem 13

Legenda: Praia de São Pedro do Estoril

(i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 14

Legenda: Praia de São Pedro do Estoril

(ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

A Ponta do Sal é composta essencialmente por calcários e margas cuja idade se estipula entre os 90 a 120 milhões de anos.

Largamente frequentada por surfistas, é igualmente uma zona privilegiada para a prática da pesca à linha.

Os acessos a esta praia são excelentes e facilitadores.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de um posto médico/primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2906>, último acesso em 13/11/2013).

## (6) Praia da Azarujinha

Esta praia encontra-se localizada no extremo do passeio marítimo de pequena dimensão ao lado da praia da Poça, em São João do Estoril. A extensão da linha praia é bastante modesta, de sensivelmente 45 metros.

O acesso ao areal é feito por escada ou rampa. Em termos de mobilidade, é também possível chegar-se às adjacências da praia por comboio, fazendo uso da estação do Estoril, ou por automóvel, mediante a EN6 ou pelo interior de S. João do Estoril.



Imagem 15

Legenda: Praia da Azarujinha (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 16

Legenda: Praia da Azarujinha (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

Aqui, as características falésias que pautam a morfologia da orla costeira de São João do Estoril encontram-se densamente ocupadas por edificado de cariz residencial – notório nas Imagens 15 e 16 – e as massas rochosas que envolvem as águas de

banho desenham forma de uma espécie de anfiteatro natural, o que é propício a momentos de relaxamento.

É uma praia vigiada e sinalizada durante a época balnear, sendo que a mesma dispõe de posto médico/primeiros socorros. (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2851>, último acesso em 13/11/2013; CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

#### (7) Praia da Poça

Praia adjacente à Avenida Marginal, sendo possível visualizar o Forte de São João da Cadaveira e o Forte Velho. Geograficamente também, encontra-se numa depressão entre duas elevações rochosas costeiras.



Imagem 17

Legenda: Praia da Poça (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 18

Legenda: Praia da Poça (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

A falésia e o Forte de São João da Cadaveira, edificado sobre a mesma, a par de uma imponente casa de veraneio, esquadram o enquadramento nascente. O Forte Velho e o edifício dos antigos Banhos da Poça, presentemente com uso de colónia de férias, pautam o limite a poente. A praia encontra-se igualmente próxima da designada Ribeira da Cadaveira e o seu areal estende-se num máximo em linha de 160 metros, ao qual se acede por escada ou rampa. É, por força das suas boas acessibilidades, classificada como sendo uma praia acessível a indivíduos de mobilidade condicionada.

Em termos de uma mobilidade mais abrangente, às suas imediações pode-se aceder, privilegiadamente, por comboio ou veículo motorizado privado. A estação ferroviária mais próxima é a do Estoril, a partir da qual o restante trajecto até à praia é efectuado a pé. Por veículo automóvel a escolha pode assentar no uso da Avenida Marginal, EN6, ou ainda pelo interior do Estoril ou Poça. Entre outras opções de estacionamento, existe estacionamento para veículos automóveis no Vale de Santa Rita e um túnel de uso pedonal que conduz à praia, factores que se complementam.

Facto que se deve à sua dimensão e mar calmo durante os meses de veraneio, esta praia torna-se deveras apelativa para famílias com crianças. Contudo, também é usufruída por surfistas nos períodos do Outono à Primavera, nomeadamente pelas condições propícias à prática que então se encontram. Oferece aos seus utentes a possibilidade de usar restaurantes e bares.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de posto médico / primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2903>, último acesso em 13/11/2013, CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

## (8) Praia do Tamariz

Praia situada no Estoril, é dita como a praia por excelência na Costa do Estoril. Encontra-se junto à estação de comboios, da Marginal e dos jardins do Casino do Estoril.



Imagem 19

Legenda: Praia do Tamariz (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 20

Legenda: Praia do Tamariz (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

A praia do Tamariz proporciona excelentes condições aos seus frequentadores e utentes, sendo também por essa razão significativamente buscada por turistas, bem como pela população em geral. A EN6, Avenida Marginal, é um dos seus melhores pontos de acesso, apoiado por estacionamento tanto gratuito como pago.

O passeio marítimo, os apoios de praia e a restauração associados a grandes palacetes, complementam o seu enquadramento. Pode ainda, na adjacência desta praia, usufruir-se de uma piscina oceânica de acesso franco.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de posto médico/primeiros socorros. É ainda classificada como praia acessível a indivíduos com mobilidade condicionada (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2908>, último acesso em 13/11/2013).

#### (9) Praia das Moitas

Esta é a praia mais próxima dos aglomerados habitacionais de Cascais e do Estoril, sendo inexistente a presença desta tipologia de edificado na proximidade do areal. Encontra-se situada ao longo do passeio marítimo junto à estação ferroviária do Monte Estoril e ao largo da Avenida Marginal. Define-se por ser uma praia de pequena dimensão, 170 metros, e amplamente rochosa, carecendo por tal de precauções e cuidados especiais por parte daqueles que dela fazem uso, particularmente em situação de baixa-mar.





Imagem 21

Legenda: Praia das Moitas (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 22

Legenda: Praia das Moitas (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

O mar nesta praia apresenta-se calmo e o areal convidativo a banhos de sol. Junto à praia estão disponíveis muitos serviços que eventualmente contribuem para o bem-estar do apropriante. Entre eles encontramos, a curta distância e a poente da praia, a piscina oceânica “Alberto Romano”, com entrada franca e disponibilizando muito boas condições.

A Ribeira da Amoreira encontra-se nas proximidades da praia.

O acesso ao areal só pode ser realizado por escadas, localizadas em diferentes pontos do paredão que envolve a praia.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de posto médico/ primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2901>, último acesso em 13/11/2013, CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

(10) Praia da Duquesa

Localizada no centro de Cascais, a praia da Duquesa delimita-se a poente pela praia da Conceição, junto ao ‘Chalet Faial’, antigo Tribunal de Cascais. A nascente, pelo Palácio dos Duques de Palmela, ‘Chalet Palmela’. Trata-se uma praia com 170 metros de extensão.



Imagem 23

Legenda: Praia da Duquesa (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 24

Legenda: Praia da Duquesa (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

A designação desta praia adveio da proximidade que a mesma tem em relação ao Palácio dos Duques de Palmela.

Ao seu dispor conta com equipamentos e infra-estruturas que possibilitam a prática de diversos desportos náuticos, incluindo uma escola de mergulho. Dispõe igualmente de restaurantes e bares.

O acesso ao seu areal realiza-se mediante passagem por escadas e rampa, sendo que a última opção é facilitadora para indivíduos com mobilidade limitada.

Em termos de mobilidade, aplicam-se os considerandos mencionados na praia da Conceição, ou seja, comboio e autocarro, respectivas estações de Cascais, ou viatura privada.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de um posto médico/primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2863>, último acesso em 13/11/2013).

#### (11) Praia da Conceição

Está localizada entre o hotel Albatroz e a capela da Nossa Senhora da Conceição, a poente, e o antigo Tribunal de Cascais, 'Chalet Faial', a nascente. O seu areal é de extensão apreciável (110 metros), não sendo nem muito extenso nem de dimensões muito reduzidas, e aquando da ocorrência de maré-baixa interliga-se ao da praia da Duquesa.



Imagem 25

Legenda: Praia da Conceição (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 26

Legenda: Praia de Carcavelos (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

No que remete ao acesso ao areal as condições são das melhores, mediante uso de escadas e rampas, que também se dispõem ao longo do paredão. No decurso deste paredão estão igualmente patentes equipamentos de serviços, em particular, restaurantes e bares.

Em termos de mobilidade, é possível a deslocação às imediações da praia através de transportes públicos e de viaturas particulares. Os transportes públicos que eventuais utentes podem utilizar são o comboio, na circunstância com paragem na estação de Cascais, e o autocarro. Da saída dos transportes públicos até ao areal da praia os indivíduos têm de se deslocar a pé ou, menos usual, de bicicleta. O estacionamento automóvel não é o mais fácil, particularmente nos períodos de maior afluxo à praia, devendo o mesmo ser devidamente estacionado no centro de Cascais, onde os espaços para o efeito não abundam; o demais percurso, até ao areal, é cumprido a pé. A EN6, Marginal, e a A5 são os *media* rodoviários mais facilitadores para alcançar esta zona, uma das que dispõe de maior centralidade no município.

Não admira assim que seja das praias mais frequentadas da vila de Cascais, particularmente pela sua privilegiada localização, perto dos vários tipos de transporte e, assim, com facilitado acesso, tal como mencionámos. Marca o início do paredão, com sensivelmente 3km, que se estende até à praia da Azarujinha, em São João do Estoril.

Apresenta condições favoráveis para a prática de desportos náuticos e é classificada como praia acessível a indivíduos com mobilidade condicionada.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, dispondo de posto médico/primeiros socorros (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2854>, último acesso em 13/11/2013; CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

#### (12) Praia da Rainha

Situa-se entre falésias, em pleno centro da vila, e apresenta um areal de dimensões reduzidas, com uma linha de praia a estender-se por 50 metros.



Imagem 27

Legenda: Praia da Rainha (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 28

Legenda: Praia da Rainha (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

A presente praia conta apenas com um único acesso, através de escadas.

Geograficamente, encontra-se nas proximidades da Rua Frederico de Arouca, outrora Rua Direita, nomenclatura pela qual permanece amplamente reconhecida, que é uma das mais antigas ruas da baixa da vila.

Esta zona envolvente pauta-se por um significativo comércio dito tradicional e de rua, facto que concorre para promover o local como a ‘Baixa’ de Cascais. É igualmente possível usufruir de uma vasta gama de ofertas de serviços, em particular desde restaurantes, hotéis e lojas.

No que remete para questões de mobilidade, é possível aceder-se às imediações da praia fazendo uso de transportes públicos, comboio e autocarro, ou de transportes particulares. Utilizando transportação pública, as estações quer de comboio, quer de autocarro, de Cascais são as que se encontram mais próximas, devendo o restante trajecto ser percorrido a pé. As vias do centro de Cascais e a EN6



são os percursos mais utilizados, sendo que o estacionamento pode ser efectuado, segundo a possibilidade, no centro de Cascais e o restante trajecto até ao areal feito a pé. (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2905>, último acesso em 13/11/2013, CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 13/11/2013).

(13) Praia dos Pescadores (Praia da Ribeira de Cascais)

Encontra-se localizada nas adjacências do centro da vila de Cascais. Igualmente conhecida por praia do Peixe ou praia da Ribeira de Cascais, a praia dos Pescadores não detém qualquer uso balnear, já que a sua utilização se encontra mormente orientada para a prática piscatória.



Imagem 29

Legenda: Praia dos Pescadores (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 30

Legenda: Praia dos Pescadores (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

A praia dos Pescadores encontra-se enleada pela zona baixa de Cascais, que detém um grande interesse urbano. Na sua envolvente podemos encontrar os edifícios da Câmara Municipal de Cascais, o da Capitania do Porto de Cascais – Palácio de Seixas, a lota de Cascais e, entre outros, o Ecoporto Marítimo.

Trata-se de uma praia onde os seus utentes se expõem amplamente em termos visuais a outros actores sociais que estejam nas áreas adjacentes da marina e da cidadela, tornando-se assim uma espécie de montra que vende a imagem do veraneante.

Nela existe um cais para embarcações, onde é descarregado o pescado a comercializar na referida lota (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2904>, último acesso em 13/11/2013, CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

#### (14) Praia de Santa Marta

Trata-se de uma praia encaixada por falésias, resultante da foz da Ribeira com o mesmo nome, apresentando uma atmosfera cénica, com aspecto exótico, atravessada em ponte por uma estrada municipal. Encontra-se rodeada de grandes palacetes de inspiração romântica.





Imagem 31

Legenda: Praia de Santa Marta (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 32

Legenda: Praia de Santa Marta (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

Existe ainda outra ribeira junto a esta praia, nomeadamente a Ribeira dos Mochos.

Está, a praia, situada junto ao Palácio dos Condes Castro Guimarães, presentemente em funções como museu-biblioteca, da Casa de Santa Maria e da Marina de Cascais. É, portanto, uma praia com localização privilegiada no concelho, com envolvente de património natural e arquitectónico inigualável.

Dispõe de um areal reduzido e o seu uso para a prática balnear evidencia-se como desaconselhado por força da medíocre qualidade das águas que a banham (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2907>, último acesso em 13/11/2013).

(15) Praia da Crismina (Praia da Cresmina)

Esta praia encontra-se localizada em pleno Parque Natural de Sintra-Cascais. Detém uma já significativa extensão de areal, rondando os 330 metros, estando rodeada por falésias.



Imagem 33

Legenda: Praia da Crismina (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 34

Legenda: Praia da Crismina (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

O acesso ao areal desta praia efectua-se ora por escadas, ora por rampa, conforme a vontade ou disponibilidade, no caso de indivíduos com locomoção limitada, dos seus apropriantes.

Respeitante a questões de mobilidade, o acesso às adjacências da praia da Crismina pode realizar-se mediante meios rodoviários, públicos ou de carácter privado,

quer pela Estrada do Guincho, N247, quer pela estrada da Malveira da Serra. O transporte público utilizável é o autocarro, que parte do centro de Cascais.

Conhecida pela sua indiscutível beleza natural, caracteriza-se igualmente por forte ondulação do seu mar, à qual se acrescem ventos fortes que promovem a formação do dito sistema dunar 'Guincho-Crismina'. Podemos observar ainda a foz da Ribeira da Crismina.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada, tendo ao seu dispor um posto médico/primeiros socorros. (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2862>, último acesso em 13/11/2013; CMC, <http://www.cm-cascais.pt/descobrir/316>, último acesso em 25/11/2013).

#### (16) Praia Grande do Guincho

Praia balizada entre duas pontas rochosas, a Ponta Alta e a Ponta do Abano, conta com uma extensa dimensão de areal, constatável em largura e ao comprido. A praia Grande do Guincho encontra-se no leque das maiores praias do país.



Imagem 35

Legenda: Praia Grande do Guincho (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 36

Legenda: Praia Grande do Guincho (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

É banhada por uma água límpida e cristalina, factor que concorre para uma muito significativa afluência de veraneantes. Porém, é igualmente procurada por indivíduos praticantes de *surf*, *windsurf* e *kitesurf*. São aqui realizadas várias provas destas modalidades, incluindo os de maior renome, como o são os campeonatos mundiais.

Integra-se no Parque Natural de Sintra-Cascais, sendo que em termos cénico-paisagísticos a Serra de Sintra e as dunas lhe atribuem um reconhecimento para além-fronteiras. Onda da acção dos mencionados ventos, deparamo-nos a sul com o sistema dunar ‘Guincho-Crismina’, considerado de grande dinamismo geológico.

Contudo, em entrevista realizada ao Vereador do Turismo da CMC<sup>55</sup>, foi-nos veiculada a informação de que este sistema se havia encontrado em grande perigo no

---

<sup>55</sup> A entrevista mencionada, conduzida pelo autor num registo semi-dirigido, decorreu, por cortesia do então Vereador do Turismo, nas instalações da Câmara Municipal de Cascais à data de 24/05/2011.

que concernia à sua integridade, movendo a CMC a intervir activamente no território, com a finalidade de o preservar. A referida intervenção, cujos valores se estimam acima do milhão de euros, impediu, deste modo, o desaparecimento da duna. Esta intervenção conduzida pela CMC foi desde logo, nas palavras do responsável pela verificação do Turismo, considerada como indispensável para a protecção de um activo do território cascalense. Ao concreto, e à data da entrevista, haviam sido colocadas a mando da CMC paliçadas para segurar na areia, sendo facilmente observáveis a olho nu, mas que acabariam por ficar cobertas, tal como se pretendia com a acção. Para além das paliçadas, foram igualmente colocados passadiços com o intuito de proteger as dunas. Apesar das dificuldades de intervir num território classificado como Parque Natural, visto que o mesmo possui planos de ordenamento próprios – o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra Cascais (POPNSC) –, a CMC assumiu essa incumbência. De facto, para além de constrangidos a agir em conformidade com Plano Director Municipal (PDM), os decisores públicos municipais devem obedecer ao estabelecido tanto no POPNSC como nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), ambos prevaletentes face ao PDM.

As dificuldades das autoridades públicas municipais em intervir neste território em particular acentuam-se, nomeadamente por se encontrarem igualmente sob a tutela de instituições e instrumentos dependentes do Estado Central, tais como o Instituto da Conservação da Natureza (ICN)<sup>56</sup> e a Reserva Ecológica Nacional (REN)<sup>57</sup>. Porém, a urgência em intervir neste território, observando que as consequências futuras resultantes da inacção poderiam assumir-se como catastróficas e indeléveis, não só para a praia mas para o PNSC como um todo, ditou que a CMC implementasse um plano de acção que fosse não apenas mitigador, mas que resolvesse a problemática no seu âmago.

---

<sup>56</sup> Actualmente (conforme consta no DL n.º 135/2012, de 29 de Junho) ICNF, IP – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Instituto Público.

<sup>57</sup> À data da entrevista o regime jurídico da REN que vigorava advinha do DL n.º 166/2008, de 22 de Agosto, sendo que presentemente vigora o regime alterado e republicado com o DL n.º 239/2012, de 2 de Novembro.

A nossa postura no decurso desta investigação assenta na presunção de uma chamada imparcialidade sociológica face aos fenómenos a analisar. Somos, contudo, forçados a assumir como facto que tardaria um entendimento concertado sobre como agir no território, perante a real ameaça de extinção da praia e de uma parcela significativa do PNSC. A tutela sobreposta e prolixa, sobre este território em particular, demonstra significativa incapacidade dos diferentes actores políticos em operar conjuntamente, visando uma rápida resposta a um problema real e iminente. A fragmentação de poderes<sup>58</sup> ou dos seus usos poderia, nesta situação, ter embargado e comprometido uma resolução em conformidade com a sua gravidade no que remete para o ecossistema local.

Também devido aos resultados que se demonstraram eficazes, corroborados por observação *in situ*, da intervenção mencionada nos parágrafos precedentes, é possível nesta praia observar dunas de diferentes tipologias. De entre essas tipologias encontram-se as chamadas dunas móveis embrionárias, que representam os primeiros estados de representação dunar, as dunas brancas, aquelas que constituem os cordões arenosos mais próximos do mar, e ainda as dunas cinzentas, que são fixas, estabilizadas e colonizadas por arrelvados vivazes mais ou menos densos e por vastos tapetes de líquenes e musgos.

Um outro atractivo que podemos observar nesta praia diz respeito à possibilidade de ser observada uma chaminé vulcânica, composta por um importante afloramento de rocha basáltica, que é exposta aquando dos períodos de baixa-mar.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizando, dispondo de um posto médico/primeiros socorros (Portal do Mar,

---

<sup>58</sup> Não confundamos fragmentação dos poderes com a natural divisão dos mesmos, menos ainda num Estado de pleno direito democrático. Como fragmentação de poderes entendemos aqui a incapacidade de diversos sectores do Estado em conseguir agir concertadamente em tempo útil, fazendo face a situações de elevado interesse público, o que eventualmente se deverá também mas não só à pesada burocracia que ainda pauta as instituições capazes da decisão pública ou política.

<http://portaldomar.cascais.pt/Grande-do-Guincho.aspx?ID=2900>, último acesso em 13/11/2013).

(17) Praia do Abano

Esta praia situa-se numa zona de arribas e participa como território integrante do PNSC. Trata-se de uma praia de areia branca e fina, consistindo num prolongamento de dimensão reduzida da praia Grande do Guincho.



Imagem 37

Legenda: Praia do Abano (i)

Fonte: Portal do Mar de Cascais



Imagem 38

Legenda: Praia do Abano (ii)

Fonte: Portal do Mar de Cascais

Os acessos à mesma não são fáceis, tendo que ser praticado mediante o uso de uma estrada não asfaltada.

Para além do seu potencial uso balnear, esta praia é procurada para a prática de uns poucos desportos náuticos, como a pesca desportiva.

Junto à praia são disponibilizados alguns serviços e equipamentos, dos quais os indivíduos poderão usufruir.

Durante a época balnear é uma praia vigiada e sinalizada (Portal do Mar, <http://portaldomar.cascais.pt/Default.aspx?ID=2845>, último acesso em 13/11/2013).



## 6. Mobilidade Espacial. Transportes e Acessos

Em primeiro lugar, e antes de mais, importa-nos esclarecer o que entendemos por mobilidade, em particular, no contexto, mobilidade humana espacial. A questão da mobilidade é cada vez mais central na sociologia, facto perceptível mediante as vigorosas produção e divulgação científicas assentes na temática. Entendemos, então, que a mobilidade humana passa pela capacidade que os actores sociais detêm com a finalidade de se deslocarem para diferentes espaços mais ou menos geograficamente distantes entre si, com motivações diversas que poderão revelar-se mais ou menos duráveis, ou seja, permitindo enquadrar distintas estratégias de permanência medidas em períodos de tempo curtos ou prolongados.



Figura 9

Legenda: Estações Ferroviárias da Linha de Cascais

Fonte: CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Tencionamos neste ponto esclarecer de que forma é o concelho de Cascais acessível aos concelhos vizinhos da metrópole, em particular os provindos de Lisboa

devido à sua centralidade no eixo metropolitano, bem como ao restante país e a todos os actores que pretendam utilizar e apropriar territórios cascalenses, tendo sempre em conta o objecto de estudo que esclarecemos como sendo o da nossa investigação.

Uma das hipóteses de entrada em vários territórios do concelho cascalense é o comboio, em particular a Linha de Cascais que une Lisboa, Cais do Sodré, ao coração do centro histórico cascalense, nomeadamente pela estação de Cascais. Confirmando o que afirmámos é possível observar o trajecto percorrido pelo comboio na dita Linha de forma gráfica simples na Figura 9. Trata-se de um trajecto com 17 estações de tomada e largada de passageiros que, indo até à cidade e concelho de Lisboa, serve e atravessa igualmente a vila e concelho de Oeiras. Quatro estações da linha de comboio estão inseridas na cidade de Lisboa (Cais do Sodré, Santos, Alcântara e Belém), cinco no concelho de Oeiras (Algés, Cruz Quebrada, Caxias, Paço de Arcos, Santo Amaro e Oeiras) e as restantes sete na vila de Cascais (Carcavelos, Parede, S. Pedro, S. João, Estoril, Monte Estoril e Cascais). É de notar que as parcelas territoriais na extremidade mais a oeste do concelho de Cascais não são servidas por esta Linha. Importa igualmente salientar que a linha acompanha inexoravelmente de perto o rio Tejo e o oceano Atlântico, deixando mais à distância outros territórios mais a norte e mais interiores ao concelho. A frente de água, seja de rio ou de mar, é sempre privilegiada, algo que se deve de maneira relevante à génese histórica desta linha de comboio.

Muito devido à atractividade ligada a práticas de vilegiatura, a linha de Cascais tem na sua génese de formação, datada de finais do século XIX, inaugurada em 1889 (Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 12), chegando a Pedrouços e com conclusão da ligação ao Cais do Sodré em 1895 (Lobo, *in* Pereira *et al*, 2009, p. 69), o acompanhamento em proximidade, desde Lisboa, das frentes de água referentes aos territórios por onde passaria. As praias de rio do concelho de Oeiras bem como algumas praias marítimas do concelho de Cascais<sup>59</sup> evidenciavam-se como os espaços

---

<sup>59</sup> Excluimos, *e.g.*, a Praia do Guincho, onde nem a Linha nem o comboio alguma chegaram e que, portanto, nunca foi servida no seio deste meio de transporte. Esse facto é perceptível através da análise

de atractividade para o visitante. Este particularismo, a origem da linha férrea em Lisboa, obtém maior evidência nas primeiras também nas primeiras décadas do século XX visto que os actores sociais expectáveis quanto a esta deslocação seriam actores sociais provenientes de Lisboa, tal como se pode compreender pelas palavras de Sandra Vaz Costa, sustentando que os indicadores dos anos 1930 apontavam para uma população residente em Lisboa que atingiria os cerca de 1.100.000 habitantes (Costa, *in* Pereira *et al*, 2009, p. 22). Tratava-se de uma linha cujo uso se destinava francamente às elites sociais, sendo designado Cascais como a Riviera Portuguesa e local de passagem obrigatória de individualidades (Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 12), pelo que não é de espantar que esta tenha sido a primeira a abandonar a locomoção sustentada pela combustão de carvão, tornando-se assim a primeira linha cuja locomoção das máquinas era realizada recorrendo ao uso da electricidade e também uma das primeiras da Europa submetida à sua electrificação, trabalho que se concluiu em 1926 (Costa, *in* Pereira *et al*, 2009, pp. 17-18; Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 81).

A realidade hoje em dia, metade da segunda década do século XXI, é bastante díspare. Hoje, tal como o afirmámos, e já desde há algumas décadas, que a linha férrea de Cascais e o seu uso passou do transporte de elites sociais para a massificação e democratização em termos de acesso e usufruto. Tal deve-se à trivialização de movimentos pendulares, dos denominados *commuters*, que utilizam o percurso da linha para se fazerem deslocar aos seus postos de trabalho. Desta forma, hoje associa-se a linha de Cascais ao *commuter* que se desloca da sua residência ao trabalho, e vice-versa, esbatendo-se desta forma a vertente lúdica para que inicialmente foi pensada. Desta maneira, hoje em dia as deslocações lúdicas de Lisboa a ou para Cascais privilegiam outras vias de transporte, nomeadamente as rodoviárias

---

do trajecto Lisboa-Cascais/Cascais-Lisboa que é percorrível pela linha, como está patente na Figura 9. A complementar, contamos ainda a praia da Cresmina e a praia do Abano.



Figura 10

Legenda: Traçado da auto-estrada da Costa do Estoril – A5 e da Avenida Marginal – EN6

Fonte: Google Maps (© 2014)

Assim, outros dois eixos de entrada no concelho de Cascais, que são absolutamente fulcrais para as práticas de mobilidade humana espacial, são nomeadamente a Avenida Marginal, ou EN6, e a auto-estrada de Cascais, A5, que curiosamente, embora sem inocência na sua causalidade, foi a primeiro trajecto desta categoria a ser delineado e materializado em território português. Tanto a Marginal como a A5 (ambos os traçados podem ser verificados mediante a observação da Figura 10) foram igualmente pensadas numa lógica de trazer actores sociais para Cascais provenientes de Lisboa. Ambas obedeciam, e mantêm-se a obedecer, a uma lógica de fruição panorâmica de linha de costa, sendo a Marginal mais próxima a esta e a auto-estrada com traçado territorialmente mais interior (Costa, *in* Pereira *et al*, 2009, p. 20; Pereira, 2009, p. 28). Ainda hoje, como explicaremos adiante, a sua centralidade para as deslocações de actores sociais em turismo ou a pretender engajar em práticas lúdicas é indiscutível.

Exactamente como sucedeu com a linha de comboio de Cascais, estes eixos rodoviários foram, particularmente durante os início e meados do século XX, neste

último já no âmbito do PUCS, inicialmente cogitados para servir a elites lisboetas, dado que a massificação do automóvel não se apresentava como facto significativamente constatável. Porém, igualmente como sucedeu com a linha de comboio, e considerada já a massificação do transporte automobilizado, estas duas vias passaram a deter um uso mais trivializado e, também, mais democratizado. Isto veio a permitir que a par do comboio, o uso dos transportes automobilizados permitisse deslocações Cascais-Lisboa integrados numa lógica de deslocação residência-trabalho/trabalho-residência – onde também o cariz lúdico perde, notoriamente, a sua prevalência. Ainda assim, estas vias são as privilegiadas para quem se desloca a Cascais em turismo ou com finalidade de engajar em práticas de lazer.

Desta forma, como facilitadores, em termos de mobilidade humana espacial, também para o turismo e para as práticas lúdicas podemos asseverar que estas duas vias rodoviárias desempenham um papel que jamais poderíamos negligenciar. Se é verdade que as três vias de transporte que até aqui mencionámos são igualmente fundamentais para a mobilidade de *commuters*, não é menos verdade que as mesmas, com particular ênfase nas rodoviárias, detêm notável importância por serem a ponte de mobilidade entre os turistas chegados ao aeroporto de Lisboa com destino a Cascais. A referirmo-nos em concreto às vias rodoviárias, podemos igualmente sustentar que não se esgota o seu papel no transporte dos turistas provenientes do aeroporto de Lisboa com destino a Cascais.

É igualmente notório o facto de que a Marginal e a A5 são troços fundamentais para transportar turistas, e outros visitantes interessados, estabelecidos em Lisboa até Cascais em visitas lúdicas. Em entrevista informal, realizada a 20/07/2014<sup>60</sup>, a um condutor de autocarros turísticos, junto ao local conhecido como a Boca do Inferno, obtivemos a informação de que um número ainda significativo de turistas alojados em Lisboa recorrem aos serviços de várias empresas turísticas, proprietárias de autocarros para o efeito, para se deslocarem a territórios cascalenses que se apropriam com finalidades de lazer. Ficámos portanto no conhecimento de que muitos destes

---

<sup>60</sup> Informação transposta e coligida para o caderno de bordo.

autocarros em particular, que fazem deslocar massivamente o grupo de turistas mencionado, têm como ponto de origem e de partida o Marquês de Pombal, em Lisboa, e como ponto de destino territórios cascalenses de interesse turístico e lúdico, tudo isto inserido no espaço temporal de menos de um dia. A Boca do Inferno é apenas um de diversos destinos cascalenses para uso lúdico, com visitantes em turismo provenientes da cidade de Lisboa.

## **7. Turismo e Lazer em Cascais: Vivências complementares à frente de mar**

A vila de Cascais é, em Portugal, o que podemos considerar como um destino turístico por excelência. Observámo-lo, mediante os dados estatísticos e quantitativos corroborados por dados qualitativos, no Ponto 4 que debate, particularmente pela análise de dados estatísticos, a questão da hotelaria no município. Os números analisados estão estreitamente conotados ao fenómeno turístico neste território e são, cremo-lo convictamente, significativos que baste para afirmarmos Cascais como vila turística.

Cabe, neste ponto, o destaque para as práticas turísticas a que se entregam os actores sociais em situação de turismo. Estas práticas nem sempre estão associadas à época balnear e a actividades balneares. Outras actividades complementares ocorrem neste território na experiência turística dos actores sociais. Estas actividades não se restringem apenas àqueles que se encontram em turismo, mas também àqueles utilizadores que apropriam o espaço com intuito lúdico não directamente responsável pela actividade turística.

Optámos, decididos por uma questão de profundidade na abordagem, por não nos atermos a todos os locais passíveis de serem utilizados pelo turista ou por outro

utilizador – apenas indicaremos aqueles que nos parecem os principais – mas antes num local em particular que é apropriado pelos ditos actores sociais com finalidades lúdicas e também culturais. Assim o decidimos por se considerar que a cultura também detém, na sua completude, um cariz – público – lúdico (Lopes, 2000, pp. 43-52, 165-172; *in* Fortuna & Leite, orgs., 2009, pp. 173-186). Escolhemos, portanto, aprofundar um pouco a vivência de um espaço adstrito à frente de mar que é a Casa das Histórias Paula Rego.

A Casa das Histórias Paula Rego destaca-se em Cascais como um destino de visita por excelência. Fundada em 2009, em 2011, por altura do seu segundo aniversário, contava com cerca de 250.000 visitantes e em 2013, também por altura do seu aniversário, desta feita o quarto, esse número viu-se ampliado para os quase meio milhão de visitantes<sup>61</sup>. Os indivíduos que perfazem esta soma são oriundos quer do concelho e da metrópole, quer de outros pontos do país e ainda do universo de turistas que opta por Cascais como seu destino.

Ainda que a Casa tenha sido inaugurada em Setembro de 2009, a sua localização foi escolhida por Paula Rego em 2006, tendo o edificado sido arquitectado por Eduardo Souto Moura e vencido o Prémio Pritzker 2011. As imagens números 39 a 42 fornecem alguns indícios compreensivos e ilustrativos sobre a instituição.

---

<sup>61</sup> Chegámos primeiro a estes valores mediante testemunho prestado por informantes privilegiados. Contudo, os mesmos correspondem aos veiculados pelos *media* e em informação prestada pelo *site* da CMC (<http://www.cm-cascais.pt/camara-residentes-visitantes/destaque/casa-das-historias-paula-rego-celebra-4o-aniversario-21-e-22>, último acesso em 13/01/2014).



Imagem 39

Legenda: Parcela exterior do edifício  
museu Casa das Histórias Paula Rego

Fonte: Facebook (2013) página oficial da  
Casa das Histórias Paula Rego



Imagem 40

Legenda: Parcela interior do edifício com  
visitantes e material de exposição

Fonte: Facebook (2013) página oficial da  
Casa das Histórias Paula Rego

Longe, contudo, de contar com um percurso consensual, a Casa das Histórias Paula Rego é pelo decreto-lei n.º 213/2009, de 04 de Setembro, por proposta da CMC, elevada ao estatuto de Fundação. É inaugurada no dia 18 de Setembro de 2009. Já no decurso de 2013, a mesma fundação viria a ser extinta ou liquidada, designação que consta do texto do decreto-lei n.º 51/2013, de 17 de Abril, n.º 3. Acrescenta o n.º 4 do decreto-lei n.º 51/2013, de 17 de Abril, que «*É revogado o Decreto-Lei n.º 213/2009, de 4 de Setembro*» (Portugal, 2013b, p. 2211). Ainda assim, o funcionamento da Casa não é colocado em perigo, pois que a CMC diligencia no sentido de manter a instituição de portas abertas, readquirindo a posse do terreno e do edifício do agora museu municipal. Tal decisão deveu-se, justifica a CMC, ao facto do museu se constituir como uma irrefutável marca cultural não só do concelho como também do país.





Imagem 41

Legenda: Actividade cultural dirigida a crianças

Fonte: Facebook (2013) página oficial da Casa das Histórias Paula Rego



Imagem 42

Legenda: Parcela interior do edifício evidenciando algumas obras patentes

Fonte: Facebook (2013) página oficial da Casa das Histórias Paula Rego

Na realidade, ao longo do nosso percurso, ficou-nos como facto garantido a relevância da Casa das Histórias Paula Rego na construção identitária cascalense, pese embora o ainda curto ciclo de vida da instituição, bem como a sua representação como uma mais-valia de peso na boa imagem da vila cascalense. Tal percepção factual foi sendo construída mediante o resultado de entrevistas formais, conduzidas num formato semi-directivo, a informantes privilegiados afectos a diversos serviços da CMC, bem como de entrevistas informais, conduzidas no interior e exterior do museu, aplicadas a diversos actores sociais no local, por vezes em língua estrangeira (inglês)<sup>62</sup>.

<sup>62</sup> Estas entrevistas informais foram conduzidas em diversos períodos do dia, entre Fevereiro e Junho de 2013. Num primeiro momento, aquando a extinção da Fundação ganhava força de rumor, e num segundo momento após a decisão política governamental, com aprovação na Assembleia da República, no sentido de extinguir a Fundação e com ela a sua dotação orçamental de apoio nesse âmbito. No entanto destes dois momentos, tornava-se cada vez mais evidente o interesse da CMC em assumir a gestão deste património. Pretendemos também elucidar que nas nossas investidas na recolha de informação não logramos, em momento algum, que se estas se viessem a revestir de um carácter representativo. Antes, o nosso interesse combinou-se com o potencial heurístico das mesmas na compreensão que o fenómeno despoletou.

No que respeita aos informantes afectos à CMC, a unanimidade da percepção da relevância do espaço na vivência e construção identitária cascalenses foi veiculada sem esforço. Concernente ao inquérito realizado a outras fontes, quer no interior ou no exterior do museu, tal unanimidade de opiniões não foi conseguida. Porém, ainda assim, o discurso destes últimos actores coincidia sempre no aspecto de que mesmo não considerava como essencial, a Casa de Histórias Paula Rego ou o seu desaparecimento seriam uma baixa de monta, inclusivamente incompreensível para muitos, na dinâmica cascalense. Constatou-se mediante as entrevistas informais, por norma breves e cujos conteúdos fomos passando com o menor ruído possível para o nosso caderno de bordo, que o museu afirmara-se celeremente como um referencial cultural em Cascais, onde inclusivamente arte e educação se viam entrecruzadas e mutuamente potenciadoras.

A Casa das Histórias Paula Rego não é, evidenciámo-lo, o único lugar de atracção de turistas ou de outros utilizadores na vila de Cascais. Outros locais onde a apropriação lúdica destes actores sociais também ocorre incluem a Cidadela de Cascais (igualmente com forte *élan* cultural ou histórico-cultural), edificada no agora centro histórico de Cascais; as próprias ruas do centro histórico de Cascais, onde é notória a presença de turistas, com a sua traça singular que proporciona uma experiência da ‘cidade’ *in situ*; outros diversos museus distribuídos pelo município, como o Museu do Mar – Rei D. Carlos; a Marina de Cascais, igualmente adjacente ao centro histórico, que propicia experiências lúdicas ligadas ao mar; o Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC), onde o lúdico se funde não só com a cultura, mas muito em particular com a ideia de natureza, tal como acontece em menor escala com a Boca do Inferno, embora este território se afaste da frente de mar (porém tem o seu começo no Guincho, irrefutável frente de mar, e é repartido com o concelho vizinho de Sintra); o Casino do Estoril, notoriamente mais afastado do centro histórico, atraindo contudo um significativo número de utilizadores para o jogo, concertos e outros espectáculos, jantares e outras práticas também elas de cariz lúdico ou lúdico-cultural; os espaços de turismo MICE (*meetings, incentives, conferences and exhibitions*), que não poderemos

considerar como turismo de orientação final propriamente lúdica, porém sabemos que os negócios deixam algum espaço para o lazer, onde o Centro de Congressos do Estoril representa papel preponderante; e finalmente, embora esta elencagem não pretenda apresentar-se como exaustiva, as praias do concelho, cujo uso turístico prevalece nas praias junto ao centro histórico – onde os hotéis desempenham um papel crucial –, acrescentando-se a parcela de frente de mar do PNSC.

Concluímos assim, verificados os exemplos que fornecemos no final deste ponto, que a experiência turística e lúdica em cascais pode ser bastante rica e diversificada, dirigindo-se a abrangentes segmentos turísticos portadores de distintos capitais económicos e culturais, entre outros. Não cabe, contudo, e parece-nos evidente, a esta tese analisar toda a plêiade de experiências vividas ou em potência de serem vividas.

## CAPÍTULO IV

### À ESCALA DO LUGAR. LAZER, CONSUMO E DISTINTAS SOCIABILIDADES NA PRAIA DE CARCAVELOS



Imagem 43

Legenda: Praia de Carcavelos

Fonte: Miranda, Cardoso & Teixeira (2001)

#### 1. Nota Introdutória

A Praia de Carcavelos é a primeira ou a última praia oceânica que encontramos na área oeste da metrópole de Lisboa, conforme nos deslocamos no sentido Lisboa-Cascais ou, por outro, Cascais-Lisboa – georreferenciando, de uma forma simples mas

inteligível, o território que mencionamos. Trata-se da praia de maiores dimensões da Linha de Cascais. O seu areal prolonga-se por extensão com sensivelmente 1,25km, sendo balizada a nascente pelo Forte de São Julião da Barra e a poente pela denominada Ponta de Rana. A sul o Oceano Atlântico, que recebe o Tejo, findo em estuário. A norte a Avenida Marginal, que une Lisboa ao Centro de Cascais, atravessando o concelho de Oeiras, cujo trajecto acompanha de perto as margens do rio Tejo e do oceano Atlântico.

Observadas num *continuum* metropolitano as frentes de mar da praia de Carcavelos apresentam-se, força expressão, como continuação lógica das frentes de água do rio Tejo, que desagua em estuário na cidade de Lisboa, banhando igualmente territórios da denominada margem sul da metrópole. No seio desta 'rota', observámos, estando na praia de Carcavelos, navios de carga que se dirigiam ou que saiam do Porto de Lisboa (c.f. imagens 44 e 45).

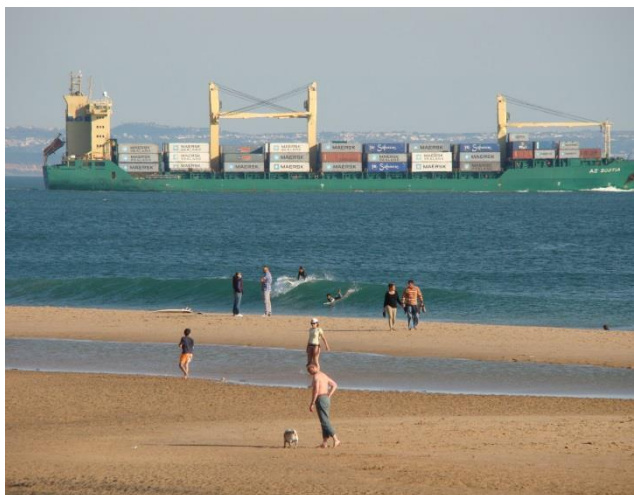


Imagem 44

Legenda: Cargueiro – saída de Lisboa

Fonte: captação do autor (08/04/2012)



Imagem 45

Legenda: Cargueiro – entrada em Lisboa

Fonte: captação do autor (04/09/2010)

A Praia de Carcavelos insere-se nos territórios considerados como espaço público. Esta asserção sustenta-se no facto, como devidamente explanado no Capítulo I, de esta praia comportar em si uma duplicidade de características: primeiro, ao nível normativo, que é aquele que mais veementemente estabelece as barreiras entre espaço público e espaço privado e que mais amplamente se encontra na definição de ambos no discurso sociológico, a Praia de Carcavelos reúne as características necessárias para tal enquanto espaço de pertença ao Estado e logo cabalmente direccionado para interacções que podemos categorizar como de índole pública; segundo, desta feita apelando a uma definição mais abrangente e, cremos, sociologicamente mais pertinente, consideramos a Praia de Carcavelos como espaço público visto que ao nível das interacções dos actores sociais que se apropriam deste lugar as sociabilidades que merecem o destaque da nossa atenção caracterizam-se por se definirem como sendo de cariz público, aberto ao exterior e sensível a estímulos de exposição social dos apropriantes que contradizem aqueles que entram em acção quando nos remetemos para a esfera privada, isto é, estão essas sociabilidades também elas sujeitas à apreciação, seja ela positiva ou negativa, por parte de outros olhos, de outros actores sociais, que igualmente se apropriam do espaço em momentos e circunstâncias de coincidência e que movem os actores sociais a agirem de acordo com as ditas normas, como sugere Goffman, de se estar em público (Goffman, 1963, pp. 171-190; 1971, pp. 282-382).

Esta praia, em termos de apropriação para usos lúdicos, conta com perfil histórico de inequívoco interesse e que pretendemos explorar de forma a enquadrar os seus usos actuais no seu quotidiano vivido. Pretendemos igualmente, como apontámos no Capítulo I, Ponto 4, contribuir para uma clarificação da tipologia de actores sociais que são os utilizadores deste lugar. Para tal, entendemos não só reiterar o que apresentámos na Tabela 2, como expandir a mesma com a finalidade de tornar mais inteligível a tipologia dos utilizadores dos territórios cascalenses. Assim sendo, atentemos analiticamente à Tabela 22.

Utilizadores/Tipos, Apropriação e Uso	Tipologia	Subtipologia	Apropriação	Uso
Utilizadores	Residentes	-	Regulares	Diurno
				Nocturno
				Diurno/Nocturno
			Ocasionais/Pontuais	Diurno
				Nocturno
				Diurno/Nocturno
	Visitantes	Turistas	Ocasionais/Pontuais	Diurno
				Nocturno
				Diurno/Nocturno
		Não-Residentes	Regulares	Diurno
				Nocturno
				Diurno/Nocturno
			Ocasionais/Pontuais	Diurno
				Nocturno
				Diurno/Nocturno

Tabela 22

Tipologia de Utentes no Lugar (ii)

Fonte: autor

Esta tabela compreensiva (Tabela 22), baseada na que apresentámos anteriormente (Tabela 2), possibilita-nos um melhor e mais completo entendimento dos utilizadores com que nos deparamos nos territórios cascalense, como o é o caso da Praia de Carcavelos.

## 2. Vivências na Praia de Carcavelos

As formas como os actores sociais vivem, experienciam e se apropriam da Praia de Carcavelos são múltiplas, multifacetadas e distintas, variando consoante os diferentes objectivos prosseguidos pelos mesmos. Assim, o quotidiano vivido neste território, que tanto cativa um número considerável de indivíduos, é farto no que respeita à variedade de práticas sociais e aos sentidos que os actores sociais lhes atribuem.

Das práticas sociais veiculadas por estes, é perceptível e identificável uma forte e inequívoca componente lúdica à qual habitualmente encontramos associadas práticas mais ou menos regulares de consumo. Considere-se que a afirmação não implica uma obrigatória causalidade entre práticas de cariz lúdico e as de consumo. É possível entregarmo-nos a práticas lúdicas que não impliquem práticas de consumo nos lugares, apelando-se aqui ao conceito e ao entendimento de fruição não onerosa do espaço. Todavia, há, e neste facto é-se irredutível, uma outra espécie tipificável de consumo, nomeadamente o que Urry intitula por *“consumo dos lugares”*, onde é veiculada a tese de que a simples presença humana no lugar o consome (Urry, 2000), ainda que amiúde a um ritmo que não é visível ou imediatamente perceptível pelos sentidos dos mais diferentes actores sociais. Nesta situação, práticas sociais de consumo e consumo dos lugares, estamos perante conceitos homónimos, *i.e.*, onde a palavra consumo deriva em duas construções conceptuais em que cada qual remete para entendimentos desiguais.



## 2.1. Lazer e Fruição do Espaço Público

Mediante resultado da continuada e intensiva observação realizada pelo investigador, podemos asserir que os usos lúdicos dos espaços públicos da praia de Carcavelos não obrigam a práticas de consumo nos estabelecimentos comerciais nela instalados nem em outros circuitos de venda mais ou menos ambulantes. A fruição não onerosa numa perspectiva cénico-paisagística do espaço é uma realidade irrefutável. Estejam a apropriar-se de espaços no paredão ou no areal da praia, os actores sociais têm ao seu dispor variadas modalidades desprendidas de práticas de consumo no local. Na realidade, os espaços públicos oferecem possibilidades de apropriação não onerosa cujo limite, por vezes, só encontra limite na imaginação de cada um. Vejamos as principais actividades, ou as mais observáveis, nas quais os indivíduos podem engajar nesta perspectiva de fruição.

Um dos usos mais comuns do espaço, igualmente conforme resultado da observação no terreno, prende-se à prática do *jogging*. Trata-se de uma actividade que tanto reúne elementos lúdicos como desportivos, aliando-se ainda ao que poderíamos denominar por cuidado de si (Foucault, 1994). Sintetizando, considera-se o *jogging* como uma actividade lúdica, de carácter desportivo não profissional, que se enquadra num estilo de vida dito ou considerado saudável. Esta actividade, prática miscigenada do lazer e do cuidado de si, ocorre durante todos os meses do ano de forma regular e constante, independentemente do género e, em certa medida, da idade; observámo-la, a esta actividade, sem discrepâncias ao longo do período em que estivemos imersos no terreno.

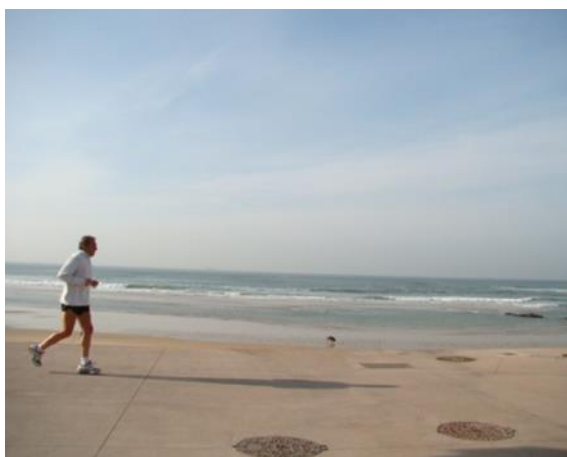


Imagem 46

Legenda: *Jogging* no paredão

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 47

Legenda: *Jogging*, rampa de acesso ao paredão

Fonte: captação do autor (08/04/2012)

Por norma os praticantes aparecem-nos com indumentária a rigor, indumentária essa que implica o uso de fato de treino, calções e t-shirt ou pólo desportivo, ténis apropriados, que informa o observante, até o mais desatento, de que se encontra naquele lugar, de que o apropria, em conformidade com uma prática que considera inequívoca. O seu equipamento é, amiúde, complementado por óculos de sol, águas ou bebidas de alto teor hidratante, bonés de pala, medidores do ritmo cardíaco e/ou de distância percorrida. No caso de indivíduos isolados, é igualmente comum encontrarmos como parte integrante e complementar do equipamento compactos leitores digitais de música, o que reforça a importância e associação do sentido do lazer nesta prática.



Imagem 48

Legenda: *Jogging* no areal

Fonte: captação do autor (02/09/2012)



Imagem 49

Legenda: *Jogging*, pausa para alongamentos

Fonte: captação do autor (17/03/2010)

Como afirmámos, os actores sociais que se entregam a esta prática variam tanto no género como na idade, não aparecendo portanto homogêneos neste sentido, sendo que cada um imprime o ritmo que melhor considera adequar-se às suas necessidades e possibilidades. Neste lugar, o seu espaço por excelência é o passeio do paredão, embora pontualmente encontremos alguns praticantes a exercerem a sua actividade de corrida no areal<sup>63</sup>, a maior parte das vezes no que habitualmente se denomina por areia molhada. Neste último caso, os ténis podem ser parte de equipamento preterido. Ainda no areal, alguns dos praticantes de *jogging* fazem uso de um pequeno circuito de manutenção aí instalado, em especial de várias barras de elevação. Este acrescento ao *jogging* já conta com uma distinção quanto ao género e à idade, pois que a sua apropriação é esmagadoramente efectuada, tal como

---

<sup>63</sup> Já não tão pontualmente, ou em registo esporádico, nos períodos mais quentes do ano dos quais, igualmente, a ausência de pluviosidade se faz regra.

monitorizámos, por homens, dos quais adolescentes tardios ou jovens adultos<sup>64</sup> que assim ocupam o topo dos apropriantes.

Trata-se de uma tipologia de lazer que é levada muito a sério: ao longo do período de investigação tornou-se possível familiarizarmo-nos com alguns rostos, rostos de indivíduos possivelmente mais aficionados e que encontramos com facilidade em qualquer estação do ano, inclusive sob condições atmosféricas que desincentivariam os mais cautos. Estamos convictos, tanto por conversas tidas, ao estilo da entrevista informal – algumas das quais espontâneas, como pelas escutadas, que esta prática quando efectuada por *habitués* é exercida por residentes na freguesia de Carcavelos e territórios adjacentes.

Contudo, não são só os residentes que se apropriam do espaço público para a prática desta actividade. Então, num registo mais pontual, encontramos, grosso modo em igual medida, indivíduos residentes e visitantes. Esta última categoria de apropriantes dispersa-se por diferentes épocas do ano, particularmente em dias não muito frios e sem pluviosidade, sendo igualmente menos observados nos dias em que as temperaturas atingem os limites mais elevados. Varia igualmente, este grupo tipológico, assegura-nos a nossa presença no terreno, sem grande distinção no que remete ao género e à faixa etária, não se verificando novamente uma hegemonia nestas categorias.

---

<sup>64</sup> Os intervalos considerados nos grupos etários de adolescentes e de jovens adultos foram construídos como se segue: jovens adolescentes – [10-15[ anos de idade, adolescentes tardios – [15-20[ anos; jovens adultos – [20-35] anos. O intervalo notoriamente mais alargado nos jovens adultos quando posto em comparação com os intervalos por que optámos atribuir tanto aos jovens adolescentes como aos adolescentes tardios, têm por consideração o facto o prolongamento da juventude pela dita idade adulta, sendo que se torna cada vez mais complexo balizar com precisão onde começa uma e termina a outra, ainda que se tendo por vezes como referencial a entrada no mundo do trabalho (Romaní, coord., 2010).



Imagem 50

Legenda: *Jogging* no areal molhado

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 51

Legenda: Barra de elevações, areal

Fonte: captação do autor

(17/03/2010)

Outras práticas lúdicas ligadas à ideia de desporto que são executadas no paredão passam pelo uso de bicicletas, patins em linha e *skates*.



Imagem 52

Legenda: Bicicleta parqueada

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 53

Legenda: Bicicleta no paredão

Fonte: captação do autor (17/03/2010)

No que concerne ao uso de bicicletas no passeio do paredão verifica-se uma apropriação cuidada do espaço (Goffman, 1963; Ledrut, 1973), na medida em que este é essencialmente frequentado por pedestres, conforme fomos constatando e verificando. Ao contrário do *jogging*, é menos observada a sua prática regular no que se refere ao número de executantes. Todavia, isso não implica que não existam praticantes regulares nem exclui o facto de ao longo do percurso de investigação este número ter vindo a somar um crescendo de novos praticantes, numa tendência de aumento no seu somatório em cálculo absoluto. Inclusivamente há quem se desloque à praia utilizando este meio de transporte, o que é verificável pelo número de bicicletas parqueadas no passeio do paredão, agrilhoadas a postes de iluminação ou outro equipamento, incluindo aqueles dotados de funcionalidade específica dirigida a esse objectivo (ver Imagem 52), com a finalidade de evitar o furto. Contudo, entendemos que o seu uso como meio de transporte alternativo lhe retira parcialmente o carácter lúdico, sendo que consideramos como prática efectivamente lúdica o seu uso ao longo do passeio do paredão não atribuível a usos adstritos à

esfera do trabalho, numa lógica de mobilidade casa/trabalho e trabalho/casa. Portanto, não desqualificamos em termos lúdicos a deslocação para a praia em bicicleta, exceptuando se esta ocorrer no seio do trajecto necessário para o cumprimento e execução de horários de trabalho – ainda assim, reitere-se, não pretendemos extirpar por completo ou esvaziar o sentimento e sentido lúdico que tais executantes se possam consignar.

A actividade de passeio de bicicleta no paredão é efectuada independentemente do género e, ao invés do que por regra acontece no *jogging*, trata-se de uma prática mais gregária, visto que é comum visualizar-se praticantes em grupo, incluindo casais acompanhados por crianças. Mais uma vez há as excepções, encontrando-se também praticantes isolados, alguns dos quais inclusivamente com *headphones* nos ouvidos. No que trata ao rigor da indumentária ela é mais livre e casual do que no *jogging*, se bem que o mesmo aparato quanto ao preciosismo em equipamento desportivo, neste caso acrescentando-se, *e.g.*, o uso de capacetes próprios à imagem desta prática, surja de forma esporádica. Similar ao *jogging* é o condicionamento desta prática segundo as condições atmosféricas.



Imagem 54

Legenda: Bicicletas no paredão (i)

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 55

Legenda: Bicicletas no paredão (ii)

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Convém acrescentar que esta prática é comumente bem vista, bem tolerada e bem aceite por todos os apropriantes do paredão. Ignora-se desta forma e absolutamente, inclusive por agentes de autoridade, a pretensa proibição da circulação em bicicleta neste espaço, como se verifica pela sinalética cujo retrato captámos e que se observa nas imagens 56 e 57. Esta sinalética, ou semelhante, encontra-se disposta noutros espaços e corredores de acesso ao paredão, que não só o aqui exemplificado.



Imagem 56

Legenda: Túnel acesso ao paredão  
(proibição circulação de bicicletas - i)

Fonte: captação do autor (07/07/2012)



Imagem 57

Legenda: Túnel acesso ao paredão  
(proibição circulação de bicicletas - ii)

Fonte: captação do autor (07/07/2012)



Os usos do *skate* e dos patins em linha, no passeio do paredão, seguem, observámos, o mesmo raciocínio dos apropriantes em bicicleta no que se refere à informalidade da indumentária utilizada e nos cuidados para com os demais apropriantes. No entanto, é de notar que os executantes destas duas práticas são, regra geral, adolescentes do género masculino no skate e adolescentes e jovens adultos do género feminino para os patins em linha. Quanto ao *skate* não se observam indivíduos com traje da prática completo e no que remete para os patins em linha só muito pontualmente se observam indivíduos com protecções adicionais, tais como cotoveleiras, joelheiras e capacetes. Tal como as explanámos, a evidência destas práticas como práticas lúdicas não deixa, no nosso entender, quaisquer reservas.

Concluindo o uso do paredão por apropriantes que o fazem ao nível da fruição, não poderíamos deixar de mencionar os actores sociais, sendo aqueles que surgem na análise em número bem superior aos demais, que nele se deslocam a pé e a ritmos mais moderados. Os indivíduos que se fazem deslocar em passeio nos moldes mencionados são praticamente impossíveis de contabilizar, tendo em conta o seu afluxo massivo que encontra especial incidência durante os dias mais quentes do ano, particularmente nos meses que se seguem à abertura da época balnear. Contudo, os fins-de-semana arrebatam em quantidade os apropriantes do espaço público relativamente aos dias de semana, mesmo os dias de semana considerados após a abertura da época balnear<sup>65</sup>. Já em épocas em que as temperaturas são mais baixas e em que a pluviosidade se demonstra manifesta, o uso do lugar decai drasticamente, facto que não passa despercebido ao olhar do investigador. Aliás, nestas últimas épocas referenciadas, apenas nos fins-de-semana sem precipitação é que a afluência ao paredão ganha contornos de expressividade. Nesta situação é difícil fazer a destrição entre residente e visitante (Hoffman *et al.*, ed., 2003), *i.e.*, indivíduos ou utilizadores provenientes de outros territórios da metrópole, ou fora dela, enquadrados no seio da lógica do visitante. O uso que todo este rol de indivíduos faz

---

<sup>65</sup> Regra geral, a abertura da época balnear em Portugal ocorre no primeiro dia do mês de Junho; todavia, a Câmara Municipal de Cascais antecipa, desde 2009, a abertura da época no concelho para o primeiro dia do mês de Maio.

desta parcela do espaço público tem essencialmente que ver com a fruição do cenário e da paisagem que este lugar proporciona, ocupando assim tempos livres que têm ao seu dispor.

Nestas condições encontramos quatro categorias primordiais:

(i) famílias – também observámos um significativo número de famílias monoparentais – que se satisfazem por simplesmente estarem a passear num lugar não rotineiro que as cativa, acompanhadas ou não por crianças, sossegadas ou que pelo contrário se entretêm com as suas tropelias (exemplos das mesmas verificáveis nas imagens 58 e 59);



Imagem 58

Legenda: Exemplo famílias paredão (i)

Fonte: captação do autor (08/04/2012)



Imagem 59

Legenda: Exemplo famílias paredão (ii)

Fonte: captação do autor (08/04/2012)

(ii) grupos de jovens adolescentes que dão continuidade às suas práticas identitárias específicas e que se desdobram em actividades difusas e até prolixas,

como jogos de bola, entre muitos outros que a imaginação fértil lhes sugere, representações cénicas de pancadaria ou, tão simplesmente, entregam-se a conversas e discussões do seu interesse, muitas das quais em simultâneo com o telemóvel, ou a reverberações existenciais muito próprias à idade;



Imagem 60

Legenda: Exemplo jovens paredão (i)

Fonte: captação do autor (07/04/2012)



Imagem 61

Legenda: Exemplo jovens paredão (ii)

Fonte: captação do autor (10/08/2012)

(iii) casais aparentemente enamorados, sejam miúdos ou graúdos, trocando beijos, abraços e outras carícias enquanto apreciam uma espécie de idílico que os rodeia ou com o qual conjuntamente sonham – é importante realçar, convenhamos, que a única forma de troca de afectos até hoje observada, indiciando excluir tácita e manifestamente a aceitação de outras, é produzida no seio de casais heterossexuais; os que aproveitam para passear consigo o seu animal de estimação, geralmente o cão – cuja possibilidade no plural também sucede;

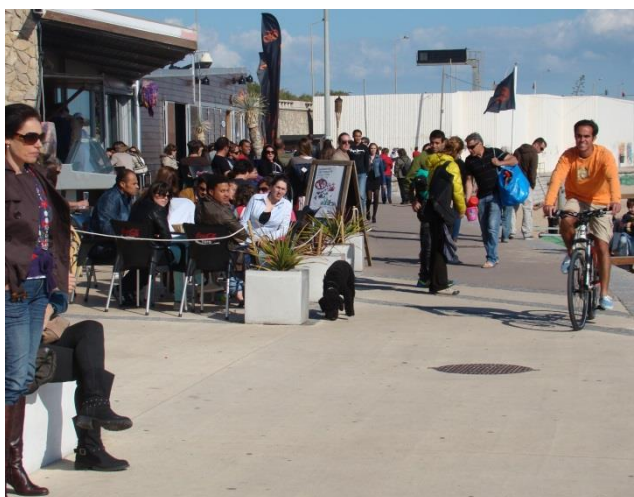


Imagem 62

Legenda: Exemplo cães paredão (i)

Fonte: captação do autor (07/04/2012)



Imagem 63

Legenda: Exemplo cães paredão (ii)

Fonte: captação do autor (15/08/2012)

(iv) os mais solitários, que aproveitam, *e.g.*, para ir lendo um livro, num ambiente que valorizam.





Imagem 64

Legenda: Leitura de Livro (i)

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 65

Legenda: Leitura de livro (ii)

Fonte: captação do autor (22/08/2012)

As possibilidades dependem mais da imaginação de cada um do que propriamente derivadas de um constrangimento que as condições físicas do lugar possam teimar em infligir.

## 2.2. Os tempos de lazer e a sua relação com o consumo

Um número considerável de apropriantes deste lugar desloca-se até ao mesmo, já o vimos, por questão da sua boa imagem e atractividade (Ledrut, 1973b; Lynch, 2003, Vaz, 2008b). Tornou-se inequívoco no decurso da investigação que a atractividade deste lugar, para além das fundamentais características cénicas e paisagísticas, muito deve aos estabelecimentos comerciais presentes.

Nas palavras colhidas de alguns entrevistados e proprietários destes espaços, estes são irrefutavelmente constitutivos no que remete para a engrenagem do sucesso do lugar.

Como sociólogo há que saber desconstruir os discursos das nossas diversas fontes. Todavia, e pelo que o trajecto empírico nos demonstrou, somos francamente induzidos a anuir que desempenham um papel de relevo na sua animação e capacidade de atracção.

Provavelmente uma das primeiras imagens que se nos desponta na mente quando pensamos em lazer e consumo na praia é a das esplanadas dos restaurantes/bares/cafés, usando uma expressão coloquial e popular, ‘a abarrotar de gente’. Apesar desta compreensão derivar aprioristicamente do senso comum, não é toda ela fraudulenta. Tal como os outros usos do lugar que até aqui elencámos e analisámos, também o dos restaurantes, bares e cafés padece de semelhante problemática: os clientes variam conforme a constância ou inconstâncias das condições climatéricas, também eles variam consoante o período do dia.

Mediante uma observação reiterada e cuidada, da condução de entrevistas informais e, por fim, da análise de entrevistas semi-dirigidas efectuadas a proprietários de estabelecimentos comerciais, consideramo-nos aptos a tecer considerações de facto.

Concentramo-nos, neste texto, nos estabelecimentos comerciais que ladeiam o paredão e que estão directamente voltados para o Atlântico. Destes destacamos dois restaurantes, dois restaurantes-bar e um *beach bar* com funcionamento similar a uma discoteca.

Os restaurantes, exclusivamente restaurantes, que destacámos apostam numa cozinha internacional, nomeadamente japonesa e italiana<sup>66</sup> (*c.f.* Imagens números 66 e

---

<sup>66</sup> Carcavelos Sushi (localizado no edifício central à praia) e Capricciosa, embora na Imagem V.25 pouco se descortine do nome, apesar de possibilitar o enquadramento zonal na praia. Considere-se que encontrámos igualmente um restaurante mexicano – El Sombrero – e um outro indiano – Real Indiana.

67), o que igualmente indicia que a diversidade, na circunstância, assume contornos de mais-valia na atractividade do território. Contudo, evidenciam igualmente, resultado de uma sociedade globalizada tal como nos recorda Ritzer, uma standartização ou uniformização de cozinhas genericamente reconhecidas pelos actores sociais (Ritzer, 2008).



Imagem 66

Legenda: Restaurante de comida japonesa

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 67

Legenda: Restaurante de comida italiana

(apenas se descortina uma parcela do nome)

Fonte: captação do autor (17/03/2010)

Estes espaços sofrem de uma menor variação no que respeita às condições do clima, todavia são bastante sensíveis à dinâmica da dicotomia dias de semana/fim-de-semana. As práticas que lhe estão associadas são bastante estreitas, visto que os clientes os procuram pelo serviço específico que oferecem, abandonando-os após consumada a refeição, que segue regras de etiqueta pouco flexíveis. Exactamente por terem um cariz lúdico menos marcante que os restantes estabelecimentos não nos iremos aprofundar a seu respeito. Todavia, seria erróneo não evidenciar que as

sociabilidades neles estabelecidas se apresentam numa intensidade e profundidade irrefutáveis – também, ainda que não só, num registo lúdico; porém, são mais difíceis de captar de forma sistematizada.

Passando para o *beach bar*, encontramos uma atmosfera completamente diferente da dos restaurantes. Encontra-se aberto quatro dias por semana, de quarta-feira a sábado. Nas quartas e quintas-feiras o período de abertura respeita um intervalo das vinte e três horas às duas da manhã; nas sextas e sábados esse período é consideravelmente dilatado, com um intervalo entre as vinte e três horas e as seis da manhã. O seu público assenta essencialmente em jovens adultos e existe algum rigor no que trata à indumentária, favorecendo-se uma etiqueta mais formal ou, como anunciam no seu *website*, elegante<sup>67</sup>. É o estabelecimento com política mais rígida no que toca ao direito de admissão. Não nos iremos deter muito mais na explanação das vivências deste estabelecimento, já que estas não são dissemelhantes a muitas outras que encontramos em estabelecimentos do género. Parece-nos, de forma proeminente, que a proximidade do areal e da frente de mar, para onde também tem vista, contribuem grandemente para a atractividade do estabelecimento e para a sua capacidade de distinção face a outros do mesmo género. Consegue angariar, em número significativo, alguns clientes habituais, mas a rotatividade dos actores sociais que usam o espaço e que usufruem das sociabilidades que nele se espraiam impõe-se como regra.

Creemos que mais interessante para este texto em particular é a análise das vivências e dos seus significados que ocorrem nos dois restaurantes-bar que destacámos. Apesar da sua proximidade física, as diferenças entre ambos são notórias, quer no público que angariam, quer pela forma como esse público vive os

---

<sup>67</sup> Esta informação não se encontra mais no sítio oficial do estabelecimento. Visto que as dinâmicas sociais impelem a alterações com acentuada regularidade, as modificações impressas na forma e no conteúdo são vistas como naturais no sentido de assim se veicular a mensagem de ‘actualidade’. Contudo, permanece patente na sua página pública afecta a uma rede social. (último acesso a ambos os sítios web em 09/12/2013)



acontecimentos e o lugar. Todavia, não será excessivo mencioná-lo, o uso destes estabelecimentos está sujeito à (in)constância dos elementos e à dicotomia dia/noite. É durante a época balnear que atingem o auge de clientela em números. Retomando a imagem das esplanadas ‘a abarrotar de gente’, é de facto o que sucede, e que é observável por qualquer pessoa, nos dias de maior calor, em particular nos meses normalmente consagrados a férias e igualmente aos fins-de-semana. Para percebermos com o devido rigor quem são os apropriantes destes espaços será mais conveniente decompor os resultados da nossa análise em momentos diferenciados e distintos.

Os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro são aqueles em que os actores sociais acorrem a este lugar de forma mais expressiva, que neste caso é o mesmo que dizer massificada. Utilizámos o termo acorrer não de forma ingénua: é no decurso destes meses que muitos actores sociais se encontram libertos dos tempos de trabalho, refugiando-se neste lugar, substituindo no seu quotidiano a rotina do horário laboral por outra rotina, sendo que a última permite uma maior dedicação a práticas lúdicas e não obriga a tantos constrangimentos, pelo menos de forma aparente, como a primeira. Na realidade, outros constrangimentos surgem e devem ser considerados, *e.g.*, sugere Figueiredo Santos, decorrentes do *stress* de não vir a aproveitar convenientemente os poucos tempos libertos da esfera do trabalho (Santos, 2007a; 2007b) e da programação do quotidiano no que remete para as práticas lúdicas (Baptista, 2005).

Durante este período temporal, mas principalmente nos meses de Julho e Agosto, a praia, no cômputo geral do seu areal, atinge com alguma regularidade a sua carga máxima: quinze a vinte mil indivíduos<sup>68</sup>. Durante a manhã e a tarde o areal é ocupado com extrema densidade e as toalhas de indivíduos ou grupos de indivíduos sem relação entre eles quase se sobrepõem, alguns típicos jogos de praia (*e.g.*, com bolas, raquetes, *frisbees*) são virtualmente impraticáveis de modo sustentável e até

---

<sup>68</sup> Número aproximado, respeitando os princípios orientadores do POOC. Mediante o recurso a SIG, estimou-se a área do areal, em metros quadrados, calculando-se de seguida a carga máxima da praia segundo a utilização *per capita* por metro quadrado definida pelos princípios orientadores do Plano.

mesmo as escavações/construções na areia por crianças, adjuvadas ou não por adultos, se tornam fortuitas ou observadas ocasionalmente na areia dita molhada, como podemos observar pela leitura das imagens 68 e 69.



Imagem 68

Legenda: Jogo com raquetes

Fonte: captação do autor (08/04/2012)



Imagem 69

Legenda: Construções de crianças na areia

Fonte: captação do autor (22/08/2012)

Contudo, e muito devendo à intervenção activa dos proprietários de um destes restaurantes-bar, já que foram os responsáveis pela edificação dessas estruturas, pode ser praticado *volley* e futebol nas suas modalidades de praia, entre outras actividades lúdico-desportivas, numa parcela do areal onde se vêem montadas três redes de

*volley*, balizas metálicas e outros equipamentos (a mesma parcela onde mencionámos existir o pequeno circuito de manutenção).

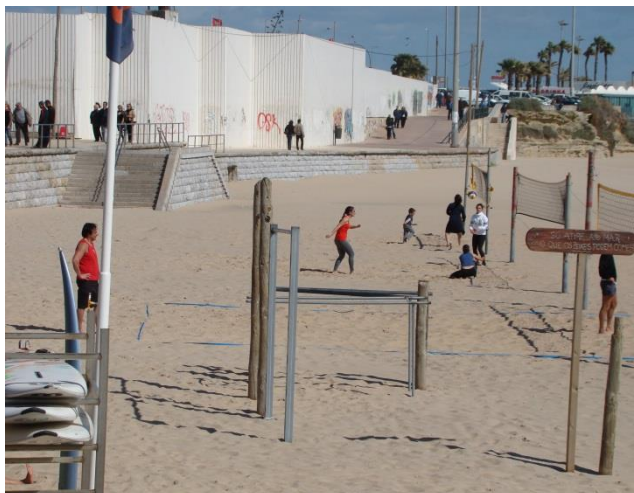


Imagem 70

Legenda: Equipamento desportivo de lazer (i)

Fonte: captação do autor (15/04/2012)



Imagem 71

Legenda: Equipamento desportivo de lazer (ii)

Fonte: captação do autor (07/07/2012)

Existem igualmente na extremidade ocidental da praia de Carcavelos algumas redes para a prática de *volley* de praia – contudo, particularmente nos meses fora da época balnear mas não só, encontramos-as mais votadas ao abandono quanto à sua manutenção, o que se verifica amiúde pelas redes a arrastar na areia por falta de tensão impressa. Todavia, mesmo com toda a boa vontade, este equipamento, sempre bastante solicitado, não consegue servir senão uma parcela de utentes de uma praia com uma carga máxima estimada, como asserimos, entre quinze a vinte mil pessoas.

Quem são afinal, aqui e neste período, estes apropriantes? De onde provêm? Em primeiro lugar, quem não são. Pelos relatos que fomos recolhendo mediante recurso a diferentes informantes, não são os utentes habituais e recorrentes da praia que se apropriam do lugar durante todos os outros meses do ano. A explicação deste

fenómeno não é complexa e vai de encontro ao que já encontrámos na literatura: os utentes habituais, particularmente os que residem em Carcavelos, não se revêem nem se identificam na multidão que se apropria da praia e que, sustentam, descaracterizam – e porque não, desclassificam – o lugar; afirmam então que, durante o Verão, aquela não é a praia deles. Este facto remete para o fenómeno que explica as consequências do choque entre visitantes e residentes, sendo que estes últimos alegam um sentimento de não pertença pelo facto de os seus espaços terem ficado absolutamente descaracterizados e pautados por uma sensação de estranheza que, por isso mesmo, os tornam não passíveis nem apetecíveis de utilização por si.

Passemos então à resposta pela afirmativa. Os ‘novos’ apropriantes derivam de territórios variados espalhados pela metrópole, são heterogéneos em relação à idade, sexo e segmento social.

Da parte da manhã, por exemplo, a praia é assomada por diversos grupos de numerosas crianças inscritas em colónias de férias; estes grupos são facilmente identificáveis pelo aparato do seu elevado número de indivíduos, pelos caracteres distintivos que simultaneamente os arredam dos demais e que os tornam um sob a mesma ‘bandeira’ identitária, fazendo lembrar os constrangimentos impostos pelo que Goffman denominou por instituição total (Goffman, 1961), indivíduos sob a tutela – e a ordem – de um número de monitores e responsáveis que partilham com eles, amiúde, o mesmo fardamento identitário, muitas das vezes assentes na cor que é complementada por uma insígnia e que os rotulam iguais entre eles e diferentes do outro (Becker, 1963; Goffman, 1988; Todorov, 1990).

Estes grupos apropriam-se apenas da praia em si, não fazendo uso dos estabelecimentos que antecedem o areal nem do serviço dos vendedores ambulantes que nestes períodos, incansáveis, percorrem a praia lés a lés vezes sem conta – e que, por tal, também eles se tornam apropriantes do espaço público; abandonam o local, invariavelmente, antes ou durante a primeira hora da tarde.





Imagem 72

Legenda: Crianças em colónia de férias (i)

Fonte: captação do autor (12/07/2011)



Imagem 73

Legenda: Crianças em colónia de férias (ii)

Fonte: captação do autor (22/08/2012)



Imagem 74

Legenda: Venda ambulante – areal (i)

Fonte: captação do autor (20/05/2011)



Imagem 75

Legenda: Venda ambulante – areal (ii)

Fonte: captação do autor (22/08/2012)

Igualmente são comuns apropriantes da praia grupos de jovens adolescentes e de adolescentes tardios, libertos das obrigações escolares ou académicas. Também os adolescentes, quer de período mais imberbe ou mais tardio, raramente aparecem isolados, mas sim em pequenos grupos ou até mesmo preferindo a deslocação gregária, quase que a título comunitário, como argumentaria Tönnies (Rocher, 1989, pp. 46-51). Na maioria, estes não aparentam pertencer a segmentos de classe mais abastados, antes a segmentos médios, médios-baixos da chamada classe média ou até mesmo a segmentos mais desfavorecidos. Não são, igualmente, consumidores privilegiados nem relevantes, pese embora, ainda que pouco, já consumam no comércio do lugar.

Todavia, a maior porção de apropriantes desloca-se segmentada, em número reduzido, como disso são exemplo as muito abundantes famílias nucleares. Deslocam-se à praia em lazer para usufruir de banhos de sol e de mar (Urbain, 2002). Pela nossa observação são oriundos de segmentos sociais similares aos que identificámos nos grupos de jovens. Destes apropriantes há os que são residentes em Carcavelos e adjacências, poucos provenientes de outras áreas geográficas do país e, finalmente, os que nos parecem ser evidentemente preponderantes e que correspondem aos utilizadores que vêm de distintas zonas da metrópole lisboeta, com especial incidência na Grande Lisboa (os grupos de jovens também se enquadram nesta perspectiva de mobilidade).

Apenas uma pequena e quase residual parcela dos utentes da praia provém do exterior, *i.e.*, aqui no sentido de que não são oriundos de Portugal. A praia de Carcavelos não é, então, um destino turístico com procura representativa. Contudo, é evidente que, embora em número diminuto, reconheçamos nas vozes do discurso de alguns actores sociais o idioma espanhol, alemão e inglês, fundamentalmente estes três, se bem que mais o espanhol e o alemão. Para além das diferenças fonéticas decorrentes de um idioma que não o nosso, que captam a atenção, a sua maior visibilidade decorre mais do facto de comumente serem economicamente mais capitalizados do que a média dos portugueses, marcando, por isso, uma presença nos

espaços de consumo que ilusoriamente desencadeia um fenómeno pelo qual aparentaram ser mais do que efectivamente são, ou seja, distorcendo a percepção face ao seu número absoluto real. Este fenómeno concorre para corroborar a nossa tese em que preconizamos que Carcavelos é uma praia de carácter convictamente metropolitano, não se assumindo como um destino turístico por excelência – proposição que esmiuçaremos de seguida ao longo do ponto 6.

Como explicar, então, a afluência de actores sociais que lotam tanto as esplanadas como o interior dos cafés, ou restaurantes-bar, que circundam, ao longo do paredão, o areal da praia? O cliente de Verão é um cliente mais ocasional, como se lhes referem os proprietários dos estabelecimentos. Neste sentido, ocasional significa fortuito e casual. Não se trata de um cliente frequente que reiteradamente faça uso do estabelecimento ou dos serviços que o mesmo coloca à disposição. Remete para indivíduos cuja apropriação dos espaços de uso público é incerta e até imprevisível, estando ausentes critérios de escolha nas quais participem ponderação, conhecimento de causa da qualidade de atendimento e dos produtos, e em que a imagem identitária do estabelecimento de nada ou pouco importa. Em certa medida a sua racionalidade assenta como que exclusivamente no imediatismo em função da rápida satisfação dos seus anseios. Caso suceda que um espaço de uso público, *i.e.*, que um dos estabelecimentos fixado no lugar, se encontre integralmente preenchido desloca-se sem delonga a outro qualquer nas proximidades fitando a célere satisfação de consumir o seu desejo de obter mesa para si, e se for caso disso, para os seus, não observando nenhuma outra lógica mais complexa. Caracteriza-se pela entropia e hedonismo. Está, por assim dizer, nos antípodas do consumidor e cliente habitual fidelizado, é o seu antónimo.

Em horário nocturno, o qual não podemos balizar com precisão cirúrgica mas que apontamos a partir, sensivelmente, das 21/22 horas ainda amiúde se confundindo com o de regime diurno, o cliente ocasional miscigena-se com o cliente habitual, que regressa aos seus locais de estilo – o que implica impreterivelmente a mitigação, no seio seu esquema mental, do impacto provocado pela presença do visitante fortuito.

Porém, *habitués* ou não, um impressionante número de actores sociais apropria-se tanto do espaço público como dos espaços de uso público, preenchendo-os à beira da sua exaustão e sustentabilidade. Largas centenas de indivíduos calcorreiam o trajecto do paredão, amiúde à batuta do encontrão (Pais, 2010, pp. 28-32). Os funcionários dos restaurantes-bar – não raro coadjuvados pelos proprietários – não têm mão a medir, ligeiros no *métier* pelo hábito, e afadigam-se para corresponder às solicitações dos utentes que esgotam a carga disponibilizada pelos estabelecimentos. Cafés, águas, ‘imperiais’<sup>69</sup>, batidos, *cocktails*, alimentos de confecção rápida, toda esta panóplia de pronto a consumir apodera-se dos topos das mesas ou distribui-se pelas mãos de indivíduos em pé, já excluída a possibilidade de sentarem os seus corpos, que sitiam as fronteiras dos estabelecimentos fazendo fé que alguém abale vagando desse modo o lugar sentado que almejam e que finalmente poderão apropriar.

Posto fim à época mais alta do período balnear, analisemos o que sucede nos meses remanescentes do ano – os que a precedem e os que a sucedem, visto que as práticas e os usos verificados não diferem de monta nem quanto à forma nem quanto à substância.

De Janeiro a Maio e de Outubro a Dezembro. Neste período os usos do lugar decrescem com acervo. É igualmente o período em que a apropriação tanto dos espaços públicos como de uso público mais depende da variação dos determinantes climatéricos. Um número considerável de estabelecimentos opta por encerrar portas, não estando ao dispor do público por intervalos que, somados, chegam a superar os

---

<sup>69</sup> Imperial é uma designação tipicamente de Lisboa, com abrangência metropolitana, com o intuito de designar cerveja servida sob pressão, regularmente em copo alto e em quantidade balizada nos 20cl. A cerveja tirada sob pressão pode ser servida e encontrada em vários formatos, quanto ao recipiente, e quantidades, quanto à quantidade de centilitros servidos. Dita o hábito que as quantidades estabelecidas variem entre os 20 e os 33cl, em copo, e os 40cl em caneca – pese embora, por vezes, aqui o recipiente possa igualmente assumir forma de copo, se bem que bastante mais abaulado possibilitando o preenchimento a 40cl de líquido. Em determinadas circunstâncias, não é permitido o uso de garrafas ou de outros recipientes forjados em vidro, não se limitando esta determinação para o serviço de cerveja ou de outras bebidas com teor alcoólico, antes sendo transversal a todas as bebidas colocadas ao dispor dos clientes-consumidores.



seis meses. Outros decidem-se por trabalhar apenas ao fim-de-semana, ou abrem ao público nos dias de semana exclusivamente regulados pela lógica de restaurante, funcionando principalmente nas parcelas horárias atribuíveis aos tempos de trabalho libertos para almoço. Apenas um restaurante-bar faz perdurar inexoravelmente um horário continuado, encerrado, por uma política de opção, tão-somente dois meios-dias/ano.

Em regime diurno os apropriantes destes espaços de uso público são geralmente jovens adultos e adolescentes que frequentam as escolas dedicadas ao ensino da prática do *surf*. O horário de almoço apresenta-se aos actores sociais apropriantes, costumeiramente jovens adultos inseridos no mercado de trabalho, como *leitmotiv* para uma refeição num espaço cénico que lhes agrada fruir, algumas das vezes refeições de carácter rápido (observe-se exemplos de refeições distintas, nas imagens 76 e 77) e que ainda permitem uma breve mas prazenteira prática de *surf*. Não há, portanto, qualquer espanto em encontrar, nestes momentos, clientes tipicamente regulares. Provêm essencialmente das áreas de Carcavelos e limítrofes, de Oeiras, com especial incidência no Taguspark e Algés, e ainda de algumas áreas da cidade de Lisboa. Como podemos exemplificar:

*« [...] Muitos dos nossos clientes vêm de Lisboa, até mesmo pessoas que vêm aqui simplesmente para almoçar, se calhar fazem reuniões de negócios muitas vezes. A malta que vem ali de Lisboa, do Oeiras... ali da zona de escritórios do Tagus Park. [...] Por exemplo tem gente aqui engravatada que vem fazer umas ondas na hora de almoço, vem aqui para beber um cafezinho e almoçar, chegam ali acima passam uma esponjinha e vão para o escritório. Tenho muitos clientes desse género. [...]»* (excerto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 23/05/2011)

Reitera-se, uma vez mais, o carácter metropolitano do nosso lugar. A facilidade dos acessos que possibilitam uma rápida mobilidade entre a praia e os lugares que acolhem os postos de trabalho dos indivíduos são uma variável determinante e decisiva. Em termos de apropriação diurna, este é o momento mais rentável para os estabelecimentos.



Imagem 76

Legenda: Exemplo de refeição ‘tradicional’  
completa

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 77

Legenda: Exemplo de refeição  
considerada ligeira

Fonte: captação do autor (07/07/2012)

No que concerne à apropriação nocturna dos espaços de uso público, pós-jantar, jantar esse que pode ser igualmente consumido no lugar se os actores assim o entenderem, o cliente habitual volta a desempenhar um papel de relevo. Os dias de semana apresentam uma afluência notoriamente inferior à que nos deparamos durante os fins-de-semana, facto a que a tipologia do cliente médio, jovens adultos dos quais um grande número com responsabilidades laborais, não está alheia. Manifestam tendencialmente a sua presença em pequenos grupos ou em pares, casais

ou não, sendo excepção os que continuam a apropriar o espaço após os normalmente prolongados jantares de grupo, que carecem de marcação prévia. Porém não são só os grupos mais extensos que marcam mesa, já que é regular pequenos grupos ou casais reservarem uma mesa com antecedência provendo-se assim da garantia de um lugar sentado, particularmente porque neste período o uso da esplanada não é sempre possível, diminuindo de forma relevante a margem para eventuais clientes que afluem em maior número do que o habitual.

Outra estratégia encontrada para angariar e, se possível, fidelizar clientes passa pela instituição de noites temáticas, numa lógica de clara distinção para com os dias ditos ‘normais’ e relativamente a outros estabelecimentos com os quais concorrem directamente. O investimento em noites temáticas é um ritual recorrente e imagem de marca dos estabelecimentos, *e.g.*, música *jazz* ao vivo, sessões de *karaoke* e até mesmo concertos ao vivo em pequena escala. Caso as condições atmosféricas sejam favoráveis ao uso das esplanadas, os estabelecimentos estão equipados com material de som direccionado para o exterior, que reproduz a música passada no interior, seja ela aquela que é regular no estabelecimento ou derivada dos exemplos que oferecemos, ou seja, proporcionando aos apropriantes da esplanada a audição dos concertos de *jazz* ou aquela que concerne às práticas de *karaoke*.

Estes eventos repetem-se sistematicamente ao fim-de-semana e proporcionam uma casa bem composta, se não mesmo lotada, pelo menos no interior do estabelecimento, caso a precipitação de chuva, o acentuado arrefecimento da temperatura e/ou ventos agrestes ‘encerrem’ as esplanadas.

Novamente, os clientes que ‘fazem’ a casa são por hábito indivíduos entre os vinte e os trinta e cinco anos que se deslocam em grupos de curta dimensão ou em pares. Os produtos disponibilizados para consumo sofrem uma inflação do preço à noite, indo desde bebidas frescas a quentes até produtos alimentícios ou refeições de confecção rápida e menos exigente na complexidade dos meios de produção.



Imagem 78

Legenda: Noites temáticas – jazz

Fonte: captação do autor (26/02/2012)



Imagem 79

Legenda: Noites temáticas – karaoke

Fonte: captação do autor (25/02/2012)

Apesar das graves condicionantes económicas derivadas da crise na qual a Europa se encontra imersa, resultante da crise mundial despoletada em 2008, a maioria dos proprietários mantém um discurso optimista e veicula que a perda de rendimentos nos seus negócios não tem sofrido um revés inquietante, embora seja verificável e sendo-lhe atribuída ênfase a partir de ano de 2011.

Estes meses são também o tempo por excelência para a prática de desportos como o *surf*<sup>70</sup>, *bodyboard*, *windsurf* e *kitesurf*, com a tónica a acentuar-se no primeiro, para as quais a Praia possui condições naturais ímpares. Na realidade, uma das

<sup>70</sup> Há que realçar que o *surf* é praticável, em potência, durante todo o ano, dada a existência na praia de corredores que lhe são exclusivamente dedicados e que se estendem do areal até mar adentro. Porém, a escassez de ondulação propícia à modalidade durante o Verão desencoraja os praticantes.

componentes identitárias da Praia de Carcavelos é a prática de *surf*. Trata-se da praia da Grande Lisboa (uma das duas NUTS III e Sub-Região da AML) onde mais se pratica esta modalidade, quer seja por lazer quer seja profissionalmente. Tal como indicámos, menos proeminentes mas igualmente práticas encontráveis temos o *bodyboard*, *windsurf* e *kite surf* (consultar, a título exemplificativo, as imagens 80 e 81). De entre estas últimas, as actividades concernentes à prática do *bodyboard* são, ainda assim, as mais constantes e mais continuadas nos diferentes períodos do ano.



Imagem 80

Legenda: Praticantes de *bodyboard*

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 81

Legenda: Praticantes de *windsurf*

Fonte: captação do autor (20/05/2011)

Encontramos inclusivamente na Praia, estabelecimentos dedicados ao ensino desta prática, ou seja, escolas de *surf* (conferir imagens 84 e 85) – o mesmo não se podendo afirmar para as outras modalidades que mencionámos, visto que não se encontram estabelecidas na praia quaisquer escolas que auxiliem na aprendizagem dessas práticas. O *surf* tem um índice de penetração de tal forma relevante que é necessário reconhecer uma subcultura *surfer* (Stranger, 2011) que tem o seu significado no seio da totalidade dos seus apropriantes (as imagens 82 e 83 elucidam

sobre a continuidade desta prática em momentos distintos do ano, se bem que reiteremos que na época balnear o uso da praia para este fim diminua de forma visível em relação àquelas que não coincidam com a balnear).



Imagem 82

Legenda: Praticantes de *surf* de idades diversificadas

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 83

Legenda: Praticante de *surf* no decurso da época balnear

Fonte: captação do autor (22/08/2012)





Imagem 84

Legenda: Painel junto a escola de *surf*

Fonte: captação do autor (17/03/2010)



Imagem 85

Legenda: Grupo de aprendizes de *surf*

Fonte: captação do autor (02/09/2012)

À excepção de eventos extraordinários como o “Cascais Surf à Noite”, ocorrido a 5 de Maio de 2012, e que reuniu profissionais, amadores ou simplesmente aficionados, atraindo inclusivamente a atenção dos *media* que estimaram a presença de dez mil indivíduos na praia (e.g., SICNotícias, 2012), o *surf* é uma prática vivida que depende da existência da iluminação natural. Dos dez – ou menos – aos quarenta – ou mais – anos, o *surf* conta com bastantes adeptos a praticá-lo e exige um reportório de equipamento básico que envolve a interacção de variados materiais como a prancha e conveniente capa, o fato térmico impermeável, *wax*<sup>71</sup>, *leash*<sup>72</sup> para impedir o afastamento da prancha no mar, entre muitos outros. Existe nas praias, incluindo a Praia de Carcavelos, uma rede de câmaras integradas na *Web*<sup>73</sup>, que permitem aos

<sup>71</sup> ‘Cera’ antiderrapante, à base de parafina, que se espalha pelo *deck* da prancha – a sua parte superior –, criando um efeito de atrito que permite ao surfista não escorregar no decurso da prática.

<sup>72</sup> Cordão, por regra em borracha, colocado no tornozelo do praticante e unido à prancha.

<sup>73</sup> Cujo alojamento é efectuado, funcionando igualmente num sistema de *streaming* síncrono, em <http://beachcam.sapo.pt>. Este *website* integrada também as redes sociais, como o Facebook, sob o endereço <https://www.facebook.com/beachcam?fref=ts>, em página aberta ao público em geral sem restrições merecedoras de registo.

surfistas consultar a qualquer momento e em tempo síncrono o estado do mar, de modo que lhes permite aferir se este se encontra ou não em boas condições tidas para a prática.



Imagem 86

Legenda: Cascais Surf à Noite 2012 (i)

Fonte: captação do autor (05/05/2012)

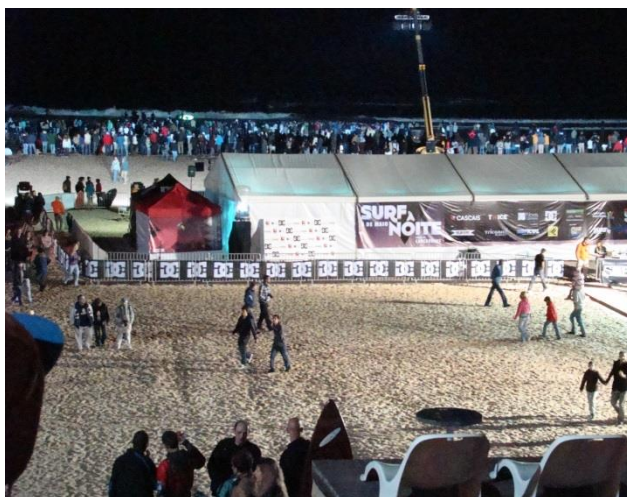


Imagem 87

Legenda: Cascais Surf à Noite 2012 (ii)

Fonte: captação do autor (05/05/2012)

Retomando o megaevento, recorrendo à proposição referida por George Ritzer sobre estes acontecimentos (Ritzer, 2005), a sua ocorrência foi de tal forma significativa e participada que se repetiu no ano seguinte uma nova edição. Desta forma, a 25 de Maio de 2013 retomou-se a iniciativa que desta feita, sustentada no sucesso – mediático inclusive – da primeira edição, alcançou mesmo a proeza de obter patrocínio de monta que passou a constar da nomenclatura do evento: “Moche Cascais Surf à Noite”. A adesão ao evento, desta feita, reuniu, segundo fontes de imprensa, sensivelmente quinze mil indivíduos. A praia de Carcavelos, entenda-se,



voltou a ser o território de acolhimento. Também em 2014, 03 de Maio, desta feita sob o rótulo “Cascais Surf à Noite Powered by Kia”.

Pertinente também é esclarecer por onde na praia se distribuía os indivíduos presentes. Tal concentração ocorre, então, na parte mais nascente da praia.



Imagem 88

Legenda: Cascais Surf à Noite 2012 (iii)

Fonte: captação do autor (05/05/2012)



Imagem 89

Legenda: Cascais Surf à Noite 2012 (iv)

Fonte: captação do autor (05/05/2012)

Parece-nos claro, no cômputo geral, que a construção da boa imagem da praia de Carcavelos, no espaço público comunicacional e por conseguinte nos esquemas mentais dos actores sociais em geral, colhe resultados do mediatismo que motivou e que lhe é imputado. Parece-nos igualmente claro que a expressividade sub-regional (NUTS III – Grande Lisboa) do acontecimento lhe merece, a esta escala, o epíteto conceptual de megaevento com o qual o adjectivámos e o retratámos.

Posto este fenómeno com ditame pontual, firme-se a ideia de que de facto a prática do surf na praia de Carcavelos implica regra geral que se reúnam condições naturais de luminosidade e do estado do mar que a ela se coadunem e coadjuvem.

### **3. Mobilidade Espacial. Transporte e Acessos.**

Esclarecemos no Ponto 6 do capítulo precedente o que entendemos por mobilidade. Será, portanto, seguindo essas considerações que iremos observar agora em caso concreto a relação entre mobilidade e o uso dos espaços na praia de Carcavelos. Assim, o que entendemos por mobilidade, e que se encontra-se já explanado no capítulo anterior. Pretendemos, todavia, explorar com outra profundidade neste ponto e neste capítulo o que encontramos relativo à mesma na Praia de Carcavelos. A postura etnográfica vincadamente marcante no que remete para o trajecto de investigação nesta praia tornou-se, inquestionavelmente, no mote para o entendimento de como se desenvolve a mobilidade humana espacial da e para a praia.

O enfoque sobre as questões da mobilidade será, aqui, mantido naqueles que entendemos como apropriantes que são utentes ou utilizadores da Praia de Carcavelos num senso lúdico do uso.

Um pouco por oposição ao utente em lazer estão os actores sociais, utentes cujo sentido de uso lúdico é mais esvaziado, que exercem a sua profissão nos lugares da Praia de Carcavelos e a abordagem a estes será apenas marginal e, por conseguinte, mais breve. Asserimos por oposição no sentido de que estes apropriam o espaço não por opção e escolha livremente deliberada, mas antes por constrangimento do seu laço laboral, o que os subtrai, se não em toda em significativa medida, da lógica e das práticas de lazer. Sabemos que os utentes desta praia são essencialmente provenientes de territórios da metrópole, onde, evidentemente, Cascais e Carcavelos se incluem – concorrendo a freguesia de Carcavelos amplamente no guarnecimento do seu universo.

A mobilidade, como vimos, implica um meio, o transporte, e vias de acesso facilitadas a esse meio. Nesta equação, a distância a percorrer é determinante para a opção do meio de transporte e das subsequentes vias de acesso passíveis de utilização por esse meio. Assim, pode sugerir-se que é possível a um utente residente<sup>74</sup> na freguesia de Carcavelos deslocar-se a pé desde a sua habitação até à praia. Por outro lado, não é crível ser habitual a mesma escolha de meio para um residente, *e.g.*, da cidade de Odivelas. A distância física a percorrer é racionalizada, tal como o meio, ou o conjunto de meios, para a suprimir. Assim, regressando ao residente em Carcavelos, poderá ser uma escolha racional a sua deslocação a pé até à praia, recorrendo ao equipamento disponível para percorrer essa distância nesses moldes. Embora nem sempre os acessos sejam os melhores, são suficientemente satisfatórios<sup>75</sup> para a deslocação por entre os diversos constructos, que tanto podem ser da ordem dos facilitadores como da dos dificultadores, que formatam a malha do tecido urbano.

As boas razões (Boudon, dir., 1995) que poderão ser evocadas por um determinado actor social para justificar a sua escolha são de ordem diversa. Poderão ter que ver com variáveis, cumuladas ou tidas individualmente, como a idade, o género, a hora do dia, as condições climatéricas, o cuidado de si, economicistas, o conforto, a relação distância-tempo, a percepção de segurança, tão simplesmente a disposição pessoal, entre outras mais que sem contrariedade de monta poderiam ser nomeadas e evocadas.

Para indivíduos, residentes na metrópole ou além dela, em que a distância a percorrer obste ou vete, seguindo princípios racionais presentes nos seus esquemas

---

<sup>74</sup> Nesta circunstância em particular, não se irá estabelecer uma rigorosa distinção entre os conceitos *residente* e *habitante*, pelo que se devem entender como sinónimos.

<sup>75</sup> No geral, pela observação directa e pelo uso de alguns percursos, é opinião de facto do investigador que os acessos pedonais da praia de Carcavelos até diferentes lugares da freguesia se pautam por uma qualidade boa. A mesma opinião foi consensualmente reunida dos discursos de diferentes actores sociais que se apropriam de territórios da praia, informações obtidas mediante o uso de técnicas mais intrusivas como a entrevista (incluindo entrevistas informais) ou mediante o resultado da sua postura etnográfica derivada da aplicação no terreno do *extend case method* que permitiu participar do vivido da praia.

mentais, o recurso à deslocação em molde pedonal, existe um considerável leque de opções, de meios e de acessos que os poderão colocar neste território em particular.

Neste caso, a mobilidade humana espacial pode ser plasmada daquela que identificámos no Ponto 6 do Capítulo precedente. Começando pelo acessos possibilitados pela estação de comboios da linha de Cascais, a mesma encontra-se a uma distância de 700 ou 800 metros, sensivelmente, da praia de Carcavelos. Tal distância, apesar de não ser assim tão insignificante, é facilmente percorrida a pé, especialmente quando as condições atmosféricas não são adversas e são-no maioritariamente durante a época balnear, mesmo tendo em consideração os indivíduos que transportam consigo material para a praia, incluindo aqueles destinados a desportos de mar. O meio de transporte ferroviário é o meio privilegiado por utentes menores de idade, não portadores de carta de condução, e por outros actores sociais oriundos de classe sociais menos privilegiadas para quem o uso do automóvel, caso o tenham, se pode assumir como uma despesa pouco sustentável. Como recolhemos em entrevista realizada, os utilizadores deste meio de transporte não são apenas oriundos da cidade de Lisboa, mas também de outros concelhos metropolitanos como a Amadora. A fim de sermos mais elucidativos deixamos aqui o excerto da entrevista que facilita a inteligibilidade:

*«Investigador – ... ou vêm de fora?»*

*Entrevistado – [...] Mas são tudo zonas de Amadoras, é tudo de Oeiras para lá. Isso eu garanto-lhe que sei. [...]»* (excerto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 04/05/2012)

No que remete ao acesso pela Avenida Marginal, é verificável *in situ* que a mesma estabelece fronteira com a praia de Carcavelos. A Avenida está presentemente

dotada, por um lado, de locais de estacionamento no limiar do paredão da praia, em betuminoso, e, por outro, em zonas de terra batida onde o espaço livre para estacionamento é francamente superior, suportando o parqueamento a centenas de veículos motorizados.

Já aqueles que optam por utilizar a A5 como via de transporte, encontram uma saída da dita auto-estrada identificada como «Carcavelos» e que, de automóvel, não dista muito da praia, recorrendo-se a vias municipais que a ela conduzem e que confluem na Avenida Marginal. Será portanto natural confirmar-se que a nível de parqueamento dos ditos veículos tudo se assemelha a quem utiliza como via de transporte preferencial a Marginal.

Actores sociais oriundos de outras vias rodoviárias provenientes de locais a norte ou a oeste de Carcavelos, embora as entradas a oeste sejam escassíssimas devido à singela fronteira que apenas mantém com Sintra, deparam-se com uma situação não muito diferente da mencionada no parágrafo anterior, já que usando outras vias municipais acabarão por confluir na Avenida Marginal, se não optarem por deixar o veículo mais distante, parqueado noutras vias rodoviárias municipais que, reitera-se, convergem na dita Avenida.

#### **4. Segurança e Sentimentos de (in)Segurança**

Neste ponto intenta-se explorar e determinar os mais relevantes factores que, agregados, concorrem para a construção social dos sentimentos de (in)segurança no imaginário dos mais diversos actores sociais envolvidos na apropriação territorial da Praia de Carcavelos. Indissociável deste sentimento é a maior ou menor eficácia da acção de instâncias de controlo social, sejam estas formais ou informais.

Considera-se o sentimento de segurança a percepção formada nos esquemas mentais dos actores sociais, num regime de generalidade, relativamente ao uso e à apropriação tidas como tranquilas e despreocupadas de um espaço ou lugar.

Naquilo que concerne às instâncias de controlo social propõe-se, como é regra ou tradição na arte, a sua divisão operacional em dois formatos: as que resultam da tida sobranceira autoridade do Estado e que se denominam por formais, e as que resultam do agenciamento social, controlando e condicionando fora e para além da esfera do direito do Estado o comportamento dos actores sociais, denominadas como instâncias informais (Dias & Andrade, 1997, pp. 355-372). Deste debate várias questões de relevo emergem, sendo a inquietação mais premente aquela que directamente remete para a questão, de cariz generalista, é a praia de Carcavelos segura? A resposta, previsivelmente, não pode ser como que estereotipada num simples ou mecânico sim ou não.

Como instâncias formais de controlo responsáveis pela segurança na praia devem-se considerar pelo menos os diversos agentes de polícia, tanto da Polícia de Segurança Pública (PSP) como da Polícia Marítima, elementos do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), membros do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e intervenientes da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e do Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC). Consideramos também as empresas privadas de segurança no mesmo âmbito, adiantando como justificação o facto de o Estado nelas delegar algumas das suas competências, nomeadamente em matéria de vigilância e até da aplicação ou exercício de algumas gradações de ‘violência’ que até recentemente se encontravam exclusivamente aceites às autoridades públicas como as polícias.

Realizaremos a nossa analítica sustentada na actuação das instâncias formais de controlo, deixando, por opção, de lado uma análise aprofundada das instâncias informais. Iniciamos as nossas considerações pelo ISN. Sobre o ISN podemos afirmar,

antes de mais, que se trata de um organismo do Estado, dependente da Marinha de Guerra portuguesa. Tem as suas origens como Real Instituto de Socorros a Náufragos, erigido por Carta de Lei em 1892, após insistência da então Rainha D. Amélia. Obtém a sua designação actual, caindo o ‘prefixo’ Real, após a implantação, no ano de 1910, da República (fontes: testemunhos privilegiados da Capitania do Porto de Cascais, da Capitania do Porto de Lisboa e sítio web do ISN). Integra-se na Direcção-Geral da Autoridade Marítima (artigo 8.º, 4, do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março), da Autoridade Marítima Nacional.

Posto isto, cremos necessário esclarecer como é definida a questão da segurança na praia por estes actores. Antes de mais é necessário conhecer o objectivo concreto desta instituição, como se formata e a quem, especificamente, se dirige a sua actividade de agenciamento de controlo.

A presença de elementos do ISN, como constatámos, é mais evidente mediante a visibilidade dos nadadores-salvadores, que se distribuem ao longo da praia. Antes de avançarmos mais, pretendemos esclarecer de forma clara e inequívoca dois aspectos. O primeiro leva-nos a asserir que a presença no terreno destes elementos não é exclusiva à praia de Carcavelos, sendo ao invés fenómeno transversal que se observa em todas as praias da Linha que anteriormente tivemos a oportunidade de elencar – todavia, destas não podemos considerar para este efeito duas praias tidas como não balneares pelo legislador, a praia dos Pescadores e a praia de Santa Marta, como compreenderemos já de seguida. O segundo concerne ao período de actividade destes elementos que, isentando circunstâncias excepcionais, se resume ao período em que decorre a época balnear.

Como tivemos ocasião de referenciar, em Cascais, incluindo evidentemente a praia de Carcavelos, a época balnear vem-se iniciando mais cedo do que na maioria das praias do país, estendendo-se a partir do ano de 2011 – inclusive – desde o primeiro dia do mês de Maio até ao último dia do mês de Setembro (excepto 2011, até 15 de Setembro – mesmo no ano de 2010 o período balnear foi mais extenso do que na maioria das praias do país, ocorrendo entre 15 de Maio e 15 de Setembro; é necessário recuar até 2009 para observarmos um alinhamento com a generalidade das

restantes praias do país, ocorrendo a época balnear entre 15 de Junho e 15 de Setembro)<sup>76</sup>.



Imagem 90

Legenda: Nadador-Salvador

Fonte: captação do autor

(22/08/2012)



Imagem 91

Legenda: Posto de observação junto ao mar

Fonte: captação do autor (08/07/2010)

Os nadadores-salvadores afectos à praia, antes de o serem, foram submetidos a diversas provas com o objectivo de os qualificar ou aferir das suas competências para o papel que se entende que devem desempenhar. Estas provas correspondem a uma formação acreditada pelo ISN de acordo com a legislação em vigor (Portugal, 2014, pp.

---

<sup>76</sup> Para além de estar presente nos editais das praias, esta informação pode ser observada em detalhe, e.g., nas portarias n.º 115/2012, n.º 178/2013 – época balnear de 1 de Maio a 30 de Setembro; na portaria n.º 493/2011 – época balnear de 1 de Maio a 15 de Setembro; na portaria n.º 267/2010 – de 15 de Maio a 15 de Setembro; na portaria n.º 579/2009 – época balnear de 15 de Junho a 15 de Setembro.



4557-4566) e que, em princípio, os qualifica como competentes para o exercício desta profissão.

Na vida de todos os dias, enquanto em função, compete a estes elementos cuidar antes de mais da integridade física e do bem-estar dos actores sociais que usam a praia e que realizam actividades relacionadas com o mar, desde os desportos nele praticados até ao mero banho efectuado pelos veraneantes. Enfim, e em síntese, cuidar pela sua segurança, particularmente na sua interacção com o mar. Compete-lhes informar, prevenir, socorrer e prestar suporte básico de vida em qualquer circunstância banhar e nas áreas concessionadas<sup>77</sup>. Como informação temos o exemplo da cor das bandeiras hasteadas nas praias e que indicam o estado do mar e a possibilidade de actividades permitida ou não aos banhistas. Como prevenção temos o exemplo do cuidado em não permitir a entrada no mar aos banhistas ou o estreitamento das suas actividades que no mesmo podem praticar, como o impedimento de nadar.

No sentido de cumprirem as obrigações adstritas ao desempenho das suas funções, os nadadores-salvadores socorrem-se igualmente de uma panóplia de meios que são colocados ao seu dispor. Antes de enunciarmos o equipamento mais utilizado pelos salvadores-nadadores nesta praia, pretendemos primeiro esclarecer que o mesmo deve trajar a rigor, utilizando um uniforme que os distingue dos demais apropriantes da praia. Na imagem número 90, presente na página anterior, podemos ver um nadador-salvador trajado em conformidade. Na mesma foto podemos igualmente observar algum equipamento com que regularmente os nadadores-salvadores se fazem acompanhar, como é o caso de uma bóia-torpedo e de um rádio de comunicações para que se possam manter em contacto mútuo em tempo real.

Em termos de equipamento outros objectos com que nos deparámos amiúde no decurso da nossa postura etnográfica incluem *kits* de primeiros-socorros, particularmente nos postos de observação distribuídos pela praia (Imagem 91), apitos,

---

<sup>77</sup> piscinas e outros locais onde ocorram práticas aquáticas com obrigatoriedade de vigilância estão também abrangidos pela actividade destes profissionais, porém estas situações não são aqui aplicáveis, excepto práticas aquáticas com obrigatoriedade de vigilância como ocorre nos eventos Cascais Surf à Noite.

pranchas, cintas de salvamento, bóia circular, barbatanas – igualmente designadas informalmente por pés de pato –, vara de salvamento e bandeiras de sinalização. Num registo mais pontual observámos motas de água e as chamadas embarcações ligeiras de salvamento.

Apesar do aparato que envolve toda a actividade de salvador-nadador, facto é, com excepção dos avisos aos banhistas por linguagem verbal, sonora – apitos –, e gestual para não se colocarem em perigo no mar, que não nos deparámos no nosso percurso investigativo *in situ* com nenhuma situação que apresentasse real perigo à integridade dos actores sociais que apropriam a praia. Tal deve-se não só a condições naturais com implicância no estado do mar, aparentemente mais calmo na época balnear, mas também à postura preventiva posta em acção pelo ISN e, dela derivada, do cumprimento por parte dos banhistas face às regras básicas de segurança.

No que remete para as forças policiais, é à PSP que é confiada a segurança e ordem pública. De facto, e em primeira análise, entendemos que deveria competir à Polícia Marítima esta tarefa. Porém, designadamente pela escassez de recursos humanos por parte da Polícia Marítima e ao extenso território sob a sua autoridade, é raro encontrarmos elementos desta força policial afecta à Capitania do Porto de Cascais, sendo a sua autoridade no local delegada à PSP.

Os elementos policiais surgem à vista desarmada por regra em número de dois, evitando a utilização de elementos isolados – patrulha unitária – que se entendem como padecendo de uma maior vulnerabilidade perante eventual ameaça, com excepção encontrada em circunstância a que adiante iremos dirigir a nossa atenção.

Analisemos e atentemos agora um pouco à figura dos actores sociais agentes da PSP com que nos cruzamos no quotidiano vivido das praias de Cascais, muito em particular na de Carcavelos. Estes agentes da PSP são em número acentuadamente muito mais visíveis no sexo masculino do que no feminino, discrepância que é indiscutível pelo que nos é dado à observação. Quanto à idade, os agentes que

patrulham a praia encontram-se no escalão etário de jovens adultos. Encontram-se equipados com um manancial de instrumentos próprios à actividade e usufruem de uma diversidade de meios de deslocação – motos, carros, bicicletas... – para além da pedonal, adaptados a diferentes tipos de mobilidades e distintos na sua aparência dos considerados meios de locomoção civis.

Sobre o equipamento que transportam individualmente: primeiro, constata-se pela simples observação, o uso de uniforme em conformidade que os distingue dos demais cidadãos e que reforça o seu estatuto; porte de arma de fogo<sup>78</sup>, em coldre à cintura, na sua grande maioria pistolas semi-automáticas Glock 19 de 9x19mm, não sendo já fácil encontrar nem identificar as até há relativamente pouco tempo ‘tradicionais’ e envelhecidas, não confiáveis e obsoletas Walther PP de calibre inferior, 7.65x17mm – será, eventualmente, de todo o equipamento regular que observámos aquele que detêm maior poder dissuasor perante a intenção de práticas rotuladas criminosas, como também é, constatámo-lo mediante entrevistas informais, a «*última rácio de um polícia*»<sup>79</sup>; ainda referente à arma de fogo, estes elementos das forças policiais fazem-se acompanhar por carregadores adicionais – costumeira porém não obrigatoriamente, dois – a complementar aquele que já se encontra no interior do punho da pistola, fomentando o seu carácter dissuasor mediante a possibilidade do uso acrescido de munição que se consubstancia na possibilidade de manter continuado o uso de força «*extremo*»<sup>80</sup>; por vezes, e regularmente também à cintura, é visível um aerossol de gás pimenta, com efeito incapacitante ainda que – o mais relevante e que os torna tão populares no seio destas forças – não letal; instrumento

---

<sup>78</sup> O recurso e uso da arma de fogo pelas forças policiais encontra-se legislado conforme explicita o Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de Novembro.

<sup>79</sup> Embora tenhamos colocado a afirmação como citação, entre as devidas aspas, socorremo-nos do que apontámos no nosso caderno de campo relativamente à informação colhida mediante entrevista informal (14/08/2010). Apoiamo-nos também no testemunho privilegiado (recolhido a 21/01/2014) de um elemento da Unidade Especial de Polícia que nos escusamos a identificar, já que se considera que a exposição seria contraproducente.

Aproveitamos o momento para acrescentar que embora contactada esta autoridade, a PSP ou elementos desta força policial tutelada pelo MAI, não conseguimos realizar entrevistas num registo formal, conforme o considerámos no capítulo metodológico.

<sup>80</sup> Tal como a nota anterior, o uso continuado de força extrema foi expressão obtida por entrevista informal, cujos conteúdos plasmámos, com o cuidado de evitar distorções, em caderno de campo.

de comunicação, nomeadamente rádio transmissor/emissor portátil; neste retrato não podíamos omitir as algemas, em material metálico – por vezes complementadas por ‘algemas’ em material plástico resistente – cujo uso tem por objectivo limitar a capacidade de acção e reacção daquele a quem foram aplicadas face à autoridade, seja ou não este detido num regime mais prolongado ou, de outro modo, oficialmente colocado sob custódia.

O que descrevemos nos parágrafos precedentes consubstancia a imagem comum do agente policial afecto à PSP passível de ser encontrado e identificado no redor da praia. Todavia, a acção da PSP e a sua presença na praia de Carcavelos não se esgota por aqui. Em número inapelavelmente inferior deparámo-nos com outra tipologia de agentes e de outro meio de procedimento. Referimo-nos a agentes que, estando em serviço, não se encontram fardado, usando vulgares roupas de ‘civil’ que lhe possibilitam assim ‘controlar’ sem ser manifestamente identificado como polícia – repercute-se aqui, em certa medida, o que Foucault denominou efeito de panóptico (Foucault, 1999) sendo que na circunstância em particular quem é observado não tem a certa percepção de que o está ou não a ser, pendendo-se, novamente nesta circunstância particular, para a intenção e obtenção do resultado onde quem é observado não tem conhecimento do facto.



Imagem 92

Legenda: Motorizadas da PSP no paredão

Fonte: captação do autor (14/08/2010)



Imagem 93

Legenda: Dois agentes da PSP no paredão

Fonte: captação do autor (14/08/2010)

Tomámos primeiramente conhecimento de elementos policiais trajados à ‘civil’ a ‘patrulhar’ a praia no decurso de uma entrevista formal que conduzíamos a um proprietário de um restaurante-bar. Tal acontecimento ocorreu de forma tão inesperada quanto espontânea. Até então, não suspeitáramos nem levantáramos sequer a hipótese de na praia poderem igualmente ser encontrados polícias no vulgo ditos ‘à paisana’. A nossa asserção indicia, pelo menos, que o mesmo entendimento se mantenha velado (numa acepção similar ao véu de ignorância que encontramos em Rawls, 2001, pp. 33-37) numa extensão comum à percepção dos apropriantes da praia em geral – com as excepções que, como habitual, fazem a regra.

Sintetize-se, contudo, que na nossa trajectória empírica prevaleceu a figura, em sentido lato, do agente fardado desde o princípio da mesma até a termos considerado terminada, sendo a situação do agente ‘à paisana’ mais ditada pelo acontecimento extraordinário. Ainda assim, mesmo que a priori não tivéssemos consciência do facto, cruzámo-nos com elementos da PSP trajados à civil enquanto aplicávamos uma

entrevista a um proprietário de um restaurante-bar, que foi brevemente interrompida quando o entrevistado se levantou para cumprimentar um indivíduo que, veio a dizê-lo após se retomar a entrevista, ser um elemento da PSP no pleno das suas funções policiais estando, contudo, desprovido do uniforme tido por regulamentar (entrevista aplicada a proprietário de restaurante-bar, 04/05/2012). Continuou o entrevistado por afirmar que os agentes policiais trajados à civil começaram a estar mais presentes na praia após o afamado fenómeno do arrastão e que a sua principal tarefa durante o patrulhamento ‘furtivo’ é a de identificar situações que possam ser consideradas de perigo para a ordem pública, actuando, se as mesmas acontecerem, em conformidade<sup>81</sup>.

Quanto à Polícia Marítima, deve dizer-se que a sua presença foi praticamente invisível com excepção a remeter para os megaeventos ou eventos extraordinários. Um desses eventos, que terá reunido cerca de dez mil pessoas na praia e espaços imediatamente envolventes, foi o denominado Cascais Surf à Noite – decorrido no dia 05 de Maio de 2012, como fizemos já menção – no qual pudemos igualmente constatar a presença de meios da Protecção Civil afecta ao município de Cascais (as imagens 94 e 95 são exemplificativas e demonstrativas dessa mesma presença).

---

<sup>81</sup> É de notar que as informações que aqui colocamos foram retiradas do nosso diário de bordo, onde as registámos, visto que durante os momentos em que o entrevistado se ausentou a gravação de voz havia sido colocada em pausa.



Imagem 94

Legenda: Elementos da Polícia Marítima por entre a multidão (evento Cascais Surf à Noite)

Fonte: captação do autor (05/05/2012)



Imagem 95

Legenda: Dispositivo da Protecção Civil Municipal (evento Cascais Surf à Noite)

Fonte: captação do autor (05/05/2012)

A invisibilidade da presença de elementos da Polícia Marítima nesta praia, como aliás nas demais praias da Linha conforme constatámos em diversas circunstâncias distribuídas por diferentes períodos do ano, deve-se, segundo as próprias palavras colhidas junto da Capitania do Porto de Cascais, à falta de efectivos e de meios logísticos adequados em número suficiente para que possa ser assegurado o patrulhamento das praias por agentes pertencentes à Polícia Marítima (informação recolhida mediante entrevista semi-estruturada aplicada na Capitania do Porto de Cascais em 15/05/2011).

Em termos de segurança, e dos sentimentos da mesma, na praia de Carcavelos, estamos firmemente convictos de que a mesma não apresenta riscos que sejam significativos aos actores sociais que dela se apropriam. Ao longo do nosso percurso etnográfico em Carcavelos e mediante a informação recolhida através de entrevistas, formais e informais, a diversos agentes sociais presentes na praia, incluindo utentes e

proprietários de estabelecimentos comerciais, não nos deparámos com circunstâncias de manifesta insegurança nem com qualquer tentativa que colocasse em risco a integridade física dos apropriantes. Nesse sentido, iremos apresentar alguns excertos de entrevistas semi-estruturadas aplicadas a alguns proprietários de restaurantes-bar, que confluem no sentido da nossa opinião.

*«Entrevistado – [...] Eu também julgava que havia muitos problemas, depois quando vim para cá não tem nada a ver. Eu pelo menos aqui nesta zona da praia em que o areal é mais extenso eu tenho muitos poucos problemas. Mas sei que nas pontas, especialmente ali no Estrela do Mar, eles têm mais problemas porque a praia é curta, há muita gente e está mais perto ali do comboio, da estação do comboio, então tem uma afluência muito maior e eles às vezes têm alguns problemas. Mas aqui pelo menos, aqui nunca tive muitos problemas.*

*Investigador – Em termos de segurança, uma pessoa sente-se segura aqui ou...*

*E – Sim, não tem havido... desde que está o estacionamento cimentado aqui em cima, até os próprios arrumadores que estão em cima são os mesmos, e eles acabam por...*

*I – Fazer um controlo informal?*

*E – É. Eles controlam muito bem. Não tem havido assaltos nenhuns aqui em cima. Ali o estacionamento para trás, de terra, às vezes há lá problemas.*

*I – E nas passagens subterrâneas?*

*E – Isso já não sei. Pelo menos ultimamente não tem havido problemas.*

*I – Não tem havido quer dizer, se não tem ouvido...*



*E – E aí nos dias de maior afluência aparece aí a Polícia de Intervenção, eles têm estado aí porque a Polícia Marítima não dá vazão, são muito poucos, mas eles têm estado em comunicação com a PSP e a PSP é que tem feito aqui a segurança. Normalmente todos os fins-de-semana está aí a Polícia de Intervenção e isso tem funcionado. [...]»*  
(entrevista aplicada a proprietário de um restaurante bar, 25/05/2011).

Outro proprietário de um restaurante-bar indicou-nos o seguinte:

*«Investigador – [...] Há mais condições, Carcavelos está mais segura?*

*Entrevistado – Há um bocadinho mais. Está mais seguro. Está, está bem mais seguro. Isto na altura era ferro e fogo. Não tem a noção do que é que era isto. Ninguém tem a noção. Só quem frequentava isto e viu as histórias esporádicas acontecerem.*

*I – Este tipo de acontecimentos era mais tipo nas pontas da praia, qualquer sítio...*

*E – Na altura, na altura era mais aqui.*

*I – Era aqui mesmo junto ao...*

*E – Era aqui, porque havia a bola da Nívea, era o sítio de marcação deles. Depois eu vim a saber que a bola da Nívea só estava aqui porque... se nós autorizássemos. Entretanto eu estava aqui já há dez anos a explorar isto e não sabia que tinha que autorizar aqui a bola de Nívea. Mal soube disso mandei uma carta para a Capitania e disse que não queria aqui a bola de Nívea. Depois a empresa veio ter comigo a perguntar para nós autorizarmos, porque ouviu dizer que nós não queríamos aqui. E sabe o que é que eles davam em troca para nós termos aqui a bola de Nívea? Quatro t-shirts, uns calções e um apito,*

*que era o equipamento do nadador salvador. Não gozem com a minha cara. É ridículo. Andaram dez anos às nossas costas, a aproveitarem-se do espaço sem pagar um tostão. Depois queriam-nos dar uns calções. Isto é... Depois entretanto começaram... É pá, depois entretanto nós aqui também começámos a aumentar preços, a ter mesas por reserva para os almoços e não sei quê, é pá, e conseguimos... [...]*

*I – Os parques de estacionamento, lá está, dizia que a luz faz toda a diferença...*

*E – Toda a diferença.*

*I - ... lá atrás, os novos, os mais recentes...*

*E – Lá atrás não está iluminado. Ninguém quer meter lá o carro. Depois as pessoas quando não têm lugar aqui vão-se embora. Mas mesmo assim, de vez em quando, os carros são assaltados aqui. De vez em quando. Muito de dia.*

*I – Havia arrumadores. Agora também já não os vejo.*

*E – Mais de Verão. Nos fins-de-semana de Inverno também estão. Quando está sol, quando está bom tempo eles vêm para aqui. Quando está frio não compensa eles estarem aqui ao frio, não sei.*

*I – Mas não são causa para problemas aqui?*

*E – Os arrumadores? Não, não. Os arrumadores, até os arrumadores aqui são seleccionados. Eu quando vejo arrumadores aqui a persuadir os clientes ‘tu, a próxima vez que te vir aqui, vou chamar a polícia, portanto tu aqui’, e depois há outro ‘é pá, oh, este gajo aqui tem a mania de pressionar as pessoas’, ‘rapaz, tu aqui vieste bater à porta errada, neste estacionamento ou te portas como gente civilizada... se o cliente não quiser dar, tu não chateias a pessoa; e riscar o carro estás-te a meter num problema, nunca mais o resolves.’*

*I – Os arrumadores aqui são uma fonte de segurança?*

*E – Exactamente, exactamente. Completamente. Inclusive os arrumadores ‘vocês qualquer dia têm que nos dar mas é uma camisola do Windsurf Café’, eu disse ‘Nã... Uma camisola do Windsurf Café é como uma boina nas tropas especiais: custa muito a conquistar.’*

*I – É uma questão de imagem.*

*E – E depois, às tantas, eles começam... imagine amanhã eles arranjam um problema e está associado directamente a nós e nós não o queremos. Mas o que é certo é que os arrumadores que vêm aqui são sempre os mesmos, são dois rapazes negros e depois aparecem mais dois brancos, que nem é tanto a nossa onda, esses dois negros são impecáveis, os outros nem tanto, são mais chatos, um deles é mais dependente de drogas e às vezes está com os copos aí, arranja mais problemas e esse já o avisei duas vezes, portanto esse vem poucas vezes. Os outros dois, esses dois rapazes negros, pagam o preço de custo. Eles uma... o que eles quiserem cá beber pagam cinquenta cêntimos.*

*I – É uma forma de incentivar...*

*E – Exactamente, exactamente. Olhe, foi isso que começámos a fazer há uns tempos quando vimos que eles eram pessoas direitas. Disse ‘olha, se te continuares a portar com juízo, uma cerveja de vez em quando, uns sumos, pagas a preço de custo.’ Eles vêm aqui e trocam moedas, às vezes vêm e, olha, eles começam-se a sentir apoiados e apoiam-nos também. [...]» (entrevista aplicada a proprietário de restaurante-bar, 04/05/2012).*

#### 4.1 A Construção Social de um Fenómeno: O Arrastão na Praia de Carcavelos

Estamos perfeitamente cientes e elucidados que falar de investigação sociológica na praia de Carcavelos, enfatizando as construções e as percepções de (in)segurança sobre esta, implica desde o primeiro instante a incontornável expectativa da abordagem da temática do fenómeno do arrastão – ou ausência de arrastão – ocorrido, na afirmativa ou infirmado, a 10 de Junho de 2005. Apesar, ou exactamente por causa, de toda a celeuma que envolve este episódio, contado e recontado ‘ene’ vezes, com informação, contra-informação e não menos desinformação veiculada tanto pelos *media* como por um incontável número de actores sociais, decidimos incorrer na árdua tarefa de, por mote próprio e com recursos limitados, sujeitar o facto à análise sociológica num momento em que volvidos estão um significativo número de anos.

Com a finalidade de melhor colocar à compreensão este fenómeno que de célere tomou de ‘assalto’ os esquemas mentais dos actores sociais a uma escala nacional, entendemos que nos competia buscar e desvendar um pouco da génese relativa aos fenómenos de arrastão de praia em contexto urbano.

A 18 de Outubro de 1992 as praias cariocas do Leblon, Ipanema, Arpoador e Copacabana são palco de um episódio de violência consubstanciada em roubos e atentados à integridade física, fenómeno fundamentalmente perpetrado por grupos de jovens mais ou menos organizados (Farias, 2000, p. 140; Francisco, 2003), que obtém cobertura por diversas entidades dos *media* que se encontravam no local em busca de matéria passível de interesse para publicação ou televisionamento. Acontecimentos como este não eram propriamente novidade nas praias do Rio de Janeiro nem noutras que do Brasil, sendo que começaram a ganhar uma expressão nos

anos 80 que se firmaria na década de 90 do século passado. A esta prática, que depressa se tornou em fenómeno com evidente visibilidade social e com significativo impacto na consciência pública em geral, ficou associada o termo *arrastão*.

O que é afinal, de modo preciso e inteligível, um *arrastão*? E em que medida pode ou não este conceito ser transposto para o real vivido no contexto português? Recorrendo à metáfora da actividade pesqueira com a mesma designação, na qual uma rede disposta por uma embarcação angaria o peixe que se encontra no trajecto que a traineira percorre, o mesmo sucede neste fenómeno social. À rede substitui-se um ou vários grupos de *meliantes* que se movimentam à largura da praia, tomando de assalto os veraneantes e os seus pertences, recorrendo, se necessário ou caso encontrem resistência que lhes pareça subjugável ou não o suficientemente intimidatória, à violência física. Os *meliantes*, como os designámos, são regra geral indivíduos provenientes de segmentos de classe desfavorecidos e, quanto à faixa etária, jovens na adolescência – pese embora não sejam de desconsiderar, na circunstância, os jovens adultos.

O que de facto ocorreu no dia 10 de Junho de 2005 na Praia de Carcavelos constitui matéria de debate e de opinião a um rol imenso de actores sociais. Ainda hoje, bastando uma pesquisa apressada, encontramos na *internet*, mediante o auxílio de motores de busca, um infindável conjunto de narrativas suportadas ou não por elementos multimédia onde é virtualmente impossível descobrir um fio condutor ou discursividade coerentes. Embora o ‘consenso’ oficial aponte para a negação da existência do fenómeno como originalmente noticiado, *arrastão*, deparamo-nos com uma panóplia de opiniões, no mesmo sentido ou inverso ao do discurso oficial, onde amiúde se pode asserir que ‘cada cabeça, sua sentença’.



Imagem 96

Legenda: Imagem captada data 'arrastão'

Fonte: Jornal Público (10/06/2005)



Imagem 97

Legenda: UEP, dissuasão dos 'riscos'

Fonte: Jornal Público (17/06/2005)

Já uma década volvida, este acontecimento interessa-nos pelos mais variados motivos, que explanaremos, e julgamos útil observá-lo mais uma vez à luz da investigação sociológica. Encontramo-nos, contudo, cientes da exiguidade dos nossos recursos que certamente, independentemente dos nossos esforços, redundarão numa análise mais breve que a merecida e, por isso, não tão rica em resultados tal como gostaríamos.

A fim de tecermos as considerações possíveis sobre o 'arrastão de Carcavelos', recorreremos a entrevistas, formais e informais, com uma diversidade de actores sociais. Em primeiro lugar, engajámos esforços em recolher discursos junto de actores que estivessem estado presentes na praia durante a circunstância ocorrida – ou não – e que pudessem ter de facto testemunhado em primeira mão o que havia sucedido na praia. Projectámos, neste momento, a nossa atenção sobre os proprietários, e seus funcionários, dos estabelecimentos comerciais cuja frente se dirige para o areal. Em segundo, com elementos das forças de segurança, nomeadamente agentes da PSP. Por fim, com elementos do ISN, nadadores-salvadores. Sabíamos de antemão da quase

impossibilidade de entrevistar veraneantes que eventualmente estivessem a apropriar espaços da praia aquando do dia 10 de Junho de 2005. Ainda assim, informalmente mantivemo-nos atentos aos seus discursos na expectativa, que culminou vã, de escutar palavras movidas por essa temática.

Recorremos, no mesmo sentido, à análise de variadas fontes documentais que se debruçam sobre o ‘arrastão de Carcavelos’. Destacamos de entre elas artigos patentes nos *media* escritos – Público, Diário de Notícias, Correio da Manhã, A Capital, Expresso – e disponíveis *online*; a vídeo-reportagem conduzida pela jornalista Diana Andringa, intitulada “Era uma vez um arrastão” (Andringa, 2005a; 2005b, 2005c; 2005d); ao tópico dedicado ao tema pela também jornalista Susana André em “Mitos urbanos e boatos” (André, 2010, pp. 130-132); e o artigo científico de Gonçalo Pereira Rosa, intitulado “O ‘arrastão’ de Carcavelos como onda noticiosa” (Rosa, 2011, pp. 115-135).

Na sua vídeo-reportagem exclusivamente dedicada a «um arrastão que nunca foi<sup>82</sup>» (Andringa, 2005a), Diana Andringa coloca em evidência a informação veiculada pelos *media* audiovisuais, RTP1, SIC e TVI, nos telejornais de 10 de Junho de 2005. É assim iniciada, por montagem exclusivamente imputável à jornalista, a sua vídeo-reportagem:

---

<sup>82</sup> Esta peça, que indicia ambicionar visibilidade internacional, encontra-se integralmente legendada em inglês. A expressão que aqui mencionamos e que encaminhámos para esta nota, que remete para o título da peça, não consta na intitulação expressa em português – “Era uma vez um arrastão” – mas sim na sua tradução para a língua inglesa na qual se lê «*The beach rampage that never was*». De forma a destacar a dissonância entre a intitulação em português e a inglesa, optámos por traduzir a versão inglesa do título da forma e na terminologia que consideramos serem as mais correctas e plasmá-la no texto. A discrepância é no nosso entender significativa, merecendo em nosso entender esta nota de esclarecimento, visto que o significado veiculado é inquinado, adulterados que ficam mensagem e sentidos; acrescente-se que não é por isso garantido qualquer princípio de imparcialidade, particularmente para quem só uma das línguas seja inteligível.

## RTP1

*«A praia mais frequentada do país estava repleta com milhares de banhistas. Ao princípio da tarde, grupos de 30 a 50 jovens, em simultâneo e de uma forma aparentemente organizada, desataram a assaltar e a agredir os banhistas em diversos locais da praia.» (Andringa, 2005a)*

## SIC

*«“Uma cena de filme”: foi assim que uma testemunha descreveu o que se passou esta tarde na praia de Carcavelos, no concelho de Cascais. Um grupo de cerca de 500 jovens, entre os 12 e os 20 anos, invadiu o areal no início da tarde, agredindo e roubando os banhistas.» (Andringa, 2005a)*

## TVI

*«Tarde de terror e pânico em Carcavelos. Centenas de jovens atacaram em grupo e roubaram tudo aos banhistas que estavam na praia. A violência do ataque é visível nestas fotografias. Agindo como um bando organizado, os jovens cercavam os banhistas e roubavam tudo o que podiam. Em caso de resistência, agrediam e ameaçavam com armas brancas. À passagem do grupo seguiam-se momentos de pânico. Os jovens atacavam rapidamente e seguiam para outra zona da praia.» (Andringa, 2005a)*

Antes de prosseguirmos para conclusões, pretendemos desde já realizar a primeira anotação analítica. No excerto do texto transcrito mediante o visionamento das imagens televisivas transmitidas pela estação televisiva TVI, lê-se «A violência do



*ataque é visível nestas fotografias*». A fotografia sabe-se ser uma captação estática de um momento do real vivido, um instantâneo que captura aquele e só aquele momento do quotidiano, e ainda assim numa completude imperfeita. As fotografias ostentadas neste telejornal da TVI são utilizadas como fonte para transmitir e assegurar uma mensagem, que é a da violência do ataque. Ora, temos por nossa obrigação, enquanto sociólogos, desconstruir o código e o discurso empregues na estação emissora e reconstruí-los aplicando a cientificidade que a disciplina sociológica proporciona.

Nesse sentido, a observação crítica das imagens que servem de sustentáculo à mensagem veiculada implica inequivocamente que tenhamos um conjunto de considerações. Desta forma, e logo num primeiro momento, a baixa resolução ou pelo menos a deficiente qualidade inviabilizam uma leitura mais cristalina dos momentos captados ao real. A esta imparidade adiciona-se o facto da imagem estática não conseguir capacitar uma devida inteligibilidade concernente à dinâmica do quotidiano vivido, *i.e.*, a ‘acção’ sempre continuada da realidade vivida não pode por ela ser traduzida apartada de ruído, particularmente quando o que é captado o é de forma estática e a partir de um determinado ângulo de observação que pode enviesar a percepção e o entendimento daquilo que realmente foi o factual (*cf.*, a título de exemplo, a Imagem 96). Enfim, daqui só podemos concluir que as imagens apresentadas e veiculadas ao público em geral são inconclusivas e que nada provam ou esclarecem.

Posto o que explanámos, carece ainda elaborar-se uma síntese reflexiva sobre a veracidade ou não do fenómeno. Para tal iremos considerar os vários mecanismos e indicadores de que podemos dispor.

Comecemos pela vídeo-reportagem de Andringa. Constatamos que a mesma não é cronologicamente sequencial no que remete para o sucedido, tal devendo-se certamente a questões de opção editorial do vídeo. Logo, deparamo-nos aqui desde já com uma (re)construção da realidade social. Não cremos de forma alguma que a escolha das imagens e outros integrantes que compõem esta vídeo-reportagem,

apresentada por nós em quatro partes que somadas consubstanciam o todo (Andringa, 2005a; 2005b, 2005c; 2005d), não foram inocentes mas sujeitas a critérios subjectivos de edição. É-nos dado à inteligibilidade a interpretação e a manipulação editorial associadas à idiossincrasia da responsável por essa mesma vídeo-reportagem. Julgamos ainda, por outros, embora exíguos, elementos que recolhemos, ser parcial o ponto de vista veiculado pela jornalista referida. Trata-se de uma narrativa, de uma reconstrução do real e não de uma transposição do mesmo, com níveis de distanciamento e imparcialidade que ponderamos como incontornáveis, para o público. Consideramos, portanto, esta vídeo-reportagem enquadrável na categoria dos fazedores de opinião pública, jamais como um relato o mais imparcial possível do facto que terá ou não – não, segundo a autora – ocorrido.

Complicando ainda mais a questão, à ‘mera’ problemática concernente à informação das massas adicionamos a politização que extrapolou para a consideração do fenómeno. Ao invés da atenção ser dirigida ao seu carácter anómico e, por tal, embargador da normatividade societal regular, em determinado momento o fenómeno do eventual arrastão tomou na praça pública um papel onde alguma esquerda apelidada como radical (Bloco de Esquerda) e extrema direita (Partido Nacional Renovador) dirimiam argumentos antagónicos em tom acusatório, renegando o eventual acontecimento para um plano secundário. Parte dessa discussão encontra-se presente na peça de Diana Andringa. Ela própria surge colada à situação de simpatizante do Bloco de Esquerda, partido pelo qual foi candidata à CML (Bloco de Esquerda, 2013) e à Assembleia da República pelo círculo de Lisboa (Bloco de Esquerda, 2009b), tendo ainda participado em diversos debates de esclarecimento sob a alçada do Bloco de Esquerda, entre os quais sobre políticas culturais, mesa composta também por João Teixeira Lopes, Bruno Cabral e Catarina Martins, moderada por José Soeiro (Bloco de Esquerda, 2009a), e sobre a temática do ‘arrastão’ (Bloco de Esquerda, 2007).

Consideramos igualmente estranho que o comentador convidado por Andringa para se pronunciar sobre o acontecimento ou não do arrastão, na qualidade de

antropólogo e portanto de cientista social, tenha sido Miguel Vale de Almeida. É sabido, espólio do conhecimento público, que o comentador é um ex-Bloquista e que foi deputado à Assembleia da República pelo Partido Socialista, onde demonstrou ser simpatizante da sua ala mais à esquerda, sendo igualmente activista de causas LGBT pelas quais participou activamente inclusive no envolvimento e aprovação da Lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Mais uma vez, cremos que o princípio da imparcialidade é colocado em causa por este estancamento de espectro político. O discurso pretensiosamente analítico do comentador não nos causa, assim, qualquer espanto. Alinha pela mesma batuta do Bloco de Esquerda, começando por questionar a veracidade ou não do arrastão, tendendo aos poucos até o fazer manifestamente para a sua negação. Argumenta que a responsabilidade do mediatismo que o fenómeno auferiu se deveu em grande medida aos *media*, que diz terem desrespeitado e traído a confiança de quem deles se serve no sentido de se informar, visto que esses *media* terão sido, nas suas palavras, manipuladores e preconceituosos, acusando-os ainda de imprecisão factual face ao noticiado (Andringa, 2005c).

Também relevador da idiosincrasia deste vídeo, ou conjunto de vídeos tal como os apresentamos, é o tema musical que acompanha os créditos finais. Este tema é indubitavelmente crítico face ao dito sensacionalismo veiculado pelos meios de informação, e não só, e na letra do tema escutam-se palavras e expressões como ‘manipulação’, ‘propaganda’, ‘estigmatização’, ‘o povo acredita na mentira’, ‘como sempre africanos viraram machete de notícia’, ‘o racismo estava escondido’, entre outras. Não inocentemente, o tema é cantado por elementos de etnia africana a um ritmo *hip-hop* (Andringa, 2005d).

Assim, enquanto o Bloco de Esquerda dirigia o seu discurso num tom que se diria conciliador como igualmente de tolerância face às minorias que considerava injustiçadas, a extrema direita orientava o seu discurso para a securização dos que, no seu entender, são realmente portugueses e discriminando as minorias étnicas às quais atribui a responsabilidade da insegurança vivida, apelando inclusivamente a duvidosos mecanismos legais de repatriamento de elementos dessas comunidades. Esta última

visão, nacionalista e popularista, encontrou algum eco em indivíduos que repetiam o discurso que sustenta «se cá não estão bem, que voltem para a terra deles» (Andringa, 2005a). O facto do eventual arrastão ter ocorrido no dia de Portugal coincidiu com manifestações organizadas pelo Partido Nacional Renovador e outra extrema direita portuguesa, oferecendo assim maior visibilidade aos elementos participantes na manifestação e, nessa medida, potenciando a sua voz nos *media* (Andringa, 2005b).

A estes factores de cristação ideológica e política, a ambiguidade com que os decisores políticos, quer a nível nacional, quer a nível local, encararam este fenómeno em nada ajuda a esclarecer o facto de ter existido ou não o tal arrastão de 10 de Junho de 2005. Nesse mesmo dia, em entrevista a um canal televisivo, o então presidente da CMC afirmava «*Não é inédito. Efectivamente, já ocorreram nas praias de Cascais incidentes deste tipo [...]*» (Andringa, 2005a). Prosseguindo, António Capucho sustenta o pedido de audiência ao Ministro da Administração Interna à data, posto que argumentava que a polícia de Cascais só consegue agir por reacção sendo incapaz de agir no seio de um modelo preventivo. Todavia, o *day after*, na ressaca dos primeiros dias do dito (não)acontecimento, traz consigo uma inversão do discurso: responsáveis da PSP e do Governo da República desmentem a ocorrência do arrastão, maioritariamente seis dias após o suposto acontecimento, mensagem que é veiculada pelos *media* e assumida como nova verdade ou, possivelmente, como a reposição da verdade.

Da parte da PSP, o Comandante da Região Metropolitana da PSP, Oliveira Pereira, quando questionado em sede de entrevista sobre o que de facto sucedeu em Carcavelos afirma ter-se tratado de um desentendimento entre casais, por um lado, e de uma tentativa de furto – é importante notar-se que não é de roubo – a um cidadão, por outro lado. Antes de prosseguirmos com as restantes palavras do Comandante, que como veremos carecem que alguma coerência, questionamos o porquê de todo o aparato policial para duas ocorrências menores. Para que a normalidade, a ordem em termos uma linguagem mais querida a Foucault, se mantivesse inalterada e em conformidade? Prossigamos com o resultado à entrevista ao Comandante, o que irá,

presume-se, justificar o tal aparato. Prossegue então Oliveira Pereira contando que tudo isto – só duas ocorrências podem ser vistas como um «tudo isto»? – numa praia onde estavam cerca de 15.000 pessoas e que terá sido isso a criar a sensação da alteração da ordem pública grave, sustenta. Por nosso lado, sustentamos ter observado a praia com uma carga semelhante em diversas ocasiões no decorrer do nosso percurso etnográfico e nunca encontrámos indício de que essa carga fosse causa *per si* de um sentimento da alteração da ordem pública. As nossas palavras ganham tanto mais credibilidade, quanto este fenómeno não voltou a ocorrer no tempo futuro e igualmente porque não há conhecimento de fenómenos semelhantes no passado, sendo que certamente a praia já terá atingido, em particular no pico da época balnear, a carga de utentes referida pelo Comandante. Devido a isso, explica na entrevista referindo-se ao grave sentimento de alteração da ordem pública, as pessoas começaram a fugir e houve um grupo de cerca de 30 pessoas, que aproveitando-se da situação da alteração da ordem pública, tentaram furtar e roubar nalguns casos, recorrendo a alguma violência. Em primeiro lugar, é nossa obrigação ver que aqui já passamos de uma situação de furto, no singular, para roubos diversos. Segundo, esses ilícitos são agora já praticados por 30 pessoas, o que justificaria então uma intervenção policial mais premente e visível, o tal aparato a que nos referimos. Reiteramos que a precária solidez de coerência na causalidade da intervenção policial está bem patente no discurso do Comandante da PSP, nomeadamente quando se contradiz com um quase não aconteceu nada até ao ponto em que já assume ter ocorrido violência.

Questionado o mesmo comandante se o comunicado da polícia que mencionava 400 assaltantes e o arrastão tinha sido infeliz, assume irrefutavelmente a responsabilidade do comunicado que aceita ter sido infeliz. Em sua defesa, mas sem nunca se pretender desresponsabilizar, argumenta que o comunicado se baseou na informação prestada pelas pessoas que assistiram, ou seja, o que designa por testemunhas oculares. Já a polícia, continua, não foi capaz de consubstanciar exactamente o que é que tinha acontecido. Todavia, descredibiliza as fontes oculares, onde inclui alguns *media*, afirmando que estas, entre as quais jornalistas, foram consideradas fidedignas quando não o deveriam ter sido e que «aprendeu a lição».

Finaliza, no entanto, na linha do que mencionámos anteriormente como a posição oficial da PSP e do Governo: peremptoriamente, afirma, não houve arrastão nenhum. Não houve arrastão algum, sem margem para dúvidas, e que o soube logo passado uma hora, mas que já não conseguiu passar a mensagem, que se viu impotente em contrariar o que vinha a ser reportado pelo facto de o pânico já se ter instalado na praia (Andringa, 2005d).

Inclusive os *media* veiculavam informações, no caso de jornais a fazer capa, em que sustentavam a verdadeira história de um arrastão que nunca ocorreu e de que a toda a história, no fundo, não passou de ficção (Andringa, 2005b). Um colunista do jornal Expresso chega a afirmar que se sentiu enganado com as notícias, embora tenha apenas tomado conhecimento do fenómeno pelas notícias e não tenha estado envolvido na produção jornalística da mesma. Trata-se de um discurso de um ‘conheço quem conhece’, sendo que só sabe das notícias em terceira mão nunca tendo investigado o assunto por decisão própria. No entanto afirma na mesma, sem pudor, que se sentiu enganado (Andringa, 2005b). Fazendo usufruto desta disponibilidade dos *media* para a temática, aproveitou o padre Vaz Pinto, então Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, para veicular para a opinião pública o seguinte:

*«Segundo as últimas informações, não houve qualquer ‘arrastão’. O dia coincidiu com o final das aulas e verificou-se um aumento anormal de jovens de raça negra no areal. Gerou-se o pânico e a confusão. Um grupo de jovens brancos também provocou desacatos no Porto. O problema não é a cor da pele, mas a exclusão social [...]»* (Andringa, 2005b)

O comentário do então Alto-Comissário é merecedor da nossa atenção em variados aspectos. A primeira trata, e novamente, da negação do dito arrastão, baseando-se sempre em testemunhos de terceiros, de fontes perante as quais não

aparenta ter tido a devida postura crítica. Depois, aponta a «confusão» e algum «pânico» gerado não só ao coincidir do final das aulas, como se esse facto não ocorresse continuamente todos os anos, mas igualmente ao anómalo número de «jovens de raça negra» que acorreram ao local. Não deixa de despertar a curiosidade sociológica que um Alto-Comissário continue a utilizar o termo «raça» para definir um grupo étnico, algo que nos parece algo anacrónico. Desta última sentença ressalta também a ideia de alguma xenofobia latente, dada a ênfase atribuída aos indivíduos de «raça» negra, como se revelasse que afinal foram os mesmos os responsáveis pelo sentimento de inquietação e de pânico vivido na praia e no areal. Tenta, porém, retractar-se quando afirma que não se trata o problema de uma questão da cor da pele, mas sim de mecanismos de exclusão social. Terminando, reiteramos que uma vez mais não são apresentados quaisquer argumentos que consideremos válidos para infirmar ou confirmar a ocorrência do arrastão. Criando ainda maior entropia, é, quase em simultâneo com as declarações transcritas, emitido um comunicado do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, em papel timbrado da Presidência da República, onde se lê que não terão sido 400 ou 500 pessoas a praticar esse ilícito, mas apenas 30 ou 40, citando como fonte o responsável do Comando da PSP de Lisboa. Ora, parece então que é assumido que houve um ilícito praticado, o que causa confusão e enviesamento no entendimento quando, por outro lado, o Alto-Comissário é peremptório em negar o arrastão. De facto, instaura-se o caos devido ao não alinhamento dos discursos que são não só díspares, como contraditórios em si (Andringa, 2005b). Afinal, questionamos, ocorreu ou não para o Alto Comissariado o (não)acontecimento do arrastão? A resposta mantém-se dúbia e o serviço prestado à opinião pública padeceu de graves deficiências.

Passamos agora, terminada a análise à vídeo-reportagem de Andringa, à análise do contributo eventualmente prestado pela jornalista Susana André na sua obra que versa sobre mitos urbanos. O material que a mesma apresenta é quantitativamente bastante mais modesto do que o de Andringa, pelo que não nos iremos prolongar excessivamente na dita análise.

Começamos desde logo por constatar que André dedica apenas três páginas da sua obra (André, 2010, pp. 130-132) a este fenómeno tão complexo. O título é igualmente elucidativo quanto à opinião formada e formulada pela autora: «O arrastão que morreu na praia» (André, 2010, p. 130).

André inicia a abordagem ao fenómeno apelidando-o como «crime de importação» (*idem, ibidem*), muito provavelmente referindo-se a uma prática cuja denominação tem origem no Brasil. Prossegue com o que já mencionámos: um crime inédito em Portugal, amplamente divulgado pelos *media*, 500 indivíduos a espalhar o pânico pelo areal da praia, os comentários dos analistas, a promessa de medidas de segurança adicionais prometidas pelos decisores políticos. Sustenta que os entrevistados são sempre os mesmos e aponta o dedo particularmente a um proprietário de um dos muitos bares da praia. Manifesta também a sua frustração e lamento por os jornalistas não terem cruzado informação, *i.e.*, apelado a diversas fontes e assegurado-se da veracidade dos factos que se diziam estar a produzir (André, 2010, pp. 130-131). Menciona, inclusive, uma construção da realidade, citando, segundo a mesma, o então director do jornal Expresso (André, 2010, pp. 130-131).

Sustenta que a Frente Nacional, grupo supostamente neo-nazi criado a partir de dissidências ocorridas dentro do PNR, saiu à rua a 18 de Junho (de 2005), com o intuito de denunciar um suposto aumento da criminalidade no país devido aos ilícitos perpetrados por marginais estrangeiros. Porém, e por essa altura, o arrastão já tinha sido desmentido pela polícia e por vários órgãos da comunicação social, escreve. Sublinha que esse desmentido foi claramente evidenciado pela vídeo-reportagem de Andringa que circulava então pela internet (Andringa, 2005a; 2005b; 2005; 2005d) e pelas declarações do Comandante da PSP Oliveira Pereira que, nas palavras de André, desmontava os alegados acontecimentos. A confirmar este argumentário apresenta como facto expreso a existência de apenas uma participação às autoridades de roubo no areal (André, 2010, p. 132). O arrastão não terá passado, portanto, de mera ficção.



Ora, na pouca informação que André nos disponibiliza nestas exíguas páginas há, no entanto, muito material a decodificar. Em primeiro lugar, e desde logo, o texto de André é, na nossa opinião, absolutamente desprovido de cientificidade digna desse nome. É um texto opinativo em que em poucas circunstâncias recorre a fontes fidedignas e jamais é utilizado o contraditório, ou seja, não são auscultadas fontes que possam eventualmente fornecer informação em sentido oposto ao da conclusão da autora, que é o de que não ocorreu qualquer arrastão. Mais uma vez, trata-se de um texto enquadrável nos fazedores de opinião e não de um honesto esforço por buscar a verdade dos factos ocorridos. Os argumentos apresentados são infundados e não suportados por qualquer fonte confiável, com excepção para os decalques que retira dos *media*, tornando-se fonte secundária de informação, e referências a dados, escassos e superficiais, prestados pelo sociólogo José Rebelo e pelo então director do semanário Expresso, Henrique Monteiro (André, 2010, pp. 131-132). A investigação releva-se escassa e minimalista e a análise crítica inexistente, pelo que atribuímos um valor mínimo a esta tentativa de André em desmistificar o arrastão como não acontecimento e não ocorrência. O mesmo é dizer, não lhe reconhecemos valor científico nem eficácia conveniente a título informativo como documento válido à análise comum e à análise científica de conteúdo, semântica e de significados – inclusive no mero campo do interesse heurístico, o texto da autora não apresenta significância de valência.

Gonçalo Rosa propõe-se analisar o fenómeno do arrastão segundo o modelo de Vasterman para as ondas noticiosas, pretendendo introduzir um elemento adicional que preconiza que

*«quando a onda noticiosa se forma perante um consenso alargado, é escassa a disponibilidade para incorporar na cobertura jornalística elementos que contradigam o enquadramento predominante.»* (Rosa, 2011, p. 115)

Inicia primeiramente o relato do caso, dando conta que o mesmo tem por génese informativa e noticiosa a agência Lusa, que veicula que às 16h30 do dia 10 de Junho de 2005 cerca de 500 adultos e jovens, organizados em *gangs*, que haviam entrado às 15 horas na praia de Carcavelos, encetaram actividades criminosas como roubos e agressões aos que lhes resistissem. Tal facto terá estado na origem do sentimento de terror então presente nos banhistas que se apropriavam do areal. Indica que horas mais tarde este dito incidente é designado por diversas fontes do *media* como uma prática criminosa que mimetizava aquelas de que se vem tendo conhecimento e que ocorrem em praias brasileiras. Os mesmos *media* veiculavam a informação de que o fenómeno havia sido prévia e premeditadamente organizado e planeado pelos supostos meliantes (Rosa, 2011, pp. 115-116).

Indica o autor, como os demais, que esta ocorrência até então tida por inédita em Portugal fora praticada, em maioria ou na totalidade, por indivíduos de etnia africana e de cor, sustentando a sua consideração nos relatos dos *media* e das imagens por eles colocada em evidência e que terão sido captadas por uma, entre muitas, testemunha ocular que coincidentemente era proprietário de um estabelecimento comercial junto à praia. No dia imediato ao suposto arrastão, informa, a PSP envidou esforços para contrariar a opinião feita pelos *media*, negando assim em comunicado oficial indícios de crime organizado com o presumível envolvimento de 500 indivíduos. Acrescenta a PSP, nesse comunicado, que as imagens na praia revelando grupos de indivíduos a fugir revelam apenas a realidade do que aconteceu aquando da chegada polícia (Rosa, 2011, p. 116), não explicando, todavia, o porquê de fugirem. Segundo o autor, só a dia 17 surge pela primeira vez nos *media*, na circunstância na imprensa escrita, uma notícia a desmentir a ocorrência de um arrastão (*idem, ibidem*).

Rosa recorre novamente ao modelo de Vasterman, sugerindo desta forma

*«[...] que a unanimidade entre órgãos de comunicação, o consenso entre definidores primários, o volume da cobertura jornalística, a construção de uma percepção de deterioração da ordem pública e o exagero ou distorção das representações da ocorrência e do comportamento do grupo étnico envolvido contribuíram para a formação da onda noticiosa. É igualmente sugestiva a hipótese segundo a qual este tipo de unanimidade jornalística se inicia apenas com um evento-chave suficientemente forte e ressonante para cumprir os valores-notícia dos meios de comunicação das diversas plataformas e com distintas orientações ideológicas, tornando-se onnipresente em toda a esfera mediática durante um curto intervalo temporal.» (Rosa, 2011, p. 117).*

Conclui deste parágrafo que a onda noticiosa prossegue a sua dinâmica, integrando no seu enquadramento dominante as informações que a fortalecem, negligenciando as que a ela se opõem. Terá, por conseguinte, o caso do arrastão explorado as debilidades das rotinas jornalísticas perante acontecimentos que designa como de violência aleatória (Rosa, 2011, p. 118). Essa violência aleatória encontra-se significativamente conotada à percepção de alterações na ordem pública por parte dos actores sociais, o que motivou sentimentos de insegurança e de medo. E, citando outros dois autores, Rosa sugere que quando o medo se torna o enquadramento primordial para a observação de problemas sociais, outros enquadramentos e até outros discursos acabam por perder relevo na percepção geral (Rosa, 2011, p. 119).

Contudo, embora o texto de Rosa já seja de reconhecível valor científico, o mesmo analisa apenas a reacção dos meios de informação, que devidamente justifica, ao fenómeno do suposto arrastão. Não traz qualquer luz ou informação adicional sobre a veracidade ou não do fenómeno em si, embora implicitamente se compreenda que o autor partilha igualmente da opinião de que o arrastão se tratou de um fenómeno socialmente construído, facto para o qual responsabiliza veementemente o

comportamento dos media, que não se verificou efectivamente na realidade e no quotidiano vivido.

Cabe-nos agora analisar entrevistas, realizadas em molde semi-estruturado, realizadas por nós a proprietários de estabelecimentos comerciais apensos ao areal, entrevistas realizadas com o intuito de nós próprios buscarmos informação, recorrendo a fontes primárias, relativamente ao fenómeno em questão. O resultado das entrevistas a que iremos recorrer correspondem à inquirição de indivíduos, proprietários de restaurantes-bar, cujos estabelecimentos comerciais se encontram em áreas geográficas da praia distintas, valendo lembrar que o areal de Carcavelos conta com uma extensão de ponta a ponta de sensivelmente 1,2km – uma distância espacial que não é negligenciável, especialmente para o fenómeno que nos propusemos, com a modéstia devida a todo o circunstancialismo, analisar.

*«[...] Isso foi mais conversa do que outra coisa. Eu também julgava que havia muitos problemas, depois quando vim para cá não tem nada a ver. Eu pelo menos aqui nesta zona da praia em que o areal é mais extenso eu tenho muitos poucos problemas. Mas sei que nas pontas, especialmente ali no Estrela do Mar, eles têm mais problemas porque a praia é curta, há muita gente e está mais perto ali do comboio, da estação do comboio, então tem uma afluência muito maior e eles às vezes têm alguns problemas. Mas aqui pelo menos, aqui nunca tive muitos problemas. E acho que essa história do arrastão acho que foi, houve aí uma confusão e depois dois ou três aproveitaram para roubar umas coisas, no meio dessa confusão. Mas não foi isso que originou o arrastão, houve uma confusão, apareceu a polícia, as pessoas começaram a correr e houve dois ou três que aproveitaram para roubar*

*umas coisas. [...]» (entrevista aplicada a proprietário de restaurante-bar, 25/05/2011).*

*«Entrevistado – Sim, sim. Nós durante o Verão... Isto a praia já foi muito mal frequentada. Culminou com a história do arrastão como vocês sabem.*

*Investigador – Quanto ao arrastão tenho várias...*

*E – Várias versões?*

*I - ...mas não consigo perceber, aliás, parece-me difícil saber-se como é que aquilo aconteceu.*

*E – Aquilo é... resumidamente é muito simples. Desde 96 que aconteciam situações parecidas com aquela. Eu já tinha falado com os meus colegas profissionais aqui e que um dia ia fotografar ou filmar para mostrar à comunicação social aquilo que se passava aqui e que isto era um escândalo. A minha irmã foi-lhe apontada uma faca, grávida de sete meses, eu já levei com copos na cara, já fui agredido de todas as maneiras e mais algumas, já vi pessoas a ser assaltadas, a ser esfaqueadas, aqui. Pá, coisas que ninguém sonha. Isto era mesmo um, pá, uma coisa terceiro mundista.*

*I – Até quando, mais ou menos?*

*E – Até à altura do arrastão.*

*I – E depois mudou?*

*E – Mudou porque eu nesse dia peguei na máquina, que tinha aqui já preparada para isso, fotografei e viu-se nos jornais fotografias, na internet. E depois vieram tapar o sol com uma peneira a dizer que não foi nada disso por causa... porque as pessoas infelizmente neste*

*país, não sei se é só neste, tapam muito o sol com a peneira, varrem o lixo para debaixo do tapete, eu acho que os assuntos têm que ser resolvidos olhos nos olhos e resolvidos de forma séria. E para isso tem que se dizer a verdade. Mas a verdade é uma coisa que custa muito às pessoas. Vivemos num mundo de mentira, seja em Portugal seja no resto do mundo. Infelizmente, vivemos na mentira. E eu resolvi que tinha que divulgar aquilo. [...]*

*[...] E a partir da história do arrastão vieram tapar o sol com a peneira, a dizer que não foi nada daquilo e não sei quê, mas foi pior do que as pessoas contaram na televisão. Foi bem pior. E depois vêm com a história ‘ah, mas como é possível não ter havido sequer uma queixa?’ Claro. Vão dizer o quê? ‘É um rapaz assim, é um rapaz assado’. Não vai dar nada, não vai dar nada. As pessoas não vão fazer queixa. Sabem que vão perder tempo, que vai ficar lá o nome, têm medo das represálias. Ouça, eu apanhei umas pessoas a ser assaltadas, num mini-arrastão de quinze pessoas, quatro anos antes, apanhei as pessoas que estavam a roubar porque fui lá e tive uma atitude... entretanto estavam dois polícias à paisana que não interviram, porque tinham medo, foram pedir reforços. Quando eu intervi deu confusão, andámos todos à pancada e as pessoas que tinham sido assaltadas, tinham-lhes roubado telemóveis, relógios, câmaras de filmar: ‘eu vou fazer queixa, vou fazer sim senhor’ e eu disse ‘olhe, agora não cheguem lá acima à esquadra e digam que não aconteceu nada porque já têm as coisas na mão’, ‘não, não, eu vou fazer queixa.’ Dois dias depois eu falei com os polícias e eles disseram ‘olha K, sabes uma coisa: ninguém fez queixa.’ Pá, isto é incrível. Por isso é que a estatísticas dos crimes, roubos e não sei quê é o que é. Porquê? Porque as pessoas vão... Eu próprio já me aconteceu ir para a esquadra e ficar lá três horas. A pessoa que fez a porcaria, que assaltou, bateu, roubou, foi-se embora mais cedo do que eu. Eu tive uma situação grave aqui, em*

*que paguei o vidro que se partiu, partiram-me isto aqui, foi uma invasão bárbara, autêntica, partiram vidros, isto já na altura em que eu estava a fechar.*

*I – Mas tem câmaras de segurança, já reparei nisso.*

*E – Exactamente. Mas partiram-me isto aqui, eu andei à pancada com eles, levei com pedras na cabeça... olhe, eram uns vinte ou trinta e eu gastei dinheiro em advogado, perdi tempo, passado três anos ainda andava a ir lá a tribunal... e eu era assim, ‘mas desculpa lá, onde é que eles estão? A eles não lhes acontece nada?’ ‘Ah, eles nem sabem onde é que eles estão, porque eles são de bairros sociais’. A partir daquele dia nunca mais fiz queixa. Se tenho que andar à pancada ando, se não tenho que andar não ando. Pá, mas é triste, porque a segurança neste país é vergonhosa.*

*I – Mas as pessoas que fazem isso vêm dos bairros aqui da zona...*

*E – Não.*

*I - ... ou vêm de fora?*

*E – Havia aqui o bairro social das Marianas e posso-lhe garantir que eles nunca fizeram isso. O que não quer dizer que não houvessem pancadarias esporádicas. Mas são tudo zonas de Amadoras, é tudo de Oeiras para lá. Isso eu garanto-lhe que sei.*

*I – Diz que é mais Linha de Sintra?*

*E – Sim, sim. Não são de lá, não são daqui, lá vivem impunes, vivem numa zona como se fosse quase um estado de sítio, só deles, as pessoas.... Tenho amigos meus negros que me contam isso habitualmente, depois da história do arrastão disseram-me assim... Não quer dizer que o arrastão tivessem sido só negros, mas basicamente foram. E eu estou há vontade para falar sobre negros porque a minha bisavó era negra. Eu sou de Angola, os meus melhores amigos de*

*infância são negros, fui criado ao lado das Marianas, eu ia jogar futebol para o bairro das Marianas. Na altura vieram acusar-me, dizer, segundo veio nas notícias, que eu era racista. O meu melhor amigo de infância é negro. Estou há vontade para falar sobre eles. Sou de Angola, tenho lá família, vou lá todos os anos, portanto se um dia quiserem falar sobre negros eu falo. E racismo? Racismo é não dizer nada a um negro porque ele é negro. Isso é que é racismo. Porque esse negro está a queimar toda a raça negra. Que é o que eu digo a este pessoal que eu apanhava aí a fazer porcaria, dizia-lhes ‘vocês são a vergonha da raça negra, vocês estão a queimar os vossos pais que vieram aqui com todo o sacrifício para trabalhar e para vos dar melhor vida e vocês, no vosso bairro, são meia dúzia de gatos pingados que fazem confusão mas toda a raça negra fica mal vista por causa de vocês’. Chamava-lhes mesmo de otários, ‘seus bandidos, vocês são a vergonha dos vossos pais, se os vossos pais soubessem o que vocês andam aqui a fazer vocês levavam uma carga de pancada dos vossos pais’.*

*I – Este tipo de acontecimentos era mais tipo nas pontas da praia, qualquer sítio...*

*E – Na altura, na altura era mais aqui.*

*I – Era aqui mesmo junto ao...*

*E – Era aqui, porque havia a bola da Nívea, era o sítio de marcação deles. Depois eu vim a saber que a bola da Nívea só estava aqui porque... se nós autorizássemos. Entretanto eu estava aqui já há dez anos a explorar isto e não sabia que tinha que autorizar aqui a bola de Nívea. Mal soube disso mandei uma carta para a Capitania e disse que não queria aqui a bola de Nívea. [...]» (entrevista aplicada a proprietário de restaurante-bar, 04/05/2012).*



Todavia, a questão que gostaríamos ver respondida, de forma o mais clara e cristalina possível, é se de facto houve ou não um arrastão na praia de Carcavelos no dia 10 de Junho de 2005. A informação que recolhemos mediante o recurso a entrevistas, formais e informais, parecem indiciar que algum acontecimento ocorreu nesse dia na Praia, porém não é informação suficiente para afirmarmos com segurança a existência de um arrastão. Contudo, e considerada a mesma informação, não nos sentimos igualmente seguros em infirmar de forma derradeira essa hipótese. Estaremos perante um simulacro ou, por outro, estaremos perante uma dissimulação (Baudrillard, 1991a, pp. 9, 13-20)? Terá sido o arrastão uma realidade ou, ao estilo da teoria de Edgar Morin, um mero boato (Morin, 1970, pp. 29-32, 34-58)? Cremos, no último caso, que o boato sobre o acontecimento, hoje mais ou menos desmistificado na opinião pública mas sem certezas em concreto, passou pelas fases ou estádios, que Morin apelidou de (i) incubação (Morin, 1970, pp. 38-40), que sucedeu quase de imediato, (ii) a propagação (Morin, 1970, pp. 40-44), que se verificou de forma rápida via as TIC, e por fim (iii) a metástase (Morin, 1970, pp. 44-48), que se prolifera ao longo do tempo na opinião pública, particularmente através dos *media* ou de outros fazedores de opinião. É certo que o fenómeno se disseminou nas fontes de informação nos moldes de um boato, no entanto temos as nossas legítimas dúvidas se este boato se trata apenas de um boato ou se, por outro lado, contém ou existe alguma veracidade, ainda que num formato não tão drástico como um arrastão, por detrás de tudo aquilo que originou o dito boato.

Em resumo, analisámos diversas fontes documentais, multimédia e escritas, que em conclusão refutam o arrastão, considerando-o como um acontecimento não ocorrido e não real. Acreditamos, porém, que essas fontes documentais ou se mostraram pouco críticas em relação às suas fontes ou que implicavam uma visão demasiado politizada e até idiossincrática face ao fenómeno, tal como tivemos oportunidade de clarificar e de explanar. Não satisfeitos com os resultados obtidos pela análise das mencionadas fontes documentais, pretendemos agora focar mais a nossa atenção para a informação que nós próprios recolhemos no terreno, *in situ*, ainda que volvidos quase seis, num caso, e sete anos, no outro. É da análise desta

última informação, colhida junto de informantes em posse de informação relevante e que estão regularmente estabelecidos na praia de Carcavelos, que irão tratar as linhas que se seguem.

Em primeiro lugar, o entrevistado a 25/11/2011, proprietário de um estabelecimento comercial localizado sensivelmente a meio da praia, revela que toda a celeuma em torno do arrastão é mais conversa do que outra coisa, parafraseando-o. Realizando uma análise de conteúdo ao estilo semântico, entendemos que o que este entrevistado nos está a transmitir é que de facto é renitente em aceitar a existência de um arrastão de grande escala na praia, muito menos envolvendo cerca de 500 meliantes. Não nega, todavia, que possam ter ocorrido acontecimentos de menor dimensão, acontecimentos esses que implicariam a violência que se reconhece a um roubo. O entrevistado assere ter existido uma confusão, sem precisar nem a sua génese nem os seus contornos, que motivou a que um número impreciso de actores sociais começasse em debandada e que tal facto terá motivado e despoletado o roubo de algumas coisas por parte de um pequeno número de indivíduos, apenas dois ou três. É igualmente incisivo, o entrevistado, em colocar em realce antecedentes, o que chama problemas, de alguma violência na praia, em particular na sua parcela mais a poente, justificada com a proximidade da estação de comboio e da acção de actores sociais chegados através deste meio de transporte e logo removendo da equação residentes na freguesia. Em suma, não podemos, segundo esta fonte presencial, descurar nem descartar a hipótese de roubos ocorridos a 10 de Junho de 2005 na praia de Carcavelos.

Passemos para a análise da informação prestada pelo entrevistado a 04/05/2012, que é bastante mais vasta, mais rica e mais complexa, sendo que o próprio chega a afirmar ter assistido e documentado o que, neste caso considera na afirmativa, sucedeu no arrastão ou mini-arrastão. Inicia o seu discurso apontando, como o entrevistado anterior, os antecedentes violentos ocorridos na praia, que segundo as suas palavras, e até à data da entrevista, já fora muito mal frequentada. Neste caso, estamos perante um proprietário de um estabelecimento localizado na

parcela mais a nascente da praia. Sustenta que episódios de violência não são novidade na praia em questão, remontando-os inclusivamente até ao ano de 1996, nove anos antes do episódio que sem pejo denomina como arrastão de facto e que apelida como sendo um escândalo. Relata igualmente situações de violência, agressões e o recurso a armas brancas para coagir a vítima, perpetradas contra si e familiares antes do dito arrastão; prossegue asserindo ter igualmente assistido a outros indivíduos serem assaltados e até esfaqueados, sem detalhar a gravidade dos presumíveis esfaqueamentos. Afirma que este cenário durou desde a data referida até à ocorrência do arrastão, que veio a alterar para melhor as condições de segurança na praia. Apresenta como prova do arrastão ter captado várias fotografias do fenómeno em curso, fotos essas que se propagaram nos *media* e na *internet*. Se essas fotografias são as mesmas que anteriormente já analisámos, mantemos o que revelámos da análise das mesmas e que sinteticamente dizemos não fazer qualquer prova de que tenha ocorrido um arrastão. Ao argumento dos cépticos do arrastão enquanto facto verdadeiro, da inexistência de registos de queixas às autoridades, contrapõe que o desconhecimento das vítimas face aos meliantes e à futura incapacidade de os identificar demoveu as vítimas a formalizar qualquer queixa. Diz ter conhecimento de assaltos, nomeadamente quatro anos antes e que definiu como ter sido um mini-arrastão, onde prestou auxílio às vítimas – roubadas de telemóveis, relógios e câmaras de filmar – e que as vítimas se haviam prestado a formalizar queixa junto da PSP, mas o facto é que essa realidade, diz o entrevistado que por medo de represálias, nunca se materializou contribuindo assim, segundo o entrevistado, para o aumento das cifras negras relativas à criminalidade. Mesmo o entrevistado demonstra desconfiança face à eficácia das instâncias formais de controlo, pelo menos no que respeita ao tratamento de queixas efectuadas contra desconhecidos, justificando-se com os argumentos de que perdera horas na esquadra da PSP, que o caso se prolongou por anos em julgamento e que no final não foram atribuídas responsabilidades em concreto.

Alinhando para efeitos de entrevista com o entrevistado, questionámo-lo se os indivíduos desviantes envolvidos no arrastão eram residentes nas proximidades ou se provinham do exterior. Sem hesitar descarta a hipótese de os actores sociais

responsáveis pelo dito arrastão serem residentes, particularizando no não envolvimento de indivíduos que lhes parecem mais problemáticos e que residem no bairro das Marianas – um bairro reconhecido também ele próprio, pela opinião pública, como problemático ou albergando indivíduos problemáticos. Adianta que os elementos envolvidos no arrastão de 10 de Junho de 2005 seriam provenientes da Amadora, embora não detalhe argumentos válidos para corroborar a sua tese. Garante apenas, sem mais explicações, que isso garante ao investigador que sabe. Identifica, então, como os responsáveis pelo arrastão indivíduos provenientes de territórios exteriores a Carcavelos, sendo, nas suas palavras, maioritariamente de etnia africana. O entrevistado é residente na freguesia, junto a um dos bairros considerados como problemáticos e habitado maioritariamente por indivíduos de etnia africana, conhece a envolvência e os actores sociais residentes no bairro, negando a sua envolvência neste arrastão ou mini-arrastão em concreto. Exterioriza os causadores que continua a defender serem maioritariamente de etnia africana. Por tê-lo afirmado aos *media*, que os responsáveis seriam de etnia africana ou negros, recorrendo à terminologia que utiliza, considera que foi rotulado como indivíduo racista, xenófobo. Desmente essas acusações expondo a sua história de vida e a sua boa relação com indivíduos de etnia africana. Salienta que, para si, racismo é, *sic*, não dizer nada a um negro porque ele é negro. Aponta a parcela de praia onde se encontra o seu estabelecimento como um epicentro, devido ao local ser à altura facilmente identificável e facilitador de ajuntamentos, para acontecimentos como o dito arrastão e outros também violentos que lhe antecederam.

Resta-nos apenas redigir algumas palavras finais sobre a opinião, assente em princípios de cientificidade, que ficamos sobre esta situação. Jean Baudrillard explicita como simulacros aquilo que se diz ter e que não se tem (Baudrillard, 1991a, p. 10); aplicado ao nosso caso, diríamos tratar-se de dizer-se ter acontecido o que não aconteceu. Em relação à dissimulação, Baudrillard adianta que a mesma é fingir dizer que não temos aquilo que dizemos que temos (*idem, ibidem*); voltando a aplicar este princípio ao nosso caso, o mesmo é dizer que se finge nada ter acontecido quando de

facto aconteceu. cremos que a única resposta firme que podemos dar é que na presente situação nos encontramos algures a meio termo.

Na realidade, não encontramos motivos razoáveis para descredibilizar os nossos entrevistados, nem mesmo o hiato no tempo decorrido desde o dito arrastão, nem as informações que nos prestaram. O mesmo é afirmar que não descredibilizaremos a análise resultante dessas informações nem a nossa postura no terreno enquanto válidos e legítimos inquiridores de um fenómeno no âmbito do conhecimento sociológico. Recordamos aqui as palavras do então Presidente da CMC, sustentando que a situação não era inédita. Recordamos ainda as palavras do responsável da Região Metropolitana da PSP, que implica 30 a 40 indivíduos em ilícitos, facto que é confirmado no relatório oficial da Polícia, e que esses ilícitos só foram contidos e impedidos devido à presença e intervenção de um forte dispositivo policial. O receio e o sentimento de futilidade em apresentar queixa às autoridades por parte das eventuais vítimas, o último derivado da taxa de insucesso muito elevada do ponto de vista da resolução expectada pelas vítimas face às queixas apresentadas contra desconhecidos, também podem ter oferecido cobertura ao fenómeno e fazê-lo passar por não acontecimento.

Finalmente e face ao exposto, na nossa opinião assente em princípios de cientificidade, aceitamos que tenha sucedido no dia 10 de Junho de 2005 um arrastão de pequenas dimensões ou pelo menos situações de roubos, pautadas por violência e coacção. No entanto, repudiamos que tal acontecimento tenha sido perpetrado por um número tão elevado como 500 indivíduos, o que corresponderia a 3,3% da população presente na praia, e que tal é exagerado. Opinamos igualmente que o fenómeno que terá de facto ocorrido tenha sido localizado e não se tenha difundido nem disseminado por toda a praia, na sua extensão de 1,2km, mas sim em parcelas ou numa parcela em concreto da Praia de Carcavelos. Certezas, contudo, supomos que não irão alguma vez existir.

## 5. Praia e Consciência Ambiental?

Iniciamos as nossas considerações referentes a este ponto com uma indagação: é realmente determinante, para a vivência quotidiana desta praia, uma dita consciência ambiental? Consideramos que sim. Consideramos, inclusive, que o é a determinados níveis, nos quais enquadrámos sem dificuldade o do discurso político como também aquele do dos agentes económicos, o da questão da boa-imagem do espaço que se repercute na maior ou menor atractividade que detém sobre os seus eventuais apropriantes, que advém da acção dos decisores políticos e dos agentes económicos locais, em particular.

No seguimento do que asserimos, podemos considerar que o discurso e as acções dos agentes e decisores políticos face à questão ambiental detêm igualmente uma inequívoca componente utilitarista. A questão de um ambiente cuidado não deve ser ingenuamente perspectivada tão-somente pelo altruísmo face ao mesmo, antes deve encadear-se no seio de uma lógica que facilite, propicie e potencie a apropriação dos territórios da Praia de Carcavelos por diversos actores sociais, entre os quais aqueles que se estabelecem comercialmente na praia atraindo, dessa forma, um novo rol de actores sociais que fazem uso da praia, como vimos, tanto num regime de apropriação diurna como num regime de apropriação nocturna, de forma continuada e evitando um total esvaziamento do espaço ao longo do dia. Estes últimos actores são, em número significativo embora não exclusivo, aqueles que podemos com facilidade enquadrar em práticas de lazer e de consumo associadas à componente lúdica. São estes actores-consumidores, na figura que explanámos como cidadão-consumidor, os mais apelativos e mais desejados para a apropriação dos espaços da Praia de Carcavelos, quer pelos agentes sociais com interesse económico, quer pelos agentes sociais de decisão política que também obtêm ganhos, ainda que menos directos, derivados da apropriação de actores sociais capitalizados e dispostos a práticas de

consumo, ainda que derivadas de uma vivência lúdica do quotidiano que a praia sugestiona e oferece ao potencial utilizador. cremos com firmeza que os discursos ecológicos, muitas das vezes ditos ‘verdes’, veiculados pelos agentes económicos e pelos agentes de decisão pública encerram esta dicotomia e não podem ser interpretados unicamente pela sua vertente de exclusiva defesa da natureza.

Nesta medida, uma dita consciência ambiental não se deve limitar a uma interpretação linear e rectilínea, mas deve imperativamente cuidar em tomar em atenção as intencionalidades utilitaristas de quem detém a gestão público-política do espaço e daqueles que recolhem os ganhos financeiros pela exploração do espaço, o que por regra só surge sub-reptício no discurso destes actores em particular ou através da cuidada desconstrução do mesmo. De facto, a consciência ambiental salvaguarda não só o ecossistema natural e o ecossistema humano, embora ambos na sua vivência no real sejam irreduzíveis, como salvaguarda de igual forma a boa imagem da ‘cidade’ e logo os usos da praia, e os benefícios que estes actores sociais, económicos e de decisão pública, directa ou indirectamente colhem dessa mesma salvaguarda ecológica.

Adiante observamos duas imagens. Começamos pela primeira, a Imagem 98. Esta imagem expõe uma mensagem veiculada por agentes económicos privados. «A Terra é insultada e oferece as suas flores como resposta» é uma mensagem que não pode ser auscultada apenas pela sua vertente literal. Queremos com isto dizer que de facto os proprietários do estabelecimento que ostenta a placa podem estar honesta e desinteressadamente preocupados com o ambiente, com a sua qualidade e com a força com que interagimos com a parte natural que é exógena ao antropocentrismo; não só á natureza antropomorfizada mas aquela que se encontra ainda, se tal for possível, longe da perturbação da mão humana. Todavia, essa mensagem convida igualmente os actores sociais a utilizarem, e a consumirem, num estabelecimento comercial onde, na sua prática, há uma preocupação para com a natureza. De um altruísmo potencialmente honesto acrescentamos a variável utilitária: gastem o vosso dinheiro aqui, nós preocupamo-nos com o ambiente, logo convosco e, por isso, serão

bem acolhidos e terão de se preocupar menos com a vossa pegada ecológica, ler-se-ia nas entrelinhas o que poderiam ser as – também – reais intenções dos proprietários.

Ponderando sobre a segunda imagem, a Imagem 99, damos conta que estamos perante um veículo de limpeza pertencente ao poder público local: EMAC, Empresa Municipal de Ambiente de Cascais. Esta imagem, no nosso entendimento, transmite-nos a mensagem de que a CMC se preocupa em manter o espaço da praia, na imagem uma parcela do paredão, limpo. Tal deve-se, não o desconsideramos, a questões que se prendem com a higiene pública e logo o bem-estar da população e outros utilizadores. Todavia, como sustentámos acima, não cremos que as acções de limpeza como esta, para mais tão reiteradas como observámos, se devam tão-somente à idoneidade da CMC. Mais uma vez recorremos à ideia e noção de utilitarismo, reincidindo na ideia de que um espaço limpo e cuidado é mais apelativo para apropriação à esmagadora maioria dos actores sociais ‘target’.

Altruísmo, necessidade biológica e negócio, público e privado, convivem de mão dada face a toda esta questão ambiental que é tudo menos simples e simplista.



Imagem 98

Legenda: Estaca e placa com legenda ‘verde’

Fonte: captação do autor (02/09/2012)



Imagem 99

Legenda: Veículo de limpeza da EMAC

Fonte: captação do autor (08/09/2012)



## 6. Destino Metropolitano e (in)Visibilidade Turística

Afirmámos que a praia de Carcavelos é um território com uma vivência quotidiana vincada numa lógica metropolitana (Martinotti, 1993, pp. 21-34, 35-40; Bassand, 2007, pp. 165-168). Pretendemos ao longo deste ponto consolidar essa asserção. De igual maneira, procederemos à consolidação do argumentário no que respeita a outra asserção veiculada, a saber, o facto de não considerarmos esta praia, pelo que se destacou no real vivido, como um destino turístico por excelência.

No decurso do nosso percurso de pendor etnográfico na praia evidenciou-se, desde logo, que o seu uso não se cingia apenas a residentes, mas que era estendido particularmente a outros actores sociais provenientes de outros concelhos metropolitanos. A forte presença e a muito significativa apropriação da praia por indivíduos provenientes de diferentes lugares da metrópole de Lisboa. Num percurso de pendor etnográfico é de grande relevância saber escutar as informações que os restantes actores sociais nos fornecem, seja consciente – *e.g.*, entrevistas informais – seja inconscientemente – o que implica da parte do investigador que esteja atento a conversas entre indivíduos diversos. Saber escutar tornou-se numa arte e numa arte profícua e mediante o aperfeiçoamento da escuta das conversas entre actores sociais, estivéssemos directamente envolvidos ou como meros espectadores, viemos a ter conhecimento do ponto de origem de um número significativo de actores. O recurso a tal técnica, auscultar a informação que é transmitida e que ‘paira’ no ar, foi-nos tremendamente útil não só para o que remete para as práticas e a apropriação do espaço quer em termos de usos ditos diurnos como também para os usos nocturnos da praia. Os actores sociais podem tornar-se informantes mesmo sem dar conta do sucedido e como nos diz Bernard observar e escutar resultam em importantes notas descritivas (Bernard, 2006, p. 397), úteis para o processo de investigação e seu resultado. Acrescenta ainda que durante a observação participante o investigador tenta colocar à vontade – se estiver a ser demasiado interferente – os indivíduos, de

modo a que os mesmos esqueçam de que os estamos a escutar (Bernard, 2006, p. 437) e a recolher informações que nos demonstrarão ter bastante utilidade.

Por palavras proferidas pelos próprios actores sociais, engajados nas suas interacções, compreendemos que muitos deles divulgavam ser oriundos da cidade de Lisboa, de Oeiras, do Cacém e de outros lugares do concelho da vila de Sintra, da Amadora, Odivelas, Loures e até, da margem sul, Almada, regra geral com Lisboa a liderar o *ranking*. Outro aspecto, ainda que meramente indiciário e que só deve ser tomado como indicador, é a observação das placas de matrícula dos veículos parqueados nos diversos estacionamento que servem a praia. Algumas placas de matrícula portam, para além dos componentes legais exigidos, uma placa adicional mencionando o *stand* e o local de aquisição do veículo. Muitos dos veículos que haviam a ostentar essa placa complementar à de matrícula evidenciavam que os mesmos haviam sido adquiridos em, *e.g.*, na cidade de Lisboa. Como relevámos, esta característica apenas pode ser considerada no âmbito dos indicadores, sem que possamos verdadeiramente extrapolar muito mais, ou pelo menos, de tecer considerações assertivas ou categóricas. Possui, quanto muito, um carácter heurístico que nos move a considerar que alguns desses veículos são pertença de residentes em Lisboa, porém não descuramos que vários deles possam ter sido adquiridos nessa cidade por actores sociais residentes noutros locais. Por fim, em termos indiciais, contamos ainda com a observação e análise de autocolantes apostos nos veículos. Verificamos uma vez mais nesta proposição de José Machado Pais de que vivemos numa sociedade onde se quer dar nas vistas (Pais, 2010, pp. 40, 41-47), quer seja em vidros, pára-choques ou mesmo chapa, em que os mesmos comunicam connosco e nos informam de que aquela pessoa reside – ou faz-se passar por residente – em Lisboa.

Outra fonte de informação que nos permitiu compreender que muitos dos utilizadores da praia de Carcavelos não eram somente residentes proveio de entrevistas, tenham sido em registo formal ou informal, que aplicámos. Considerando as entrevistas formais, todas elas elaboradas em formato semi-dirigido, estas foram

essencialmente postas em prática a proprietários de estabelecimentos comerciais sediados na praia. Deixaremos aqui o exemplo de duas delas, trabalhando desta forma como nossas testemunhas:

*«[...] Investigador – Os clientes aqui do café são habituais ou...*

*Entrevistado – Temos alguns clientes habituais, que vêm aqui também no Inverno, moram aqui perto, alguns de Lisboa e aqui arredores, Oeiras também vem muita gente de Oeiras, sim...*

*I – Cascais?*

*E – Cascais se calhar já não tanto, mas apanha é muita gente de Lisboa aqui. No Verão é lógico, vamos muito com as pessoas que vêm de Lisboa que é das primeiras praias aqui da Linha quem vem de Lisboa. Muitos dos nossos clientes vêm de Lisboa, até mesmo pessoas que vêm aqui simplesmente vem almoçar, se calhar fazem reuniões de negócios muitas vezes. A malta que vem ali de Lisboa, do Oeiras... ali da zona dos escritórios do Tagus Park.*

*I – Em termos de grupos etários, mais ou menos, quais são as idades das pessoas que vêm cá? São empresários muito novos, gente mais nova...*

*E – Sim. Por exemplo tem gente aqui engravatada que vem fazer umas ondas na hora de almoço, vem aqui beber um cafezinho ou almoçar, chegam ali acima passam uma esponjinha e vão para o escritório. Tenho muitos clientes desse género. Coisa que eu não via em Cascais, por exemplo. Lá também não tem ondas não é, mas tem muita gente a praticar vela, windsurf, etc., mas já não se vê esse espírito. Aqui é gente mais jovem, mais portugueses. Anda tudo entre os 16 e os quarenta e poucos, mas a maior parte anda por volta dos 30 anos. É malta mais nova que vem para aqui. [...]» (excerto de entrevista semi-*

dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 23/05/2011)

Deste primeiro excerto depreendemos, fazendo fé nas palavras do entrevistado, que os clientes mais habituais que utilizam o estabelecimento são provenientes não só de áreas próximas à praia, mas também de outras zonas da AML, tais como Lisboa e Oeiras. Nega que tenha um número significativo de clientes oriundos do próprio concelho, exceptuando evidentemente aqueles das áreas mais próximas da freguesia de Carcavelos, sustentando por palavras próprias que de Cascais já não tanto.

Justifica que o facto de muitos dos seus clientes serem da cidade de Lisboa se deve à proximidade da praia – sendo que realmente, constatámo-lo, é a praia atlântica, de mar, menos distante de Lisboa – e enfatiza os períodos de Verão. Quanto aos clientes chegados de Oeiras, argumenta que tal se deve à proximidade de grandes centros de escritórios de onde alguns indivíduos se deslocam à praia para almoçar ou até mesmo para praticar um pouco de *surf*.

Indica por fim que a média dos seus clientes, também metropolitanos, acrescentaríamos nós, se distribui por adolescentes, jovens adultos e outros adultos. Em todo o caso, sugere que a maioria deles se distribui pela faixa etária dos 30 anos, ou seja, jovens adultos.

Acompanhemos agora um segundo excerto, de outra entrevista, em que a conclusão veiculada, respeitante ao carácter metropolitano dos utilizadores da praia, é muito semelhante:

*«[...] Investigador – Quem é que são os vossos clientes, mais ou menos, aqui? Quem é que costuma vir cá, que média de idades...*

*Entrevistado – Neste momento, de há uns anos para cá inclusive, são... basicamente é a partir dos vinte e cinco. A partir dos vinte e cinco. Não quer dizer que não tenhamos também gente relacionada com o surf com menos... mais novos. Gente da nossa escola de surf, que nós temos aqui também, aparecem gente substancialmente mais nova. Mas basicamente é a partir de vinte e cinco anos. Vinte e cinco, sim, normalmente.*

*I – Vêm de fora, são aqui da zona...*

*E – Olhe, nós nunca fizemos um estudo sobre isso...*

*I – Sim, mas pelo que conhece...*

*E – Vem muita gente aqui da zona, mas também vem bastante gente de fora, que eu não tinha ideia, e vou perguntando às vezes, e também vem gente de Lisboa, penso que da zona de Sintra, poderá vir também dali alguma, mas basicamente acho que é a grande... da Linha de Cascais. Mas eu arrisco-me a dizer que 20%, 20 a 30%, será de fora daqui, Lisboa e Linha de Sintra.*

*I – Cascais, pouca gente? Cascais, mais do centro?*

*E – Sim, há bastante de Cascais que não conhecem isto, sequer. Cidade, a cidade de Cascais, a Vila. A vila de Cascais. [...]*

*E – [...] Então começámos a fazer t-shirts e começámos a meter... o reclame lá em cima. Pronto. E as pessoas viram o reclame ali, com certeza que deve ter sido por causa disso, ‘Estão abertos?’, ‘ Estamos. Entrem, entrem.’ As pessoas todas cheias de água e não sei o quê e entraram. Comeram uma tosta cada um, batidos e sumos, ou sumos, não me lembro bem. E eu perguntei-lhes, por curiosidade, tenho curiosidade para saber como é que dois malucos, um casal, vêm-me aparecer aqui à uma da manhã, num dia de temporal; meia-noite, por aí, não me lembro bem. Disse assim ‘desculpem lá, vocês são... vocês já*

*conheciam isto aqui?’, ‘já, já, já conhecemos, viemos aqui comer uma tosta.’ Saíram de casa para comer uma tosta. ‘Vocês moram aqui perto?’, ‘Ah, moramos...’, já não me lembro exactamente onde era, mas era Algés, Lisboa... era já longe, para sair de casa e comer uma tosta, quer dizer, têm que gostar mesmo do produto. ‘Ah, está bem, está bem.’ Depois vieram pagar e eu disse ‘olhe, não é nada.’, ‘não é nada?’. Eu disse assim ‘olhe, só por vocês terem tido a coragem de sair num dia destes, eu vou-vos oferecer a vossa conta.’ Eles fartaram-se de rir, olharam um para o outro e ‘olha, obrigado’. [...]» (excerto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 04/05/2012)*

Mediante a leitura e análise deste excerto constatamos que os clientes que utilizam este estabelecimento comercial são essencialmente jovens adultos, embora também possamos encontrar bastantes adolescentes, muitos deles por responsabilidade da escola de *surf* apensa e da prática deste desporto.

Quanto à proveniência territorial, e apesar de assegurar que nunca realizou nenhum estudo sobre o assunto, afirma que tem muita gente de fora. Exemplifica com algumas áreas, remetendo-nos para Lisboa, Sintra e eventualmente Oeiras. Admite que cerca de vinte a trinta por cento dos seus clientes não sejam residentes, antes actores sociais provindos de outros territórios da metrópole. Esta informação, de ter clientes que não sejam residentes, é-lhes fornecida por alguns deles a quem questiona de onde são.

Nestas duas entrevistas temos claramente um cenário que aponta para um uso metropolitano da praia, tal como já adiantáramos.

Luís Vicente Baptista e Joan Josep Pujadas indicam que se têm produzido transformações decisivas no tecido urbano das cidades no último meio século (Baptista e Pujadas, 2000, p. 294), o que é notório tanto na sua morfologia e funções,

como, prosseguem, nas relações sociais pré-existentes. Apontam, no mesmo texto, que um dos fenómenos mais influentes no que concerne à vida das populações é o da metropolização das cidades e dos núcleos periurbanos, com consequente reforço da sua dependência mútua, com incremento dos fluxos de pessoas, bens e serviços, formatando sistemas regionais (*idem, ibidem*). Trata-se, segundo os autores, de um fenómeno de cidades já sem fronteiras físicas claras, num processo de constante expansão. Tal facto, acrescentam, favorece o aparecimento de novos actores sociais que entram em conflito com os interesses e as dinâmicas dos grupos já instalados de residentes e de utilizadores das cidades. As cidades como grandes protagonistas da nossa época detêm uma dinâmica que advém de uma articulação complexa e multidimensional que é o resultado da convergência do agenciamento dos governos locais, dos agentes económicos de cariz público e privado, das organizações sociais e cívicas, entre outras (Baptista e Pujadas, 2000, p. 295).

Também no caso da praia de Carcavelos, e seguindo a linha de raciocínio de Luís Baptista e Joan Pujadas, encontramos aglomerados de operadores públicos e privados, interessados em conquistar este espaço, para uma consolidação de ofertas de serviços financeiros e comerciais (*idem, ibidem*). Como resultado, os urbanitas moradores destas cidades, embutidas num complexo contexto de metropolização, vêm-se submetidos a novas formas de convivência, fruto da presença de novos actores sociais que surgem na cena urbana, à alteração dos espaços físicos e a novas formas urbanísticas, consequência da intervenção dos poderes públicos e privados na vida dos lugares (*idem, ibidem*). Sugerem os autores que mudam as tendências, mudam os espaços urbanos e os estilos de vida, ainda que estas transformações não se apresentem homogéneas nem detenham um ritmo constante nem generalizado, tal devendo-se ao facto das cidades serem como, dizem, um compêndio de enclaves descontínuos, autocentrados e com graus diversos de participação nos fluxos e redes dos sistemas urbanos (Baptista & Pujadas, 2000, p. 296).

Em muitos lugares urbanos circunscritos, adiantam, os residentes que trabalham fora são os que menos participam da vida quotidiana local, inversamente a outros actores sociais exógenos ao bairro. Tornam-se lugares de encontro específicos

para cada subgrupo (*idem, ibidem*). Os actores sociais que residem na metrópole podem mesmo disfrutar, entre outras, de zonas de ócio de outros lugares da cidade metrópole, como é também o caso dos indivíduos que trabalham em Oeiras e que se deslocam a Carcavelos com o intuito de tomar uma refeição num espaço – cénico – que valorizam ou que aproveitam para praticar o seu *surf* durante a hora de almoço. Aos velhos residentes das cidades, temos de acrescentar processos de crescente mobilidade das populações, dependentes do policentrismo, e a que estão associadas, entre outras, dinâmicas de recreação urbana (Baptista e Pujadas, 2000, p. 298). Sustentam, apoiando-se e recorrendo a contributos de Martinotti, que hoje em dia não é possível sustentar uma análise das novas formas de morfologia urbana tendo por base tão-somente os padrões de residência ou unidades residenciais, visto que as relações entre população e território são tão dinâmicas que as perspectivas estruturais nos dizem bem menos dessa realidade do que as perspectivas do tipo processualista. Desta forma, concluem, é indispensável insistir na análise dos sistemas urbanos, entendidos como sistemas regionais que em si integram grandes zonas metropolitanas que são constituídas por dezenas, por vezes centenas, de municípios que giram em torno dos grandes centros urbanos (Baptista e Pujadas, 2000, p. 299).

No entanto, como indicámos anteriormente, esta praia, a Praia de Carcavelos, não é propriamente um destino turístico por excelência. Iremos verificar isso mesmo já de seguida.

No que remete para essa (in)visibilidade turística, voltamos antes de mais a ancorar as nossas asserções naquilo que o percurso etnográfico nos demonstrou e, em primeiro lugar, é que o português foi quase sempre a única língua que escutámos quando os actores sociais comunicavam verbalmente entre si, excluindo para um ponto pouco ou nada significativo a utilização de idiomas estrangeiros. Nesta matéria, tanto assim foi durante ou fora da época balnear.

Durante a época balnear também escutámos – ainda que reiteremos que de forma pouco ou nada significativa – alguns actores sociais que se exprimiam



verbalmente com outro idioma que não o português. Espanhol, inglês e alemão foram três que conseguimos, isolando a fonética, escutar por entre os espaços da praia de Carcavelos, especialmente em estabelecimentos comerciais. A fisionomia atípica em relação à portuguesa que atribuímos aos nórdicos era outro factor distintivo que permitia identificar, muito pontualmente, turistas. Ao longo do paredão de cerca de 1km, e também num regime pautado pela pontualidade, escutámos igualmente estas três línguas, com predominância do espanhol, seguido pelo alemão que precedia o inglês. De facto, não incorremos em nenhuma inverdade ao asserir que raros foram os turistas com que nos cruzámos durante este período.

Ainda que sejam observáveis algumas matrículas de veículos motorizados de países como Espanha ou França, estes correspondem apenas a uma exígua parcela do parque automóvel visível nos estacionamento da Praia de Carcavelos, o que nos incentiva a concluir que se trata tão-somente de um número residual. É possível igualmente observar autocarros de turismo a ostentar matrícula estrangeira, sobretudo espanhola, sendo todavia ainda menos significativos do que os automóveis, com visibilidade em número, não obstante serem capazes de carregar mais passageiros, consideravelmente menor. Contudo, como referimos, a presença de indivíduos estrangeiros na praia não passa do mero facto residual.

As entrevistas que realizámos, particularmente as semi-directivas aplicadas a proprietários de estabelecimentos comerciais, também concorrem no sentido de confirmar que a Praia de Carcavelos não é um destino turístico por excelência. Evidenciando-o, plasmamos alguns excertos:

*«[...] Investigador – No Verão têm uma carga maior de estrangeiros...*

*Entrevistado – Tem alguns. Apanhamos os espanhóis, tem os estrangeiros, vêem-se aqui muitos estrangeiros residentes, ingleses, até porque tem aqui o colégio inglês aqui atrás, e já existe bastantes estrangeiros a viver cá que eu noto alguns clientes que já falam*

*português, etc., que são os estrangeiros que moram cá. Estrangeiros que vêm cá em férias não se vê, não há muitos aqui.*

*I – Os hotéis aqui da zona não servem esta praia, então?*

*E – Pouco, é pouco. Ficam mais por Cascais, em Cascais já se notam muitos mais estrangeiros.*

*I – É uma praia mais vocacionada para portugueses...*

*E – É, mais portugueses. É. [...]*

*I – É regra ser a época mais alta até antes de Setembro?*

*E – É. É de Junho até Agosto.*

*I – Setembro já não é assim muito...*

*E – Cai. Cai completamente. Isto há ali antes de Agosto há ali uma quebra de pessoas que... dos nossos clientes que é pessoas daqui, isto é, portugueses, e está aqui há pouco lhe disse que muitos dos nossos cliente são portugueses, ou seja ali em Agosto há uma quebra muito grande que as pessoas aqui em redor vão de férias e na primeira semana de Agosto isto está quase deserto. E então depois começa a chegar os espanhóis, os imigrantes, então a coisa lá se compõe, durante o mês de Agosto. Ou seja sai clientes nossos, clientes do dia-a-dia, já nossos clientes que nos desaparece um bocado ali no mês de Agosto, e entram novamente novos cliente que é normalmente emigrantes, espanhóis, que vão compondo a casa; bons clientes, por acaso. Ingleses é que não se vê muito já. Antigamente o espanhol não era um grande cliente e neste momento o espanhol é melhor que o inglês.*

*I – Neste momento as pessoas que mais vêm de fora são mesmo os espanhóis?*

*E – É, é. Quando vêm, por exemplo na Páscoa, trabalha-se muito bem, se estiver bom tempo estão muitos espanhóis, mesmo. E antigamente o espanhol era mau porque pagava pouco, era mesmo ali as coisas à conta. Agora o espanhol já dá gratificação, o espanhol já consome bastante. Foi desde a altura do Euro, mais ou menos, que a coisa começou a mudar. Mas entrámos para a comunidade europeia, antes do Euro havia muitos ingleses que vinham cá, gastavam à vontade...*

*I – A moeda mais forte na altura...*

*E – Era. Mas gastavam sem olhar para aquilo que estavam a gastar, gastavam mesmo... Eu lembro-me disso porque nessa altura eu estava em Cascais, nessa altura eu lembro-me que era assim. Já o espanhol, não. E agora o inglês que aparece já vem para a praia com sacos de supermercado, tudo contadinho, vêm aqui já tudo contadinho, já não gastam assim à vontade, se calhar já consomem coisas assim mais baratas. Já não é a mesma coisa, já não o mesmo cliente, julgo eu. [...]*» (excerto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 23/05/2011)

Nesta entrevista é-nos veiculada a informação que aponta para um certo saudosismo, presumivelmente favorável para o comércio, em relação à anterior moeda portuguesa, o Escudo. Tal deve-se, assim o crê o entrevistado, pelo baixo valor da moeda quando comparada com a britânica Libra Esterlina e até mesmo a Peseta espanhola. O entrevistado assegura que na altura em que estas diferentes moedas concorriam se notava um manifesto poder de compra acrescentado por parte do consumidor estrangeiro, do turista. Actualmente, tal facto já não se verifica após a adesão de Portugal, e de Espanha, ao Euro equilibrando o valor real para com a Libra Esterlina, causando a diminuição drástica do consumo por parte de turistas essencialmente ingleses.

Ainda assim, mesmo acusando uma maior presença de turistas durante a época da Páscoa, o entrevistado parece-nos peremptório em considerar, e em confirmar, que de facto Carcavelos nunca foi, na sua memória, uma praia de significativo acolhimento turístico, sendo que estes últimos preferem outros territórios da vila, nomeadamente do seu centro, em detrimento de Carcavelos. As freguesias do Estoril e Cascais aparecem como sendo aquelas que acolhem em maior número, e já bem significativo, actores sociais em turismo. Refere inclusivamente, sem recolhimento, que a praia de Carcavelos é vocacionada para um uso e apropriação efectuado por actores sociais esmagadoramente nacionais.

Já de outra fonte, de um diferente entrevistado, recolhemos o seguinte:

*«[...] Investigador – O cliente aqui... não há muitos estrangeiros nesta zona, pois não?»*

*Entrevistado – Não e eu acho que há uma explicação para isso. Nós temos aqui dois hotéis, que é o hotel Praia-Mar e o Riviera. Eu já lá fui...*

*I – São os dois únicos aqui em Carcavelos.*

*E – Sim. Eu já lá fui. Até ao Estoril são os únicos, que eu saiba. Até ao Estoril. Depois do Estoril já começa a haver. Já fui a estes dois hotéis e fui dizer: ‘olhe, nós somos o restaurante assim, estamos neste sítio, gostávamos de fazer publicidade aqui, de por uns panfletos e assim. Vocês conhecem o sítio?’, ‘Não, não. Não conheço.’ Chefes de... directores de hotel e chefes de, como é que se chama?, de recepção. Eu disse assim ‘eu acho que vocês deviam...’ É uma vergonha.*

*I – Só a partir do Estoril...*

*E – É uma vergonha. A Câmara só olha a partir do Estoril. É vergonhoso. É vergonhoso. Isto eles vêm como a cauda da Linha de*

*Cascais. Isto não é Cascais, é Carcavelos. Isto é só a praia com mais condições para eles fazerem coisas megalómanas. Eu cheguei a dizer aos senhores da Câmara eu se tivesse dinheiro fazia concertos aqui, eu punha isto no mapa dos concertos da Europa. Há sítios lá em cascos de rolha, que as pessoas vão para concertos, vão usar espaços lá para as Zambujeiras e não sei quê. Aqui às portas de Lisboa? Vocês ainda não olharam para isto com olhos de ver. Mas olhe, vocês é que sabem.*

*I – Em Oeiras, por exemplo, já fazem o Optimus Alive.*

*E – Eu já lhes disse: ‘vocês, se não sabem, aprendam com os outros; olhem, imitem os outros, têm ali a Câmara de Oeiras; aquele senhor que se calhar já fez trinta por uma linha, não devia ter feito, mas faz coisas que vocês já deviam ter feito também. Imitem as pessoas que fazem as coisas bem feitas. Eles têm boas praias e condições para fazerem qualquer coisa. E eles fazem. Esta praia podia ser uma coisa de outro mundo. Vocês não querem.’*

*I – Parece-me que o Turismo... estão mais interessados em apostar no centro de Cascais...*

*E – Pois, centro de Cascais...*

*I – Um turismo mais elitista, por assim dizer.*

*E – Exactamente. Mas quer dizer, Carcavelos não pode ser elitista porquê? Pá, é a única praia, que eu saiba, que é iluminada como esta. Para fazer actividades desportivas tem campos de volley... aliás, estes campos de volley foram postos por nós. Os campos de volley... olhe, estas barras que estão aqui, este circuito de manutenção que estão aqui, fui eu que os montei há sete anos. Campos de volley temos há anos. Já o antigo dono tinha, que eram dois postes de madeira. Se isto hoje em dia é considerado no Plano de Ordenamento da Orla Costeira zona desportiva, esta zona daqui, a nós nos deve. Muito a nós nos deve, porque isto... começámos por ter campos de volley, começámos por ter a*

*primeira escola de surf da Linha, começámos por meter estas barras aqui. São milhares as pessoas que usam este espaço. A custo zero, a custo zero. Eu morei aqui durante sete anos. Aqui, a tomar conta disto, que isto era assaltado, era vandalizado. E pronto, sei o que é que era isto. Na altura éramos nós que púnhamos luzes nossas a apontar para o campo de volley. [...]*

*I – Só há dois hotéis daqui até... também não é uma praia de Turismo?*

*E – Não, não, não. Ainda por cima os hotéis não são capazes de ter um conhecimento do que se passa aqui na praia. E eu disse ‘olhe, se eu tivesse um espaço como vocês não divulgava qualquer espaço; mandar os meus clientes para o restaurante A, B ou C, ainda por cima pode ser uma espelunca, não; era bom vocês verem o espaço de que eu estou a falar, que é um espaço agradável e que se come boa comida, pronto, que eu quero deixar cá publicidade mas quero que vocês percebam que aquilo é um espaço que vocês podem mesmo mandar os vossos clientes que não é mais um entre trezentos, não é?’ [...]*» (excerto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 04/05/2012)

Novamente, nesta entrevista obtemos a informação de que a presença de turistas na praia, quando existe, é patente particularmente nas ditas épocas altas, é meramente residual.

Neste texto o entrevistado transmite-nos a não existência de muitos estrangeiros como seus clientes, restando portanto como esmagadora maioria de clientes, ao longo do ano, aqueles que de nacionalidade portuguesa. Nega, neste caso, um uso reiterado do seu estabelecimento por turistas, tal como já havíamos verificado no excerto da entrevista precedente. Começa a apresentar como razão o facto dos

dois principais hotéis que se localizam junto à praia não direccionarem para os estabelecimentos ali sediados os seus hóspedes, insinuando uma falta de diálogo e de sinergias entre os estabelecimentos hoteleiros e os estabelecimentos existentes na praia. Faz questão em apontar que, piorando a situação, só a partir do Estoril é que o número de hotéis começa a ser realmente significativo, remetendo responsabilidades para a CMC que diz só olhar a partir do Estoril e estigmatiza Carcavelos como sendo observada, por essa entidade, como a cauda de Cascais. Assere, inclusive, ter contactado a CMC no sentido de a sensibilizar que a praia reúne as melhores condições para que nela se realizem megaeventos, como concertos de grande dimensão na mesma linha dos que têm lugar em Oeiras, justificando que a proximidade com a cidade de Lisboa seria nada mais do que um enorme facilitador. Embora esses eventos, eventualmente concertos de grande dimensão, pudessem vir a ter lugar na praia de Carcavelos, é nossa opinião que esse facto poderia contribuir para atrair mais utentes metropolitanos, em número e diversidade, e somente um número bastante residual de turistas, se bem que possivelmente mais do que aqueles que actualmente utilizam a praia e os serviços colocados à sua disposição.

Quando questionado se o investimento no turismo por parte dos decisores políticos se centra exageradamente no centro de Cascais, diminuindo o potencial que observa em Carcavelos, o entrevistado não hesita em anuir e em confirmar a nossa tese de que Carcavelos tem sido secundada como protagonista na cena do turismo. Faz valer igualmente como seus argumentos que a praia de Carcavelos poderia tornar-se igualmente um destino para as elites, considerado o rol de equipamento de que a praia está dotada, inclusive de iluminação nocturna, muito particularmente orientado para práticas lúdicas em que são exemplificados desportos tais como o *volley* de praia e o *surf*. É um espaço, sustenta, utilizado por milhares de pessoas e que, pelo seu mediatismo, poderia ser mais bem aproveitado para os usos definidos por turistas. Pretendemos apenas concluir que o turismo em Cascais, como já observado, não depende apenas do seu carácter lúdico, mas também da sua atractividade face ao turismo de negócios, como o dito MICE. Parece-nos que a praia de Carcavelos, no que respeita a esta última vertente, a de turismo de negócios, não se encontra adequada

exactamente da melhor forma, falhando inclusivamente na existência de unidades hoteleiras capazes de hospedar potenciais turistas. Esse equipamento, e outro que complementar, como centros de reuniões, encontram-se já bem firmados no Estoril e no centro de Cascais, o que, conseqüentemente, concorre para empurrar a praia de Carcavelos para uma situação de dita quase invisibilidade turística.

## **7. Da Distinção. Uma Praia, Duas Realidades Vividas.**

Neste ponto, com que terminaremos o resultado da analítica à nossa abordagem da praia de Carcavelos, pretendemos exaltar uma realidade que nos pareceu evidente desde o começo da nossa imergência neste território e que seria cientificamente insalubre ignorar: a existência, que perdurou pelo tempo de investigação *in locus*, não de uma mas de duas praias de Carcavelos. A primeira, nos seus territórios geograficamente delimitados mais a nascente e a segunda, verificável nos territórios mais a poente. Existirá entre os dois um espaço que poderemos considerar intersticial ou de charneira e de transição, que sensivelmente apontamos a meio deste território. A fim de tornar esta nossa proposta mais inteligível, observemos, construída a título compreensivo, a Figura 11:





Figura 11

Legenda: Praia de Carcavelos por distinção na apropriação: Zonas Nascente e Poente

Fonte: Adaptado de Google Maps (Google 2013)

De facto, a Figura 11 apresenta-nos a praia dividida em três segmentos, nos quais podemos ler, balizado a traço vermelho, o que denominámos por zona intersticial ou de transição, e as zonas Poente e Nascente da Praia, nomeadamente à esquerda e à direita do espaço balizado a traço vermelho. Se três segmentos, por quê então a nossa anterior insistência numa praia, passando a força de expressão, a ‘dois tempos sociais’?

A explicação parece-nos simples tanto quanto, todavia, inevitável o é esclarecê-la por mais palavras. Ao espaço intersticial, por si, seria tentador denominá-lo de não-lugar, considerada a transitoriedade do mesmo face aos movimentos dos fluxos dos actores sociais que o utilizariam como ponto de passagem e não como ponto onde as vivências fossem pautadas por interacções prenes de significados (Augé, 2007, pp. 72-96). Contudo, em primeiro lugar, o conceito de não-lugar, particularmente como Marc Augé o operacionaliza, não nos é caro e rejeitamo-lo liminarmente por deficiência do seu carácter explicativo. Sustentamos a tese de que no ecossistema

humano não existe tal coisa como o não-lugar, visto que nestes espaços estamos sempre envoltos em circunstâncias de reflexividade, que estes se encontram inevitavelmente carregados de sentido, do qual são simultaneamente produto e produtores; não existem, asseveramo-lo, espaços 'neutros'. Segundo, este espaço que aqui fazemos figurar como intersticial não se rege tão-somente pela transitoriedade e por um regime de interações voláteis e desintegradas, para não sugerir como que praticamente inexistentes. José Machado Pais oferece-nos um bom exemplo de como até um automóvel, comumente utilizado em espaços tidos por Augé como não-lugares, é não só um veículo de locomoção como também um veículo de comunicação, numa sociedade onde se «dá nas vistas» (Pais, 2010, p. 40). Existem, segundo o autor, anseios de interação, mesmo que raramente correspondidos de forma intensa (Pais, 2010, pp. 41-47).

Porém, centremos a nossa atenção nos espaços que nos aparecem como mais distintos entre si, os lugares para poente e os para nascente a partir do traçado que delineámos. Fortemente significativo para a apropriação destes lugares é a escolha das formas funcionamento dos estabelecimentos comerciais que agem como instrumentos de suporte e apoio às sociabilidades estabelecidas na praia como um todo, em particular o dos restaurantes-bar que se dispersam pelo paredão.

Na parcela mais a poente a lógica de funcionamento dos estabelecimentos que referimos é pautada de forma inquestionável por motivações que remetem para o uso sazonal da praia, prevalecendo, claro está, os usos durante a dita época balnear. Assim, é opção por parte dos proprietários dos estabelecimentos que encontramos na parcela mais ocidental manter as suas portas encerradas durante a maior parte do ano. Na realidade, só apresentam um funcionamento regular durante três ou quatro meses por ano, fomentando um esvaziamento dessa parcela da praia por falta de estruturas de uso público, em plena actividade, que atraíam eventuais apropriantes. Apostam vincadamente nos meses coincidentes, como aludimos anteriormente, com a época balnear, particularmente num regime de uso diurno e descurando as

potencialidades de um usufruto assente num lazer nocturno, não mantendo actividade continuada durante a semana mas sim com maior evidência nos fins-de-semana.

Compreende-se, pois, que esta parcela a que nos temos estado a referir seja assim mais despovoada, particularmente à noite e durante os meses de não pertença à época balnear, contribuindo tal facto, como nos refere Jane Jacobs relativamente ao esvaziamento de ‘olhos’ sobre os lugares públicos (Jacobs, 1992, pp. 61-73, pp. 89-111), para um empolgamento do sentimento de insegurança na sua vivência ou para um quase que completo esvaziamento quanto ao número de indivíduos que a utilizam. Em entrevista a um proprietário de um restaurante-bar, o único aberto durante todo o ano, obtivemos mais algumas informações, que viemos a constatar, sobre o longo período de tempo a que quase todos os estabelecimentos deste tipo estão sujeitos por opção:

*«[...] Investigador – Em termos de rentabilidade... é rentável ter isto aberto todas as semanas...*

*Entrevistado – Aberto o quê, todo o ano?*

*I - ...todas as noites.*

*E – Não. É claro que não é, é claro que não é. [...] A questão é nós temos a consciência, ao contrário de muitos restaurantes que fecham aqui que fecham quando está frio, quando está chuva, fecham a maior parte do ano, nós não fazemos. Nós pensamos nós queremos ter uma casa aberta o ano inteiro para que o cliente saiba... há clientes que chegam aqui, às vezes com chuvadas, ‘vocês estão abertos, pensei que vocês não estavam abertos, não tinha a certeza’. E disse ‘nós nem com picaretas a chover fechamos, portanto vocês estejam descansados, 365 dias do ano, menos a noite de Natal’.*

*I – Por exemplo, os outros estabelecimentos...*

*E – Não, fecham a maior parte do ano. Fecham seis meses por ano, no mínimo. Mais de seis meses. [...]»* (excerto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 04/05/2012)

Na parcela territorial mencionada como mais a nascente encontrámos estratégias opostas, que obtêm como resultado uma maior densidade e propriedade numérica na apropriação do espaço, o que significa uma vivência do quotidiano extraordinariamente diferente na qual as interações sociais e a presença no espaço por múltiplos actores sociais oferecem uma visibilidade inquestionável, quer durante o dia quer mesmo durante os períodos concernentes a apropriações que remetemos para o lazer nocturno.

Nesta parcela mais oriental da praia encontramos com facilidade no paredão da praia estabelecimentos comerciais a operar durante todo o ano ou apenas com interrupções de um a dois meses por ano, adicionando-se ainda em alguns casos encerramentos nocturnos durante os dias úteis. Estes estabelecimentos dispersos por esta área vocacionam a sua oferta para usos de apropriação do espaço não só não assentes na lógica do funcionamento mais ocasional, como também para usos no seio de lógicas e vivências de lazer nocturno. Reforçando a continuidade do lazer especificamente para o dito lazer nocturno, estabelece-se neste espaço da praia a única discoteca que, por assim dizer, equipa a praia. Embora o acesso a esta discoteca não se faça ao nível do chamado paredão, mas sim ao do parque de estacionamento em betuminoso paralelo à Avenida Marginal, projecta sobre a praia, e agora sim mais ao nível do paredão, uma varanda panorâmica direccionada para o mar, alternando e acumulando em sinergia as ofertas próprias a uma discoteca com as de uma, adaptando o conceito de John Hannigan, *landscape of pleasure* (Hannigan, 2000b, p. 65) para fruição.

Em síntese, ao invés de uma praia esvaziada, encontramos um lugar prenhe de possíveis actividades dirigidas ao lazer com uma continuidade que ignora não só a sazonalidade mas os próprios ritmos que dividem o dia: metaforicamente, é aqui uma praia que chega a não dormir, calhando cruzarem-se aqueles que abandonam o lugar com aqueles que chegam para o apropriar, seja do dia para a noite como da noite para o dia – de tal são exemplo o *surfer* ou o praticante de *jogging* que ‘toma o lugar’ do *clubber*, do indivíduo que abandona a discoteca, o indivíduo que chega para pequeno-almoço e aquele que parte após ‘pequeno-almoço’. Recolhemos numa entrevista realizada a um proprietário de um restaurante-bar informações que corroboram a nossa interpretação analítica. Como já tinha terminado a entrevista, não estando já o gravador a recolher dados, esta informação foi registada, logo que possível e ainda no mesmo dia, no caderno de campo.

Acentuando a clivagem de vivência quotidiana entre estas ‘duas praias’ adicionamos o protagonismo que a parcela nascente retira do megaevento, e de outros eventos pontuais de dimensão mais humilde mas também eles significativos, que tem como mote o *surf* à noite em Cascais e que envolve largos milhares de apropriantes, sejam os associados à logística do evento ou aqueles que nele participam como espectadores. Este protagonismo, enredado na singularização e nas especificidades que esta praia potencia e a demarca de outros territórios, materializa-se como positivo para a construção e manutenção da sua boa imagem e *marketing* da mesma. Corroborando a nossa asserção, ou no sentido da nossa tese, citamos Domingos Martins Vaz:

*«O sistema identitário de uma cidade é predominantemente contingencial, feito de fragmentos simbólicos. [...] O que está em causa é contrariar algum mimetismo de processo, e a necessidade de singularização, de afirmação das especificidades [...]. Um processo de comunicação aberto, entre todo o tipo de actores urbanos, é condição para a existência de uma imagem credível do lugar, promove a adesão*

*do cidadão e reforça a notoriedade e a atractividade locais.» (Vaz, 2008b, pp. 102-103)*

Entre os outros eventos que destacam a Praia de Carcavelos na Linha, novamente organizados na metade oriental da praia, incluem-se diversas provas profissionais de *beach volley* de âmbito nacional<sup>83</sup> e internacional. Graças a estas actividades que promovem outros usos lúdicos da praia, sustentados pelo desporto, foi consagrada no POOC onde está incluída a Praia de Carcavelos a existência de uma zona desportiva ou afecta ao desporto. Um dos proprietários de um restaurante-bar reclama, pela sua persistente aposta em equipar a praia com mobiliário desportivo, mérito por esse ‘traçado’ no POOC:

*« [...] Para fazer actividades desportivas tem campos de volley... aliás, estes campos de volley foram postos por nós. Os campos de volley... olhe, estas barras que estão aqui, este circuito de manutenção que estão aqui, fui eu que os montei há sete anos. Campos de volley temos há anos. Já o antigo dono tinha, que eram dois postes de madeira. Se isto hoje em dia é considerado no Plano de Ordenamento da Orla Costeira zona desportiva, esta zona daqui, a nós nos deve. Muito a nós nos deve, porque isto... começámos por ter campos de volley, começámos por ter a primeira escola de surf da Linha, começámos por meter estas barras aqui. São milhares as pessoas que usam este espaço. A custo zero, a custo zero. Eu morei aqui durante sete anos. Aqui, a tomar conta disto, que isto era assaltado, era vandalizado. E pronto, sei o que é que era isto. Na altura éramos nós que púnhamos luzes nossas a apontar para o*

---

<sup>83</sup> É o caso, identificamo-lo a título exemplificativo, de provas do campeonato nacional de voleibol de praia, em Agosto de 2012.

*campo de volley. [...]»* (extracto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 04/05/2012)

Os eventos de relevo, conforme os verificados mediante a nossa exposição e analítica, ocorrem consistente e reiteradamente no território que delimitámos como aquele a nascente na praia. É este o segmento da praia que atrai mais utilizadores numa óptica de regularidade e constância, e não só numa mais redutora perspectiva sazonal, predispostos a apropriarem-se deste espaço público com finalidades lúdicas.

Por tudo o que temos explanado, sentimo-nos convictos que estamos igualmente perante um processo de gentrificação da praia moldado tanto pelos decisores públicos como pelos agentes sociais económicos, aqueles que estabelecidos na praia e outros que aproveitam a realização de eventos temporalmente mais dispersos para se promoverem e realizarem os seus intuitos em termos de capitalização económica.

Importa, evidentemente, ressaltar o que neste âmbito entendemos e operacionalizamos como gentrificação. Na circunstância não nos referimos a um movimento ao estilo do *back-to-the-city* como sucedeu a partir dos anos 70 do século XX nos Estados Unidos (Lees, Slater & Wyly, 2008, p. 90).

A Ruth Glass é comumente atribuída a cunhagem do termo gentrificação na literatura sociológica, em 1964, descrevendo o deslocamento num dado território de residentes de pertença a classes operárias – ou a segmentos de classe mais desfavorecidos, como optaremos por denominar de ora em diante – para que no mesmo se estabelecessem residentes provenientes de classes economicamente mais capitalizadas, no caso os segmentos de classe médios. Nas suas origens e numa perspectiva mais clássica o conceito de gentrificação encontrava-se primeira e inequivocamente relacionado com a ‘substituição’ de residentes menos desejados por outros manifestamente desejados, portanto, com o carácter do interesse imobiliário a assumir claramente a sua predominância (Lees, Slater & Wyly, 2008, p. 4-5). No

entanto, ainda que correlacionada com uma perspectiva capitalista assente na apropriação do imóvel, o conceito de vizinhança ‘enobrecida’ ganha igualmente primazia no processo de gentrificação – com ‘iguais’ entre ‘iguais’.

Na Praia de Carcavelos não podemos introduzir a dinâmica da apropriação do que é imóvel para residência por classes mais elevadas do que as que até aí se encontravam, visto para este efeito específico tal não é aplicável. Podemos e devemos, no entanto, introduzir o conceito de vizinhança ‘enobrecida’ não no sentido da de bairro mas no sentido daqueles que em conjunto se apropriam de um vasto espaço público, criando um sentimento de pertença e de sociabilidades passíveis de coexistência apenas entre os que se identificam como iguais. Considerado à letra, o termo anglo-saxónico *gentrification*, de raiz ‘*gentry-fication*’, significa e consigna a substituição de uma população existente – ou presente, enquanto apropriante do espaço público, no caso da Praia de Carcavelos – por outra mais ‘nobre’ ou ‘aristocrata’, de gentes ‘bem-nascidas’ ou ‘finas’ (Lees, Slater & Wyly, 2008, *idem*).

Nos termos em que nos explicámos não temos portanto qualquer pejo nem pudor científicos em aplicar o termo gentrificação ou de processo de gentrificação ao real, ao quotidiano vivido, da praia de Carcavelos. Uma gentrificação, força de expressão, ‘social’<sup>84</sup>. Entendemos que de forma muita crua tem havido intencionalidade por parte dos decisores públicos municipais e dos agentes económicos estabelecidos ou em acção na praia em substituir gradualmente, na medida do que vão conseguindo, os seus apropriantes para indivíduos mais capitalizados, não só economicamente como também culturalmente, mediante uma manipulação e selectividade das sociabilidades num sentido de ascensão social (Almeida, 2013; 2014a; 2014b).

---

<sup>84</sup> Estamos bem cientes de que toda a gentrificação e de que os seus processos são, por essência, sociais. Apenas fazemos aqui esta distinção para diferir a gentrificação que dizemos encontrar na vida social, na interacção social, da praia com aquela que implica em simultâneo, e que é a original, a integração da questão da desvalorização/valorização imobiliária dos bairros.



Este fenómeno de gentrificação do espaço para as sociabilidades nocturnas ocorre, proliferando, em diversos territórios da metrópole como o comprovam as asserções de Jordi Nofre nesse sentido na sua investigação sobre lazer nocturno em espaços do Cais de Sodré, cidade de Lisboa (Nofre, 2013).

É possível, inclusivamente recorrendo a princípios assentes na epistemologia indicial (Soulet, 2006) e às possibilidades oferecidas pela análise etológica, discernir entre estas ‘duas praias’ determinadas tipologias de apropriantes, quanto aos resultados de uma gentrificação desigual entre elas, embora não tenhamos dúvidas que em ambas as parcelas tenham sido exercidas requalificações que revitalizaram o uso e apropriações da praia entendida como um todo.

A distinção que aqui nos propomos evidenciar, mediante indícios e pelo recurso à etologia, é respeitante a actores sociais portadores de capitais, de acordo com o entendimento deste conceito por Bourdieu, distintos e desiguais. Esses actores têm na praia os seus locais de estilo, que diferem e que muitas vezes não partilham, utilizando-os numa perspectiva que podemos denominar intra-classista. Tal fenómeno é particularmente visível se atentarmos aos usos nocturnos da praia. Por essa razão, iremos ater as nossas considerações mormente às praticas lúdicas em que engajam os actores sociais durante os períodos que já anteriormente identificámos como sendo aqueles concernentes ao quotidiano nocturno. Aliás, é para nós claro que durante o dia, apesar de possível, é mais difícil constatar os as diferenças na apropriação do território. Como sugere Cosnier, a natureza da população pode variar grandemente conforme as diferentes horas do dia (Cosnier, *in* Grosjean & Thibaud, 2008, p. 16).

Devemos igualmente ter em atenção os períodos de época balnear e de época não balnear, visto que durante a primeira são milhares os utilizadores que se apropriam da praia, dificultando, recorrendo a uma expressão popular, uma separação de águas. Quer isto dizer que durante a época balnear vivemos uma situação na praia, seja no areal ou no paredão e estabelecimentos comerciais aí erigidos, enquadrada numa lógica de cada um por si, buscando os actores sociais, *e.g.*, lugar nos estabelecimentos comerciais em conformidade com a disponibilidade e vagas de lugares que vão apresentando, como já mencionámos em ponto anterior. Trata-se de

uma situação mais entrópica e anómica, onde os utilizadores que afluem à praia se misturam sem consideração ao *habitus* de classe. É de notar igualmente que durante alguns períodos da época balnear afastam-se da praia, particularmente no seu uso diurno, os seus utilizadores habituais, sejam eles residentes ou oriundos de outros territórios da metrópole. Tal consideração é também assinalada por proprietários de restaurantes bar, como podemos constatar:

*«[...] Entrevistado – Cai. Cai completamente. Isto há ali antes de Agosto há ali uma quebra de pessoas que... dos nossos clientes que é pessoas daqui, isto é, portugueses, e está aqui há pouco lhe disse que muitos dos nossos cliente são portugueses, ou seja ali em Agosto há uma quebra muito grande que as pessoas aqui em redor vão de férias e na primeira semana de Agosto isto está quase deserto. E então depois começa a chegar os espanhóis, os imigrantes, então a coisa lá se compõe, durante o mês de Agosto. Ou seja sai clientes nossos, clientes do dia-a-dia, já nossos clientes que nos desaparece um bocado ali no mês de Agosto, e entram novamente novos cliente que é normalmente emigrantes, espanhóis, que vão compondo a casa; bons clientes, por acaso. Ingleses é que não se vê muito já. Antigamente o espanhol não era um grande cliente e neste momento o espanhol é melhor que o inglês. [...]» (excerto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 23/05/2011)*

*«[...] Entrevistado – De Verão já aparece muita gente que eu não conheço, como é óbvio. [...]*

*Investigador – Para terminar, que já lhe ocupei imenso tempo, só para finalizar esta questão de quem ocupa o espaço no Verão e em*

*termos de dia para noite, qual é que é a diferença que vê nos seus clientes?*

*E – De dia é muito, de Verão, é muito um cliente ocasional. De noite já vem um cliente habitual. Porque nós temos muita gente, clientes habituais, habitualíssimos há dezenas, déca... pronto, dezasseis anos, ou o que é que é, dezassete. Vêm aqui e de Verão não põem aqui os pés. Quando muito vêm ao fim da tarde, beber um sumo, porque eles mesmo dizem ‘oh pá, então não vens aqui à praia?’, ‘eh pá, a minha praia de Verão não é esta, eu gosto muito de vocês mas a minha praia de Verão é outra, é Guincho, Bafureira, São Pedro, que esta praia aqui é muito má.’, eu digo ‘não, mas esta praia já não é o que era.’ Mas as pessoas têm isso na cabeça e ninguém lhes tira. [...]» (extracto de entrevista semi-dirigida realizada a um proprietário de um restaurante-bar, conduzida em 04/05/2012)*

Como entendemos pela leitura destes dois excertos, a população de um determinado lugar, como afirma Cosnier, não varia só consoante a hora do dia como varia igualmente consoante diferentes períodos do ano, conforme as condições atmosféricas, entre outras variáveis.

A distinção que propomos, quanto aos utilizadores e apropriantes da praia, é entre os actores sociais mais capitalizados económica e/ou culturalmente e aqueles que o são menos, considerando que bastante vezes portadores de diferentes capitais não se miscigenam no mesmo território. O estudo de um espaço público em termos etológicos, na óptica de Jacques Cosnier, pode-se enunciar da seguinte forma: «que população frequenta um dado território e como se comporta ela?» (Cosnier, *in* Grosjean & Thibaud, 2008, p. 15). É possível à eco-etologia, ou à etologia humana, estudar interacções entre actores sociais, entre elas também aspectos ergonómicos, desportivos, entre outros (*idem, ibidem*). É esta linha metodológica que pretendemos seguir ao analisar o comportamento, posturas, entoações, vestuário, etc., dos actores

sociais que distinguimos e que provocam uma clivagem no espaço, criando as tais duas praias de Carcavelos a que nos referimos.

Julgamos que é sem grandes surpresas que afirmamos ser a parcela mais a nascente da praia que atrai um maior número de apropriantes mais capitalizados. Por oposição, cabe à outra parcela, à metade mais a poente, captar aqueles que são dotados de menores capitais económico e cultural. Para etologicamente entendermos melhor esta distinção, seguimos as indicações metodológicas propostas por Cosnier. Assim, para melhor compreender o comportamento e a variedades cénicas, o investigador viveu, experienciou por ele próprio as situações do quotidiano, relevando-se assim com maior acuidade precisões e imprecisões que naturalmente advêm de uma vivência sempre passível de se encontrar com o factor surpresa (Cosnier, *in* Grosjean & Thibaud, 2008, p. 17).

Um dos aspectos mais reveladores do *ethos* de classe é a indumentária usada pelos actores sociais. Começemos por este aspecto. Na parcela mais poente da praia, observado seguindo as regras que já mencionámos, constatámos que os actores sociais que a apropriam tendem significativamente a utilizar roupas sem marca visível ou então de marcas regularmente associadas a extractos de classe não tão favorecidos. Nos homens não é incomum o uso das ditas *t-shirts* de cavas, ostentando ora um físico cuidado ora o oposto, sendo nalgumas situações, ainda que não muitas, observar manchas, nódoas, na roupa que utilizam. Nos mais jovens, principalmente, é normal encontrá-los de boné, de quando em quando com a pala voltada para trás, e outros acessórios, tais como óculos de sol – inclusive durante o apropriamento nocturno – colocados tanto na face como por cima da testa, pulseiras de metais preciosos ou não e também de tecido, e colares que podem ser de metais preciosos ou não, de couro ou de missangas. No que remete para as marcas de indumentária variada cujo valor implica investimento de capital económico equiparável ao das classes médias, notámos a preferência pelo uso de marcas associadas aos desportos de massas. O uso de ténis, também eles associados maioritariamente a marcas de desportos de massas, é comum independentemente do sexo do indivíduo. Também o

uso de chinelos de praia é visível, especialmente nos homens, deixando para os indivíduos de sexo feminino o uso de sandálias de borracha ou couro. A ganga, por regra é a escolha preferencial aquando da escolha de calças – no feminino deparamo-nos também com o uso de saias, em particular curtas, de outros tecidos – para ambos os sexos, com as mulheres a usarem peças com acessórios embutidos e com mais rasgões propositados a compor o desenho da peça. São normalmente pretas e azuis, com predominância do azul, e nalguns casos ostentam símbolos de marcas associadas a classes médias e até médias altas.

No entanto, como a etologia humana tem uma forte influência do estudo dos hábitos, como a etologia da natureza observa o dos animais (Cosnier, *in* Grosjean & Thibaud, 2008, p. 17), atentámos a atitudes como mascar pastilha, inclusive no que se entende por de boca aberta, cuspir para o chão, assobios estridentes amiúde coadjuvados por dedos no interior da boca, e o consumo de bebidas directamente pelo bocal das garrafas, o que sucede com maior sobranceira entre os homens, sendo a bebida ingerida regra geral a cerveja. Notámos também uma tendência para o tom de voz ser mais elevado nas conversações, o que implica na música do ambiente níveis de decibéis mais elevados debitados pelas colunas dos bares ou restaurantes-bar – cremos ser esta a resposta encontrada pelos proprietários, não ocorrendo o inverso, isto é, ser o volume de som mais elevado a provocar um tom de voz mais elevado por parte dos actores sociais que pretendem comunicar entre si; mas neste micro-ecossistema quase parece natural que ambos se influenciem reciprocamente por hábito já enraizado.

No que concerne à parcela nascente da praia encontramos uma realidade que muito difere da que acabámos de relatar. Começando uma vez mais pela indumentária, como indicador do *ethos* de classe, nestes territórios verificámos que os actores sociais que apropriam demonstram maior cuidado com que ostentam, no sentido de pretenderem, consciente ou inconscientemente, demonstrar o seu sentimento de pertença a extractos de classe média e média alta. As marcas associadas a desportos de massas são quase que totalmente banidas, imperando quando existem utilizadores a usar roupas de desporto as marcas associadas aos

desportos de mar, como o *surf* e o *bodyboard*, e, em menor número, associadas a desportos como o ténis – em relação ao ténis excluimos as marcas também utilizadas por desportos de massas – ou até mesmo o *golf*. Este estilo de roupas, incluindo calçado e acessórios como relógios ou pulseiras, é utilizado independentemente do sexo dos actores sociais. Posto de lado agora a indumentária mais desportiva, é comum observar-se os actores sociais vestidos com roupas, ainda que na maioria das vezes uma indumentária tida como informal ou relativamente informal, que ostentam marcas comumente associadas, pelo investimento económico que implicam, a extractos de classe média e média alta. A apresentação parece mais cuidada no que remete a nódoas na roupa, constadas na situação anterior. As calças usadas – tanto por elementos do sexo masculino como do sexo feminino – são também na sua maioria de ganga, sendo visíveis, uma vez mais, os símbolos de marcas, incluindo as que remetem para desportos de mar, que carecem de algum investimento de capital económico. Todavia para além da ganga, há uma maior diversidade nos tecidos e cores utilizadas pelos actores sociais, verificando-se calças de cor verde, *beije*, branca, amarela, rosa, entre outras mais. Cobrindo a parte do tronco, encontramos em menor número t-shirts e em maior polos e camisas que, no entanto, em comum partilham o mesmo denominador, o facto de pertencerem a marcas normalmente associadas a extractos de classe média e/ou média alta. O mesmo se aplica a *pullovers*, blusões e acessórios. Os acessórios no feminino incluem pulseiras, brincos, raros fios de pescoço, anéis, relógios, cintos e bolsas ou malas. Nos homens os acessórios são os mesmos, excluindo as bolsas ou malas – substituídas por carteiras de bolso – e anéis (exceptuando os de união por casamento), encontrando-se em número irrisório brincos e fios de pescoço e, por fim, notam-se também a um nível só quase pontual pulseiras de cabedal ou de tecido (estas últimas, normalmente de marcas referentes a desportos de mar). Ao inverso da situação anteriormente explanada, não encontramos uso de bonés nem de óculos de sol colocados no rosto. O uso de chinelos de praia é igualmente simbolicamente banido, sendo admitido apenas às mulheres o uso de sandálias ou outro tipo de calçado aberto. Ambos os sexos também são vistos com

calçado variado, desde ténis, principalmente de marcas associadas aos desportos de mar, ténis ou *golf*, sapatos e, quase exclusivamente no feminino, botas e botins, quase todos eles exibindo marcas, uma vez mais, reconhecíveis como de pertença a extractos de classe média e/ou média alta. Parece-nos evidente na questão da indumentária, mas referimo-lo para não o deixarmos omissos: o uso de saias por parte de actores sociais no feminino é comum, normalmente de tecido que não a ganga e ligeiramente mais compridas do que aquelas que mencionámos na circunstância pretérita.

Em termos de atitude como cuspir para o chão, mascar pastilha, mormente de forma dita de boca aberta, assobios de sonoridade elevada e consumo pelo gargalo de garrafas é residual, se não, em alguns casos, inexistente por parte de ambos os sexos. Verificámos que o tom de voz utilizado pelos actores que pretendem comunicar entre si é bastante comedido, sendo difícil numa esplanada escutar a conversa dos elementos na mesa ao lado, apesar da música que também está presente, desta feita debitada com um nível de volume consideravelmente mais moderado; mais uma vez, o micro-ecossistema parece regular-se por si, devido ao enraizamento das atitudes dos actores sociais que são clientes e proprietários de bares ou restaurantes-bar.

Um restaurante-bar em particular oferece música *jazz* todas as semanas num dia pré-determinado. Este é um estilo de música que não agrada a todos os diferentes capitais culturais, o que concorre também para a selectividade da clientela e para a segregação que, como explicámos, ocorre na praia e que impede, assim, a interacção miscigenada, inter-classista, promovendo uma que denominámos intra-classista.

A única discoteca da praia também se encontra nesta parcela, espaço a cujo acesso é imperioso o cuidado com uma indumentária mais rigorosa obrigada pelas regras do estabelecimento, privilegiando mediante este recurso a indumentária mais cuidada os actores sociais economicamente mais capitalizados, virtualmente excluindo todos aqueles que detêm menos capital económico para investir não só na indumentária, mas igualmente nos produtos postos a consumo dentro do espaço que apresentam preços relativamente elevados, definitivamente não ao dispor de todas as 'bolsas'.

Esta parcela da praia, a nascente, aparece para nós, e sem dúvida, como aquela carregada de maior valor simbólico, não admirando portanto que seja nela que tomem lugar os mais relevantes eventos realizados na praia a título extraordinário, como o Cascais *Surf* à noite e jogos adstritos ao campeonato nacional de *volleyball* de praia.

Pelo que enunciámos, cremos convictamente serem evidentes as clivagens entre as duas parcelas em que dividimos, de forma artificial e meramente operatória, a Praia de Carcavelos. Notámos estas clivagens, recorrentemente, durante todo o percurso etnográfico e confirmámo-la em visitas ocasionais mais recentes, numa revisitação à praia.



## CONCLUSÃO

Terminar um trabalho científico implica sempre o admitir-se da obtenção de uma ‘verdade’ produzida que a sê-lo o será num registo provisório; que a cada indagação que se intentou responder novas outras não menos pertinentes emergiram; é igualmente saber viver-se no facto de que os esforços envidados são-no num *continuum* inacabado, dado que é indiscutível a dinâmica societal bem como as transformações e mudanças sociais que ocorrem sucessivamente na sua malha. Porém, concluir um trabalho científico é também estar-se ciente do contributo, ainda que o mais modesto, para a coloração do corpo de saberes que constitui e enforma uma ciência, tal como a Sociologia.

Nesta conclusão, ou durante a mesma, tencionamos, em alguns breves considerandos, identificar, enumerar, realçar e comentar as sínteses mais relevantes e pertinentes resultantes de um processo de investigação complexo e inapelavelmente enfermo de incompletude. Posto fim a essa tarefa, encetaremos a última, onde cultivaremos de forma crítica o que, enquanto investigadores, reconhecemos como o que denominaremos por virtudes e vicissitudes do resultado final aqui colocado à consideração. Passemos, então, sem delonga, à sistematização dessas mesmas sínteses e, logo após, ao que de melhor e ao que de mais fraco revemos no produto final da investigação que conduzimos.

O nosso objecto de estudo prendia-se ao usos e vivências nas frentes de mar da dita Linha de Cascais, numa perspectiva de práticas resultantes do turismo e do lazer, e de outras associadas ou complementares a estas. Compreendemos inequivocamente, é esse o nosso entendimento científico, que a relevância das frentes de mar da Linha de Cascais é transversal à construção desse território, no imaginário dos actores sociais, como destino turístico e lúdico que inclusive extravasa a sua apropriação tão-somente na acepção de usos de praia, sol e mar. Ancoradas à presença das frentes de mar, encontramos outras tipologias de apropriação turística e lúdica dos espaços

públicos, em particular usos do espaço conotados ao turismo e ao lazer associados à esfera cultural, histórica e à natureza.

Não obstante as asserções do parágrafo anterior sobre a existência e prática de outras tipologias de turismo bem como de usos lúdicos do espaço não directamente relacionados com praia, sol e mar, o turismo e o lazer manifestamente associados à apropriação de territórios de frente de mar permanecem vivências centrais no quotidiano do concelho, tal como previsto e programado pelo PUCS, de 1948, embora o *targetting* de actores sociais desejáveis não mais se cinja de forma exclusivista às elites sociais: tal ensejo esboroou-se, não o afirmamos que por completo, dando lugar a uma apropriação pelas massas (*e.g.*, Gasset, n.d., pp. 39-45, pp. 48-51, pp. 59-75) ou massificada<sup>85</sup>, contribuindo para uma indelével democratização, que não a um nível ideal-típico utópico, da apropriação dos espaços públicos.

Retemos deste trabalho a maior relevância como o mencionado PUCS contribuiu em larga escala para enraizar o carácter turístico e especialmente lúdico, abastadamente contribuindo para a sua ludificação, deste território cuja história relativamente recente, remontando a meados e finais do século XIX, já havia provado e comprovado o seu potencial para apropriação com finalidades lúdicas, em particular nas áreas mais próximas das frentes de mar cascalenses. Este instrumento foi de tal forma determinante na planificação do espaço bem como na alimentação do imaginário dos actores sociais no que remete para os seus usos que permaneceu em vigor até meados da última década do século XX, aquando da sua substituição por um plano mais próximo da realidade, ou seja, o PDM-Cascais.

Assim singrou e firmou-se nos territórios cascalenses a proeminente presença turística e de utilizadores com finalidades de engajamento em práticas de lazer, ao qual encontramos quase sempre indissociável a questão social do consumo que caracteriza inequivocamente a sociedade global, especificamente nas ditas sociedades

---

<sup>85</sup> «A multidão, de repente, tornou-se visível, instalou-se nos primeiros lugares da plateia da sociedade. Dantes, se existia passava despercebida, ocupava o fundo do cenário social; agora passou para a boca de cena, é ela a personagem principal. Já não há protagonistas: só há coro.» (Gasset, n.d., p. 41)

ocidentais e/ou ocidentalizadas. O consumo apresenta-se como uma constante a que poucos podem escapar, em particular se estivermos a considerar os indivíduos que pretendem utilizar territórios da vila de Cascais em situação de turismo ou até mesmo de utilizadores, mais ou menos pontuais, que se apropriam destes territórios à beira mar com o intuito de realizar práticas associadas ao uso lúdico.

A título de exemplo, que justifica a nossa afirmação, encontramos os luxuosos e dispendiosos equipamentos turísticos, como os hotéis de quatro e cinco estrelas, mormente centralizados junto à linha costeira do Estoril e de Cascais – hoje reunidas como a associação de freguesias de Estoril-Cascais. Ainda nesse sentido, do incrustamento do consumo nas práticas lúdicas, podemos observar como se torna tão presente nos desportos de mar, considerado o mais diverso equipamento e acessórios requeridos para a sua prática, pensando naturalmente no *surf*, *windsurf* e *kitesurf* que observamos na Linha durante todo o ano e que não dependem significativamente da sazonalidade da apropriação dos lugares. Não são igualmente de desconsiderar no fenómeno de consumo os usos comerciais de estabelecimentos que se edificam junto ao areal das praias, questão que trabalhámos extensivamente na Praia de Carcavelos.

As questões relacionadas com o consumo, com enfoque para aquelas encontradas junto dos espaços mais perto da costa, motivam uma espécie de efeito perverso que é o de excluir e marginalizar algumas franjas de actores sociais no que remete para matérias de estratificação societal. Desta forma, e por isso introduzimos e debatemos o conceito de cidadão-consumidor, molda-se uma impressão de marginalização social que exclui e veta de espaços de lazer actores sociais mais descapitalizados, particularmente os que o são a nível do reconhecido capital económico. Isto levanta indagações sobre o carácter público do espaço, já que o mesmo sendo de forma ideal-típica passível de ser apropriado por todos, de facto não o é. O espaço público transmuta-se assim num espaço onde as sociabilidades e as interações nele estabelecidas variam consoante os diferentes períodos do dia ou até do ano, se observarmos o carácter sazonal que também influencia as vivências destes espaços, como a época balnear em que o número de utilizadores dispara exponencialmente.

Considerámos, pelo explicitado, voltar o nosso olhar para a conceptualização do espaço público, onde decidimos avançar com uma proposta relativamente original, já que Andrade e Baptista partilham uma visão em muito semelhante à nossa (Andrade e Baptista, 2013, pp 129-146). No seguimento, propomos que o sociólogo entenda o espaço público num âmbito mais alargado e, cremos, mais apropriado à Sociologia. Dessa forma, acreditamos e defendemos que um espaço deve ser considerado, na Sociologia, como público não somente devido ao seu carácter normativo, *i.e.*, ao cabimento desse espaço dentro do regulamento jurídico e do direito, mas principalmente considerando a tipologia de sociabilidades que se estabelecem nesse espaço. Resumidamente, se as sociabilidades encontradas num determinado espaço forem de índole pública, e o mesmo espaço estiver aberto e à disposição, de forma onerosa ou não, ao uso por parte dos indivíduos que pretendam engajar em interações sociais caracteristicamente gregárias e de índole pública, propomos conceptualmente que esse mesmo espaço deva ser integrado na tipologia sociológica do que consideramos espaço público, conceito que debatemos vastamente na problematização deste trabalho.

É nosso intuito enunciar igualmente nestas últimas linhas três das que consideramos como as principais conclusões deste trabalho, a saber aquelas que são referentes (i) ao território de Cascais como destino turístico, (ii) ao carácter metropolitano que pauta as vivências na praia de Carcavelos e, por fim, (iii) aos caracteres distintivos no uso da praia de Carcavelos, o que conduz a uma praia em que constatamos, por assim dizer, duas realidades sociais.

Em primeiro lugar (i), pretendemos abordar as conclusões que se podem retirar face à hipótese da vila cascalense como território de destino turístico por excelência.

Compreendemos que Cascais, apesar das várias praias que se estendem pelo seu território, sendo que a grande maioria delas só é utilizada num regime sazonal durante a denominada época balnear, se nos apresenta como um destino turístico com evidente proeminência, mas onde as práticas de vilegiatura não ocupam um papel de primazia. Em todo o caso, remover a importância simbólica que as frentes de mar

assumem neste território face à sua atractividade relativamente ao fenómeno do turismo seria uma tremenda imprudência. Estas frentes de mar podem equiparar-se a montras que veiculam a boa imagem do território, afectando dessa forma, e positivamente, a sua capacidade de atracção de actores sociais em situação de turismo. Nas oportunidades que tivemos para obter informação junto dos nossos entrevistados, nesta circunstância referimo-nos a directores-gerais de hotéis, as narrativas e os discursos que nos veiculavam apontam, em quase unanimidade, para a mencionada relevância das frentes de mar como factor de atractividade. Quer isto dizer, não fosse Cascais banhado pelas tais frentes de mar e a sua capacidade em atrair turistas, muito especialmente aqueles que se deslocam em turismo de negócios como MICE, e a sua potencialidade em atrair turistas decairia drasticamente, talvez mesmo para níveis pouco significativos, quando na realidade o turismo em Cascais tem um peso a jamais desconsiderar quer a nível da AML quer a nível nacional. Sem a presença destas frentes de mar, garantem-nos os nossos informantes, os turistas não se deslocariam a este território, mesmo, reitere-se, aquando no seio de um turismo definido como de negócios.

O contacto do turista com a natureza também revelou importância digna de ser mencionada. O Parque Natural de Sintra-Cascais cativa um elevado número de utilizadores, dos quais um considerável deles em situação de turismo, em especial devido às suas peculiares características cénico-paisagísticas. Não é menosprezável termos em consideração que este Parque tem o seu início, ou o seu termo, na praia do Guincho, ou seja, nas adjacências imediatas da frente de mar. Notámos igualmente pelos percursos que realizámos que os turistas tendem significativamente a aglomerar-se nos territórios do Estoril e o centro de Cascais. Observa-se, em primeiro lugar, uma litoralização da presença dos turistas e, em segundo, a constância de duas centralidades espaciais, Estoril e centro da vila. A ocorrência da litoralização e centralidade mencionadas conduz a que seja nestas zonas que encontremos os principais e mais luxuosos hotéis de Cascais. É, aliás, este tipo de estabelecimento hoteleiro o preferido pelos actores sociais em turismo, tal como verificámos. O Estoril, segundo apurámos, angaria um significativo número de turistas graças ao grande

número de conferências que decorrem neste território, existindo um Centro de Congressos próprio para o efeito e inúmeros outros de dimensões mais modestas distribuídos por hotéis que, por si, optam por disponibilizar ao eventual hóspede esta comodidade de conferenciação adicional. Para que o turista em turismo possa usufruir de momentos de lazer encontramos no Casino do Estoril um espaço privilegiado para práticas nesse sentido, não se esgotando no jogo, sendo possível encontrar actividades lúdicas complementares como espectáculo de música e outros *shows*. No que trata ao centro de Cascais, este é um espaço onde ao turística é possível envolver-se em actividades lúdicas assentes na cultura e na história do lugar, fomentado pelo património histórico que o cerceia, tal como a cidadela de Cascais, tudo isto sempre nas proximidades de um cenário cénico-paisagístico empolado pela visibilidade das frentes de mar, decididamente muito valorizadas, como o afirmámos, pelo imaginário dos diversos actores sociais.

Em segundo lugar (ii), é nossa intenção realçar as nossas conclusões relativamente às dinâmicas metropolitanas nos usos da Praia de Carcavelos. Cremos ser de fácil entendimento pela leitura do presente trabalho ter-se constatado e provado que a praia de Carcavelos é, sem que dúvidas de monta remanesçam, uma praia pautada pelos seus aspectos de experiência metropolitana. Os seus usos, a sua apropriação e o seus apropriantes, tornam este território, a Praia de Carcavelos, um território metropolitano por excelência, particularmente bem enquadrado em relação aos seus concelhos vizinhos. Confirmamos pelo que explanámos no Capítulo II da 2ª Parte que as tipologias de dinâmicas a que a Praia de Carcavelos está sujeita a tornam inequivocamente um território metropolitano, sofrendo das influências de movimentos intra-concelhios constantes e abundantes. Enfim, não se trata de um território vivido e experienciado pelos seus residentes apenas, muitos dos quais dele se ausentam por razões de trabalho ao longo de vastas horas do dia, mas sim multifacetado sempre que trata aos actores sociais que nela encontramos. Independentemente do carácter sazonal de apropriação da praia, nela nos cruzamos com elevada frequência com actores sociais provenientes de outras áreas da

metrópole que anteriormente identificámos, tal como Amadora, Oeiras, Lisboa e até de Almada, localizada na margem sul da metrópole. Os usos da praia são igualmente intensos durante a noite e não exclusivamente durante o que podemos denominar como um regime diurno de apropriação. Se nos momentos diurnos encontramos também igualmente actores sociais oriundos de outras áreas da metrópole, fazendo dela um uso vincadamente lúdico, o lazer nocturno também ocupa um papel de referência nos usos e vivências da praia. De dia os desportos relacionados com o mar demonstram-se com uma visibilidade que jamais nos poderia displicentemente passar ao lado, mas não são as únicas práticas lúdicas conduzidas pelos apropriantes, visto que a mera fruição do espaço numa perspectiva cénico-paisagística também ocorre, bem como práticas mais singulares como ler um livro, ou outras que singulares e gregárias como o andar de *skate*, patins e bicicletas, tendo ainda que ser considerado os desportos praticados no areal com futebol ou *beach volley*, cujos adeptos, regularmente mais novos, são bastantes em número. O *surf* e o *bodyboard* são uma constante na praia, motivando inclusivamente a organização de eventos extraordinários que decorreram no período nocturno e que têm vindo a ser repetidos graças ao seu aclamado e óbvio sucesso, reunindo uma vez mais actores sociais provenientes de diversas áreas da metrópole. Para este fenómeno concorrem igualmente as escolas de *surf* que atraem e angariam alunos distintos quanto à sua área de residência geográfica na AML. Claro que durante a época balnear estes desportos perdem alguma da sua visibilidade por força da afluência massiva à praia, areal e paredão, por parte de muitos utilizadores que buscam por '*sun, sand and sea*' de forma a ocuparem os seus tempos livres, libertados da esfera do trabalho, em actividades – lúdicas – que consideram prazenteiras. Ainda assim, encontramos na praia, e mar adentro, corredores especialmente delimitados não para banhos e sim para a prática dos mencionados deportes de mar.

Esclarecendo um pouco melhor o referente aos usos nocturnos, concluímos que esta praia oferece aos seus utentes um leque variado de equipamentos de lazer, entre os quais destacamos bares, restaurantes-bar e até uma discoteca, denominada como *beach bar*. Estes equipamentos encontram-se mormente no paredão da praia,

embora na época balnear estendam os seus serviços e algum equipamento até ao interior próximo e, portanto, já encimado do areal da praia. Durante esta época os usos nocturnos da praia pautam-se por uma afluência em massa, desta forma densificando de utilizadores os territórios da praia na sua extensão de 1,25km. A oferta lúdica em regime de uso nocturno não se limita à época balnear, ocorrendo durante todo o ano, embora reconheçamos que alguns estabelecimentos se encontrem encerrados na época baixa. Nem por isso, todavia, deixamos de encontrar actores sociais provenientes de diversas áreas da metrópole nas esplanadas ou, quando as condições atmosféricas não o permitem, no interior destes estabelecimentos comerciais. Lazer e consumo convivem com regularidade numa praia dotada pelo que consideramos razoáveis meios que favorecem o sentimento de segurança dos utilizadores, onde a excelente iluminação da praia na sua plenitude desempenha o seu papel tido por muitos como essencial e possibilitador destas vivências e das interações durante a noite. O lazer nocturno é procurado essencialmente, como também já anteriormente visto, por jovens adultos e também por alguns adolescentes tardios cuja presença não passa despercebida. Referimos o consumo, visto que isto nos enuncia que quem apropria a praia neste regime tem de ser dotado de um mínimo de capital económico e de se encontrar na predisposição para o investir. A vida nocturna na praia é de tal forma intensa que num aspecto muito específico conduz ao facto de Carcavelos se tornar numa praia que 'não dorme'. Encontramos actores sociais que saem da discoteca já de dia e que aguardam que os demais estabelecimentos comerciais abram portas, de forma a que neles possam tomar o pequeno-almoço. Enquanto isso, começam a surgir os primeiros indivíduos a praticar *jogging* matinal, a passear o seu cão e a andar de bicicleta, conjugados com os surfistas madrugadores e matinais desejosos de apanhar as primeiras ondas.

Todos estes aspectos contribuem para a construção desta praia como um território rico e complexo de interações sociais, o que muito deve à capacidade da praia em atrair distintos indivíduos muito para além das suas fronteiras, incluindo indivíduos cuja pertença de classe não coincide, participando para uma



heterogeneidade de presenças e usos vividos no quotidiano da praia. Em suma, embora nem sempre se mesquem, diferentes actores sociais com distintas pertenças à estrutura de estratificação social populacionam a Praia de Carcavelos, incutindo-lhe uma diversidade de vivências e de experiências.

Finalmente, em terceiro lugar (iii), realçamos as conclusões a que chegámos concernentes à existência do que denominámos por duas praias distintas, com uma zona intersticial de permeio, na una Praia de Carcavelos. De facto, não é incomum estar-se na praia de Carcavelos com a percepção de uma praia com duas realidades sociais.

Historicamente, finais do século XIX até meados do século XX, os territórios cascalenses foram inicialmente programados, tanto pelos agentes sociais económicos como pelos poderes públicos, para as elites. O advento do 25 de Abril de 1974, em particular, e as consequências subjacentes na visão e organização da sociedade portuguesa contribuem incontornavelmente para a democratização dos seus usos. Passamos a ter, então, um território disponível para todos, aberto também tanto para as classes médias como para os ditos '*blue colars*' das '*working classes*'.

Mais uma vez, estamos convictos de que foram as suas frentes de mar que fomentaram e potenciaram a apropriação deste território, designadamente para usos directamente associados a práticas lúdicas e de veraneio. Todavia, e não obstante a democratização do acesso ao espaço, percebemos que se desenvolveram estratégias, por parte dos agentes económicos e decisores políticos, que incentivam a apropriação da praia, particularmente nos espaços cuja ligação ao consumo é mais estreita, por utilizadores dotados de algum capital económico e, preferencialmente, também de algum capital cultural.

Em síntese, nos dias de hoje, constatou-se que sempre que possível, o que ocorre mais comumente fora da época balnear ou então nos usos nocturnos, diferentes indivíduos pertencentes a distintos segmentos relativos à estratificação social evitam miscigenar-se, causando o que denominámos por uma experiência do quotidiano do lugar assente em interacções e sociabilidades intra-classistas. Tal é notório quando apreendemos a segregação e segmentação simbólicas entre o

território e os seus diversos utilizadores. Notámos, por isso, que diferentes actores sociais estabeleciam as suas interacções em diferentes parcelas da praia, estabelecendo uma gentrificação que é mais notória na parcela nascente da praia, onde se reúnem aqueles que em termos de capitais económico e social detêm maior posse. Nesta parcela a praia apresenta durante todo o ano equipamento diverso montado no areal, focado na prática lúdica de desportos, e é nela que decorrem, inclusive à noite, eventos a título extraordinário em detrimento da parcela poente. É nesta parcela, na adjacência do forte de São Julião da Barra, que se encontra a única discoteca da praia, cujo acesso apesar de público implica o seguimento de regras estabelecidas, entre elas o uso de indumentária cuidada e a capacidade de investir capital económico para consumo no estabelecimento.

Finalizando, podemos asserir que como resultado das assumidas segregação e segmentação simbólicas nos usos das diferentes parcelas da praia e dos seus distintos utilizadores obtemos realidades construídas virtualmente díspares, dissociadas e separadas, com nenhuma ou residuais conexões, onde se debatem simbólicas lutas de poder que ditam distintas vivências e experiências deste espaço urbano.

Para nós, esta conclusão não estaria finalizada se não nos incumbíssemos da tarefa cujo esforço resulta num esboço de uma auto-análise, um olhar reflexivo examinando as virtudes e as vicissitudes do trabalho apresentado, embora não tencionemos, de forma alguma, esgotar nesta explanação todas as possibilidades, optando ao invés por uma perspectiva meramente indicativa.

Iniciamos pelo que se nos aflora como as virtudes. Realçamos desde logo a escolha de um universo de estudo, que é metropolitano, original para a Sociologia. Pretendemos com isto veicular que a escolha do concelho de Cascais como território de investigação por excelência introduz a novidade, visto que nestes termos, particularmente na área do saber da Sociologia, não encontrámos durante o nosso percurso investigativo outros estudos. Encontrámos, no entanto, alguns, poucos, referentes ao concelho que todavia foram conduzidos ao nível do Planeamento, Arquitectura e Cultura, e não da Sociologia. É igualmente interessante notar que

escapulimos ao objecto fácil e sempre apetecível, por ser profícuo em oportunidades e em casos a estudar, da cidade de Lisboa. A ida para a periferia, ou para um território mais periférico considerada Lisboa como a cidade que encabeça a AML, promoveu, assim, e no nosso entendimento, uma melhor percepção da metrópole de Lisboa e das dinâmicas que lhe são inerentes.

Cremos ter sido igualmente uma mais-valia a reabertura da discussão da conceptualização do espaço público sob a égide do entendimento da Sociologia. Embora não completamente original, temos o exemplo das propostas de Andrade e Baptista (Andrade e Baptista, 2013, pp 129-146), reafirmámos posturas conceptuais previamente existentes e reintroduzimos o debate sobre como os sociólogos deveriam, no âmbito da sua disciplina, classificar o espaço público por oposição a outros, tendo no extremo oposto o espaço das sociabilidades conotadas com a esfera privada. Mantemo-nos firmes em considerar que em Sociologia devemos colocar em destaque a tipologia das interacções, se de pertença à esfera pública ou privada, num dado território em detrimento da sua pertença ao nível do campo jurídico e do direito.

Apontamos desde logo como a primeira vicissitude que detectámos como tal, e sem qualquer pejo, o facto de termos balizado um objecto de estudo talvez excessivamente extenso, o que provocou, como resultado, a menor capacidade de analisar em maior profundidade alguns pontos, particularmente daqueles que encontramos na 2ª Parte. Tal facto, inclui da nossa parte a obrigação a um mais notório retraimento no uso da fotografia, dos ditos instantâneos do real, e no mais alongado uso de excertos de entrevista no *corpus* que muito bem poderiam colaborar para uma mais esclarecida inteligibilidade do trabalho realizado. Quisemos, como afirmámos, abordar uma amplitude do problema social que nos interessa cuja abrangência não pode ser cingida a um trabalho limitado a esta envergadura e dimensão.

Não exactamente uma vicissitude, mas seria uma investigação do maior interesse a seguir, foi o facto de termos liminarmente excluído as frentes de água do concelho de Oeiras como objecto de estudo. Esta situação permitiria compreender em *continuum* as vivências face às frentes de água desde Lisboa. Porém, embora

tivéssemos inicialmente contemplado esta hipótese como a ser incluída no projecto, cedo percebemos que um estudo sério que compreendesse tal extensão de território e da diversidade ainda mais incisiva de actores sociais utilizadores dos espaços, extrapolava as possibilidades que uma tese de doutoramento oferece, especialmente quando sabíamos querer analisar em profundidade aspectos das vivências sociais, em termos de turismo e de práticas de lazer, ocorridas no território. Considerámos impraticável considerar, nestes termos, também o concelho de Oeiras, sem contudo o descartar para eventuais investigações prospectivas, talvez num futuro próximo.

Optámos por encerrar a Conclusão referindo alguns aspectos que consideramos pertinentes sobre a transitoriedade na Praia de Carcavelos, sustentado numa perspectiva prospectiva, de forma alguma em moldes de futurologia, relativa aos territórios cascalenses, onde em parte nos questionamos sobre algum porvir a implicar com a Linha. Pela informação que recolhemos junto dos decisores públicos municipais, incluindo planos de acção estratégicos que abarcam os próximos anos até, pelo menos, 2020 concluímos que a aposta no turismo, não negligenciando jamais o também turismo de negócios, permanece como alavanca de sustentabilidade e também de desenvolvimento da vila, focando-se essencialmente num turismo de qualidade geograficamente mais cingido aos locais do Estoril e de Cascais, logo nas proximidades da frente de mar que é vista por esses decisores como um activo de premente mais-valia. Referimos o turismo de negócios, já que os decisores municipais consideram que a vila de Sintra e a própria capital, Lisboa, são concelhos com os quais não se encontram em condições de competir de igual para igual a nível de turismo de lazer, embora Cascais também apresente alguns argumentos. A estratégia traçada parece igualmente querer afastar-se da do concelho vizinho de Oeiras, visto que face a estes também se sentem capazes de competir a nível de inovação, isto é, na captação de recursos que permitissem o estabelecimento de grandes parques tecnológicos e/ou industriais, como o Tagus Park. Resta também aguardar pelo prosseguimento ou não das novas estratégias inseridas na revisão do PDM-Cascais, que resultará, se prosseguido, em profundas alterações na morfologia física e social do espaço.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de, PINTO, José Madureira. (1995). *A investigação em Ciências Sociais* (5.ª edição). Lisboa: Presença
- ALMEIDA, Pedro Miguel. (2008). *Requalificar e revitalizar as cidades – o Programa Polis: Cacém, Covilhã e Marinha Grande*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Lisboa: FCSH-UNL (texto policopiado)
- ALMEIDA, Pedro Miguel. (2012). À escala do lugar. Lazer e consumo na Praia de Carcavelos. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto
- ALMEIDA, Pedro Miguel. (2013). Leisure in place. Towards a gentrification of renewed sea fronts. a01RS12 - Urban Sociology and Public Spaces in Times of Crisis and Change (2), *11th European Sociological Association Conference, Crisis, critique and change*. Torino (comunicação)
- ALMEIDA, Pedro Miguel. (2014a). Privatização dos espaços públicos? Notas sobre consumo e selectividade das sociabilidades na Praia de Carcavelos. *VIII Congresso Português de Sociologia, 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas*. Évora (comunicação)
- ALMEIDA, Pedro Miguel. (2014b). Programing urban territories for leisure. Cascais and the *Coast of the Sun Urbanization Plan*. *ESA RN 37 – Urban Sociology – Mid-term Conference*, Public spaces and private lives in the contemporary city. Lisboa (comunicação)
- AMÂNCIO, Lígia. (1998 [1994]). *Masculino e feminino. A construção social da diferença* (2.ª edição). Porto: Afrontamento
- AMIROU, Rachid. (2007). *Imaginário turístico e sociabilidades de viagem*. Porto: Estratégias Criativas

- ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita. (2008). *Território e identidade: aspectos morfológicos da construção do território e a identidade cultural salaia no concelho de Cascais*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: ISCTE (texto policopiado)
- ANDRADE, Luciana Teixeira de, BAPTISTA, Luís Vicente. (2013). Revisiting the public spaces: Social thinking, urban intervention and diversity of uses. 01RS12 - Urban Sociology and Public Spaces in Times of Crisis and Change, *11th European Sociological Association Conference*, Crisis, critique and change. Torino. (comunicação)
- ANDRADE, Luciana Teixeira de, BAPTISTA, Luís Vicente. (2015). Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. *Sociologia*. FLUP, Porto, Vol. XXIX, 129-146
- ANDRÉ, Susana. (2010). *Mitos urbanos e boatos*. Lisboa: Esfera dos Livros
- ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. (2002 [2000]). *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos* (3.ª edição). Petrópolis: Vozes
- ARENDT, Hannah. (2001 [1958]). *A condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água
- ARON, Raymond. (2004 [1965]). *As etapas do pensamento sociológico* (7.ª edição). Lisboa: Dom Quixote
- ASCHER, François. (2010a [1995]). *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob
- ASCHER, François. (2010b [2001|2008]). *Novos princípios do urbanismo seguido de Novos compromissos urbanos. Um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte
- AUGÉ, Marc. (2007 [1992]). *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus
- BANKS, Marcus. (2010 [1996]). Film. In Alan Barnard & Jonathan Spencer. (eds). *Encyclopedia of social and cultural anthropology* (second edition) (292-295). London & New York, NY: Routledge

- BAPTISTA, Luís Vicente. (1999). *Cidade e habitação social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta
- BAPTISTA, Luís Vicente, PUJADAS, Joan Josep. (2000). Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades. *Fórum Sociológico* (2.ª série), IEDS-FCSH/UNL, Lisboa, 3/4, 293-308.
- BAPTISTA, Luís Vicente. (2005). Territórios lúdicos (E o que torna lúdico um território): Ensaando um ponto de partida. *Fórum Sociológico* (2.ª série), IEDS-FCSH/UNL, Lisboa, 13/14, 47-58.
- BAPTISTA, Luís Vicente. (2008). Cidades e territórios. Continuidade territorial e reconversões identitárias. In Domingos M. Vaz (org.). *Cidade e território. Identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças* (35-46). Lisboa: Celta
- BAPTISTA, Luís Vicente, NUNES, João Pedro S., PEREIRA, Patrícia. (2008). Des anciens espaces industriels et de villégiature aux nouveaux espaces de consommation sur la Route Côtière de Lisbonne: coexistence sociale et dynamique cosmopolite. CR02 Sociologie Urbaine: villes, sociétés et action publique, *XVIIIe Congrès de l'Association de Sociologues de Langue Française*. Istambul (não publicado)
- BARDIN, Laurence. (1995 [1977]). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- BARNARD, Alan, SPENCER, Jonathan (eds). (2010 [1996]). *Encyclopedia of social and cultural anthropology* (second edition). London & New York, NY: Routledge
- BARROS, José da Cunha. (2004). *A projecção do quotidiano no turismo e no lazer. O lugar dos actores, dos contextos e dos paradigmas*. Lisboa: ISCSP
- BASSAND, Michel, COMPAGNON, Anne, JOYE, Dominique, STEIN, Véronique. (2001). *Vivre et créer l'espace public*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes
- BASSAND, Michel. (2007). *Cités, villes, métropoles. Le changement irréversible de la ville*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes
- BAUDRILLARD, Jean. (1991a [1981]). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água
- BAUDRILLARD, Jean. (1991b [1983]). *As estratégias fatais*. Lisboa: Estampa

- BAUDRILLARD, Jean. (1995a [1972]). *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70
- BAUDRILLARD, Jean. (1995b [1992]). *A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos*. Lisboa: Terramar
- BAUDRILLARD, Jean. (1995c [n.d.]). *A Sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70
- BAUMAN, Zygmunt. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity Press
- BAUMAN, Zygmunt. (2006a [2003]). *Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio D'Água
- BAUMAN, Zygmunt. (2006b [2005]). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água
- BAUMAN, Zygmunt. (2007a [1995]). *A vida fragmentada. Ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água
- BAUMAN, Zygmunt. (2007b [2006]). *Liquid fear* (reprinted twice). Cambridge & Malden, MA: Polity Press
- BAUMAN, Zygmunt. (2008 [2007]). *Consuming life* (reprinted twice). Cambridge & Malden, MA: Polity Press
- BAUMAN, Zygmunt. (2009a [1991]). *Modernidade e ambivalência*. Lisboa: Relógio D'Água
- BAUMAN, Zygmunt. (2009b [2007]). *Liquid times. Living in an age of uncertainty*. Cambridge & Malden, MA: Polity Press
- BAUMAN, Zygmunt. (2010 [2002]). *A sociedade sitiada*. Lisboa: Piaget
- BAUMAN, Zygmunt. (2013 [2005]). *Liquid life* (reprinted). Cambridge & Malden, MA: Polity Press
- BEAU, Stéphane, WEBER, Florence. (2007 [2003]). *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes



- BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. (2000 [1994]). *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta
- BECK, Ulrich. (2008 [2004]). *The cosmopolitan vision*. London: Polity Press
- BECK, Ulrich. (2009 [1986]). *Risk society. Towards a new modernity*. London: Sage
- BECKER, Howard S. (1963). *Outsiders. Studies in the Sociology of deviance*. New York, NY: Free Press
- BECKER, Howard S. (1998). *Tricks of the trade. How to think your research while you're doing it*. Chicago, IL, & London: The University of Chicago Press
- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. (1999 [1966]). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro
- BERNARD, H. Russell. (2006 [n.d.]). *Research methods in anthropology. Qualitative and quantitative approaches* (4th edition). Oxford, UK: AltaMira Press
- BEZERRA, Roselane. (2009). *O bairro Praia de Iracema. Entre o "adeus" e a "boémia": usos e abusos num espaço urbano*. Ceará: Laboratório de Estudos da Oralidade, Universidade Federal do Ceará
- BOUDON, Raymond. (1990a [1984]). *O lugar da desordem*. Lisboa: Gradiva
- BOUDON, Raymond *et al.* (orgs). (1990b [1989]). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Dom Quixote
- BOUDON, Raymond. (dir.). (1995 [1992]). *Tratado de Sociologia*. Porto: Asa
- BOURDIEU, Pierre. (1997 [1994]). *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta
- BOURDIEU, Pierre. (1998a [1979]). *Distinction: A social critique of the judgment of taste* (9th printing). Cambridge, Massachusetts, MA: Harvard University Press
- BOURDIEU, Pierre. (1998b [1982]). *O que falar quer dizer*. Algés: Difel
- Bourdieu, Pierre. (1998c [1997]). *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). (1999 [1993]). *A miséria do mundo* (3.<sup>a</sup> Edição). Petrópolis: Vozes

- BOURDIEU, Pierre. (2002 [2000]). *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta
- BOURDIEU, Pierre. (2006 [n.d.]). *As estruturas sociais da Economia*. Porto: Campo das Letras
- BOYER, Marc. (2005). *Histoire générale du tourisme. du XVIe au XXIe siècle*. Paris: L'Harmattan
- BOYER, Robert, DRACHE, Daniel. (n.d. [1996]). *Estados contra mercados: os limites da globalização*. Lisboa: Instituto Piaget
- BRAGA, Debora Cordeiro. (2007). *Planejamento turístico. Teoria e prática*. São Paulo: Campus
- BROWN-SARACINO, Japonica. (2009). *A neighborhood that never changes. Gentrification, social preservation, and the search for authenticity*. Chicago, IL & London: University of Chicago Press
- BRYMAN, Alan. (2008 [2004]). *The disneyization of society*. London: Sage
- BURAWOY, Michael *et al.* (1991). *Ethnography unbound. Power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley, Los Angeles, CA: University of California Press
- BURAWOY, Michael *et al.* (2000). *Global ethnography. Forces, connections, and imagination in a postmodern world*. Berkeley, Los Angeles, CA: University of California Press
- BURAWOY, Michael. (2009). *The extend case. Four Countries, four Decades, four great transformations and one theoretical tradition*. Berkeley, Los Angeles, CA: University of California Press
- BURAWOY, Michael. (2012). The roots of domination: beyond Bourdieu and Gramsci. *Sociology*, Sage, 46(2), 187-206

- CABRAL, Manuel Villaverde. (1997). *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta
- CABRAL, Manuel Villaverde, SILVA, Filipe Carreira da, SARAIVA, Tiago (orgs.). (2008). *Cidade & cidadania. Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- CAETANO, Joaquim *et al.* (2008). *Marketing ambiental*. Corroios: Plátano
- CAFORIO, Giuseppe. (2006). *Handbook of the Sociology of the Military*. New York, NY: Springer Science + Business Media
- CALDEIRA, Teresa. (2003 [2000]). *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2.<sup>a</sup> edição). São Paulo: Editora 34
- CALVINO, Italo. (2003 [1990]). *As cidades invisíveis* (6.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Teorema
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS. (n.d.). *Plano estratégico destino Estoril – 2010-2013*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS. (2011). *O Estoril e as origens do turismo em Portugal. 1911-1931*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- CAMPENHOUDT, Luc Van. (2003 [2001]). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Lisboa: Gradiva
- CAMPOS, Ricardo, BRIGHENTI, Andrea Mubi, SPINELLI, Luciano (orgs.). (2011). *Uma cidade de imagens. Produção e consumos visuais em meio urbano*. Lisboa: Mundos Sociais
- CASTELLS, Manuel. (1984 [n.d.]). *Problemas de investigação em Sociologia Urbana* (3.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Presença
- CASTELLS, Manuel. (2002 [1996]). *A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume I – A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- CASTELLS, Manuel. (2003a [1997]). *A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume II – O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- CASTELLS, Manuel. (2003b [1998]). *A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume III – O fim do milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- CASTELLS, Manuel. (2004 [2001]). *A galáxia internet. Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- CASTELLS, Manuel. (2006 [1972]). *A questão urbana* (3.ª edição). São Paulo: Paz e Terra
- CASTELLS, Manuel. (2009). *Communication power*. New York, NY: Oxford University Press
- CASTLES, Stephen. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século
- CERTEAU, Michel de. (1984 [1980]). *The practice of everyday life*. Berkeley, Los Angeles, CA: University of California Press
- CLAUSEWITZ, Carl von. (2003 [n.d.]). *Da guerra* (2.ª edição, 2.ª tiragem). São Paulo: Martins Fontes
- COLEMAN, Simon, CRANG, Mike (ed.). (2002). *Tourism. Between place and performance*. New York, NY & London: Berghahn Books
- COOPER, Chris et al. (2008 [n.d.]). *Tourism. Principles and practice* (4th Edition). London: Prentice Hall
- CORDEIRO, Graça, VIDAL, Frédéric (orgs.). (2008). *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa Livros Horizonte
- COSNIER, Jacques. (2008 [2001]). L'éthologie des espaces publics. In Michèle Grosjean & Jean-Paul Thibaud (dir.). *L'espace urbain en méthodes* (13-28). Marseille: Parenthèses
- COSTA, António Firmino da. (2008 [1999]). *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Lisboa: Celta
- COSTA, Jorge, RITA, Paulo, ÁGUAS, Paulo. (2004 [n.d.]). *Tendências internacionais em turismo* (2.ª edição – revista e aumentada). Lisboa: Lidel

- COSTA, Sandra Vaz. (2009). O Plano de Urbanização da Costa do Sol. In Margarida Pereira *et al.* *O Plano de Urbanização da Costa do Sol. Uma visão inovadora para o território* (12-23). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras
- COULON, Alain. (1995 [1992]). *A Escola de Chicago*. São Paulo: Papirus
- CRESSWELL, Tim. (2011). *Place. A short introduction*. Malden, MA & London: Blackwell
- CROSSLEY, Nick, ROBERTS, John Michael (ed.). (2004). *After Habermas. New perspectives on the public space*. Oxford and Malden, MA: Blackwell Publishing
- CUSSON, Maurice. (2006 [2002]). *Criminologia*. Cruz Quebrada: Casa das Letras / Notícias
- DAHRENDORF, Ralf. (2012 [n.d.]). *Homo sociologicus*. Lisboa: Quetzal
- DANN, Graham M. S., PARRINELLO, Giuli Liebman. (2009). *The sociology of tourism. European origins and developments*. Bingley: Emerald Group
- DAVIS, MIKE. (2001 [n.d.]). *Más allá de Blade Runner. Control urbano: la ecología del miedo*. Barcelona: Virus
- DAVIS, Mike. (2007 [2006]). *Planet of slums*. London & New York, NY: Verso
- DAVIS, Nanette, ANDERSON, Bo. (1983). *Social control. The production of deviance in the modern state*, New York, NY: Irvington
- DELBROUCK, Michel (ed.). (2006 [2003]). *Síndrome de exaustão (Burnout)*. Lisboa: Climepsi
- DEPREST, Florence. (2004 [1997]). *Inquérito sobre o turismo de massa. A Ecologia face ao território*. Lisboa: Instituto Piaget
- DIAS, Francisco, SOIFER, Jack, FERREIRA, Luís (coord.). (2009). *O futuro do turismo. Território, património, planeamento / The future of tourism. Territory, heritage, planning*. Porto: Estratégias Criativas
- DIAS, Jorge Figueiredo, ANDRADE, Manuel da Costa. (1997). *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena* (2.<sup>a</sup> reimpressão). Coimbra: Coimbra Editora

- DUBOIS, Bernard. (1998 [1990]). *Compreender o consumidor* (2.ª Edição). Lisboa: Dom Quixote
- DUVERGER, Maurice. (1994). *A Europa dos cidadãos*. Porto: Asa
- Eco, Umberto (1986 [n.d.]). *Viagem na irrealidade quotidiana*. Difel, Linda-A-Velha
- Eco, Umberto. (1990 [1978]). *O super homem das massas*. Lisboa: Difel
- EDWARDS, Elisabeth. (2010 [1996]). Photography. In Alan Barnard & Jonathan Spencer. (eds). *Encyclopedia of social and cultural anthropology* (second edition) (537-539). London & New York, NY: Routledge
- ELIAS, Norbert. (1994 [1989]). *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta
- ELIAS, Norbert. (2004 [1987]). *A Sociedade dos indivíduos* (2.ª edição). Oeiras: Celta
- ESTEVES, João Pissarra. (2003). *Espaço público e democracia. Comunicação, processos de sentido e identidades sociais*. Lisboa: Colibri
- ESTEVES, João Pissarra. (2005). *Espaço público e os media. Sobre a comunicação entre normatividade e facticidade*. Lisboa: Colibri
- FACHADA, Maria Odete. (2010). *Psicologia das relações interpessoais*. Lisboa: Sílabo
- FARIAS, Patrícia. (2000). A praia carioca, da colônia aos anos 90: Uma(s) história(s). *Revista Contracampo*, PPGC- UFF, Rio de Janeiro, 04, 125-145
- FERNANDES, António Teixeira. (1998). *O estado democrático e a cidadania*. Porto: Afrontamento
- FERNANDES, Luís. (1998). *O sítio das drogas* (2.ª edição). Lisboa: Notícias
- FERRAGINA, Emanuelle. (2012). *Social capital in Europe. A comparative regional analysis*. Cheltenham, Glos & Northampton, MA: Edward Elgar

- FERREIRA, António Fonseca. (2005). *Gestão estratégica de cidades e regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- FERREIRA, António Fonseca (coord.). (2007). *Lisboa 2020. Uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*. Lisboa: CCDR-LVT
- FERREIRA, José Carvalho, PEIXOTO, João *et al.* (1995). *Sociologia*. Amadora: McGraw Hill
- FERREIRA, Vítor Matias, INDOVINA, Francesco (org.). (1999). *A cidade da Expo'98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Bizâncio
- FERRY, Luc. (1993 [1992]). *A nova ordem ecológica*. Porto: Asa
- FODDY, William. (1996 [1993]). *Como perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em perguntas e questionários*. Oeiras: Celta
- FORTUNA, Carlos. (1997). *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta
- FORTUNA, Carlos, LEITE, Rogério Proença (orgs.). (2009). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina
- FOUCAULT, Michel. (1994 [1984]). *História da sexualidade III. O cuidado de si*. Lisboa: Relógio D'Água
- FOUCAULT, Michel. (1999 [1975]). *Vigiar e punir* (21.ª edição). Petrópolis: Vozes
- FOUCAULT, Michel. (2007 [1979]). *Microfísica do poder* (23.ª edição). São Paulo: Graal
- FRANCISCO, Dalmir. (2003). Arrastão mediático e racismo no Rio de Janeiro. *Anais do 26.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Belo-Horizonte
- FREEMAN, James. (2008). Great, good, and divided: the politics of public space in Rio de Janeiro. *Journal of Urban Affairs, UAA*, 30(5), 529-556
- FREUD, Sigmund. (2008 [1930]). *O mal-estar na civilização*. Lisboa: Relógio D'Água
- FRIEDMANN, John. (1998 [1992]). *Empowerment. The politics of alternative development* (reprinted). Malden, MA & Oxford: Blackwell

- GARFINKEL, Harold. (1984 [1967]). *Studies in ethnomethodology*. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell
- GASSET, Ortega y. (n.d. [1930]). *A rebelião das massas*. Lisboa: Relógio D'Água
- GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamim. (1997 [1985]). *O inquérito. Teoria e prática* (3.ª edição). Oeiras: Celta
- GIDDENS, Anthony. (1996a [1990]). *As consequências da modernidade* (3.ª edição). Oeiras: Celta
- GIDDENS, Anthony. (1996b [1992]). *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (2.ª edição). Oeiras: Celta
- GIDDENS, Anthony. (1997 [1993]). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- GIDDENS, Anthony. (2000a [1979]). *Dualidade da estrutura. Agência e estrutura*. Oeiras: Celta
- GIDDENS, Anthony. (2000b [1999]). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença
- GIDDENS, Anthony. (2001 [1991]). *Modernidade e identidade pessoal* (2.ª edição, 1.ª reimpressão). Oeiras: Celta
- GIDDENS, Anthony. (2007). *A Europa na era global*. Lisboa: Presença
- GIDDENS, Anthony. (2009). *The politics of climate change*. Cambridge & Malden, MA: Polity Press
- GLASER, Barney G., STRAUSS, Anselm L. (2010 [1967]). *The discovery of grounded theory. Strategies for qualitative research* (5th Printing). New Brunswick & London: Transaction
- GOBO, Giampietro. (2011 [1997]). Ethnography. In Silverman (ed.). *Qualitative research. Issues of theory, method and practice* (third edition). (15-34). London & Thousand Oaks, California, CA: Sage
- GOFFMAN, Erving. (1961). *Asylums. Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York, NY: Anchor Books



- GOFFMAN, Erving. (1963). *Behavior in public spaces. Notes on the social organization of gatherings*. New York, NY: Free Press
- GOFFMAN, Erving. (1972 [1971]). *Relations in public. Microstudies of the public order*. Middlesex: Penguin Books
- GOFFMAN, Erving. (1974). *Frame analysis. An essay on the organization of experience*. Massachusetts, MA: Northeastern University Press
- GOFFMAN, Erving. (1982 [1967]). *Interaction ritual. Essays of face-to-face behavior*. New York, NY: RandomHouse
- GOFFMAN, Erving. (1988 [1963]). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4.<sup>a</sup> edição). Rio de Janeiro: Guanabara
- GOFFMAN, Erving. (1993 [1959]). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água
- GOFFMAN, Erving. (1999 [1988]). *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio D'Água
- GONÇALVES, Jorge Manuel. (2006). *Os espaços públicos na reconfiguração física e social da cidade*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora
- GOTTFREDSON, Michael. (1990). *A general theory of crime*. California, CA: Stanford University Press
- GROSJEAN, Michèle, THIBAUD, Jean-Paul (dir.). (2008 [2001]). *L'espace urbain en méthodes*. Marseille: Parenthèses
- HABERMAS, Jürgen. (2009 [1962]). *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: Polity Press
- HALL, Peter G. (2002 [1988]). *Cities of tomorrow* (3rd edition). Malden, Massachusetts, MA: Blackwell
- HALL, Steve, WINLOW, Simon, ANCRUM, Craig. (2008). *Criminal identities and consumer culture. Crime, exclusion and the new culture of narcissism*. Devon: Willan

- HANNA, Judith Lynne. (2010 [1996]). Dance. In Alan Barnard & Jonathan Spencer. (eds). *Encyclopedia of social and cultural anthropology* (second edition) (180-183). London & New York, NY: Routledge
- HANNERZ, Ulf. (1980). *Exploring the city. Inquires toward an urban Anthropology*. New York, NY: Columbia University Press
- HANNIGAN, John. (2000a [1995]). *Sociologia ambiental. A formação de uma perspectiva ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget
- HANNIGAN, John. (2000b [1998]). *Fantasy city. Pleasure and profit in the postmodern metropolis* (reprinted). London & New York, NY: Routledge
- HANSOTTE, Majo. (2008 [2005]). *As inteligências cidadãs. Como se inventa e adquire a palavra colectiva*. Lisboa: Instituto Piaget
- HARVEY, David. (2000). *Spaces of hope*. Berkeley, Los Angeles, CA: University of California Press
- HOFFMAN, Lily, FAINSTEIN, Susan, JUDD, Dennis R. (ed.). (2003). *Cities and visitors. Regulating people, markets, and city space*. Malden, Massachusetts, MA: Blackwell
- HOLLOWAY, J. Christopher. (2006 [1983]). *The business of tourism* (7th edition). New York, NY & London: Prentice Hall
- HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. (2011). *As praias de Ipanema: liminaridade e proximidade à beira-mar*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Brasília: UnB (texto policopiado)
- HUIZINGA, Johan. (1955 [1944]). *Homo ludens. A study of the play element in culture*, Boston, MA: Beacon Press
- HUSSERL, Edmund. (n.d. [n.d.]). *Meditações cartesianas. Introdução à fenomenologia*. Porto: Rés
- HUTCHISON, Ray (ed.). (2010). *Encyclopedia of Urban Studies*. Thousand Oaks, CA: Sage

- INNERARITY, Daniel. (2010 [2006]). *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema
- JACOBS, Jane. (1992 [1961]). *The death and life of great american cities*. New York, NY: Vintage Book
- LAHIRE, Bernard. (2006 [2004]). *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed
- LAMAS, José Ressano Garcia. (2010 [n.d.]). *Morfologia urbana e desenho da cidade* (5.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- LAPEYRONNIE, Didier. (2008). *Ghetto urbain. Ségrégation, violence, pauvreté en France aujourd'hui*. Paris: Robert Laffont
- LEDROUT, Raymond. (1973a [1968]). *Sociologie urbain*. Vendôme: Presses Universitaires de France
- LEDROUT, Raymond. (1973b). *Les images de la ville*. Paris: Anthropos
- LEE, Raymond M. (2003 [2000]). *Métodos não interferentes em pesquisa social*. Lisboa: Gradiva
- LEES, Loretta, SLATER, Tom, WYLY, Elvin. (2008). *Gentrification*. New York, NY & London: Routledge
- LEES, Loretta, SLATER, Tom, WYLY, Elvin (ed.). (2010). *The gentrification reader*. New York, NY & London: Routledge
- LEFEBVRE, Henri. (n.d. [1966]). *A linguagem e a sociedade*. Lisboa: Ulisseia
- LEFEBVRE, Henri. (2003 [1970]). *The urban revolution*. Minneapolis, Minnesota, MN: University of Minnesota Press
- LEFEBVRE, Henri. (2007 [1974]). *The production of space*. Malden, Massachusetts, MA: Blackwell Publishing
- LEFEBVRE, Henri. (2008a [1947]). *Critique of everyday life, volume I. Introduction*. London & New York, NY: Verso

- LEFEBVRE, Henri. (2008b [1961]). *Critique of everyday life, volume II. Foundations for a Sociology of the everyday*. London & New York, NY: Verso
- LEFEBVRE, Henri. (2008c [1981]). *Critique of everyday life, volume III. From modernity to modernism (towards a metaphilosophy of daily life)*. London & New York, NY: Verso
- LEFEBVRE, HENRI. (2011 [n.d.]). *O direito à cidade* (5.<sup>a</sup> edição, 3.<sup>a</sup> reimpressão). São Paulo: Centauro
- LEGATES, Richard T., STOUT, Frederic (ed). (2007 [1996]). *The city reader* (4th edition). London & New York, NY: Routledge
- LENOBLE, Robert. (2002 [1990]). *História da ideia de Natureza*. Lisboa: Edições 70
- LIN, Nan. (2011 [2001]). *Social capital. A theory of social structure and action* (11th printing) New York, NY: Cambridge University Press
- LIPOVETSKY, Gilles. (1989 [1983]). *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água
- LIPOVETSKY, Gilles. (2009 [2006]). *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70
- LIPOVETSKY, Gilles. (2010 [2008]). *A cultura-mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*. Lisboa: Edições 70
- LIPSET, Martin Seymour. (1992 [1985]). *Consenso e Conflito*. Lisboa: Gradiva
- LOBO, Susana. (2009). A Costa do Sol: planear uma região de turismo nos anos 40. In Margarida Pereira et al. *O Plano de Urbanização da Costa do Sol. Uma visão inovadora para o território* (65-79). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras
- LOCKWOOD, A., MEDLIK, S. (org.). (2003 [2001]). *Turismo e hospitalidade no século XXI*. Tamboré, São Paulo: Editora Manole
- LOPES, João Teixeira. (2000). *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Afrontamento e Câmara Municipal do Porto

- LOPES, João Teixeira. (2002). *Novas questões de Sociologia Urbana. Conteúdos e «orientações» pedagógicas*. Porto: Afrontamento
- LOPES, João Teixeira. (2008). Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. *Sociologia*, FLUP, Porto, 17/18, 69-80
- LOPES, João Teixeira. (2009). Políticas culturais urbanas. In Carlos Fortuna & Rogério Proença Leite (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos (171-186)*. Coimbra: Almedina
- LYNCH, Kevin. (2003 [1960]). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70
- LYNCH, Kevin. (2007 [1981]). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70
- LYOTARD, Jean-François. (1989 [n.d.]). *A condição pós-moderna* (2.ª edição). Lisboa: Gradiva
- MACCANNELL, Dean. (1999 [1976]). *The tourist. A new theory of the leisure class*. Berkeley, Los Angeles, CA: University of California Press
- MACHADO, Carla. (2004). *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do «outro»*. Lisboa: Notícias
- MAFFESOLI, Michel. (n.d. [n.d.]), *O conhecimento do quotidiano. Para uma Sociologia da Compreensão*. Lisboa: Veja
- MAQUIAVEL, Nicolau. (1976 [n.d.]). *O Príncipe* (2.ª edição). Mem Martins: Europa-América
- MARAT-MENDES, Teresa. (2009). O PUCS e os vazios planeados. Novas oportunidades para o ordenamento sustentado da Costa do Sol. In Margarida Pereira *et al.* *O plano de urbanização da Costa do Sol. Uma visão inovadora para o território* (91-122). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras
- MARCUSE, Peter. (1989). 'Dual city': a muddy metaphor for a quartered city. *International Journal of Urban and Regional Research*, Malden, MA, 13-4, 697-708

- MARTINOTTI, Guido. (1993). *Metropoli. La nuova morfologia della città*. Bologna: Il Mulino
- MARTINS, João, PEREIRA, Patrícia, ALMEIDA, Pedro Miguel, MACHADO, Paulo, VAZ, Domingos, BAPTISTA, Luís Vicente. (2010). Planning Lisbon at the metropolitan scale: elements for an historical analysis of urban planning programs (1950-2010). *8<sup>th</sup> European Urban and Regional Studies Conference, Repositioning Europe in an era of global transformation*. Wien
- MARTINS, José de Sousa. (2008). A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. In José Machado Pais *et al*, orgs., In *O visual e o quotidiano* (33-57). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- MARTUCCELLI, Danilo. (1999). *Sociologies de la modernité*. Paris: Gallimard
- MARTEN, Gerald. (2001). *Human ecology. Basic concepts for sustainable development*. London & Sterling, VA: Earthscan
- MATIAS, Álvaro. (2007). *Economia do turismo. Teoria e prática*. Lisboa: Instituto Piaget
- MATTOS, Carla dos Santos. (2012). Da valentia à neurose: criminalização das galeras funk, ‘paz’ e (autoregulação) das condutas nas favelas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Necu & PPGSA IFCS/UFRJ, 5-4, 653-680
- MAUSS, Marcel. (1988 [1950]). *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70
- MELA, Alfredo, BELLONI, Maria Carmen, DAVICO, Luca. (2001 [1998]). *A Sociologia do Ambiente*. Lisboa: Estampa
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, IP
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO. (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Propostas para revisão no horizonte 2015 – Versão 2.0*. Lisboa: Turismo de Portugal, IP

- MIRANDA, Jorge, CARDOSO, Guilherme, TEIXEIRA, Carlos A. (2001 [1988]). *Registo fotográfico de Carcavelos e alguns apontamentos histórico-administrativos* (2.<sup>a</sup> edição), Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- MONS, Alain (n.d. [n.d.]). *A metáfora social. Imagem, território, comunicação*. Porto: Rés
- MONTEZ, Paulino. (1978). *Praias da Costa do Sol. Oeiras, Carcavelos, Parede, S. Pedro, S. João, Estoril-Monte, Cascais*. Lisboa: Edição da Revista de Arquitectura
- MONTGOMERY, Mark R. et al. (org.). (2004). *Cities transformed. Demographic change and its implication in the developing world*, London: Earthscan
- MORIN, Edgar. (1970). *Alarme em Orleães. Escravidão branca ou anti-semitismo?*. Lisboa: Início
- MORIN, Edgar. (1998). *Sociologia. A sociologia do microsocial ao macroplanetário*. Mem Martins: Europa-América
- MORPHY, Howard. (2010 [1996]). Material Culture. In Alan Barnard & Jonathan Spencer. (eds). *Encyclopedia of social and cultural anthropology* (second edition) (453-456). London & New York, NY: Routledge
- NAZARETH, Joaquim Manuel. (2004). *Demografia. A ciência da população*. Lisboa: Presença
- NEGREIROS, Jorge. (2001). *Delinquências juvenis*. Lisboa: Notícias
- NELSON, Kathryn P. (1988). *Gentrification and distressed cities. An assessment of trends in intrametropolitan migration*. Madison, Wisconsin, WI: University of Wisconsin Press
- NIETZSCHE, Friedrich. (2000 [n.d.]). *A gaia ciência*. Lisboa: Guimarães
- NOFRE, Jordi. (2013). “Vintage nightlife”: Gentrifying Lisbon downtown. *Fennia – International Journal of Geography*, Helsinki, Geographical Society of Finland, 191, No 2 (2013), 106-121

- O'CONNOR, Justin, WYNNE, Derek (ed.). (1996). *From the margins to the centre. Cultural production and consumption in the post-industrial city*. Aldershot: Arena - Ashgate
- PAIS, José Machado. (2002). *Sociologia da vida quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- PAIS, José Machado, BLASS, Leila. (2004). *Tribus urbanas. Produção artística e identidades*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- PAIS, José Machado, CARVALHO, Clara, GUSMÃO, Neusa Mendes de (orgs.). (2008). *O visual e o quotidiano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- PAIS, José Machado. (2010). *Lufa-lufa quotidiana. Ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- PASSERON, Jean-Claude. (1995 [1991]). *O raciocínio sociológico. O espaço não popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis: Vozes
- PEDRAZZINI, Yves. (2005). *La violence des villes*. Paris: Alliance des éditeurs indépendants pour un autre mondialisation
- PELLETIER, Jean, DELFANTE, Charles. (2000 [1969]). *Cidades e urbanismo no mundo*. Lisboa: Instituto Piaget
- PEREIRA, Margarida *et al.* (2009). *O Plano de Urbanização da Costa do Sol. Uma visão inovadora para o território*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras
- PIAGET, Jean. (1994 [1932]). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus
- PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís Vicente, VAZ, Maria João (orgs.). (2001). *Cidade e metrópole. Centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta
- PIRES, Edmundo Balsemão. (2007). *Espaços públicos, poder e comunicação / Public spaces, power and communication*. Porto: Afrontamento



- POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, Simone, RAYBAUT, Paul. (1999 [1983]). *Histórias de vida. Teoria e prática* (2.ª edição). Oeiras: Celta
- PORTES, Alejandro. (1999). *Migrações internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta
- PORTES, Alejandro. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologias, Problemas e Práticas*, CIES-ISCTE, Lisboa, 33, 133-158
- PUTNAM, Robert D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York, NY: Simon & Schuster
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van. (1992 [1988]). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva
- RAINIE, Lee, WELLMAN, Barry. (2012). *Networked. The new social operating system*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press
- RAMONET, Ignacio. (1999). *A tirania da comunicação*. Porto: Campo das Letras
- RANSOME, Paul. (2005). *Work, consumption, & culture. Affluence and social change in the twenty-first century*. London: Sage
- RAWLS, John. (1997 [1993]). *O liberalismo político*. Lisboa: Presença
- RAWLS, John. (2001 [1971]). *Uma teoria da justiça* (2.ª edição). Lisboa: Presença
- RÉMY, Jean, VOYÉ, Lilianne. (1994 [1992]). *A cidade: rumo a uma nova definição?*. Porto: Afrontamento
- RICOEUR, Paul. (1987 [1976]). *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70
- RITZER, George. (2005 [n.d.]). *Enchanting a disenchanted world. Revolutionizing the means of consumption* (2nd edition). Los Angeles, LA & London: Pine Forge Press

- RITZER, George. (2008 [2004]). *The McDonaldization of society 5*, Los Angeles, LA & London: Pine Forge Press
- ROCHEFORT, Robert. (n.d. [1997]). *O consumidor empreendedor*. Lisboa: Instituto Piaget
- ROCHER, Guy. (1989 [n.d.]). *Sociologia geral. A organização social* (4.ª edição). Lisboa: Presença
- RODRIGUES, Teresa, LOPES, João Teixeira, BAPTISTA, Luís, MOREIRA, Maria João (coord.). (2009). *Regionalidade demográfica e diversidade social em Portugal*. Porto: Afrontamento
- ROGERS, Carl. (2010 [1961]). *Tornar-se pessoa* (2.ª edição). Lisboa: Padrões Culturais
- ROJEK, Chris, TURNER, Bryan S. (ed.). (1993). *Forget Baudrillard?*. London & New York, NY: Routledge
- ROJEK, Chris. (1999 [1995]). *Decentring leisure. Rethinking leisure theory*. London: Sage
- ROJEK, Chris, URRY, John (ed.). (2000 [1997]). *Touring cultures. Transformations of travel and theory* (reprinted). London & New York, NY: Routledge
- ROMANÍ, Oriol (coord.). (2010). *Jóvenes y riesgos. ¿Unas relaciones ineludibles?* Barcelona: Bellaterra
- ROSA, Gonçalo Pereira. (2011). O 'arrastão' de Carcavelos como onda noticiosa. *Análise Social*, ICS-UL, Lisboa, vol. XLVI (198), 115-135
- ROSA, Maria João, CHITAS, Paulo. (2010). *Portugal: os números*. Lisboa: Fundação Francisco M. dos Santos
- ROSALES, Marta Vilar. (2009). *Cultura material e consumo. Uma introdução*. Lisboa: Celta
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (n.d. [n.d.]). *O contrato social*. Mem Martins: Europa-América
- RUIVO, Fernando. (2002 [2000]). *Poder local e exclusão social* (2.ª edição). Coimbra: Quarteto

- SANTOS, Boaventura de Sousa. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade* (2.ª edição). Porto: Afrontamento
- SANTOS, José Manuel Figueiredo. (2007a [2002]). *Turismo mosaico de sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística*. Lisboa: Colibri
- SANTOS, José Manuel Figueiredo. (2007b). *Turismo agridoce. Vivências de visão e divisão*. Lisboa: Colibri
- SANTOS, Maria de Lourdes (coord.). (2005). *Cartografia cultural do Concelho de Cascais*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais
- SANTOS, Mário de Beja. (2008). *Consumo, logo existo*. Lisboa: Pena Longa
- SARACENO, Chiara, NALDINI, Manuela. (2003 [2001]). *Sociologia da família* (2.ª edição). Lisboa: Estampa
- SARMENTO, João Carlos Vicente. (2004). *Representação, imaginação e o espaço visual. Geografias de paisagens turísticas em West Cork e nos Açores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa
- SASSEN, Saskia. (2001 [1991]). *The global city. New York, London, Tokyo* (2nd edition). Princeton, New Jersey, NJ: Princeton University Press
- SASSEN, Saskia. (2006 [1994]). *Cities in a world economy* (updated 3rd edition). Thousand Oaks, California, CA: Pine Forge Press
- SCHMIDT, Luísa, NAVE, Joaquim Gil, GUERRA, João. (2005). *Autarquias e desenvolvimento sustentável. Agenda 21 local e novas estratégias ambientais*. Porto: Fronteira do Caos
- SCHNAPPER, Dominique. (2000 [1999]). *A compreensão sociológica. Como fazer análise tipológica*. Lisboa: Gradiva
- SEGALEN, Martine. (1999 [1996]). *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar

- SERÉN, Maria do Carmo. (2008). O espírito do tempo e a fotografia: a cidade como prática ficcional do limite. In José Machado Pais *et al*, orgs., In *O visual e o quotidiano* (59-70). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- SENNETT, Richard. (1992). *The fall of public man*. New York, NY: W. W. Norton & Company
- SENNETT, Richard. (2007 [1999]). *A corrosão do carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar
- SENNETT, Richard. (2012). *Together. The rituals, pleasures and politics of cooperation*. New Haven, Connecticut, CT, & London: Yale University Press
- SHARPLEY, Richard, STONE, Philip (ed.). (2009). *The darker side of travel. The theory and practice of dark tourism*. Bristol: Channel View Publication
- SHELLER, Mimi, URRY, John (ed.). (2004). *Tourism mobilities. Places to play, places in play*. London: Routledge
- SHIELDS, Rob. (1992 [1991]). *Places on the margin. Alternative geographies of modernity* (reprinted). New York, NY: Routledge
- SHILLING, Chris. (1996 [1993]). *The body and social theory* (reprinted – twice). London & Thousand Oaks, California, CA: Sage
- SHILS, Edward. (1992 [1974]). *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel
- SIEBER, Tim. (2008). Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa. In Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal (orgs.), *A rua. Espaço, tempo, sociabilidade* (47-64). Lisboa: Livros Horizonte
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.). (1986). *Metodologia das ciências sociais* (7.<sup>a</sup> edição). Porto: Afrontamento
- SILVA, Augusto Santos. (1988). *Entre a razão e o sentido*. Porto: Afrontamento
- SILVA, Filipe Carreira da. (2002). *Espaço público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

- SILVA, Jorge da. (2009). Sem conflitos: entre o sonho e o pesadelo da apartação. *Cadernos de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, 1(0), 1-15
- SILVERMAN, David (ed.). (2011 [1997]). *Qualitative research. Issues of theory, method and practice* (third edition). London & Thousand Oaks, California, CA: Sage
- SIMMEL, Georg. (2004a). *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água
- SIMMEL, Georg. (2004b). *Fragmento sobre o amor e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água
- SIMMEL, Georg. (2008). *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Texto & Grafia
- SIMMEL, Georg. (2009). *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Texto & Grafia
- SINGLY, François de. (2001 [2000]). *Livres juntos. O individualismo na vida comum*. Porto: Dom Quixote
- SINGLY, François de. (2006 [2003]). *Uns com os outros. Quando o individualismo cria laços*. Lisboa: Instituto Piaget
- SINGLY, François de. (2011). *Séparée. Vivre l'expérience de la rupture*. Paris: Armand Colin
- SMITH, Valene L. (ed.). (1989 [n.d.]). *Hosts and guests. The anthropology of tourism* (2nd edition). Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press
- SOJA, Edward W. (1994 [1989]). *Postmodern geographies. The reassertion of space in critical social theory* (4th imprinting). London & New York, NY: Verso
- SOJA, Edward W. (2006 [2000]). *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Malden, Massachusetts, MA: Blackwell
- SOULET, Marc-Henry. (2005). L'angle mort de la logique de la découverte chez Howard Becker. In Daniel Mercure (org.). *L'analyse du social, les modes d'explication*. Québec: Presses de L'Université Laval
- SOULET, Marc-Henry. (2006). Traces et intuition raisonnée. Le paradigme indiciário et la logique de la découverte en sciences sociales. In Pierre Paillé (dir.). *La méthodologie qualitative. Posture de recherche et travail de terrain*. Paris: Armand Colin

- STAKE, Robert E. (2009 [1995]). *A arte da investigação com estudos de caso* (2.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- STEVENS, Quentin. (2007). *The ludic city. Exploring the potential of public spaces*. London & New York, NY: Routledge
- STRANGER, Mark. (2011). *Surfing life. Surface, substructure and commodification of the sublime*. Farnham, Surrey: Ashgate
- THIO, Alex. (2001). *Readings in deviant behavior*. Needham Heights, Massachusetts, MA: Ally and Bacon
- TODOROV, Tzvetan. (1990 [n.d.]). *A conquista da América. A questão do outro*. Lisboa: Litoral
- TORRES, Anália, BAPTISTA, Luís (orgs.). (2008). *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e acção*. Porto: Afrontamento
- TOURAINE, Alain. (n.d. [1984]). *O retorno do actor*. Lisboa: Instituto Piaget
- TOURAINE, Alain. (n.d. [1992]). *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget
- TRIPODI, Lorenzo. (2010). Cinematic Urbanism. In Ray Hutchison. (ed.). *Encyclopedia of Urban Studies* (139-143). Thousand Oaks, CA: Sage
- TURNER, Bryan S. (1993). Baudrillard for sociologists. In Chris Rojek & Bryan S. Turner (ed.). *Forget Baudrillard?* (70-87). London & New York, NY: Routledge
- TURNER, Bryan S. (ed.). (2002 [1996]). *Teoria social*. Oeiras: Difel
- TZU, Sun. (2006 [n.d.]). *A arte da guerra*. Lisboa: Sílabo
- UN (United Nations). (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development. "Our common future"*. New York, NY: Author

- UNFPA. (2007). *Situação da população mundial 2007. Desencadeando o potencial do crescimento urbano*. New York, NY: Autor
- UNFPA. (2011). *State of world population 2011. People and possibilities in a world of 7 billion*. New York, NY: Author
- UNFPA. (2012). *Relatório sobre a situação da população mundial 2012. Por escolha, não por acaso. Planeamento familiar, direitos humanos e desenvolvimento*. New York, NY: Autor
- URBAIN, Jean-Didier. (2002 [1994]). *Sur la plage. Moeurs et coutumes balnéaires (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Payot & Rivages
- URRY, John. (2000 [1995]). *Consuming places* (reprinted). London & New York, NY: Routledge
- VAZ, Domingos M. (org.). (2008a). *Cidade e território. Identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças*. Lisboa: Celta
- VAZ, Domingos M. (2008b). Imagem da cidade e modos de comunicação. Problematização e implicações estratégicas. In Domingos M. Vaz (org.). *Cidade e território. Identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças* (87-104). Lisboa: Celta
- VEBLEN, Thorstein. (1994 [1899]). *The theory of the leisure class*. New York, NY: Dover
- VIEGAS, José Manuel Leite, COSTA, António Firmino. (1998). *Portugal, que modernidade?* (2.ª edição). Oeiras: Celta
- WACQUANT, Loïc. (2000 [1999]). *As prisões da miséria*. Oeiras: Celta
- WACQUANT, Loïc. (2006). *Parias urbains. Guetto, banlieues, état*. Paris: La Découvert
- WEBER, Max. (1996 [n.d.]). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (4.ª edição). Lisboa: Presença

- WHYTE, William Foote. (1993 [1943]). *Street corner society. The social structure of an italian slum* (4th edition). Chicago, Il, & London: University of Chicago Press
- WHYTE, William H. (2004 [n.d.]). *The social life of small urban spaces* (3rd print). New York, NY: Project Public Spaces
- WIEVIORKA, Michel. (1995 [1992]). *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand
- XIBERRAS, Martine. (n.d. [1989]). *A sociedade intoxicada*. Lisboa: Instituto Piaget
- XIBERRAS, Martine. (1996 [1993]). *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget
- YALOM, Irvin. (2008). *De olhos fixos no sol*. Parede: Saída de Emergência
- YALOM, Irvin. (2009 [1996]). *Mentiras no divã* (2.<sup>a</sup> edição). Parede: Saída de Emergência
- YIN, Robert K. (2009 [1984]). *Case study research. Design and methods* (4th edition). Thousand Oaks, California, CA: Sage
- ZUKIN, Sharon. (1993). *Landscapes of power. From Detroit to Disney World*. Berkeley, California, CA & London: University of California Press
- ZUKIN, Sharon. (2008 [1995]). *The cultures of cities*. Malden, Massachusetts, MA: Blackwell



## REFERÊNCIAS DE FONTES NA WORLD WIDE WEB

- ANDRINGA, Diana. (2005a). Era uma vez um arrastão, parte 1 (vídeo carregado por Luís Leiria em 27/08/2007). YouTube (<http://www.youtube.com/>). <http://www.youtube.com/watch?v=9pfS50Ycguw>. (último acesso em 18/01/2014)
- ANDRINGA, Diana. (2005b). Era uma vez um arrastão, parte 2 (vídeo carregado por Luís Leiria em 27/08/2007). YouTube (<http://www.youtube.com/>). <http://www.youtube.com/watch?v=krHE6BpRK5g>. (último acesso em 18/01/2014)
- ANDRINGA, Diana. (2005c). Era uma vez um arrastão, parte 3 (vídeo carregado por Luís Leiria em 27/08/2007). YouTube (<http://www.youtube.com/>). <http://www.youtube.com/watch?v=O-0UFPJi5tA>. (último acesso em 18/01/2014)
- ANDRINGA, Diana. (2005d). Era uma vez um arrastão, parte 4 (vídeo carregado por Luís Leiria em 27/08/2007). YouTube (<http://www.youtube.com/>). <http://www.youtube.com/watch?v=gCZ1KmlggqU>. (último acesso em 18/01/2014)
- BEACHCAM.PT. Sítio Web. <http://beachcam.sapo.pt/>. (último acesso em 09/12/2013)
- BEACHCAM.PT. Sítio Web, Página da Praia de Carcavelos. <http://beachcam.sapo.pt/praias/praias-de-carcavelos/>. (último acesso em 09/12/2013)
- BEACHCAM.PT. Página oficial na rede social “Facebook” (<https://www.facebook.com/>). <https://www.facebook.com/beachcam?fref=ts>. (último acesso em 09/12/2013)
- BLOCO DE ESQUERDA. (2007). Socialismo 2007: «O “Arrastão” – Preconceito e media. Portal do Bloco de Esquerda (<http://www.bloco.org/>). <http://www.bloco.org/content/view/566/47/>. (último acesso em 18/02/2016)
- BLOCO DE ESQUERDA. (2009a). Bloco debateu políticas culturais em directo. Portal do Bloco de Esquerda (<http://www.bloco.org/>).

[http://igualdade.bloco.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=73&Itemid=11](http://igualdade.bloco.org/index.php?option=com_content&task=view&id=73&Itemid=11). (último acesso em 18/02/2016)

BLOCO DE ESQUERDA. (2009b). Democracia só estará protegida com uma justiça rápida. Portal do Bloco de Esquerda (<http://www.bloco.org/>). <http://www.bloco.org/content/view/1992/62/>. (último acesso em 20/02/2016)

BLOCO DE ESQUERDA. (2013). Lista do Bloco de Esquerda à Câmara Municipal de Lisboa. Portal do Bloco de Esquerda (<http://www.bloco.org/>). <http://lisboa.bloco.org/queremos-lisboa-2013/lista-do-bloco-de-esquerda-camara-municipal-de-lisboa/1065>. (último acesso em 20/02/2016)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS. Sítio Web. <http://www.cm-cascais.pt/>. (último acesso em 13/01/2014)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS. (n.d.). Indicadores de turismo. Número de estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento do concelho de Cascais. <http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/indicadores/turismo.pdf>. (último acesso em 19/06/2014)

CASA DAS HISTÓRIAS PAULA REGO. Sítio Web. <http://www.casdashistoriaspaularego.com/pt/>. (último acesso em 14/01/2014)

CASA DAS HISTÓRIAS PAULA REGO. Página oficial na rede social “Facebook” (<https://www.facebook.com/>). <https://www.facebook.com/casdashistoriaspaularego?ref=ts&fref=ts>. (último acesso em 14/01/2014)

CORREIO DA MANHÃ. (2005). Arrastão deixa marcas em Carcavelos. Correio da Manhã. 19/06/2005. <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/arrastao-deixa-marcas-em-carcavelos>. (último acesso em 18/01/2014)

CORREIO DA MANHÃ. (2008). Tiros de volta à Quinta da Fonte. Correio da Manhã. 24/07/2008. <http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000010-0000->

0000-0000-000000000010&contentid=C0F3DE76-9E77-473E-B3D1-5A7F8298A33A.

(último acesso em 10/12/2013)

CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. Sítio Web.

<http://www.cp.pt/cp/displayPage.do?vgnextoid=87cbd5abe2a74010VgnVCM10000>

07b01a8c0RCRD. (último acesso em 13/11/2013)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. (2005). ‘Arrastão’ na praia de Carcavelos. Diário de Notícias.

11/06/2005. [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=602421&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=602421&page=-1).

(último acesso em 18/01/2014)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. (2006). O grande mistério da praia de Carcavelos. Diário de Notícias.

10/06/2006. [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=641805&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=641805&page=-1).

(último acesso em 18/01/2014)

EUROSTAT & PORDATA. (2015). Número médio de dormidas por entrada nos alojamentos turísticos colectivos: total e por tipo de turista.

<http://www.pordata.pt/Europa/N%C3%BAmero+m%C3%A9dio+de+dormidas+por+entrada+nos+alojamentos+tur%C3%ADsticos+colectivos+total+e+por+tipo+de+turista-2534>. (último acesso em 27/09/2016)

FIZZ BEACH BAR. Sítio Web. [www.fizzbeachbar.com/](http://www.fizzbeachbar.com/). (último acesso em 09/12/2013)

FIZZ BEACH BAR. Página oficial na rede social “Facebook” (<https://www.facebook.com/>).

<https://www.facebook.com/fizzbeachbar/>. (último acesso em 09/12/2013)

INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS. Sítio Web.

<http://isn.marinha.pt/PT/Paginas/default.aspx>. (último acesso em 15/01/2014)

---

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. Sítio Web.  
[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main). (último acesso em 13/01/2014)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2013). Boletim Mensal de Economia Portuguesa n.º 10|2013, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. <http://www.gee.min-economia.pt/?cfl=29531/>. (último acesso em 19/06/2014)

PORTAL DO MAR DE CASCAIS. Sítio Web. <http://portaldomar.cascais.pt/>. (último acesso em 13/11/2013)

PORTUGAL (1935). Lei n.º 1.909 de 22 de Maio. Diário do Governo, I Série, Número 116/35 <http://www.dre.pt/pdf1s%5C1935%5C05%5C11600%5C07180719.pdf>. (último acesso em 14/05/2014)

PORTUGAL (1936). Decreto n.º 26.762 de 09 de Julho. Diário do Governo, I Série, Número 159/36. <http://www.legislacao.org/diario-primeira-serie/1936-07-09/>. (último acesso em 14/05/2014)

PORTUGAL (1937). Decreto n.º 27.601 de 29 de Março. Diário do Governo, I Série, Número 72. <http://www.dre.pt/pdf1s%5C1937%5C03%5C07200%5C02850286.pdf>. (último acesso em 14/05/2014)

PORTUGAL (1948). Decreto-Lei n.º 37.251 de 28 de Dezembro. Diário do Governo, I Série, Número 300. <http://www.dre.pt/pdf1s%5C1948%5C12%5C30000%5C17151716.pdf>. (último acesso em 14/05/2014)

PORTUGAL (1979). Decreto Regulamentar n.º 30/79 de 31 de Maio. Diário da República, I Série, n.º 125. <http://www.dre.pt/pdf1s/1979/05/12500/11851185.pdf>. (último acesso em 14/05/2014)

---

- 
- PORTUGAL (1994a). Decreto-Lei n.º 141/94 de 23 de Maio. Diário da República, I Série-A, n.º 119. <http://www.dre.pt/pdf1s/1994/5C05/5C119A00/5C27462747.pdf>. (último acesso em 14/05/2014)
- PORTUGAL (1994b). Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/94 de 22 de Março. Diário da República, I Série-B, n.º 68 <https://dre.pt/application/file/a/283040>. (último acesso em 14/05/2014)
- PORTUGAL (1997). Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/97 de 16 de Junho. Diário da República, I Série-B, n.º 139. [http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/pdm\\_cascais\\_rcm\\_96\\_97.pdf](http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/pdm_cascais_rcm_96_97.pdf). (último acesso em 14/05/2014)
- PORTUGAL. (1999). Decreto-Lei n.º 457/99 de 5 de Novembro. Diário da República, I Série-A, n.º 258. <http://www.dre.pt/pdf1s/1999/11/258A00/77017703.pdf>. (último acesso em 15/01/2014)
- PORTUGAL. (2000). Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000 de 15 de Maio. Diário da República, I Série-B, n.º 112. <http://dre.pt/pdf1sdip/2000/05/112B00/21062143.pdf>. (último acesso em 27/11/2013)
- PORTUGAL. (2002). Decreto-Lei n.º 44/2002 de 2 de Março. Diário da República, 1.ª Série – A – N.º 52. <http://www.dre.pt/pdf1s/2002/03/052A00/17521758.pdf>. (último acesso em 15/01/2014)
- PORTUGAL. (2008). Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto. Diário da República, 1.ª Série – N.º 162. <http://dre.pt/pdf1s/2008/08/16200/0586505884.pdf>. (último acesso em 13/01/2014)
- PORTUGAL. (2009a). Portaria n.º 579/2009 de Junho. Diário da República, 1.ª Série – N.º 106. <http://dre.pt/pdf1s/2009/06/10600/0342803434.pdf>. (último acesso em 14/01/2014)
-

- PORTUGAL. (2009b). Decreto-Lei n.º 213/2009 de 4 de Setembro. Diário da República, 1.ª Série – N.º 172. <http://dre.pt/pdf1s/2009/09/17200/0592705935.pdf>. (último acesso em 13/01/2014)
- PORTUGAL. (2010). Portaria n.º 267/2010 de 16 de Abril. Diário da República, 2.ª série – N.º 74. <http://dre.pt/pdf2sdip/2010/04/074000000/1966319669.pdf>. (último acesso em 14/01/2014)
- PORTUGAL. (2011). Portaria n.º 493/2011 de 12 de Abril. Diário da República, 2.ª série – N.º 72. <http://dre.pt/pdf2sdip/2011/04/072000000/1692416930.pdf>. (último acesso em 14/01/2014)
- PORTUGAL. (2012a). Portaria n.º 115/2012 de 27 de Abril. Diário da República, 1.ª Série – N.º 83. <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/08300/0231302320.pdf>. (último acesso em 14/01/2014)
- PORTUGAL. (2012b). Decreto-Lei n.º 135/2012 de 29 de Junho. Diário da República, 1.ª Série – N.º 125. <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/06/12500/0332603330.pdf>. (último acesso em 13/01/2014)
- PORTUGAL. (2012c). Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro. Diário da República, 1.ª Série – N.º 212. <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/11/21200/0630806346.pdf>. (último acesso em 13/01/2014)
- PORTUGAL. (2012d). Lei n.º 56/2012 de 8 de Novembro. Diário da República, 1.ª Série – N.º 216. <http://www.dre.pt/pdf1s/2012/11/21600/0645406460.pdf>. (último acesso em 27/11/2013)
- PORTUGAL. (2013a). Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro. Diário da República, 1.ª Série – N.º 19. <http://www.dre.pt/pdf1s/2013/01/01901/0000200147.pdf>. (último acesso em 27/11/2013)
- PORTUGAL. (2013b). Decreto-Lei n.º 51/2013 de 17 de Abril. Diário da República, 1.ª Série, N.º 75. <https://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/07500/0221102211.pdf>. (último acesso em 13/01/2014)

- PORTUGAL. (2013c). Decreto-Lei n.º 51/2013 de 13 de Maio. Diário da República, 1.ª Série, N.º 166. <http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/09100/0282102843.pdf>. (último acesso em 14/01/2014)
- PORTUGAL. (2014). Lei n.º 68/2014 de 29 de Agosto. Diário da República, 1.ª Série, <https://dre.pt/application/file/56384662>. (último acesso em 20/02/2016)
- PÚBLICO. (2005a). PSP efectua várias detenções na praia de Carcavelos. Público. 11/06/2005. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/psp-efectua-varias-detencoes-na-praia-de-carcavelos-1225508>. (último acesso em 18/01/2014)
- PÚBLICO. (2005b). Governo Civil autoriza manifestação contra ‘arrastão’ de Carcavelos. Público. 17/06/2005. <http://www.publico.pt/local/noticia/governo-civil-autoriza-manifestacao-contrarrastao-de-carcavelos-1226085>. (último acesso em 18/01/2014)
- PÚBLICO. (2005c). “Arrastão” de Carcavelos: polícia suspeita de crime organizado, mas não tem provas. Público. 18/06/2005. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/arrastao-de-carcavelos-policia-suspeita-de-crime-organizado-mas-nao-tem-provas-1226152>. (último acesso em 18/01/2014)
- PÚBLICO. (2006). O “Pseudo-Arrastão” de Carcavelos considerado exemplo de má cobertura jornalística. Público. 09/06/2006. <http://www.publico.pt/media/noticia/o-pseudoarrastao-de-carcavelos-considerado-exemplo-de-ma-cobertura-jornalistica-1260403>. (último acesso em 18/01/2014)
- PÚBLICO. (2008). Sacavém: dois detidos em novo tiroteio na Quinta da Fonte. Público. 11/07/2008. <http://www.publico.pt/local/noticia/sacavem-dois-detidos-em-novo-tiroteio-na-quinta-da-fonte-1335245>. (último acesso em 10/12/2013)

RICOSURF. (2013). Glossário do Surf. Página do Sítio Web (<http://ricosurf.globo.com/>). <http://ricosurf.globo.com/escola-de-surf/glossario-do-surf/>. (último acesso em 12/12/2013)

SICNOTÍCIAS. (2012). 'Cascais surf à noite' reuniu dezenas de surfistas. SICNotícias, SIC. 06/05/2012. <http://sicnoticias.sapo.pt/desporto/article1529719.ece>. (último acesso em 10/02/2014)

TSF. (2010). De Algés a Cascais – um território para o turismo. Rubrica *Encontros com o Património*, Manuel Vilas-Boas com Margarida Pereira, Teresa Marat-Mendes, Susana Lobo & Sandra Vaz Costa. TSF/DGPP. 05/08/2010. [http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content\\_id=918070&audio\\_id=1476563](http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=1476563). (último acesso em 10/02/2014)

TURISMO DE PORTUGAL, I.P. (2013). Movimentos Aeroportuários 2013. <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadrosestatisticos/movimentosaeroporto%C3%A1rios/Documents/Passageiros%20desembarcados%20-%20S%C3%A9rie%202005-2011.pdf>. (último acesso em 19/06/2014)



---

**Índice de Tabelas**

1: População e proporção percentual da população das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto face ao universo da população nacional.....	16
2: Tipologia de Utentes no Lugar.....	35
3: Grupo (i) Ruas.....	58
4: Grupo (ii) Praças.....	59
5: Grupo (iii) Espaços Comerciais.....	60
6: Grupo (iv) Espaços Verdes.....	61
7: Grupo (v) Outros.....	62
8: Distribuição Territorial dos habitantes de Cascais (CC) por freguesia e segundo os dados censitários de 1991 a 2001.....	72
9: População dos CC circundantes ao CC de Cascais.....	78
10: Número de dormidas em Portugal por estabelecimento hoteleiro (pós crise financeira de 2008).....	112
11: Número de dormidas em Lisboa (NUTS II) por estabelecimento hoteleiro (pós crise financeira de 2008).....	113
12: Número de dormidas em Cascais (CC) por estabelecimento hoteleiro (pós crise financeira de 2008).....	114
13: Número de dormidas em Portugal por estabelecimento hoteleiro (pré crise financeira de 2008).....	115
14: Número de dormidas em Lisboa (NUTS II) por estabelecimento hoteleiro (pré crise financeira de 2008).....	116
15: Número de dormidas em Cascais (CC) por estabelecimento hoteleiro (pré crise financeira de 2008).....	117
16: Percentagem do número de dormidas em Lisboa (NUTS II) e Cascais (CC) em relação ao total nacional: 2012.....	120
17: Percentagem do número de dormidas em Lisboa (NUTS II) e Cascais (CC) em relação ao total nacional: 2002.....	121
18: Peso percentual das dormidas em Cascais (CC) por tipologia de estabelecimento hoteleiro 2012 e 2002.....	123
19: Número de camas disponíveis pelo N de unidades hoteleiras de Cascais (CC) distribuídas por número de estrelas atribuídas.....	124
20: Número de estabelecimentos hoteleiros em Cascais e capacidade de alojamento – 1995-2009.....	126

---

21: Passageiros desembarcados em Portugal em 2005-2011 por Aeroporto e Tipo de Voo.....	133
22: Tipologia de Utentes no Lugar (ii).....	182

## Índice de Figuras

1: Categorias dos Viajantes.....	33
2: Mapa das freguesias distribuídas no concelho de Cascais.....	74
3: Recorte territorial com enfoque no concelho de Cascais.....	75
4: Mapa das freguesias distribuídas no concelho de Cascais, após reordenamento territorial.....	76
5: Concelhos Limítrofes e mais próximos do Concelho de Cascais.....	77
6: Distribuição de Hotéis de 4 ou mais estrelas em Cascais (CC).....	127
7: Distribuição das Praias de Cascais pelo Concelho.....	135
8: Identificação das Praias de Cascais no Concelho.....	136
9: Estações Ferroviárias da Linha de Cascais.....	168
10: Traçado da auto-estrada da Costa do Estoril – A5 e da Avenida Marginal – EN6.....	171
11: Praia de Carcavelos por distinção na apropriação: Zonas Nascente e Poente.....	280

## Índice de Imagens

1: Caderno de bordo em ‘campo’ .....	87
2: Caderno e outros instrumentos.....	87
3: ‘Observado’ a ‘observar’ (i).....	99
4: ‘Observado’ a ‘observar’ (ii).....	99
5: Praia de Carcavelos (i).....	138
6: Praia de Carcavelos (ii).....	138
7: Praia da Parede (i).....	140
8: Praia da Parede (ii).....	140
9: Praia das Avencas (i).....	141
10: Praia das Avencas (ii).....	141
11: Praia da Bafureira (i).....	143
12: Praia da Bafureira (ii).....	143
13: Praia de São Pedro do Estoril (i).....	146
14: Praia de São Pedro do Estoril (ii).....	146
15: Praia da Azarujinha (i).....	147
16: Praia da Azarujinha (ii).....	147
17: Praia da Poça (i).....	148
18: Praia da Poça (ii).....	148
19: Praia do Tamariz (i).....	150
20: Praia do Tamariz (ii).....	150
21: Praia das Moitas (i).....	152
22: Praia das Moitas (ii).....	152
23: Praia da Duquesa (i).....	153
24: Praia da Duquesa (ii).....	153
25: Praia da Conceição (i).....	155
26: Praia da Conceição (ii).....	155
27: Praia da Rainha (i).....	157
28: Praia da Rainha (ii).....	157
29: Praia dos Pescadores (i).....	158
30: Praia dos Pescadores (ii).....	158

---

31: Praia de Santa Marta (i).....	160
32: Praia de Santa Marta (ii).....	160
33: Praia da Crismina (i).....	161
34: Praia da Crismina (ii).....	161
35: Praia Grande do Guincho (i).....	163
36: Praia Grande do Guincho (ii).....	163
37: Praia do Abano (i).....	166
38: Praia do Abano (ii).....	166
39: Parcela exterior do edifício museu Casa das Histórias Paula Rego.....	175
40: Parcela interior do edifício com visitantes e material de exposição.....	175
41: Actividade cultural dirigida a crianças.....	176
42: Parcela interior do edifício evidenciando algumas obras patentes.....	176
43: Praia de Carcavelos.....	179
44: Cargueiro – saída de Lisboa.....	180
45: Cargueiro – entrada em Lisboa.....	180
46: <i>Jogging</i> no paredão.....	185
47: <i>Jogging</i> , rampa de acesso ao paredão.....	185
48: <i>Jogging</i> no areal.....	186
49: <i>Jogging</i> , pausa para alongamentos.....	186
50: <i>Jogging</i> no areal molhado.....	188
51: Barra de elevações, areal.....	188
52: Bicicleta parqueada.....	189
53: Bicicleta no paredão.....	189
54: Bicicletas no paredão (i).....	190
55: Bicicletas no paredão (ii).....	190
56: Túnel acesso ao paredão (proibição circulação de bicicletas - i).....	191
57: Túnel acesso ao paredão (proibição circulação de bicicletas - ii).....	191
58: Exemplo famílias paredão (i).....	193
59: Exemplo famílias paredão (ii).....	193
60: Exemplo jovens paredão (i).....	194
61: Exemplo jovens paredão (ii).....	194

---

62: Exemplo cães paredão (i).....	195
63: Exemplo cães paredão (ii).....	195
64: Leitura de Livro (i).....	196
65: Leitura de Livro (ii).....	196
66: Restaurante de comida japonesa.....	198
67: Restaurante de comida italiana.....	198
68: Jogo com raquetes.....	201
69: Construções de crianças na areia.....	201
70: Equipamento desportivo de lazer (i).....	202
71: Equipamento desportivo de lazer (ii).....	202
72: Crianças em colónia de férias (i).....	204
73: Crianças em colónia de férias (ii).....	204
74: Venda ambulante – areal (i).....	204
75: Venda ambulante – areal (ii).....	204
76: Exemplo de refeição ‘tradicional’ completa.....	209
77: Exemplo de refeição considerada ligeira.....	209
78: Noites temáticas – <i>jazz</i> .....	211
79: Noites temáticas – <i>karaoke</i> .....	211
80: Praticantes de <i>bodyboard</i> .....	212
81: Praticantes de <i>windsurf</i> .....	212
82: Praticantes de <i>surf</i> de idades diversificadas.....	213
83: Praticante de <i>surf</i> no decurso da época balnear.....	213
84: Paineiro junto a escola de <i>surf</i> .....	214
85: Grupo de aprendizes de <i>surf</i> .....	214
86: Cascais Surf à Noite 2012 (i).....	215
87: Cascais Surf à Noite 2012 (ii).....	215
88: Cascais Surf à Noite 2012 (iii).....	216
89: Cascais Surf à Noite 2012 (iv).....	216
90: Nadador-Salvador.....	223
91: Posto de observação junto ao mar.....	223
92: Motorizadas da PSP no paredão.....	228
93: Dois agentes da PSP no paredão.....	228

94: Elementos da Polícia Marítima por entre a multidão (evento Cascais Surf à Noite).....	230
95: Dispositivo da Protecção Civil Municipal (evento Cascais Surf à Noite).....	230
96: Imagem captada data ‘arrastão’ .....	237
97: UEP, dissuasão dos ‘riscos’ .....	237
98: Estaca e placa com legenda ‘verde’ .....	263
99: Veículo de limpeza da EMAC.....	263

## Índice de Quadros

1: Modelo de Guião de Entrevista – Capitánias.....	93
2: Modelo de Guião de Entrevista – Estabelecimentos Hoteleiros em Cascais.....	94
3: Modelo de Guião de Entrevista – Restaurantes-Bar da Praia de Carcavelos.....	95
4: Modelo de Guião de Entrevista – Vereador do Turismo CMC.....	97

## Índice de Gráficos

1: Portugal: Receitas do Turismo (milhões €) e o seu peso no PIB (%) 2000 – 2012.....	128
2: Evolução do Turismo em Portugal. Hóspedes e Dormidas (2005-2010).....	130